



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS - CCHEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

Odirlei Manarin

"COMBATI UM BOM COMBATE, ACABEI A CARREIRA E GUARDEI A FÉ"
O movimento associativista do magistério paranaense (1960 / 1970)

Marechal Cândido Rondon

2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS - CCHEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

ODIRLEI MANARIN

"COMBATI UM BOM COMBATE, ACABEI A CARREIRA E GUARDEI A FÉ"
O movimento associativista do magistério paranaense (1960 / 1970)

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em História, Área de Concentração História, Poder e Práticas Sociais, na Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

Orientador: Prof. Dr. Antônio de Pádua Bosi.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2020

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Manarin, Odirlei

"Combati um bom combate, acabei a carreira e guardei a fé" : O movimento associativista do magistério paranaense (1960 / 1970) / Odirlei Manarin; orientador(a), Antônio de Pádua Bosi, 2020.

229 f.

Tese (doutorado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Programa de Pós-Graduação em História, 2020.

1. Movimento associativista. 2. Congresso dos professores. 3. Condições de trabalho. I. Bosi, Antônio de Pádua . II. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE ODIRLEI MANARIN, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 3 dia(s) do mês de julho de 2020 às 14h00min, no(a) Modalidade Webconferência e de forma síncrona, realizou-se a sessão pública da Defesa de Tese do(a) candidato(a) Odirlei Manarin, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Doutorado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Janete Luzia Leite, Cíntia Fiorotti Lima, Antonio de Padua Bosi, Aparecida Darc de Souza, Lucas André Berno Kölln. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Antonio de Padua Bosi, orientador(a) do(a) candidato(a). Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) aluno(a) foi admitido(a) à Defesa de TESE DE DOUTORADO, intitulada: ""Combati um bom combate, acabei a carreira e guardei a fé": o movimento associativista do magistério paranaense (1960/1970)". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Tese. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Janete Luzia Leite, Cíntia Fiorotti Lima, Aparecida Darc de Souza, Lucas André Berno Kölln. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Tese. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a). De acordo com o que está previsto nos incisos 8 e 9 do artigo 81 do Regulamento do Programa de Pós-graduação em História da Unioeste, a banca de defesa de Tese foi realizada contando com a participação de membros via utilização de tecnologia de webconferência. Diante desta circunstância, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História assina esta Ata e atesta a conformidade da Comissão Examinadora em relação ao resultado da defesa de Tese e ao conteúdo dos pareceres descritivos anexados.

Orientador(a) - Antonio de Padua Bosi

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Janete Luzia Leite

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE ODIRLEI MANARIN, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Cíntia Fiorotti Lima

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Aparecida Darc de Souza

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Lucas André Berno Kölln

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Odirlei Manarin

Aluno(a)

Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História

Prof. Dr. Moisés Antiquiera
Coordenador do Programa de
Pós-Graduação em História
Mestrado e Doutorado
Portaria nº 5114/2018-GRE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, EM 3 DE JULHO 2020

DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA TESE DE DOUTORADO DE ODIRLEI MANARIN REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

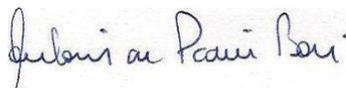
Eu, Prof. Dr. **Antonio de Pádua Bosi**, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de **Defesa de Doutorado em História** do candidato **Odirlei Manarin**, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como Orientador**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que a candidata pode ser considerada APROVADA, na banca realizada na data de 3 de Julho de 2020.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

O candidato foi considerado aprovado sem restrições. As observações foram feitas oralmente e encaminhadas por escrito ao doutorando.

Atenciosamente,



Antonio de Pádua Bosi - Orientador
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, EM 3 DE JULHO 2020

**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DE
DOUTORADO DE ODIRLEI MANARIN REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA,
POR VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, Profa. Dra. **Aparecida Darc de Souza**, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência da banca de Defesa de Doutorado em História** do candidato **Odirlei Manarin**, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro interno**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que a candidata pode ser considerado APROVADO, na banca realizada na data de 3 de Julho de 2020.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

O candidato foi considerado aprovado sem restrições. As observações foram feitas oralmente e encaminhadas por escrito.

Atenciosamente,



Aparecida Darc de Souza
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, EM 3 DE JULHO 2020

**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA
DEFESA DE DOUTORADO DE ODIRLEI MANARIN REALIZADA À DISTÂNCIA, DE
FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA**

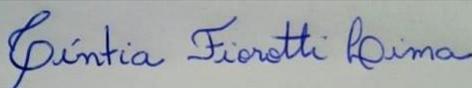
Eu, Profa. Dra. **Cíntia Fiorotti Lima**, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de **Defesa de Doutorado em História** do candidato **Odirlei Manarin**, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro externo**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato pode ser considerado APROVADO, na banca realizada na data de 3 de Julho de 2020.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

O candidato foi considerado aprovado sem restrições. As observações foram feitas oralmente e encaminhadas por escrito ao doutorando.

Atenciosamente,



Dra. Cíntia Fiorotti
Lima SEED/PR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, EM 3 DE JULHO 2020

DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DA TESE DOUTORADO DE ODIRLEI MANARIN REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, Profa. Dra. **Janete Luzia Leite**, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de **Defesa de Doutorado em História** do candidato **Odirlei Manarin**, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro externo**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que a candidato pode ser considerado APROVADO na banca realizada na data de 3 de Julho de 2020.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

O candidato foi considerado aprovado sem restrições.

Atenciosamente,



Janete Luzia Leite

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Universidade Federal do Rio de Janeiro

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, EM 3 DE JULHO DE 2020
DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA TESE
DE DOUTORADO DE ODIRLEI MANARIN REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA
SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

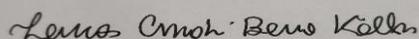
Eu, Prof. Dr. **Lucas André Berno Kölln**, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de **Defesa da Tese de Doutorado em História** do candidato **Odirlei Manarin**, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro interno**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que a candidato pode ser considerada APROVADO, na banca realizada na data de 3 de Julho de 2020.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

O candidato foi considerado aprovado sem restrições. As observações foram feitas oralmente e encaminhadas por escrito ao doutor.

Atenciosamente,



Lucas André Berno Kölln

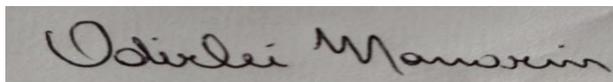
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DECLARAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE DEFESA PARA BANCA EXAMINADORA DE DOUTORADO
REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, discente ODIRLEI MANARIN, declaro, que realizei a minha defesa **à distância, de forma síncrona e por videoconferência** do trabalho de TESE intitulado: “Combati um bom combate, acabei a carreira e guardei a fé”: o movimento associativista do magistério paranaense (1960/1970), para banca examinadora realizada na data de 03 de julho de 2020.

Atenciosamente,



ODIRLEI MANARIN

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Programa de Pós-Graduação em História

Agradecimentos

Ao longo da minha trajetória de vida e trabalho, sempre contei com muitas pessoas que me ajudaram de diferentes maneiras. Neste trabalho mais específico, que encerra esse ciclo de estudos não foi diferente. Por isso, gostaria de agradecer:

Ao professor, amigo e orientador Antônio de Pádua Bosi, pelo incentivo para retomar os estudos no programa de pós-graduação, sugerindo o tema da pesquisa, me apoiando ao longo dessa trajetória e contribuindo para a conclusão desse trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Unioeste de Marechal Cândido Rondon, bem como a seu corpo docente, os colegas da turma de 2015 e a Linha de Trabalho e Movimentos Sociais por oferecerem a estrutura necessária ao debate acadêmico.

As professoras e professores que me acolheram em suas casas, e gentilmente aceitaram conceder entrevistas que foram muito importantes para desenvolvermos esse trabalho.

Aos funcionários e responsáveis do Arquivo Público que forneceram prontamente as fontes da DOPS.

As funcionárias e funcionários da APP-Sindicato que me ajudaram a ter acesso as fontes da APP-Sindicato, com paciência e prestatividade dividiram seu tempo e espaço de trabalho durante a pesquisa nos arquivos da instituição.

Aos companheiros e as companheiras da direção regional de Foz do Iguaçu que compreenderam a necessidade do meu afastamento, mesmo em tempos tão difíceis para realizar o trabalho sindical.

Ao professor Rinaldo José Varussa e a professora Cíntia Fiorotti, pelas sugestões e críticas apresentadas durante a banca de qualificação. Também ao professor Lucas André Berno Kolln e as professoras Aparecida Darc de Souza e Janete Luzia Leite pelas contribuições e apontamentos críticos e construtivos que vão ser determinantes na continuidade deste estudo.

Ao amigo Marco Aurélio pelas correções e apoio durante todo esse processo da pesquisa. Ao amigo Leandro, pelas contribuições com os dados do IBGE. À Núbia pelo apoio e convivência nos momentos de angústia e descontração. À professora e amiga Aparecida pela amizade, hospitalidade, incentivos e conversas, sempre buscando me apresentar a importância de concluir essa etapa de formação.

Aos meus pais Cida e Carlos por sempre incentivar meus estudos mesmo que isto implicasse na redução de nossa convivência, assim como as minhas irmãs Cássia e Alessandra e meus sobrinhos/a Andrey, Arthur e Bianca.

RESUMO

Este estudo tem como propósito a análise do movimento associativista dos professores da educação básica da rede pública do Paraná, nas décadas de 1960 e 1970. Utilizamos as fontes de autoria da APP-Sindicato, pastas referentes às associações dos professores, seus movimentos coletivos produzidos pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) e entrevistas com professoras/es. Buscamos entender como era a organização das professoras/es em suas associações, o perfil que caracterizou suas direções e as práticas de reivindicação. Percebemos que o acirramento das disputas entre grupos divergentes deu início à construção da associação com perfil mais combativo, mobilizando a categoria em várias assembleias descentralizadas e campanhas em nível Estadual, visando a aprovação do Estatuto do Magistério como meio de solucionar parte desses problemas, assim como o reajuste salarial e a realização de concurso público para ingresso na profissão.

Palavras-chave: Movimento associativista; Congresso dos professores; Condições de trabalho.

ABSTRACT

This study aims to analyze the associative movement of teachers of basic education in the public network of the state of Paraná, in the 1960s and 1970s. We used the sources authored by APP-Sindicato, folders referring to teachers' associations, their collective movements produced by Police Station of Political and Social Order (DOPS) and interviews with teachers. We tried to understand how the teachers' organization in their associations was, the profile that characterized their directions and claiming practices. We observed that the intensification of disputes between divergent groups started the construction of the association with a more combative profile, mobilizing the category in several decentralized assemblies and campaigns at the state level, aiming at the approval of the Statute of the Magisterium as a means of solving part of these problems, as well as the salary readjustment and the holding of a public competition to entry the profession.

Keywords: Associative movement; Teachers' Congress; Work conditions.

Lista de ilustrações

Figura 1 – Localização e área de abrangência dos núcleos sindicais da APP Sindicato.	42
Figura 2 – Capa do Jornal “O Atalho”, março de 1977	135
Gráfico 1 – Matrícula total no Ensino Primário [1 ^a . a 4 ^a .] Paraná (1960 e 1968)	54
Gráfico 2 – Corpo docente total no Ensino Primário – Paraná (1960 e 1968)	54
Gráfico 3 – Unidades escolares, segundo a dependência administrativa total no Ensino Primário – Paraná (1960 e 1968)	55
Gráfico 4 – Analfabetismo de crianças de 5 a 14 anos no Paraná (1960)	56
Gráfico 5 – Corpo docente no Ensino de 1 ^a . a 8 ^a . série– Paraná (1972 e 1978)	159
Tabela I – Salário início de carreira Professor Primário	63
Tabela II – O reivindicado e o aprovado	75
Tabela III - Redução do poder aquisitivo do professor primário	133
Tabela IV – Quadro salarial [novo enquadramento]	138
Tabela V – Reajuste salarial após a criação quadro de cargos e salários de 12/1976	139
Tabela VI – Índices salariais pagos ao magistério nos últimos dez anos	202
Tabela VII – Índices salariais reajustados	205

Lista de Siglas

APP - Associação dos Professores do Paraná

APLP - Associação dos Professores Licenciados do Paraná

APMP - Associação do Pessoal do Magistério do Paraná. Primeiro

CRPP - Conselho dos Representantes dos Professores do Paraná

ATED - Associação Toledana de Educadores

APROPAL - Associação dos Professores de Palmas

ALEP - Assembleia Legislativa do Paraná

CPPB - Confederação dos Professores Primários do Brasil

CPB - Confederação dos Professores do Brasil

DOPS - Delegacia de Ordem Política Social

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MOI - Movimento de Organização Independente

SEC - Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1. A EXPANSÃO DO ENSINO PRIMÁRIO DURANTE A DÉCADA DE 1960: AS PRIMEIRAS GREVES.....	38
1.1. A expansão do sistema escolar e as experiências do trabalho docente no ensino primário	52
1.2. A primeira greve: “Operação Tartaruga” ou “Greve Branca”	66
1.3. A segunda greve – “Congresso do Magistério”	78
2. A DÉCADA DO ARROCHO SALARIAL: DA “GESTAÇÃO SALARIAL” À APROVAÇÃO DO ESTATUTO DO MAGISTÉRIO.....	93
2.1. Estatuto do Magistério e a Caravana da Integração	103
2.2. Os suplementaristas e o Decreto 1.495/76	116
2.3. O jornal “O Atalho” e a desvalorização salarial	128
2.4. A aprovação do Estatuto do Magistério e a quase greve de 1977	142
3. A GREVE DE 1978.....	155
3.1. O aumento do descontentamento dos professores.....	158
3.2. O Congresso Permanente	170
3.3. O encerramento da década do arrocho salarial	188
CONSIDERAÇÕES FINAIS	209
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	222
ANEXOS	228

INTRODUÇÃO

Este estudo é sobre as relações de trabalho, as formas de lutas empreendidas e estruturas construídas pelos professores e suas associações nas décadas de 1960 e 1970 na rede pública do Paraná. Buscamos analisar como eram organizadas as lutas e suas pautas de reivindicações, da mesma forma, qual era o perfil político e quais as suas características de atuação.

Partimos do entendimento que o sindicato ou as associações docentes são um movimento social, no sentido de transformação e compreensão do docente como membro de uma classe social mais ampla. Como o nosso objeto de estudo são os professores cujo empregador é o Estado, independente dos governos que se sucedem a cada mandato ou suas configurações políticas, esse trabalhador se mantém na condição de prestar um serviço à reprodução da sociedade. Portanto, como aponta Sadi Dal Rosso, para o estudo do sindicalismo docente, este profissional “realiza seu trabalho no sentido de conferir uma qualidade especial à mão de obra, que é mercadoria básica no processo de produção do valor” (ROSSO, 2011. p.21).

No percurso da pesquisa, buscamos analisar a ação do sindicalismo docente sob a ótica da sociedade na qual estava inserida, das mudanças que ocorreram e das mudanças que eram necessárias para operar nela.

A escolha deste tema está relacionada à minha experiência enquanto professor da rede pública do Estado do Paraná, na cidade de Foz do Iguaçu, onde ministrou aulas nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Pode-se dizer que este é o estudo de uma categoria de trabalhadores que vive um paradoxo de condições materiais, sentimentais e simbólicas, ou seja, ora respeitada, valorizada e reconhecida como necessária para a emancipação humana; ora questionada por onerar os cofres públicos, responsabilizada por não ofertar um ensino de qualidade e padecendo com remuneração e condições de trabalho precárias. Nesse sentido, por tudo o que vem acontecendo nos últimos anos, faz-se necessário aprofundar os estudos para além destas questões, isto é, sair da aparência e mergulhar na essência que estrutura as contradições sociais em que estes sujeitos estão inseridos.

O contexto da realização da pesquisa não foi dos mais favoráveis, sobretudo pelos ataques que a categoria do magistério passou a sofrer de maneira mais intensa, exigindo-se, então, maior atenção em relação à luta empreendida pela categoria, a qual, em muitos momentos, tornou-se prioridade.

Nesse sentido, destaca-se o panorama mais geral sobre esses ataques a partir do ano em que ingressei no Programa de Pós Graduação em História, no segundo semestre de 2015. Neste ano, destaca-se a tentativa de organizar a resistência aos ataques empreendidos pelo governo do então governador Carlos Alberto Richa, do Partido da Social Democracia do Brasil - PSDB (2011-2018), nominado pelo movimento de “Pacote de Maldades”¹. Com a duração de 29 dias, essa greve, a qual incluiu, dentre outras ações, acampamento em frente ao Palácio Iguçu, teve como um de seus pontos mais críticos a ocupação da Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), entre os dias 07/02 e 12/02, sustentada, permanentemente, não só por pessoas dentro da Assembleia, mas também, por milhares de pessoas do lado de fora. Os professores e funcionários das escolas encerraram a greve no dia 9 de março, obtendo, em troca, a retirada de parte dos ataques impostos por Richa e a garantia de que a previdência dos servidores não seria atacada.

Contudo, houve quebra de acordo. O governo encaminhou novamente à ALEP o “pacoteço” que colocaria em risco o Plano de Carreira dos servidores. Uma nova greve iniciava, com forte adesão dos servidores – da área da educação e de outras áreas –, os quais, mais uma vez, mobilizaram-se em frente ao Palácio Iguçu. O governo articulou a votação para o dia 29 de abril. Comandado pelo então Secretário de Segurança Pública, Fernando Francischini, foi realizada a maior organização militar da história do Paraná, envolvendo 4.500 policiais militares para o cerco da ALEP, o massacre aos servidores durou mais de 2 horas com disparos ininterruptos de balas de borracha, bombas de gás lacrimogêneo, gás de pimenta, jatos d’água, bombas de efeito moral e utilização de cães

¹ Foram medidas econômicas e fiscais, as quais visavam extrair direitos dos servidores, extinção do programa de desenvolvimento educacional (de formação de professores) e a extinção dos quinquênios, instrumento que permite aos servidores avançar na carreira, sobretudo o ataque à previdência dos trabalhadores. Repercutindo em vários veículos de comunicação estadual e nacional. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/02/entenda-o-pacotaco-apresentado-pelo-governo-do-parana.html>> Acesso em 01 fev. 2020.

sobre os servidores estaduais em greve. A sessão de votação teve como desfecho a aprovação da Reforma da Previdência, com a frase, que muito tem a dizer sobre as circunstâncias, proferida pelo presidente da ALEP Ademar Traiano (PSDB), “A bomba não é aqui dentro. Então vamos votar”. Desde então, o dia 29 de abril passou a ser conhecido como o dia do massacre à educação. Essa greve com duração de 44 dias, contando com a primeira daquele ano, somaram-se um total de 73 dias letivos, o que acarretou a reposição de aulas no segundo semestre de 2015 e início de 2016. Grande parte delas feitas nos finais de semana, além da carga horária semanal, no mesmo período de realização dos créditos das disciplinas.

Em 2016, uma série de retaliações foram implantadas. O que ainda seria possível usufruir, como direito para qualificação e formação profissional na área, foi reduzido às licenças especiais para professores que estivessem próximos do tempo de aposentadoria e em número inferior à demanda. Além disso, o afastamento remunerado para capacitação em programas de mestrado e doutorado foi cortado; descumpriu-se o acordo de greve homologado na justiça; chegando ao final do ano com uma nova instrução para distribuição de aulas para o ano de 2017, entre as mudanças, diminuição das horas-atividades: um professor com 40 aulas semanais trabalhava 26 em sala e tinha 14 horas-atividades. Com a redução o professor passou a trabalhar 30 aulas em sala com apenas 10 horas-atividade. As paralisações, como no dia de memória do 29 de abril e do 30 de agosto, passaram a ser descontadas sem o direito de reposição. Isso resultou em perdas salariais e na carreira, pois um dos critérios para avanços é a assiduidade.

Nesse período, fiz parte da militância do movimento sindical como integrante da base, participando ativamente do comando de greve durante os movimentos grevistas de 2014, 2015 e 2016. Entre as atribuições, estavam visitas às escolas, conversas com professores, funcionários, estudantes e comunidade em geral sobre os motivos da paralisação das aulas, bem como apresentação da pauta de reivindicações.

A greve iniciada no dia 17 de outubro de 2016, ocasionada pela tramitação, na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), de projeto que retirava a aplicação da data-base da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) de 2017, durou até o dia 31. Concomitante

à greve, os estudantes haviam iniciado o movimento de ocupação² das escolas no início do mesmo mês. Na medida em que as escolas foram desocupadas, o movimento grevista foi se desfazendo.

A partir desse envolvimento mais intenso, veio o convite para compor a chapa que iria concorrer à direção regional da APP-Sindicato de Foz do Iguaçu. Esse mesmo grupo buscou organizar a composição com grupos de oposição à direção estadual atual e concorrer com uma chapa unificada em âmbito estadual (realizada no dia 19/09/2017). Esse período de campanha exigiu a participação de reuniões, a construção do programa, arrecadação de fundos para confecção dos materiais, visitas às escolas, conversas com apoiadores, entre outras atividades. Ao mesmo tempo, os ataques do governo estadual continuavam, por meio da redução da hora atividade, da chamada Resolução da “Maldade” (113/2017), que punia os professores que tiveram licença médica ao longo do ano, os quais eram reclassificados, perdendo colocação na distribuição de aulas e, nos casos de licenças acima de 30 dias, sendo proibidos de pegar as aulas extraordinárias. Assim sendo, o calote em relação à data base, a punição e perseguição aos professores e funcionários, a tentativa de redução dos salários dos PSS, seriam os destaques para este ano.

Como dirigente regional da APP-Sindicato, iniciamos o ano de 2018 com a aprovação, em assembleia realizada no dia 27/01/2018, de “Estado de Greve”, cuja pauta continha os seguintes itens: Reajuste salarial – 8,53% (01 janeiro de 2016 a 30 abril de 2017) para aposentados(as) e da ativa; Resolução de distribuição de aulas – pelo cumprimento da lei da jornada de 1/3 de hora atividade e não ao ataque às licenças legais; Contra a redução de salários dos professores e funcionários contratados pelo PSS; Contra a implantação do Novo Ensino Médio; Pela retirada das faltas de greve. Destacam-se os ataques mais intensos, principalmente, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a proposta de reforma do Ensino Médio.

² As ocupações das escolas estão relacionadas à defesa da escola pública e contra a aprovação da PEC 241/55 e da MP 746, iniciando o movimento estudantes secundaristas decidiram ocupar inicialmente o Colégio Estadual Padre Arnaldo Jansen, em São José dos Pinhais. No dia 3 de outubro, 10 dias após a MP746/2016, a escola teve paralisadas suas atividades e a ocupação contou com cerca de 200 alunos. Ver o texto Novas insurgências e a luta do movimento “Ocupa Paraná”: Disponível em <<http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1963088222.pdf>>. Acesso em 01 fev. 2020.

Mesmo tendo uma demanda de trabalho sindical ampliada, sobretudo devido aos ataques que centram em propostas de reestruturação do trabalho e carreira, busquei me afastar no ano de 2019 e parte de 2020 para que pudesse escrever este trabalho. Mas não foi possível este afastamento do trabalho de militância e, também, da docência, com uma jornada de quarenta horas semanais. Ou com o trabalho “home office”, em tempos de reclusão social, alimentando um sistema de reclusão digital do processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Seguindo essa trajetória, caracterizada por movimento de resistência, os ataques intensificaram-se com a mudança de governo. Agora sob a gestão de Ratinho Junior pelo Partido Social Democrático/PSD (2019 –), e o secretário da educação, o empresário Renato Feder, vem se apresentando como proposta a pedagogia de resultados e das técnicas de gestão associadas à produção destes mesmos resultados. Essa política implica numa nova reestruturação do trabalho docente, cujo foco principal é atender ao aumento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

As ações empreendidas dentro dessa proposta visam o combate à reprovação, ao abandono e a melhora na proficiência em leitura e matemática. Para isso, utilizam-se ferramentas de administração empresariais para impulsionar resultados, sendo algumas delas baseadas nas técnicas de *coaching*. Em grande medida, responsabilizando os professores pela não aprendizagem dos alunos.

É a partir deste atual momento que se deu o processo de investigação do passado do movimento docente da rede pública do Paraná. Buscamos conhecer o passado do movimento associativista dos professores nas décadas de 1960 e 1970, a partir das lutas travadas pelas associações e as condições de trabalho, tendo como entendimento que não se ignora o vínculo do passado com o tempo presente. Isso significa que são as questões do tempo atual que nos movem a investigar o passado. Como define o historiador francês Jean Chesneaux:

Mas esse passado, próximo ou longínquo, tem sempre um sentido para nós. Ele nos ajuda a compreender melhor a sociedade na qual vivemos hoje, a saber o que defender e preservar, saber também o que mudar e destruir. A história tem uma relação ativa com o passado. (CHESNEAUX, 1995, p. 22)

Nesse contexto de ataques a nossa profissão e carreira, não basta apenas compreender esse passado, para viver melhor o presente. Os vínculos entre passado e presente devem ser pensados na proposição da mudança ou então para defendê-lo. Nesse caso, o autor define que “o presente só tem necessidade do passado em relação ao futuro”. Esta trama da história, constituída de continuidade e ruptura, de coesão e de luta, se estabelece na relação dialética entre passado e futuro.

É importante registrar que é apontado pela literatura da área da educação, no que se refere aos estudos do movimento associativista e sindicalista na educação, a carência de trabalhos empíricos, assim como de uma teoria específica para este estudo (ROSSO, 2011). Não é diferente na área da História, a qual ocupa pouco espaço na orientação desses trabalhos, por um entendimento de que tais demandas sejam incumbência de áreas mais específicas, como da sociologia da educação.

Essa observação está relacionada ao segundo ponto que destaco na trajetória desta pesquisa. Dentro da literatura mais específica, há poucos estudos sobre a APP-Sindicato, os quais foram encontrados no decorrer desta pesquisa³. No entanto, nenhum deles teve o propósito de investigar as condições de trabalho e vida dos professores, o que se mostrou como um dos desafios desta pesquisa, sobretudo, por não ter um material organizado ou já previamente analisado.

Investigar e analisar o movimento associativista nas décadas de 1960 e 1970, também implica investigar quais eram as condições de trabalho dos professores do Paraná e suas lutas. O recorte temporal ficou estabelecido em dois marcos que se apresentaram durante o levantamento das fontes, o qual foi sugerido durante a banca de qualificação. O primeiro deles se refere às primeiras mobilizações dos professores que levaram à paralisação parcial ou total das aulas, reivindicando melhores salários e

³ SOUSA, Janicd Tirelli Ponte de. O Associativismo na construção da identidade social dos professores: o caso do Paraná. São Paulo: PUC (dissertação de mestrado). 1986; BERTAN, Tereza Canhadas. Os cargos de direção das escolas públicas do Paraná: a trama das relações de poder. UNICAMP/ SP. Tese doutorado na área da educação. 1997; BORGES, Leonir. Sociedade, estado e sindicato no Brasil: quem está educando o educador? UEM/ PR. Dissertação na área da educação. 2004; GONÇALVES, Sebastião. Movimento operário e estado: a APP – Sindicato – a Organização e as lutas dos trabalhadores na educação da Rede pública estadual do Paraná. UFPR/PR. Dissertação na área da educação. 2007; RUIZ, Maria José Ferreira. Lutas populares e democratização da escola pública no Estado do Paraná (1983 a 2010). Marília/SP. Tese de doutorado na área da educação. 2013; ARAUJO, Francieli. Educação política e consciência crítica: o Programa de Formação Político Sindical e Educacional da APP-Sindicato (2007-2009). UEL/PR. Dissertação na área da educação, 2013; BELLO, Melissa Colbert. Professoras e professores em greve? Memórias do congresso do Magistério Público do Paraná (1968). UFPR/PR. Dissertação na área da educação, 2013.

condições de trabalho; o segundo, a unificação das associações em 1981, com o intuito geral de melhor organizar os trabalhadores em âmbito estadual. Contudo, ultrapassando os prazos de conclusão deste estudo e, entendendo que esse processo de unificação demandava um tempo do qual não possuíamos, decidimos limitar a análise até o final da década de 1970.

Destacam-se, também, questões norteadoras, as quais buscaram identificar e analisar as lutas organizadas pelas associações ou pelos professores na melhoria de vida e das condições de trabalho. Procuramos identificar o que motivou a organização de greves, as estratégias, as práticas e as dificuldades na organização do movimento. Do mesmo modo, serão analisados o antes e o durante do movimento grevista, ou seja, que tipo de ameaças, ataques, perseguições, punições eram usadas pelo governo contra os professores e suas associações nesse período. Estas questões mais gerais, embora se apresentem com o intuito de analisar o passado estão plenamente inseridas em um contexto presente ou, mais do que isso, têm como finalidade analisar as questões colocadas no presente atual.

Nesse sentido, direciona-se o olhar investigativo buscando explicitar a realidade do trabalho no passado, sem fazer escala sobre se foi melhor ou pior que hoje, muito menos julgando as ações, mas com o propósito de compreender as dinâmicas dos professores, bem como suas lutas enquanto trabalhadores no ensino público. O segundo ponto consiste em mostrar como as condições de trabalho dos professores foram construídas a partir da intervenção destes mesmos sujeitos contra a pressão do governo estadual, observando em que momentos essa luta avança ou recua. Busca-se de maneira mais específica, analisar a luta de classes e o protagonismo dos professores para se reafirmar enquanto classe.

No percurso da pesquisa, alguns desafios se apresentaram. O primeiro deles, referente às entrevistas, buscadas por intermédio do grupo de aposentados de Foz do Iguaçu, foi o fato de que poucos se dispuseram a serem entrevistados, alegando que não tinham lembranças sobre o ocorrido ou mesmo que não gostariam de participar deste estudo. Além disso, houve dificuldade em encontrar professores que trabalharam no período de abrangência da pesquisa, principalmente na década de 1960. Mesmo quando mapeados e identificados, outro problema relacionado às entrevistas decorreu de os

horários não coincidirem, especialmente devido à jornada de trabalho em sala, além do trabalho sindical e militância. Por isso, grande parte das entrevistas foi realizada durante as férias ou recessos. Isso limitou a abordagem inicial, que era analisar a partir das experiências desses trabalhadores as suas condições de trabalho e vida.

Outro desafio está relacionado à organização dos materiais da APP-Sindicato. Passei uma semana, no ano de 2016, pesquisando os documentos (atas, jornais da entidade, vídeos, documentários etc.) referentes à história do sindicato e aos movimentos grevistas, passeatas e paralisações. Nos anos de 2017 e 2018, aproveitando os atos, reuniões e assembleias em Curitiba, usava esses momentos para conseguir acesso às fontes que fossem válidas para a pesquisa. Cabe destacar que ter acesso a esses materiais não foi tarefa simples, mesmo sendo da categoria, talvez por fazer parte do grupo de oposição àquela direção estadual.

Apesar da envergadura dessa instituição em termos de patrimônio, arrecadação e história, ela não dispõe de funcionário específico para cuidar do acervo, muito menos de um espaço adequado para arquivo dos materiais produzidos pela entidade. A organização dos documentos pesquisados encontrava-se em caixas-arquivo, catalogados por pesquisadores que tiveram acesso antes de mim e, para conservação desses materiais, foram organizando-os minimamente e fazendo uma descrição geral do que compunha cada arquivo. Isso significa que, até aquele momento, o cuidado necessário para a preservação de documentos que contam a história deste sindicato foi feito de maneira improvisada e sem o cuidado necessário à manutenção e preservação do acervo.

Quanto aos materiais que se encontravam na biblioteca da APP-Sindicato, não foi possível acessá-los, pois o recinto estava em reforma e os materiais estavam guardados em caixas lacradas. Por essa razão não tive autorização para o manuseio. Mesmo sendo o maior sindicato do Estado, em relação à organização e ao cuidado com as fontes – escritas, orais, visuais, entre outras – ele está aquém do que se espera, principalmente em uma realidade brasileira de carência de fontes bem preservadas, organizadas e sistematizadas, quando se trata de trabalhadores ou movimentos sociais. Nota-se a necessidade de preservar a memória, mas é necessário também colocar os arquivos à disposição dos pesquisadores, sem grandes entraves.

Para suprir essa dificuldade de acesso às fontes da APP-Sindicato, recorreremos às pastas da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) referentes às associações que representavam os professores. Esse aparato de vigilância e repressão do Estado foi fundado em 30 de dezembro de 1924, através da Lei nº 2324, com as funções de produzir inquéritos sobre crime de ordem política e social, exercer medidas de política preventiva e controlar os serviços cujos fins estivessem em conexão com a ordem política e social. Durante o período da fundação até sua extinção em 1985, esse departamento passou por mudanças de acordo com as turbulências sociais vigentes no país, mas manteve sua estrutura alicerçada em quatro funções divididas em atividades-meio e atividades-fim do órgão: administração, investigação, censura e repressão. (Revista Quadrilátero, mar./ago.1998)

Importante destacar que a organização dessa coleta e gerenciamento de informações passou a constituir um grande acervo documental, com sede em vários estados do país. Isso porque, após o encerramento destas delegacias (DOPS), foram solicitados que seus arquivos fossem encaminhados aos arquivos públicos.

No Paraná, foram adquiridos os documentos a partir do Decreto Estadual n.º 577 de 11 de julho de 1991, que extinguiu a Subdivisão de Segurança e Informações da Polícia Civil (SSI), anteriormente denominada Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) e transferiu o seu acervo documental para o Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP). (RONCAGLIO; SZVARÇA; BOJANOSKI, 1998. p. 41)

O acesso à documentação ocorreu em consulta pelo site do Arquivo Público do Paraná⁴, usando palavras-chave como “greve”, “professores”, “associações” e “magistério”. Foram selecionadas treze pastas, entre os anos de 1960 e 1983, sobre as associações que representavam os professores do Paraná, as quais foram analisadas com o objetivo de identificar as principais reivindicações da categoria e suas conquistas.

As pastas selecionadas das associações que representavam os professores do Paraná, em seu conjunto, constituem-se de documentos que trataram de atos, reuniões, assembleias, reportagens em jornais e greves. O primeiro passo da análise destes materiais foi buscar identificar quais as principais reivindicações da categoria e suas

⁴ Na medida em que localizava um arquivo que interessava ao tema da pesquisa, ele estava registrado com um código de identificação entre números e letras, por meio dele, solicitava via email o respectivo arquivo pelo endereço: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/search.php>>

conquistas. Além disso, os documentos que dão corpo a cada pasta, em sua maioria, são de diversas ordens, como relatórios dos investigadores sobre as assembleias realizadas pelos professores da capital e do interior; comunicados dos agentes aos seus superiores sobre movimentos organizados, (especialmente sobre os dirigentes das associações); informativos sobre jornais produzidos pelos professores; reportagens de jornais de circulação estadual sobre os professores; ofícios das associações dos professores para a Igreja Católica, entre outros.

Analisando a estrutura de funcionamento deste órgão, Maria Luísa T. Carneiro⁵ apresenta que a maneira como eram organizados os assuntos de cada pasta da DOPS constrói uma história oficial por meio da autoridade policial, com base na observação e na materialização de um possível crime, utilizando-se de provas concretas. As pastas que foram analisadas, embora se refiram às associações que representam os professores no Paraná, identificavam as pessoas que participavam das reuniões, assembleias, panfletagens, piquetes e que, possivelmente, foram organizados em prontuários individuais. Em alguns casos, artigos de jornais recortados pelos agentes e anexados à pasta, encontram-se sem identificação de datas e páginas, com a finalidade de reforçar a imagem negativa do investigado.

Ao manusear essa fonte, tínhamos como objetivo recuperar e analisar os elementos que norteavam as reivindicações dos professores referentes às condições de trabalho, salário e, também, como eles organizaram e desenvolveram suas lutas. Para isso, era importante entender a forma como foi gerada essa documentação pelos agentes da DOPS, quando investigavam os professores e as associações em relação ao governo. Percebemos que se orientavam por dois pontos centrais: o primeiro, qual era o perigo que aqueles professores ofereciam à ordem social; o segundo, quando e como eles seriam neutralizados. Desse modo, o método de investigação e registro mostra nos relatórios os professores e suas associações a partir desses dois pontos, ou seja, quem seria potencialmente subversivo e perigoso para o governo; e de que maneira seria pacificado ou neutralizado aquele comportamento não aceito pelas autoridades policiais.

⁵ CARNEIRO, Maria Luiza T. Os arquivos da polícia política brasileira. Uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo. Disponível em: <http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_arquivos_policia_politica.pdf>.

O exemplo desse método aparece no registro que sublinhava certo descontrole, tanto da parte do governo, quanto da parte da associação em relação aos trabalhadores. Ora os registros mostravam como o governo conseguiu neutralizar os trabalhadores, tabulando negociações que nunca terminavam e que nunca deram certo; ora retratavam a associação, a forma como as direções conseguiram administrar essas tensões, sem que virasse uma convulsão – como ocorreu em relação à questão salarial. Foram os agentes da DOPS que fizeram o registro de toda a movimentação entre as relações professor e associação, professores e governo, associação e governo, orientando-se por essa lógica binária. Sendo assim, a análise desta documentação, a partir das suas características, foi feita visando problematizar sua lógica.

Nesta pesquisa, além do material investigado, consideramos fundamental ouvir os trabalhadores que trabalharam como professores da rede pública estadual, principalmente para serem confrontados com os arquivos da DOPS. Com isso, mostra-se a importância de investigar as experiências vividas por indivíduos e grupos que foram deixados de lado ou marginalizados. Outrossim, entendendo que a análise destas experiências dos trabalhadores é construída em relação às estruturas institucionais de poder e, por isso, analiso as evidências levantadas pelos trabalhadores a partir da organização dos arquivos da DOPS, entendendo a relação dinâmica entre as partes.

No caso das fontes orais, essas foram produzidas durante as entrevistas com os professores, moradores de várias cidades como Foz do Iguaçu, Guaíra, Marechal Cândido Rondon e Umuarama. No total foram feitas oito entrevistas com professoras aposentadas e que trabalharam durante as décadas de 1960 a 1980. Entre elas, duas começaram a lecionar na década de 1960, enquanto as demais iniciaram em meados da década de 1970. Há uma entrevista que contou com a participação de dois ex-dirigentes da APP, os quais atuaram nesta função durante a década de 1990 e nos primeiros anos deste século. Ambos fizeram parte do grupo de oposição durante 1970 e 1980. Essa entrevista se centrou no esclarecimento de informações apresentadas, tanto nos materiais da APP-Sindicato, quanto nas fontes produzidas pela DOPS, no que se refere à organização política das associações e às greves daquele período.

Para essa coleta e análise dos depoimentos, foram buscadas as contribuições de Alessandro Portelli (1997), o qual define essa atividade como uma troca de dois

sujeitos, ou seja, um experimento em igualdade, um espaço de troca de experiências, em que tanto o entrevistado quanto o entrevistador estão sendo analisados e observados. No entanto, como sugere o autor, esse diálogo entre entrevistado e entrevistador seria uma troca e, sendo assim, não só podem como devem ser entendidas criticamente. Nesse sentido, concordamos quando Portelli (1996) diz que “recordar e contar já é interpretar”, e a subjetividade é um elemento implícito para quem narra, pois “constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade”. Um exemplo ocorre quando recorda que no início da carreira as condições de trabalho e salário eram piores que hoje e, por isso, tem-se a hora atividade e auxílio transporte, hoje, como mordomias. Isso demonstra que os entrevistados, segundo o autor, buscam “interpretar e julgar-se a si mesmo e aos demais entrelaçando os fatos com a análise da subjetividade”.

Cabe ressaltar que o processo de igualdade sugerido por Portelli não depende da boa vontade do pesquisador, mas de condições sociais, pois o contexto da elaboração influencia o comportamento do entrevistado e as questões propostas pelo pesquisador. Por isso, dispusemo-nos a trabalhar com a memória dos professores, procurando compreendê-las em suas singularidades e, também, explorando-as de maneira relacionada à dinâmica social mais ampla. Concordando, então, com o autor no ponto em que não devemos exorcizar a subjetividade dos depoimentos, mas “distinguir as regras e os procedimentos que nos permitam em alguma medida compreendê-la e utilizá-la” (PORTELLI, 1996. p.64).

As oitavas foram feitas por meio de um roteiro com questões previamente estabelecidas, com base nos fatos e evidências identificados nas fontes escritas. Os diálogos iniciaram sempre solicitando ao entrevistado que explicasse espontaneamente como era dar aula naquele período, destacando quais as dificuldades enfrentadas. Por outro lado, buscou-se, também, não ficar preso à moldura de referências prévias do roteiro, ou seja, intentou-se um equilíbrio entre estar atento ao direcionamento dado pelo entrevistado, mas reservando algumas questões não respondidas ao longo do diálogo. Até porque, durante a conversa, o entrevistado pode acabar respondendo às questões antes mesmo de o entrevistador enunciá-las. Ou as perguntas levantadas podem não fazer sentido para a realidade daqueles trabalhadores, afinal, em cada entrevista, os trabalhadores podem construir suas memórias de modo específico, permeadas de acordo

com suas situações do cotidiano e com suas emoções. Ao longo das entrevistas, também, foram apresentadas algumas dúvidas que foram surgindo com a análise dos arquivos da DOPS, assim como os materiais produzidos pelo sindicato.

Após a coleta de material, conceitos como “classe, experiência, formação da classe, consciência de classe”, foram inspirados e pensados nas reflexões de Edward P. Thompson (1981), partindo do entendimento que os professores, enquanto classe, efetivam-se a partir das relações humanas e não como coisa ou um objeto de estudo estático. Por meio do método de estudo da classe apresentado por Thompson, busca-se examinar esses sujeitos durante um período adequado de mudanças sociais, pelos quais observaremos padrões em suas relações, suas ideias e nas instituições. Isso significa dizer que as experiências não estão soltas e dadas, mas são geralmente determinadas pelas relações de produção.

O tempo de estudo desta pesquisa não é longo pois, como sugere Thompson, não podemos entender a classe a menos que a vejamos como uma formação social e cultural surgindo de processos que só podem ser estudados quando eles mesmos operam durante um considerável período histórico. O recorte estabelecido, contudo, é fruto de como os professores passam, em alguma medida, a intensificar suas reivindicações para que fossem efetivadas na lei do magistério, carreira, concurso, salário.

Esses modos de lutas, composto em um portfólio de recursos, devem estar culturalmente ao alcance dos professores. Isto quer dizer que, se não existir no imaginário, se não estiver na experiência, se não estiver na prática dos professores, é difícil de concretizar. É nesse processo de luta que vão se forjando enquanto classe, a qual nem sempre se realiza da mesma forma, havendo momentos que caracterizam certa imobilização, em outros, convulsões de massa. O conceito de consciência de classe, o qual, segundo o autor define que, surge da mesma forma, de tempos em tempos, mas nunca exatamente da mesma forma. Isso nos leva a pensar, por exemplo, como se deu essa consciência durante as greves dos professores, bem como de qual forma ocorreu.

Quando nos deparamos com fontes, as quais demonstram de que forma os professores estavam buscando se organizar para intervir no trabalho, segue-se a linha de reflexão de Thompson, o qual define que não tem como separar a vida do trabalho e

da luta. Nesse sentido, observou-se a experiência social dos docentes da rede pública do Paraná, problematizando como essa experiência se processa no conjunto das relações, como se constitui no processo vivido pelos sujeitos históricos e por meio de suas ações, os quais imprimem sentidos e movimentos à organização do seu próprio trabalho e também da escola. Cada sujeito pensa, percebe e age de forma diferente, daí a concordância com Thompson sobre o conceito de “experiência”:

E quanto à ‘experiência’ fomos levados a reexaminar todos esses sistemas densos, complexos e elaborados pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão (...): parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonia e diferencia, formas simbólicas de dominação e de resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, maneiras, leis instituições e ideologias – tudo o que, em sua totalidade, compreende a ‘genética’ de todo o processo histórico, sistemas que se reúnem todos, num certo ponto, na experiência humana comum, que exerce ela própria (...) sua pressão sobre o conjunto (...) Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário, etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores. (THOMPSON, 1981. p. 189)

Ao discutir a “experiência”, Thompson não pretende opô-la às estruturas, mas sim entender suas influências mútuas. O autor pontua que através da experiência, gerada na vida material, estruturada em termos de classe, é possível compreender que “o ser social é quem determina a consciência social”. Não se esquece de que a estrutura ainda domina a experiência, mas ao dialogar com o cotidiano dos trabalhadores, por exemplo, é possível unir as experiências com as estruturas. Sendo assim, as condições de trabalho vistas pelos trabalhadores são apresentadas sob outra lógica, isto é, a partir da narrativa construída sobre as experiências vividas na escola e fora dela.

Partindo dessa forma de fazer história, observa-se a necessidade de compreender como os trabalhadores apresentados neste estudo lidam e interpretam seu trabalho, bem como as mudanças vividas ao longo das décadas de 1960 e 1970, ou seja, trata-se de tentar compreender quais são os significados e os sentidos construídos pelos próprios trabalhadores em meio a suas vivências. Busca-se ouvir estes trabalhadores com a expectativa de se aproximar de modos específicos como vivem e interpretam os processos sociais, de como as especificidades influenciam na dinâmica da história. A

esse respeito, Beatriz Sarlo (1997) indica que há a intenção de “aguçar a percepção das diferenças como qualidades alternativas”, de “saber descobrir as tendências que questionam ou subvertem a ordem”. É claro que não podemos apenas assimilar aquilo que já foi proposto no momento em que o governo do Paraná afirma ser “o modelo de educação para o país”. Ou aceitar definições que entendemos como generalizantes, como o período em que o sindicato dos trabalhadores da educação apresenta sua ação política caracterizada por avanços nas últimas décadas, esvaídas da análise processual que assume a conformidade em afirmações que caracterizam um período histórico como estático.

Ao valorizar e pensar historicamente os momentos, processo e lugares da experiência social, atrelando-os à dinâmica social mais ampla, é possível perceber as relações num campo de tensões, conflitos, embates, num jogo de poderes. Desse modo, como problematiza Yara Khoury:

Considerando a história um processo de disputas entre forças sociais, envolvendo valores e sentimentos tanto quanto interesses, e dispostos a pensar e avaliar a vida cotidiana em sua dimensão histórica, a ponderar sobre os significados políticos das desigualdades sociais, nossas atenções se voltam para modos como os processos sociais criam significações e como essas interferem na própria história.(KHOURY, 2004. p. 117)

Entendendo assim que o processo é caracterizado por um campo de disputas entre forças sociais, não é plausível partir somente de elementos pré-determinados. É necessário entender como os trabalhadores experimentam e percebem as transformações do seu trabalho e do mundo do trabalho, de modo a problematizar a versão histórica pretendida pelo governo estadual do Paraná e pelo sindicato dos professores.

Deste modo, as relações de poder entre o governo Estadual, a APP-Sindicato e os docentes da rede pública serão pensados no conjunto das relações. “A realidade e o poder estão imbricados que insinuar a possibilidade de dissolver o poder é parar diante do limite da realidade”, como afirma John Holloway (2003. p. 39). Assim, não se nega o poder e suas relações, mas objetiva-se perceber os sentidos que adquirem na vida e atividade dos trabalhadores, pensando o poder em suas relações com a sociedade e sua dinâmica. Como discute Virgínia Fontes, “(...) o poder não pode ser pensado como algo

em si”, por isso é preciso verificar e compreender as dimensões do poder e as maneiras como ele se processa e dinamiza (FONTES, 2005. p.15). Daí a necessidade de historicizar a classe enquanto processo e relação.

O processo de análise segue aquilo que Thompson aponta como a “lógica histórica”, em que o pesquisador estabelece o “diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro” (THOMPSON, 1981. p. 49). Esta concepção possibilita entender, a partir do estudo da organização do trabalho escolar, as formas como o trabalho e os trabalhadores estão organizados, suas atribuições de funções, tarefas, competências, horários de trabalho, carga horária dos professores em seu posto de trabalho, relações de hierarquia, controles, formas de avaliação do desempenho, permitindo investigar a realidade vivida no cotidiano da escola.

Compreender e problematizar como tem sido discutida a leitura sobre o movimento dos professores durante o regime civil/militar contribui para refletir como ela aparece nas relações sociais vividas pelos professores. Esses autores problematizaram como iniciou o processo de proletarização, achatamento salarial e organização das suas associações. Passa-se de uma posição social pautada no viés econômico-corporativo para uma postura de protagonistas políticos na luta contra o poder implantado, juntamente com pautas não corporativas, como as “Diretas Já!”.

Para tratar da década de 1970, usamos as reflexões da tese de Amarílio Ferreira JR – que aborda o processo de formação da Confederação dos Professores do Brasil (CPB) e como se constituiu a categoria dos professores durante o período do regime civil/militar. Esse trabalho contribuiu para pensarmos como os professores foram se forjando na luta durante a década de 1970, sobretudo, sem a experiência que outras categorias possuíam na organização de reivindicações ou movimento paredista. A vinculação da CPB às políticas de governo levou muitos professores a formarem grupos de oposição dentro das suas respectivas associações para romper com a política econômica que levou ao achatamento de seus salários. Nesse caso, os três últimos anos da década de setenta, em vários estados, os professores paralisaram suas aulas. No caso do Paraná, Amarílio Ferreira JR aponta que a CPB não apoiou o movimento, fazendo apenas uma nota mencionando que eles estavam paralisados.

Outro ponto a ser destacado nesta obra é que os professores de 1º e 2º graus, ligados as categorias de profissionais das classes médias, “incorporaram a tradição clássica da classe operária fabril, isto é, de se organizarem em sindicatos para defenderem os seus interesses econômicos imediatos” (FERREIRA JR, 1998. p.129). Essa reflexão ajudou a pensar o objeto de estudo em relação a como os professores paranaenses, dentro do período de achatamento salarial durante a década de 1970, passaram a se organizar criticamente contra aquela política de governo. Sobretudo, como passaram a se organizar para a luta política e econômica, contra o governo, os dirigentes das associações e contra eles mesmos. Nesse caso, a figura do professor responsável e valorizado passa para a de trabalhador assalariado, muitas vezes comparado a profissões de boia-fria, motorista ou doméstica, assemelhando-se a uma imagem de profissionais desvalorizados e mal remunerados.

No plano teórico, nota-se a ausência do professor como sujeito na historiografia do trabalho. Por outro lado, sobre suas entidades (associações e sindicatos) há um número maior de estudos, dentre as quais destacamos a tese de doutorado de Julian Gindin, o qual desenvolveu uma pesquisa comparativa que mostra por que ao longo do século XX se consolidou o sindicalismo docente de base na Argentina, no Brasil e no México. Analisando o que define como “sindicalismo docente de base”, o trabalho destaca que as organizações de professores têm reivindicações fundamentalmente trabalhistas, legitimidade para organizar medidas coletivas de pressão sobre os governos (particularmente greves) e, além disso, o fato de a base da categoria ter uma importante gravitação sobre as entidades que pretendem representá-la. Outro ponto estudado são as práticas sindicais docentes, estruturadas pelas características dos professores e das suas condições de existência, as quais também são mediadas pelas particularidades das organizações docentes, pela tradição sindical e pela ação governamental perante a atividade reivindicativa e associativa dos trabalhadores. (GINDIN, 2011)

O autor destaca que, ao longo do século XX, ocorreu a expansão do sistema educacional, significando, às vezes, intensificação do trabalho por meio do aumento do número de alunos em sala de aula, ou da quantidade de aulas ministrada por cada professor. Somado à desvalorização salarial e à recorrência de contratos temporários, vislumbrando um cenário material marcado pelo empobrecimento, pela intensificação do

trabalho e pela instabilidade, esses elementos vão transformar as práticas sindicais docentes, principalmente aquela ação sindical que se baseia em uma rede de lideranças de base. Para Julian Gindin, “a base da categoria tem um poder inédito nas organizações que se propõem representá-la”. (GINDIN, 2011, p. 33)

Enfim, encaminhando para o desfecho desta apresentação, durante a década de 1960, a profissão do magistério foi apresentada e reconhecida pela categoria na função missionária. Esta expressão significa que atuar na categoria implicava estar vocacionado para seguir a função de apóstolo do magistério, papel nobre que consistia em transmitir o conhecimento produzido pela humanidade às novas gerações. Hoje, a função social da escola por excelência continua com o mesmo propósito, porém, a escolha da profissão não está embasada apenas na definição de vocação para o magistério.

Embora muitos professores ainda venham definir a escolha da profissão com esses valores, ao analisar suas lutas, devemos relativizá-los e até mesmo problematizá-los. Da mesma forma que, para alguns, antes, o professor ganhava bem; para outros, o professor sempre ganhou mal, sendo que somente o aumento da jornada de trabalho com um ou mais empregos permitiria uma remuneração melhor. Estas questões se apresentam dentro das relações sociais, que são contraditórias, sobretudo em relação às formas de trabalho da sociedade capitalista. Ao questionarmos o que eles acham que são, o sentido vocacional é apresentado, ou seja, tem de gostar de ser professor, já que as condições de trabalho, não condizentes com a importância da profissão, fazem-nos pensar na missão de apóstolo para atuar nas batalhas travadas em várias frentes. Isso tudo acreditamos estar na aparência do problema, mas chegar a sua essência é o desafio desta pesquisa: entender o que os professores de fato são ou o que deveriam ser.

Entre as duas décadas investigadas, com distintas questões em pauta, muitas vezes o que estava em disputa em um momento não é o mesmo no outro, embora possa haver semelhanças e permanências. Assim sendo, a dinâmica deste estudo será entender quais as mudanças e rupturas, mas também, quais as semelhanças e permanências podem ser identificadas a partir das condições de trabalho e das lutas travadas pelos docentes no Paraná.

A tese contém três capítulos dos quais se propõem:

Capítulo 1 – A análise da década de 1960, tendo como referência a expansão do ensino, com a criação do sistema estadual de educação. A partir dos dados sobre o número de matrículas, corpo docente e escolas ao longo da década de 1960, buscamos analisar como as escolas ou o trabalhar nelas vão sendo narrados, percebidos e interpretados nas falas das professoras entrevistadas. Além disso, foram analisados os primeiros movimentos grevistas realizados nesta década buscando entender os motivos, o desenvolvimento das ações e o seu desfecho.

Capítulo 2 – A década de 1970, definida pelos professores e suas associações como o período do arrocho salarial. Busca-se identificar quais as condições de trabalho e como os professores foram enfrentando as mudanças na legislação, a qual interferia diretamente na jornada de trabalho. Há o destaque para o Decreto 1.495/76 que amplia a jornada de trabalho dos professores para 44 horas semanais, gerando além do desemprego, intensificação do seu trabalho. Outro ponto investigado, são as diversas assembleias que buscavam ora defender maior mobilização para luta, ora manobrando para que a base recuasse. Por último, a análise sobre o jornal “O Atalho”, que além de apresentar as principais reivindicações dos professores se transformou em um instrumento de formação e politização dos professores.

Capítulo 3 – Analisamos a greve de 1978, após dez anos do último movimento dos professores. Buscamos compreender quais foram os fatores que contribuíram para os professores romperem com a prática de negociação centrada em reuniões e ofícios entre os membros da diretoria e os representantes do governo. Também, procuramos entender de que forma ocorreu a organização dos professores e de suas associações na ampliação do movimento para outras regiões do estado, bem como sua manutenção, os seus enfrentamentos e estratégias de negociação empreendidas. Por último, analisamos os resultados do movimento não apenas no que se refere às conquistas relacionadas à pauta de reivindicações ou à ausência delas, mas em termos de organização, formação e politização no encerramento dessa década.

Capítulo 1

A expansão do ensino primário durante a década de 1960: as primeiras greves

“Olha, para te falar a verdade eu não escolhi [ser professora]. Não foi eu que escolhi, porque eu nem estava preparada para ser. Porque, a pessoa com 14, 15 anos não tem muita, vamos dizer assim. Só que eu fui, gostei e fiquei. Eu trabalhei 43 anos. Eu trabalhei 43 anos na sala de aula”. (Maria de Castro Gomes, 2019)

No Paraná, as professoras primárias e, depois, o conjunto dos professores realizaram duas greves durante a década de 1960. A primeira, em 1963, um ano antes do golpe militar; a segunda, em 1968, antes do AI-5. No geral, ambas buscavam melhorias salariais, pagamentos sem atrasos e melhores condições de trabalho. A partir desses movimentos, definimos alguns pontos centrais para entender o contexto que proporcionaram essas ações: a) a conduta da direção da Associação dos Professores do Paraná, enquanto dirigentes da entidade que representavam seus trabalhadores; b) como eram as condições de trabalho dos professores; c) os motivos que levaram as professoras a realizarem as primeiras greves da categoria; d) as práticas de luta utilizadas durante o movimento e; e) o desfecho dos dois movimentos.

Durante essa década, a Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB) tinha vínculos com o governo federal. A mesma situação pode ser comparada com a Associação dos Professores do Paraná (APP), que desde sua fundação como associação dos professores, recebia recursos do governo estadual por parte de sua diretoria. Mesmo com essa organização de suas instituições de classe, os docentes romperam os padrões das práticas adotadas pelas suas respectivas diretorias no campo político e econômico, e pautaram melhores condições de trabalho, salário, formação e nomeação para além dos espaços configurados de negociação entre diretoria e governo.

Durante toda a década de 1960, o quadro de ocupação manteve o perfil da categoria no ensino primário, com a predominância das mulheres. No levantamento de Melissa Colbert Bello, com base nos dados do IBGE sobre o perfil, formação e conclusão do nível médio, em 1960, de 14.245 mulheres que ingressaram no nível médio, 9.096

tinham concluído o Curso Normal. Para o mesmo ano, dos 19.295 homens ingressados no nível médio, apenas 658 se formaram no Curso Normal. Em 1970, das 47.561 mulheres que ingressaram no 2º ciclo médio, se formaram 33.805. Já entre os homens, 43.102 concluíram, sendo 1.880 no Curso Normal que visava à qualificação para a docência (BELLO, 2013, p.60).

Amarilio Ferreira Junior, em sua tese, trabalha com os dados do Censo Escolar de 1964, em que do total de 289.865 professores/as do magistério nacional, 270.560 seriam mulheres e 19.305 homens, com a seguinte titulação:

DIPLOMAS	NÚMERO DE PROFESSORES
CURSO SUPERIOR	7.666
NORMAL 2º CICLO	125.834
NORMAL 1º CICLO	28.486
CURSO PRIMÁRIO	127.879

FERREIRA JR, Amarilio, (1998, p.36)

Nessa composição, são apresentadas teses que buscam entender essas características, atribuídas à feminização do magistério. Para Eliane Marta Santos Teixeira Lopes, em texto escrito no início da década de 1990, tendo como foco de análise responder por que as mulheres são a maioria no magistério, a autora identifica que, até o século XIX, elas tinham como função a missão e o apostolado para seus lares e, sobretudo, a educação dos filhos para desenvolver suas “inteligências e iniciando-os as práticas das virtudes cristãs” (LOPES, 1991. p. 26 e 27). A partir do trabalho missionário, religioso, de apostolado e missão da palavra e da essência divina é que as mulheres entravam no magistério. Portanto, ao passar para o trabalho de professoras no século XX, trouxeram consigo esse passado de missão e apostolado.

Citando a pesquisa de Luiz Pereira, em sua obra “Magistério Primário numa sociedade de classe” (1969), tem-se dados da própria pesquisa de 1964, em que 92,5% dos próprios professores primários consideram a atividade mais adequada às mulheres. Os argumentos justificadores eram de dois tipos:

O primeiro diz respeito a traços da personalidade: instinto maternal, e maior dose de certas aptidões ou habilidades: carinho, amor, docilidade, compreensão, paciência, abnegação, comunicabilidade, meiguice, dedicação etc. O segundo diz respeito a fatores extrínsecos ou próprios do funcionamento do sistema de

ensino: salário reputado como baixo, poucas horas de trabalho diário, prestígio ocupacional insatisfatório (LOPES, 1991.p. 30).

Nas décadas posteriores – 1970, 1980 e início de 1990 –, o número de mulheres no Brasil só aumentou, segundo Eliane Marta Santos Teixeira Lopes. Essa autora sinaliza que desde então há um crescente número de pesquisas, principalmente, na área da educação, analisando e buscando respostas para a pergunta sobre a feminização do trabalho docente. No entanto, essa temática ainda carece de investigações, pois a questão se apresenta aberta.

Em relação às instituições, no caso da Confederação dos Professores Primários do Brasil, a mais importante entidade docente da época, esta passou a organizar as primeiras reivindicações da categoria na década de 1960. Segundo Amarilio Ferreira Junior, essa ação foi de “entendimentos diretos com as autoridades governamentais, particularmente mediante audiências e memorandos”, seguida pela estrutura administrativa de caráter mais associativista e recreativo do que propriamente sindical. Além disso, essa confederação, inicialmente, devotou apoio ao regime militar. De maneira mais específica, pode ser citada a ausência de registro no livro de atas e reuniões daquela diretoria se referindo, por exemplo, à greve dos professores de São Paulo, em outubro de 1963 (FERREIRA JR, 1998. p.28). Portanto, essa relação entre a CPPB e o regime militar comprometia de forma irremediável a independência e a autonomia sindical da primeira. Na avaliação desse autor, essa posição tomada pela direção da confederação perdia a possibilidade de oferecer qualquer tipo de oposição e, até mesmo, deixava de ser uma interlocutora válida para apresentar proposições alternativas ao projeto educacional gestado durante o regime militar.

Analisando o caso específico do Paraná, no conjunto das associações destaca-se a APP, fundada em 1947, na cidade de Curitiba, para atender os professores da capital e da região metropolitana. Embora constituída após a ditadura do Estado Novo, comportava-se como associação, organizando as negociações com o governo para atender as demandas do magistério e, também, na constituição de patrimônios e sedes para seus associados.

Da fase embrionária aos dias de hoje, essa associação passou a possuir jurisdição em todo o Estado do Paraná, nas escolas mantidas pelo governo estadual,

sendo composta por professores e funcionários da educação das séries finais do ensino fundamental e médio, apoiando cerca de 206 municípios vinculados a ela, permitindo sindicalizar também professores municipais. De acordo com as informações prestadas pela direção estadual, em fevereiro de 2020, o quadro se apresenta com 22.555 professores efetivos e 23.346 aposentados; 8.184 funcionários efetivos e 2.467 aposentados; 8.756 municipais, com o total de 65.308 filiados, constituindo-se no maior sindicato do estado.

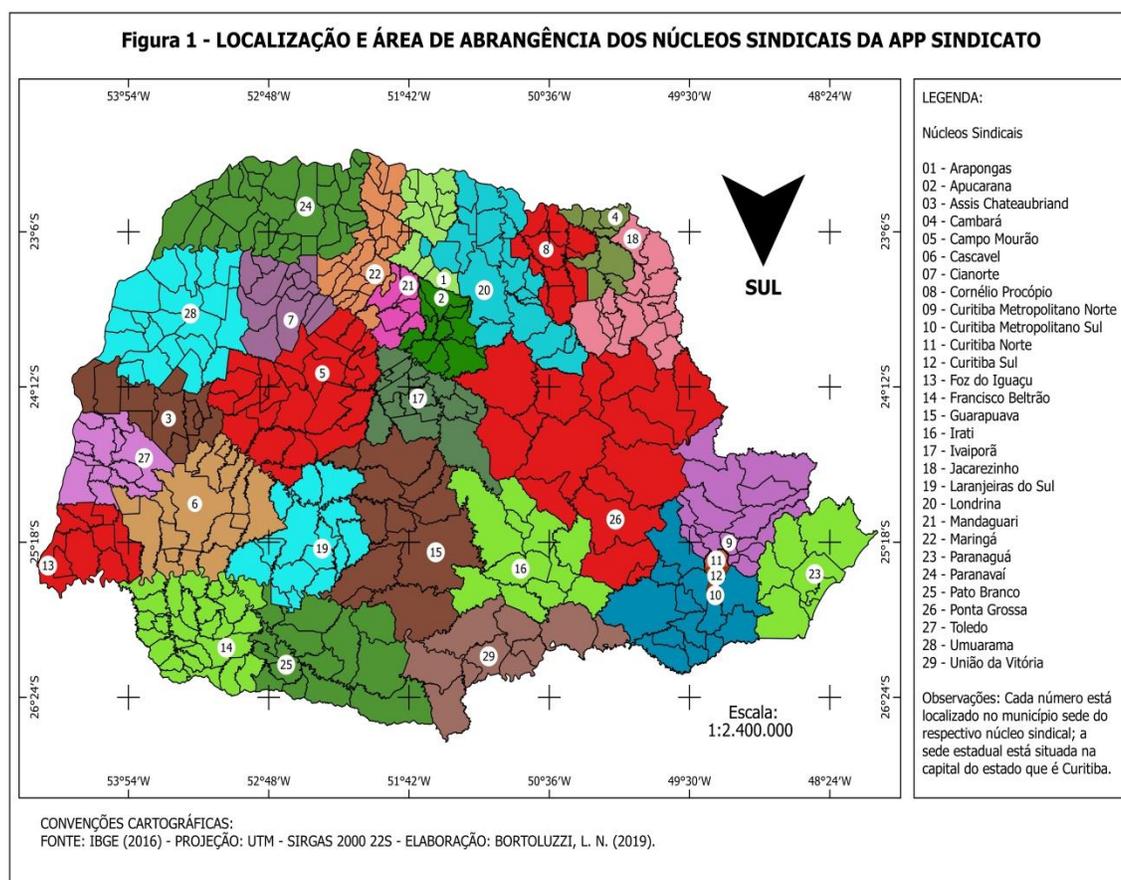
Além do número de filiados, ao longo desses mais de 70 anos, a instituição ampliou o patrimônio por meio de doações, construções e aquisições, como a sede arquitetada com cinco andares, localizada na Avenida Iguaçu, 880, no bairro Rebouças, em Curitiba/PR. Há, também, vários núcleos sindicais regionais que construíram ou compraram suas sedes por meio do repasse de sindicalizados locais, além de uma parcela provinda da arrecadação estadual. Junto a esse patrimônio, tem-se ainda a Casa da APP em diferentes cidades, como Curitiba, Londrina, Pato Branco, Ponta Grossa e Maringá; um Clube do Professor, em São José dos Pinhais, região metropolitana; duas Colônias de Praia, em Guaratuba/PR e Itapoá/SC. Todos esses espaços são destinados aos sindicalizados e seus dependentes, sendo a hospedagem mediante o pagamento de pequenas taxas. Outros serviços são prestados, como, por exemplo, assessoria jurídica, a qual inclui a contratação de advogados para eventual necessidade de ação judicial no intuito de pleitear ou reparar alguma contenda (desde perda salarial a danos referente à carreira do sindicalizado); assessoramento para aposentadoria, plano de carreira, convênios, entre outros serviços⁶.

A organização geográfica da APP-Sindicato, enquanto entidade que representa a maior categoria do funcionalismo público paranaense, é composta por 29 núcleos regionais espalhados por todo o Estado, o que permite organizar e mobilizar a categoria para os enfrentamentos travados, em especial, contra o governo estadual.

Esse formato único de representação sindical consolidou-se em 1981, quando ocorreu o Congresso na cidade de Ponta Grossa, promovendo a junção das associações: APP (Associação dos Professores do Paraná/1947), APLP (Associação dos Professores

⁶ Mais informações são possíveis de encontrar no site do sindicato. Disponível em: <<http://appsindicato.org.br/>>

Licenciados do Paraná/1967) e APMP (Associação dos Professores Municipais do Paraná/ 1972). Antes disso, eram várias associações de âmbito municipal, regional e estadual para representação dos professores.



Entretanto, antes da APP-Sindicato deter o direito de representar esta categoria, várias associações foram fundadas em diversas regiões e municípios do Paraná, principalmente ao longo da década de 1960, as quais representavam os professores nos diferentes níveis de ensino: primário, ginásio, segundo grau e universitário. Até o início da década de 1970, as associações eram distribuídas em quatorze sedes no total, sendo duas de âmbito estadual: Associação dos Professores do Paraná (APP) e Associação dos Professores Licenciados do Paraná (APLP); quatro regionais: Associação dos professores do Norte do Paraná, Associação dos Professores do Vale do Pirapó e Bandeirantes, Associação dos Professores do Noroeste do Paraná e, Associação dos

Professores do Oeste do Paraná; e oito municipais: União dos Professores de Ponta Grossa, Associação dos Professores de Maringá, Associação dos Professores de Guarapuava, Associação dos Professores de Palmas, Associação dos Professores de Cascavel, Associação dos Professores de Pato Branco, Associação dos Professores de Foz do Iguaçu e Associação dos Professores de Umuarama.

Os trabalhos que se propuseram a estudar o movimento do magistério paranaense, usando como referência a fundação da APP até meados da década de 1970, indicam que seus dirigentes, tinham como prática a negociação direta com o governo. Principalmente o grupo político ligado ao professor e advogado Faustino Fávaro, o qual esteve na presidência da associação durante doze anos, entre 1947 a 1973⁷. Período em que era muito comum a participação de representantes do poder executivo nas reuniões e assembleias dos associados.

Segundo Janice Tirelli Ponte de Sousa (1986), o “grupo engravatado” tinha livre acesso às secretarias e espaço de diálogo recorrente com o governo, fato que significou, principalmente, avanços no patrimônio da entidade devido às doações de terrenos, funcionários, desconto em folha para os associados e recursos do governo necessários para manter a infraestrutura em funcionamento.

Os materiais da APP reforçam essa ideia de identificar a origem do sindicato ainda no período de associação, com a finalidade de atender os associados com serviços, principalmente recreativos, conquista de patrimônio e aproximação com o poder executivo, os quais se reverteram em ganhos materiais:

[...] Havia também um grande espírito colaboracionista entre a Associação e o Governo, o que acabou fazendo com que a APP aos poucos fosse se consolidando, basicamente com doações governamentais - CR\$-200.000,00 anual, durante dez anos, para a construção da sede - foram comprados oito conjuntos no edifício ASA. O Governo também cedeu funcionários. A Prefeitura [Curitiba] também passou a ser uma colaborada da APP, doando um terreno na esquina da Rua Desembargador Mota com a Avenida Sete de Setembro, onde hoje se situa a Casa do Professor (APP-SINDICATO, 1994, p.13-14).

⁷ Os anos em que Faustino Fávaro presidiu a associação foram: 1947 a 1954, 1961 a 1963 e 1972 a 1973. Os demais presidentes ligados ao seu grupo foram: José Scheinkmann (1956-1961); Ocyron Cunha (1963-1966); Ismael F. Zanardine (1966-1969); Antônio dos Santos Filho (1969-1972).

No site oficial da APP, no link que destaca a história da associação, entre os fatos selecionados para representar a trajetória de lutas e conquistas, mencionam-se alguns eventos importantes: o ano de fundação, em 1947, como a época de redemocratização e de expansão do ensino público; no ano de 1951 as professoras primárias realizam uma passeata em Curitiba para reivindicar a criação de lei para regulamentar a profissão; além das duas greves de 1963 e 1968 que serão analisadas neste capítulo⁸.

Essas informações mais descritivas e que buscam construir uma trajetória vencedora e de conquistas pela página oficial da associação é ampliada na obra organizada por Amancio Luiz Saldanha dos Anjos (ANJOS, 2008 e 2017), professor aposentado que trabalhou como funcionário do núcleo sindical de Cascavel até 2017. Como funcionário da APP, após aposentadoria no magistério, escreveu o livro em comemoração aos 60 anos da instituição, e referente aos 40 anos da APP-Regional de Cascavel, fundadas, respectivamente, nos anos de 1947 e 1968. Essa obra foi publicada em 2008, sendo revisada, ampliada e relançada nove anos depois.

Nesses dois livros, fica evidente que a principal intenção fora selecionar, organizar e produzir um material que pudesse contar uma história de resistência, luta e conquista. Isto é, uma produção oficial carregada de sentidos e intenções, as quais expressam suas expectativas e interpretações sobre o vivido pelos professores, seguindo o viés da trajetória da entidade. Um exemplo disso, na introdução do livro, o autor apresenta a intenção e o desejo de melhor conhecer a própria História, com suas lutas, trazendo informações “historiográficas fidedignas”. Essa intenção consistiu, em muitos momentos da obra, em apenas selecionar os fatos e colocá-los de maneira organizada, priorizando, na maior parte, descrever os acontecimentos e destacar os avanços na carreira do magistério ao longo do tempo, com a organização e intervenção da associação nessa luta.

Não estamos negando ou desmerecendo essa produção, que tem seu mérito, sobretudo em tentar ordenar as fontes e expressar uma tentativa de construção mais sistematizada da história da instituição. No entanto, como já mencionado na introdução desta pesquisa, ela necessita melhor estruturação de seus arquivos, assim como permitir

⁸ Citamos apenas os marcos que contemplam o período de análise deste capítulo, pois essa seleção vai até o ano de 2015. Disponível em: <<https://appsindicato.org.br/historico/>>. Acesso em 02 fev. 2020.

ou possibilitar os estudos sobre a trajetória da entidade, especialmente dos trabalhadores da educação.

Destacamos essa tentativa de elaboração a partir da perspectiva de construção da história da APP-Sindicato. Sendo ela, linear e cronológica, com a exaltação das ações em seu conjunto que coordenou a resistência e o confronto com os governos, principalmente, pela pauta de luta e valorização da carreira do magistério. Portanto, consideramos essa fonte legítima, o que nos permite problematizar o processo, tendo em conta as limitações e as possibilidades que ela apresenta sobre o movimento associativista.

Entendemos também que, a memória oficial, para ser válida para o conjunto dos trabalhadores da educação, precisa ter credibilidade, aceitação e organização. Por isso, a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos, ou seja, o enquadramento que essa seleção faz interfere na construção de uma memória oficial, dentro desse processo de construção, desconstrução e reconstrução da memória sobre esse passado. Como apresenta Michael Pollak, “todo o trabalho de enquadramento de uma memória de grupo tem limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente”. Esse trabalho deve satisfazer a certas exigências de justificação” (POLLAK, 1989. p. 9). Esse trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história, o qual o autor diz:

Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro (POLLAK, 1989. p.10).

Demonstrar o vínculo dos fundadores da associação e suas práticas de negociação com o governo não é apenas trazer as “histórias fidedignas” desse passado, mas de marcar posições políticas e disputas por essa memória, a qual se caracteriza a partir de três pilares: a resistência, a luta e a conquista. Fica evidente que não houve o processo de silenciamento dessa memória, mesmo que fugisse da concepção que se defende de um sindicato autônomo em relação aos governos e que luta pela sua base a partir dos interesses e necessidades da categoria. Entretanto, atribuiu-se novo sentido,

que correspondesse à trajetória vencedora de conquistas para o magistério e deixando clara a separação entre a trajetória dos fundadores com o perfil e as ações da diretoria do presente.

A primeira fonte utilizada nas obras de Amancio L. S. dos Anjos, no mesmo ano da fundação da associação, foi a do grupo dirigente, que lançou a primeira e única edição da Revista “O Professor”⁹. Destacam-se como principais reivindicações da categoria a criação da carreira do professor, o que incluía os pontos mais gerais que acometiam o magistério: remuneração, estabilidade e formação. Esta última fazia referência a nomeação de profissionais habilitados, visto que essa ausência permitia que pessoas leigas passassem a ocupar cargos de professor.

Do conjunto de artigos que compõe a revista, um deles é o Estatuto de 1947 da APP. Nesse documento de regulamentação, em seu capítulo 2, apresenta a finalidade da entidade aos associados:

Art.2º - A Associação dos Professores do Paraná tem por fins:

I – promover a união do magistério;

II – amparar e defender as suas aspirações coletivas dentro do espírito de justiça e de respeito às leis do país;

III – proporcionar ao professor meios de elevar a sua cultura cívica, intelectual e profissional;

IV – prestar assistência moral e material aos sócios que dela necessitarem;

V – lutar pela reformar interior da escola como premissa da sua reforma exterior;

VI – lutar pela independência econômica do professor como premissa da sua liberdade moral;

VII – estudar e elaborar planos de cooperação com o governo no que diz respeito ao desenvolvimento da educação.

(Revista: O Professor, 1947, s/p)

Damos destaque para os artigos V e VI, que são apresentados em outros dois textos que compõem a revista, indicando por onde as reivindicações corporativas e econômicas eram pautadas. Isso porque a reforma interior estava relacionada à formação dos docentes, destacando que quanto maior sua qualificação, atuando dentro das escolas, melhor seria a qualificação exterior, refletidas nos alunos que atuariam na sociedade. Em suma, para atrair esse profissional, seria necessário um salário que lhe

⁹ Todos os textos escritos por algum membro da diretoria da APP mencionavam que a revista era o espaço de discussões das questões e dos problemas do magistério, cujo objetivo era encontrar o que se chamou de “um rumo acertado” à educação paranaense. Revista *O Professor*: ano I, nº 1. set/out de 1947.

propiciasse estabilidade e independência econômica, atuando com dedicação exclusiva e permitindo, assim, maior qualidade nas aulas. Para que fosse constituída a carreira do magistério, utilizam como parâmetro a carreira de militares e diplomatas, considerando-a, então, como função pública. Dessa forma, evitariam a falta de professores habilitados substituídos por pessoas leigas atuando na função de professor.

Em relação ao artigo VII, fica evidente sua prática no texto “Professores do Paraná”, escrito pelo professor José Scheinkman, secretário-geral da APP. Nesse texto, apresenta-se o primeiro lançamento da revista e as ações que a diretoria estava realizando, incluindo o processo de negociação com o governo:

Como Secretário da Associação dos Professores do Paraná, que hoje lança o primeiro número de sua Revista, eu tenho a vos dizer que o esforço de seus dirigentes, de várias pessoas que compõem sua Diretoria, tem sido grande, gigantesco, sempre no sentido de melhorar a situação da classe a que pereceis. [...] Ainda agora estamos a postos em três questões que muito representam para cada um de vós: a) a questão do pagamento integral das férias ao professor público secundário; b) a questão da estruturação da carreira do professor secundário e normal; c) a questão dos Colégios que não querem remunerar seus professores segundo o acordo firmado pelas autoridades federais competentes e publicado no Diário Oficial da República em 14 de abril do corrente ano. [...] Além dessas questões podemos anunciar aos professores do Paraná a grande sabatina que tivemos com S. Excia. o Sr. Governador do Estado[...] (Revista O Professor, 1947.s/p).

A respeito das férias, esta foi regulamentada com a Lei nº 28 de 09 de janeiro de 1948¹⁰, em seu artigo 5º, definindo que os professores secundários do Estado tem o direito de retribuição mensal dos períodos de aulas (no máximo 15 aulas por semana), “qualquer que tenha sido o tempo de exercício no decurso do ano, sem prejuízo em se tratando de professor catedrático, dos vencimentos correspondentes à cátedra”. Nesse período de férias, no entanto, ficariam sujeitos aos serviços relacionados à realização de exames para os alunos não aprovados, mediante gratificação correspondente a uma aula e no limite de seis horas de trabalho diário.

¹⁰ Lei nº 28, de janeiro de 1948 – dispõe sobre professores catedráticos dos estabelecimentos de ensino secundário. In: FLUMINHAN, Izidoro; GREGÓRIO, Domingos. Estatuto do Magistério Público do Paraná. Edição Pinheiros, Curitiba, 1960.p. 11.

Já o ponto “b” foi garantido com a lei nº 119, de 15 de novembro de 1948, a qual sofreu duas novas alterações em 1950 e 1955¹¹. Essa legislação, em sua maior parte, atribui e regulamenta a categoria de livre docente, depois chamada de suplementarista, a qual poderia substituir o professor catedrático (efetivo) por afastamento temporário ou vacância do cargo. Seu contrato de admissão ficou estabelecido por no máximo um ano. Com a criação dessa lei, em seu artigo 9º:

Os atuais ocupantes de cargos e funções do magistério secundário e normal, seja qual for a denominação sob que os venham exercendo, ficam automaticamente efetivados no cargo de professor auxiliar, se, na data da promulgação da Constituição Federal, contavam, pelo menos, cinco anos de exercício (FLUMINHAN; GREGÓRIO. 1960.p.12).

Referente ao item “c”, das reivindicações dos professores, de acordo com o secretário geral da APP, naquele momento, o campo de representação da associação era amplo, que ia desde os professores primários, secundários, superior, assim como das escolas particulares. No entanto, nossa escolha de análise permanece com o foco nos professores públicos da educação básica.

Seguindo à risca o estatuto da APP, no que se refere a criar ações colaboracionistas com o governo para melhor prover a educação, na reunião mensal dos associados, a instituição contou com as presenças do governador do estado, Moisés Lupion¹², e do secretário de Educação e Cultura Milton Munhoz. Nesse mesmo texto já citado, o professor José Scheinkman, em tom comemorativo dos possíveis avanços que foram prometidos pelo poder executivo, permitiu-se avaliar para toda a categoria que houve um “amplo debate educacional, sincero e construtivo, sobre os vários problemas enfrentados pela educação paranaense”. Além das promessas no que diz respeito à carreira e ao salário do magistério, referentes aos itens “a” e “b” da pauta de reivindicação, o destaque ficou para a doação do terreno onde seria construída a Casa do Professor em Curitiba.

¹¹ Lei nº 340, de 20 de maio de 1950 – Dá nova redação aos artigos I e IV, da lei 119, de 15 de outubro de 1948. O magistério secundário e normal do Estado será exercido: I – por professores catedráticos; II – por professores auxiliares e; III – professores suplementaristas. E a Lei 2481 de 16 de novembro de 1955 que dá nova estrutura no Magistério Secundário e Normal do Estado. (FLUMINHAN; GREGÓRIO, 1960, p.14)

¹² Moisés Wille Lupion de Tróia eleito governador para o período de 12 de março de 1947 a 31 de janeiro de 1953 e o segundo mandato de 3 de janeiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961, ambos pelo Partido Social Democrático / PSD.

De acordo com jornal produzido pela APP-Sindicato, na edição especial em comemoração aos cinquenta anos de fundação da entidade, destaca-se que na década de 1940, Curitiba tinha cerca de 180 mil habitantes e duas escolas públicas: o Colégio Estadual do Paraná e a Escola Normal Secundária (30 AGOSTO, Jornal. 1997, Edição especial). Durante o governo de Moisés Lupion, segundo o informativo, houve expansão da rede pública, que ultrapassou a rede particular na capital e que passou a exigir, em suas primeiras reivindicações, a criação de um plano de carreira e de salários para o magistério.

Esse material sinaliza que apenas a presença, a conversa e a posição favorável do governador em atender a aprovação da Lei do Magistério não foram suficientes. Segundo o informativo, a primeira ação da associação foi coletar um total de três mil assinaturas, entregues por seu presidente, Faustino Fávaro, pessoalmente ao governador, e só a partir dessa pressão ocorrem a aprovação e homologação da lei do Magistério Primário em 1949. Porém, a legislação a que se refere o jornal da APP foi sancionada no ano anterior. Nesse ano de 1949 fora sancionada no dia 24 de maio a Lei nº 293, a qual se refere ao estatuto dos funcionários públicos civis do Estado e, no seu artigo 262, apresenta que “o provimento nos cargos, a transferência, a substituição e as férias dos membros do Magistério Público continuam a ser regulados pelas respectivas leis especiais aplicadas subsidiariamente às disposições deste Estatuto”. Ou seja, a regulamentação estava posta na lei nº 119, como já mencionada.

Outra referência desse início da associação e as práticas dos dirigentes serem definidas como colaboracionistas e com vínculos ao poder executivo, é do professor Izaias Ogliari¹³, que presidiu a direção da APP a partir da década de 1970 e colocando-se como oposição ao grupo do professor Faustino Fávaro. No material chamado “Memória Histórica 1983”, um caderno com vinte e uma páginas datilografadas, Ogliari elenca, de forma descritiva, o que considerava ser as principais atividades da instituição entre os anos de 1947 a 1983. O primeiro texto, intitulado como “primórdios”, além de citar a fundação da instituição e seu primeiro presidente, destaca que em Assembleia Geral, contando com a presença do governador Moisés Lupion, “sensível aos problemas

¹³ Esteve na presidência do sindicato no período de 1978 a 1981, 1982 a 1985 e 1991 a 1993. Na época era filiado ao MDB e com a cisão desse partido, filiou-se ao PSDB.

levados a ele”, possibilitou a criação da Lei nº 119, em 1948, a qual criava a Carreira do Professor do Ensino Médio e o enquadramento dos professores.

Para os professores do ensino primário, a lei para reestruturar a carreira foi criada em 1950, entretanto, houve resistência do governo¹⁴ em relação a sua implantação imediata. De acordo com o memorial, foi necessária uma passeata com mil e quinhentas professoras primárias pelas ruas da capital do Estado para que efetivasse a proposta. O resultado dessa pressão ocorreu no ano seguinte, quando o governo cumpriu parte das determinações legais da Carreira do Magistério Primário¹⁵. Por isso, esse evento passa a ser destacado nas principais atividades da APP como reivindicação e conquista dessa reestruturação do Magistério Primário. Também é possível perceber, como prática de luta, a criação de comissões de professores que produziam memoriais sobre a situação dos docentes do estado, os quais eram encaminhados para os poderes executivo e legislativo.

Portanto, percebe-se que na seleção e enquadramento da memória oficial da APP, com o propósito de construir uma trajetória de lutas e conquistas, busca-se também, identificar o primeiro grupo de dirigentes, liderados pelo professor Faustino Fávaro. Tem-se o objetivo de evidenciar que as práticas desses dirigentes sobre as demandas trabalhistas da categoria foram feitas em meio as reuniões mensais na entidade, as quais contavam com representantes do poder executivo estadual, quando não a presença do próprio governador. Porém, apenas o “espírito colaboracionista” entre associação e governo não foram suficientes, pois outras ações foram empreendidas para que a regulamentação da carreira do professor fosse atendida.

Mapeando a legislação da década de 1950 relacionadas à pasta da educação¹⁶, já que as fontes oficiais da APP apontam a ausência de documentação nesse período¹⁷,

¹⁴ Foi eleito Bento Munhoz da Rocha Neto, que governou o Paraná de 31 de janeiro de 1951 a 03 de abril de 1955.

¹⁵ Lei nº 644, de 20 de abril de 1951 – Dá nova composição ao Quadro do ensino primário e profissional.

¹⁶ Na pesquisa no site do Sistema Estadual de Legislação da Casa Civil, utilizei como palavras-chave professor primário, secundário, ensino médio e normal; magistério e educação. A partir daí encontrou-se 21 leis relacionadas ao magistério (tabela salarial, enquadramento, promoção, carreira, nomeação). Disponível em:

<<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=listar&opt=t&site=1#resultado>>.

Acesso em 04 fev. 2020.

¹⁷ Entre o período de 01 de setembro de 1955 a 15 de janeiro de 1960, não foi encontrado nenhum registro no Livro das Reuniões da diretoria, o qual é usado como referência na seleção das atividades do sindicato.

percebemos algumas mudanças na composição do quadro de ensino. Inicialmente, era composto por três cargos – professor catedrático, auxiliares e contratados – até a última regulamentação dessa década, em 1958, quando se estabeleceram as funções de I- professor Normalista, II- professor de Educação Física, III- professor de Ensino Profissional, IV- Regente de Ensino Primário, V- professor Efetivo (extinto), VI- professor Habilitado, VII- professor Substituto, VIII- Delegado de Ensino¹⁸. Destaca-se, também, a alteração da jornada de trabalho dos efetivos e substitutos. Se a lei de criação da carreira do magistério estabelecia 10 aulas semanais, com a lei nº 396/1950¹⁹, era estabelecido o valor do pagamento por aula suplementar diurna e noturna e, além disso, permitiu-se que os professores catedráticos e auxiliares pudessem ministrar no máximo 36 aulas semanais, desde que no mesmo estabelecimento de ensino secundário e normal.

Por fim, embora não haja materiais oficiais que foram produzidos durante a gestão do professor José Scheinkmann (1954 a 1961), Amancio dos Anjos aponta que “Poderá ter sido negligencia da Diretoria em não registrar / entregar informações do período ou nada aconteceu”, em tom de lamentação, mas na sequência, presenteia o leitor com a informação de que no “mês de janeiro de 1959, aconteceu a inauguração da Casa do Professor”, batizada com o nome de Moisés Lupion, retratando como o único ponto positivo dessa gestão (ANJOS, 2017. p.40 e 41). Mantem-se, com isso, a linha de conquistas da associação, mesmo quando nada constava nas atas e livros da diretoria. No entanto, não apresentou o fato de que, durante o segundo mandato como governador, Moisés Lupion (1956 a 1961 – PSD) concedeu um auxílio de Cr\$ 800.000,00 para ser aplicado no pagamento de dívida da APP junto ao Banco do Estado do Paraná S/A, consequente da aquisição de sua sede própria²⁰.

Todos os materiais já pesquisados, produzidos pela APP com o propósito de apresentar as conquistas da categoria exibem esta lacuna.

¹⁸ Lei 3.569 de 22 de Fevereiro de 1959. Publicado no Diário Oficial nº. 7 de 8 de Março de 1958. Disponível em:

<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=56049&indice=1&totalRegistros=77&dt=6.3.2020.21.3.35.516>>. Acesso em 04 fev. 2020.

¹⁹ Publicado no Diário Oficial nº. 158 de 11 de Setembro de 1950. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=16299&indice=1&totalRegistros=77&dt=6.3.2020.20.48.30.317>>. Acesso em 04 fev. 2020.

²⁰ Lei 4.244 - 13 de julho de 1960. Publicado no Diário Oficial nº. 107 de 14 de Julho de 1960. <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=12209&indice=1&totalRegistros=204&dt=7.3.2020.9.25.51.496>>. Acesso em 05 fev. 2020.

Portanto, durante esse ciclo do grupo liderado pelo professor Faustino Fávoro, coincidindo ou não com os dois governos de Moisés Lupion, nos quais selecionam os dois marcos de conquistas para a história da APP, a Carreira do Professor (1948) e a Casa do Professor (1959), pode, também, ser entendido como oportunismo. A APP emerge como associação num determinado momento histórico em que há uma abertura do estado na organização sindical, desde que, ela seja controlada por ele.

Avaliando do ponto de vista dos trabalhadores, a associação utilizou a oportunidade, nesses primeiros doze anos, em tirar o que puderam em termos de estrutura e assistência. Porém, desse oportunismo, o preço pago foi uma posição colaboracionista dos dirigentes até a década de 1950, estabelecendo uma forma de pautar as reivindicações da categoria, a qual vão ser mantidas na década seguinte, mas que em determinados momentos são questionadas e abandonadas pela base.

1.1 – A expansão do sistema escolar e as experiências do trabalho docente no ensino primário

No primeiro momento, buscamos analisar quais eram os vínculos colaboracionistas da direção da APP com o governo, algumas das suas práticas de negociação e a forma como essa memória da entidade é construída a partir de conquistas e avanços. Neste momento, temos como objetivo apresentar as características do magistério na década de 1960, na qual se indica o início da expansão do ensino no estado. Usaremos os dados levantados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o número das escolas, de professores e da formação, relacionando-os com o conjunto da população paranaense e de analfabetos no ensino primário comum para, assim, apontar de que forma essa expansão ocorreu.

Outra questão proposta consiste em analisar os depoimentos das professoras que iniciaram nesse período no magistério, no que diz respeito a sua trajetória e às condições de trabalho. Seguiremos o entendimento de que essa experiência que emerge dos depoimentos, pressupõe a agência humana na história. Isto é, os sujeitos não agem livremente, de forma autônoma, mas experimentam suas situações e relações produtivas

determinadas e, em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura age, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981, p. 182). Portanto, situar esses depoimentos no seu contexto histórico, significa entender como as relações estavam estruturadas, como esses sujeitos pensam e agem a partir dessa determinada realidade.

Sobre esse período de análise, Lia Zanotta Machado (1983), aponta que a década de 1960 é marcada por uma nova configuração política, representada pelo primeiro governo de Ney Braga (1961-1965, pelo Partido Democrata Cristão - PDC), assentando o seu discurso sobre a educação com o intuito de disputa pela hegemonia política de grupos industriais e comerciais. Segundo a autora, buscava-se expandir sua base de apoio, em especial, entre os setores ligados às atividades urbanas e à produção de café.

Mapeando a legislação referente ao magistério paranaense, em levantamento realizado no site do Sistema Estadual de Legislação – Casa Civil²¹, ao longo da década de 1960, foram sancionadas quatorze leis específicas para a carreira do magistério. Desse total, sete leis foram durante o governo de Ney Braga, das quais se destaca a lei nº 4.978 de 05 de dezembro de 1964 que estabelece o sistema de ensino.

Essa lei já vem em consonância com o regime posto após o golpe civil/militar e dentro do contexto de expansão do magistério. Sobre esse aspecto, verificamos os dados do ensino primário comum, as matrículas, a localização das escolas e o corpo docente. Esse levantamento incide sobre o total de matrículas referentes às redes federal, estadual, municipal e particular, realizadas no início de cada ano. A escolha do período entre 1960 e 1968 foi pensada para entender esse crescimento que desencadeou, nesse período, a realização de dois movimentos grevistas da categoria.

²¹ A partir daí encontrou-se 14 leis relacionadas ao magistério (tabela salarial, enquadramento, promoção, carreira, nomeação). Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=listar&opt=t&site=1#resultado>>. Acesso em 04 fev. 2020.

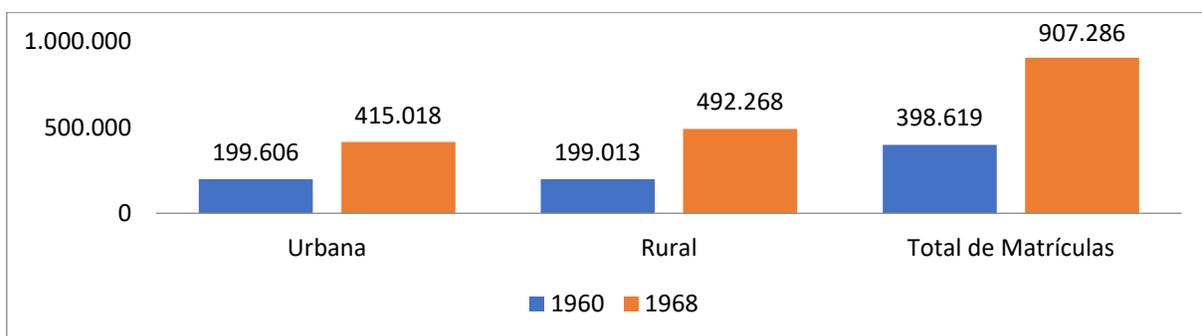


Gráfico 1 – Matrícula total no Ensino Primário [1ª. a 4ª.]. Paraná (1960 e 1968)

Fonte: IBGE – Estatísticas do Século XX.

É perceptível que, em menos de uma década, o número de matrículas nas redes escolares mais que dobrou. Em relação ao total de matrículas de 1960 para 1968, chegou-se a 128% de aumento. Outra questão que se destaca é a localização dessas escolas no início da década 1960, a qual apresenta uma pequena diferença em relação ao maior número na área urbana. No entanto, ao final desse período, há o crescimento de 147% na área rural, enquanto a área urbana apresentou 108% de aumento, o que em alguma medida evidencia certa expansão do ensino com maior concentração das matrículas na área rural.

A respeito do corpo docente, os dados apurados, seguindo o mesmo período, evidenciam um crescimento total de 90%, sendo que a rede estadual demonstrou um aumento de 50% e a rede municipal com o maior índice – 315%.

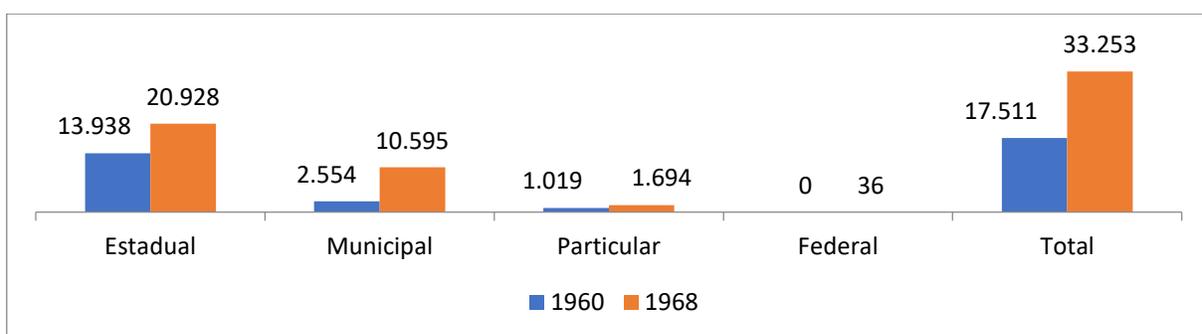


Gráfico 2 – Corpo docente total no Ensino Primário – Paraná (1960 e 1968)

Fonte: IBGE – Estatísticas do Século XX.

Importante acrescentar que desses números sobre o corpo docente, em 1960, apresentava-se o quadro total de 17.511, classificado em duas categorias: normalistas e

não normalistas. No enquadramento de professora normalista, que hoje se equivale à formação de conclusão do Magistério, chegava ao número de 4.712; já as não normalistas, com formação mínima completa até o ginásio, 12.799. Isto é, tinha-se três vezes mais professoras sem formação completa, ou que não estavam enquadradas como professora normalista. Desse total de docentes, predominantemente feminina, segundo a categoria, 4.678 eram auxiliares e 12.833, regentes de classe. (IBGE, Século XX. 2007)

As unidades escolares, organizadas por dependência administrativa, também indicam crescimento entre os anos de 1960 e 1968. Por exemplo, a rede municipal tem destaque com 262%, assim como a área rural com 102%, apresentam o maior crescimento nesse período.

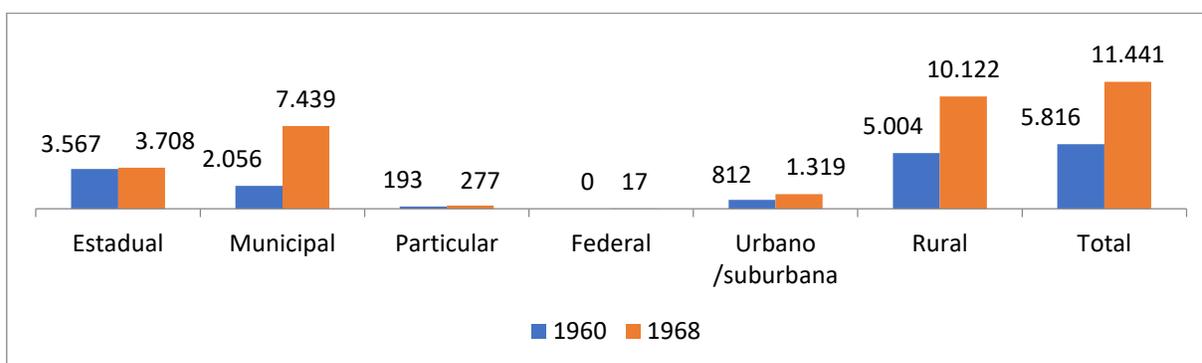


Gráfico 3 – Unidades escolares, segundo a dependência administrativa total no Ensino Primário – Paraná (1960 e 1968)

Fonte: IBGE – Estatísticas do Século XX.

No Paraná, no início da década de 1960, segundo os dados apurados pelo IBGE, a população total era de 4.268.239, sendo 1.305.927 (30,60%) na área urbana e 2.962.312 (69,40%) na área rural. Selecionando a faixa etária que corresponde ao ensino primário e ginásio (5 a 9 anos e 10 a 14 anos) são 1.185.023 que corresponde a 27,8% em relação ao total da população. Desse número, de acordo com o gráfico abaixo, é expressiva a quantidade de analfabetos na faixa etária dos 5 aos 9 anos.

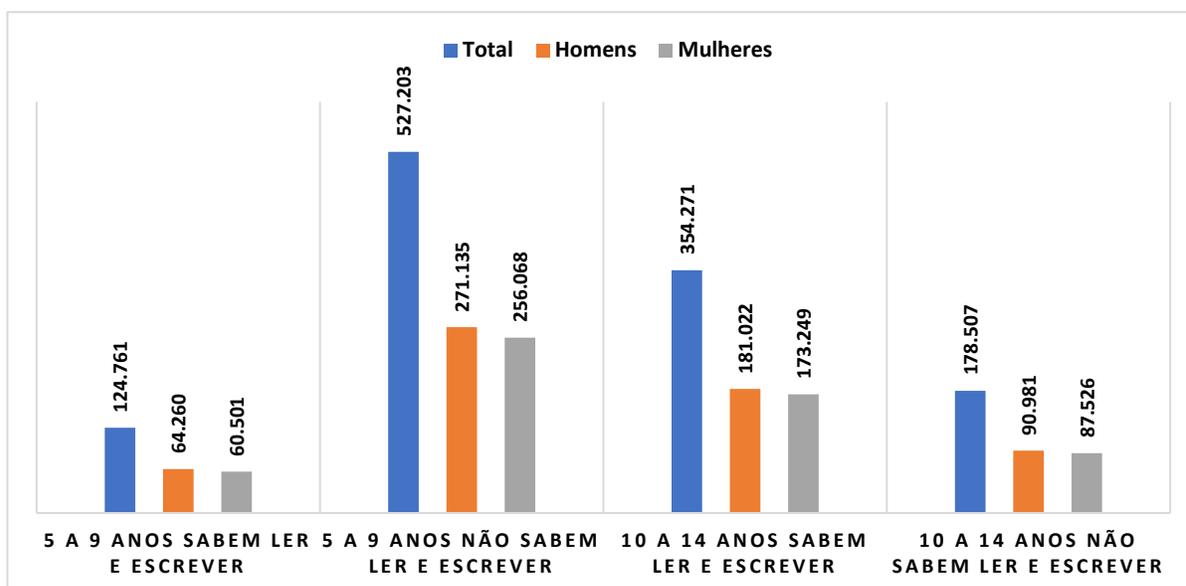


Gráfico 4 – analfabetismo de crianças de 5 a 14 anos no Paraná (1960)
(Censo Demográfico. 1960, Paraná, p. 57)

É preciso fazer a ressalva na faixa etária dos 5 aos 9 anos, considerando que a entrada das crianças se dava a partir dos sete anos, no ensino primário comum e, mesmo assim, o número total das que não sabiam ler e escrever chega a ser duas vezes maior para os homens e um pouco mais para as mulheres. Em comparação entre o total das que sabem ler e escrever o número é mais expressivo: um pouco mais que quatro vezes. Já o grupo etário dos 10 aos 14 anos, do total de 532.970, o número de analfabetos era de 178.507, o que significa que, a cada três crianças ou adolescentes alfabetizadas no início da década, uma não sabia ler nem escrever.

Porém, é na primeira faixa etária analisada que pesa e são determinados os dados do analfabetismo, pois é nela que se inicia esse processo de escolarização e que, portanto, irá influenciar nos dados dos próximos níveis de aprendizagem. É também nesse nível de ensino que irá ocorrer a expansão durante a década de 1960, mas que seguia os mesmos contornos sociais das décadas anteriores, com a conjugação entre o perfil feminino e padrão de ensino seletivo (FERREIRA JR; BITTAR, 2006, p. 1162).

Esses dados apresentados sobre a expansão das unidades escolares, matrículas, corpo docente e analfabetismo, só fazem sentido para este estudo, se relacionados a partir da questão de como se deu na prática essa expansão do sistema

educacional, isto é, só adquirem sentindo a partir da experiência de homens e mulheres reais. Como apresenta Thompson, “estamos falando de homens e mulheres, em sua vida material, em suas relações determinadas, em sua experiência dessas relações, e em sua autoconsciência dessa experiência” (THOMPSON, 1981, p. 111). Portanto, são entendidos não como seres abstratos desprovidos da materialidade social que os condiciona, mas são homens e mulheres concretos, situados em condições sociais específicas.

O ponto de partida é analisar como as escolas ou o trabalhar nelas vai sendo narrado, percebido e interpretado nas falas das professoras entrevistadas. Dentro desse campo de investigação histórica, como apresenta Déa Ribeiro Fenelon, busca-se explorar “as experiências vivenciadas e descobrir, neste diálogo constante com as fontes, as possíveis leituras de outras experiências, de outras realidades” (FENELON, 1995. p.80).

Para analisar as formas com que os trabalhadores tratam as suas experiências, buscamos partir das situações reais e concretas em que constituíram essas trajetórias de trabalho. Dentro dessa proposta, o exercício é verificar quais os padrões em suas relações, ideias e instituições, ou seja, as entrevistas e as conversas informais (não gravadas), que tratam da sua experiência de trabalhado, são usadas como informação e, principalmente, como interpretação desse passado.

Nesse cenário apresentado de expansão do ensino, a questão norteadora das entrevistas e conversas com as professoras que trabalharam nessa década começa pela pergunta mais óbvia, porém, de extrema importância para este estudo: como era dar aula nesse período ou como era ser professora?

A professora Maria Inês²², nascida na cidade de Águas da Prata, interior do estado de São Paulo, com três anos de idade veio com a família para o norte do Paraná, na cidade de Porecatu, onde o pai passou a trabalhar na usina de cana como eletricitista e a mãe costureira, prestando serviço para o hospital e a família “Lunardelli”, donos da usina de açúcar da cidade. Vinda de uma família com três irmãos e uma irmã mais nova, a qual vai seguir os mesmos passos, Maria Inês concluiu sua formação até a quarta série

²² Maria Inês, 73 anos, normalista, residente em Marechal Cândido Rondon, aposentada desde 1997. Entrevista gravada pelo autor em janeiro de 2019.

numa escola pública. Para ingressar no ginásio, precisava passar por uma seleção de admissão, a qual “Muitas vezes você não conseguia, você tinha que fazer um cursinho tipo exame de admissão, porque muita gente já não tinha condição de pagar e o ginásio era pago”. Não eram todos que teriam condições financeiras, mesmo que quisessem prosseguir com os estudos, pois naquele momento em sua cidade só havia oferta em estabelecimento particular. Concluindo o ginásio e ao passar por outra seleção, ingressou no curso de normal (público) para ter habilitação como professora. Assim que ingressou nessa etapa de estudo, iniciou sua trajetória de trabalho no magistério, a qual narrou:

Antes de trabalhar como professora estadual eu trabalhei antes pelo município, naquela época que eu te falei terminando o ginásio, durante todo o curso de magistério eu lecionava. Porecatu é uma cidade latifúndio, e a usina de açúcar, e fizeram dono de tudo. Então eles tinham uma fazenda que produzia cana e nessa fazenda tinham os operários que cortavam cana, e a usina pagava uma parte e a prefeitura outra parte e os professores iam dar aula nessas fazendas. Eu comecei trabalhando assim, na fazenda. Um dos anos eu saía 5 horas da manhã da minha casa, a gente ia de perua e Kombi para as fazendas, tinha o transporte que eles levavam né? Lá tinha classe multisseriada de primeira a quarta série. Eu chegava seis e meia na fazenda que eu lecionava. Essa perua levava, fazia um roteiro nas fazendas né? A primeira a pegar seria eu de volta lá, nove e meia a perua estava lá e eu tinha que estar pronta porque não podia atrasar um minuto, porque essa perua tinha um horário para pegar todo mundo. Chegava em casa e ia para a escola, para o curso e trabalhava. Então a gente trabalhava em séries multisseriadas, fazia a merenda, limpava a sala né? A gente fazia a merenda e limpava a sala, isso tudo era por conta da professora e que a gente contava muito com a ajuda das crianças e dos alunos, porque eles tinham muito interesse em aprender, todo mundo tinha muito interesse em aprender. E os pais deles também ajudavam muito a gente, a gente tinha voluntários, mães de alunos que iam lá acender o fogo, era aqueles misturados de leite que ia fazer. Cada um levava sua canequinha né? Era muito interessante (INÊS, Maria. 2019, entrevista).

As escolas iam surgindo de acordo com a demanda das cidades e com as condições financeiras para construir a sua infraestrutura, além do pagamento dos salários dos professores e funcionários. Estes últimos não aparecem na fala da professora, que contava com a ajuda de voluntários para realizar a limpeza e preparar a merenda. Essa escola, descrita pela Maria Inês, parece ser um lugar improvisado, em vilas localizadas dentro de fazendas, as quais serviam aos interesses econômicos desses proprietários. As características desse espaço se constituíam de salas multisseriadas para atender os diferentes níveis de ensino e idades dos alunos, sendo o trabalho compartilhado com os pais e voluntários. Foram construindo, naquele espaço, um ambiente de aprendizagem,

não apenas de conteúdos formais, mas também o de cuidar e contribuir para a sua efetivação. Talvez seja por isso que sintetiza a reflexão desta escola com “era muito interessante”, que pode ser analisado do ponto de vista do que é cativante ou envolvente, pois havia a preocupação daquelas pessoas em criar as condições para se concretizar o ensino escolar.

Essa forma de escola apresentada por Maria Inês está em consonância com a Lei nº 28 de 26 de outubro de 1959, que estabelecia normas para a realização da campanha permanente de abolição do analfabetismo no estado. Para isso, ela regulamentava a criação de grupos em cada cidade que pudessem organizar os trabalhos. O artigo 4º apresentava as atribuições:

Para promover, organizar, coordenar, e cooperar para o arrolamento das crianças de sete anos feitos, menores de nove a quatorze anos e dos adolescentes de quinze anos para cima e adultos, serão formadas uma comissão Central na Capital ou sede de cada Município e Subcomissão em cada povoado, fazenda, estabelecimento industrial, grande, incluídos nelas cidadãos e cidadãs de boa vontade pertencentes a todas as classes sociais sem distinção de cor, política ou confissão religiosa (FLUMINHAN; GREGÓRIO. 1960.p.80).

No Paraná, nesse mesmo ano da referida lei, as matrículas efetivas no ensino primário comum foram um total de 316.092. Distribuídas por dependência administrativa, representou no estado 211.403, no município 80.621 e particular 24.071. Desse total das matrículas, 154.991 foram feitas em localidades rurais, ou seja, 49% e, contando com 5.950 professores lecionando, do total de 14.370 no estado. Relacionando com os dados de 1960, o número de matrículas aumentou em 80%, assim como o número de professores (17.511) em 82.06%. Desse total do corpo docente, 10.370 estavam classificadas como não normalistas, como é o caso das professoras entrevistadas para este estudo, as quais não tinham concluído toda a formação básica.

Olharmos apenas para a lei de combate ao analfabetismo, assim como para os números da expansão das escolas, matrículas e corpo docente, limita nossa imaginação histórica para entendermos como se deu esse processo de expansão. Da mesma forma que não analisar as condições econômicas e os interesses políticos na construção de escolas e contratações de professores.

Nas escolas do interior, descritas pela Maria Inês, era comum trabalhar com salas multisseriadas, nas quais se dividia o mesmo espaço de acordo com o ano de ensino. Nesse caso, as carteiras ocupadas pelos alunos ficavam ao lado da lousa que seria usada para trabalhar os conteúdos específicos àquele nível de aprendizagem. Utilizando como referência o que hoje se caracteriza como uma escola, na maior parte dos estabelecimentos no Paraná, as atividades eram realizadas em um espaço improvisado e com limitações na infraestrutura.

A professora Maria de Castro Gomes²³, nascida na cidade de Jataizinho/Pr, muda-se ainda criança com a família para Aparecida do Oeste, onde irá concluir o ensino primário. Vinda de uma família de pai lavrador e mãe professora primária, tendo mais dois irmãos e uma irmã, foi a única que seguiu a profissão docente. Ao iniciar nossa entrevista, sobre como era trabalhar no início da carreira docente, apresenta que:

A escola não tinha estrutura nenhuma [...] era apenas uma sala, num salão grande e ali colocava-se umas carteiras de madeira, que sentavam 3 em 3 alunos. Era 3 alunos na mesma carteira e a sala era dividida em 1ª e 2ª série. Tinha um professor que dava aula de 1ª e 2ª série e o outro dava de 3ª e 4ª, que as escolas tinham até a 4ª série. Nessas cidades menores era só até a 4ª série. Então, no começo foi assim em Aparecida do Oeste. [...] por exemplo, era feito no final do ano, você dava aula o ano todo e no final do ano vinha uma equipe para fazer as provas para aquelas crianças, para saber se eles estavam habilitados a ir para as séries seguintes ou não (GOMES, Maria de Castro. 2019, entrevista).

O processo de avaliação externa dos alunos, para definir quem seria promovido ou não para a próxima série, também se apresentava como avaliação do trabalho realizado e compartilhado entre professora e discente. Para os alunos, o sentido era saber se aprenderam os conteúdos trabalhados e se tinham os pré-requisitos para cursar a próxima série. Em relação à professora, se atingiu seu dever ao ensinar. Por outro lado, segundo a narrativa da professora Maria de Castro, as condições de trabalho, de ensino, de infraestrutura, ou aspectos socioeconômicos não estavam inseridos nesse processo avaliativo.

²³ Maria de Castro Gomes, 74 anos, normalista, depois professora de Estudos Sociais, residente em Umuarama, aposentada desde 2002. Entrevista gravada pelo autor em fevereiro de 2019.

Destaco para análise dessa questão que as duas professoras começaram a trabalhar com 14 e 15 anos, respectivamente, ou seja, de acordo com os dados apresentados, auxiliares e depois regentes de classe. Esses dois enquadramentos profissionais, no início da década de 1960, constituíam a maioria das professoras nas escolas em todo o estado. Nesse cenário que se apresenta com a expansão do ensino, evidenciada no aumento das matrículas e na criação de novas unidades escolares, em cidades que não tinham o corpo docente habilitado, para atender sua demanda, recorrem à professoras sem a formação concluída no Ensino Normal, o qual capacitava para a docência, nível de ensino primário.

Para essas professoras, era uma oportunidade de emprego, numa idade muito comum aos trabalhadores assalariados, naquele período, em que trabalhar antes de concluir os estudos ou mesmo abandoná-lo para trabalhar era uma prática cotidiana. Apesar de não estarem com a certificação no curso normal, atuavam como regente de classe, já que eram responsáveis por lecionar para a sua turma.

A trajetória de formação da professora Maria de Castro Gomes, até chegar a normalista, aconteceu no mesmo período em que lecionava. Avançar na sua formação naquele momento, só foi possível quando mudou com a família para uma cidade maior que Aparecida do Oeste, onde eram ofertados outros níveis de ensino. Trabalhava no período da manhã, ministrando aulas no ensino primário e em salas multisseriadas, no município de Cruzeiro do Oeste, noroeste do estado, apenas com a conclusão do ensino primário. Para cursar o ginásio (5^a à 8^a séries), estudava no período noturno, pois este nível de escolarização só era ofertado nesse horário. Posteriormente, ingressou no normal regional. Sobre as condições de estudo, narra:

Cruzeiro do Oeste, as condições já eram bem melhores do que em Aparecida do Oeste. As condições de trabalho já eram melhores, escola. Não tinha luz nessa época. Não tinha energia. Cruzeiro do Oeste não tinha energia, a gente usava um, chamado, um motor que tinha na escola. Então, ligava-se aquele motor para a gente estudar e se o motor pifasse, a gente passava uma semana sem aula até resolver o problema. Se era numa semana de prova, fazia todo mundo fazer prova com vela. Botava uma velinha na carteira de cada um para não acumular as provas ou para terminar uma prova que já tinha começado porque não tinha energia. A energia era de um motor que tinha na escola. A cidade não tinha iluminação nenhuma, era só a escola que tinha iluminação para os alunos estudar. Você ia no escuro, que era um breu, né?! E era assim (GOMES, Maria de Castro. 2019, entrevista).

O sentido de afirmar que a cidade e a escola eram melhores, mesmo observando em seu depoimento a falta de luz elétrica – assim como na escola do campo –, seria pelo fato de ser ofertado o ginásio e o normal regional, possibilitando, então, a conclusão de sua formação. Outro aspecto positivo, seria que a possibilidade de ser contratada aumentava, já que Cruzeiro do Oeste ofertava, na rede pública, os três níveis da formação básica.

Pensar a escola do interior, a partir dos depoimentos dessas professoras, que ingressaram na docência nas séries iniciais sem a formação no curso de normal regional, indica uma possibilidade de compreensão sobre como era se formar para a docência nesse universo. Essa estrutura educacional, na qual esses sujeitos se inserem, vai construindo também a sua própria experiência a partir dessas condições concretas específicas, nesse contexto de expansão do ensino durante a década de 1960.

A respeito da forma de contratação, como não tinha sua formação concluída para atuar como professora regente, a professora Maria de Castro diz que:

Em [19]60 que eu fui nomeada. Eu comecei a trabalhar porque o prefeito chegou e falou "não temos professor e você vai trabalhar e eu vou me incumbir de trazer, te arranjar a nomeação para você pelo Estado", porque era de interesse deles para não pagarem o professor. Logo depois que eu comecei no mês, eu não lembro se foi em agosto, acho que foi em agosto que, quando uma professora foi embora, uma turma de 1º e 2º ano. Aí eu trabalhei aquele finalzinho de ano e no final do comezinho do ano seguinte eles já trouxeram a minha nomeação. Eu fui até em Cianorte tomar posse, no núcleo lá[...] (GOMES, Maria de Castro. 2019, entrevista).

Aos 15 anos de idade, Maria de Castro inicia como professora substituta, em 1959. No ano seguinte, tem a sua nomeação como professora vinculada à rede estadual, devido à formação concluída até a 4ª série (ensino primário), a qual realizou na cidade de Aparecida do Oeste. Isso indica que ela se enquadra dentro do quadro do corpo docente não normalista e com regência de classe que, segundo os dados levantados, eram a grande maioria no início da década de 1960. Outra questão apresentada é sobre sua contratação, a qual ocorrera por meio da mediação do prefeito da cidade. Segundo a professora, devido ao interesse da prefeitura em não arcar com seu salário, conseguiu sua efetivação no cargo. Isto é, nesse período de carência de professoras formadas para

aturarem na área, podemos considerar que era uma prática comum a nomeação por indicação política.

A mesma legislação que vai regulamentar os cargos e vencimentos no início da década de 1960 é a Lei nº 4.544/1962²⁴. Essa lei apontava que as contratações para os cargos de magistério seriam preenchidas por concurso de provas e títulos. Outro dado importante aparece em seu artigo 37, definindo que os “ocupantes de cargos classificados no nível 1 (um), quando menores de 18 (dezoito) anos, perceberão a metade do vencimento-base correspondente”, que possivelmente foi o caso das entrevistadas. A referida lei, por exemplo, estabelecia a seguinte remuneração para as professoras primárias em início da carreira:

	Padrão	Salário	Abono	Total
Professor Substituto	C	7.450,00	2.831,00	Cr\$ 10.281,00
Professor Habilitado	D	7.900,00	2.923,00	Cr\$ 10.823,00
Professor Regente	G	9.050,00	3.077,00	Cr\$ 12.124,00
Professor Extra	I	9.800,00	3.136,00	Cr\$ 12.936,00
Professor Normalista	J	10.150,00	3.146,50	Cr\$ 13.296,50
Professor Efetivo	K	10.500,00	3.150,00	Cr\$ 13.650,00

Tabela I – Salário início de carreira Professor Primário
(Organizada pelo autor)²⁵

No início de carreira e com formação incompleta, para atuarem no ensino primário como normalistas, a média salarial era em torno de um salário mínimo, com o

²⁴ A lei nº 4.544 de 31 de janeiro de 1962. Publicado no Diário Oficial nº. 273 de 5 de Fevereiro de 1962. Definia a classificação dos professores primário (sete categorias) e os níveis salariais : Professor Normalista - J.K.L.M.N e O; Regente de Ensino Primário - G.H.I.J.K.L e M; Professor Habilitado - D.E.F.G.H e I; Professor Efetivo - K.L. e M; Professor Substituto - C e I; Professor Extranumerário - I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX; Professor Tarefeiro. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=11967&indice=1&totalRegistros=24&dt=11.3.2020.8.19.39.145>>. Acesso em 11 fev. 2020.

²⁵ Em 1961 o salário mínimo ficou estabelecido pelo Decreto nº 51.336 para o período válido de 16/10/61 a 31.12.62 no valor de Cr\$ 10.080,00. Disponível em: <file:///C:/Users/omana/Downloads/RESPOSTA_PEDIDO_Salrio%20Mnimo.pdf>. Os professores enquadrados como tarefeiros e extranumerário eram regulamentados a receber o salário mínimo regional.

abono salarial. Outros aspectos foram apontados nos depoimentos das professoras, como diz Maria Inês:

Tinha diferença, até eu trabalhei em uma fazenda que não pertencia a usina, pertencia a uma outra família, e ele pagava menos do que a usina, então ninguém queria aquela fazenda. Aí aquela fazenda os iniciantes tinham que ir, então o primeiro ano eu trabalhei naquela fazenda, ela se chamava Santo Antônio e eu ia de charrete. Eu fui bastante tempo, porque depois me envolvi ali e ia até de domingo na missa e o Celso Fernandes, o dono da fazenda, gostava muito da gente, da minha família e tudo. Apesar dele me pagar um salário diferenciado, menor, mas eu tinha umas regalias que as outras não tinham. A charretinha chegava cedo com dois litros de leites para mim e para minha família, e eu era solteira nessa época. Ele já trazia leite, entregavam o litro de leite e minha mãe fazia né!? Vinha fruta, milho verde, olha até carne assim, frango vinha, ovos, então ele me brindava com isso, mas me pagava menos. Mas eu sempre fui muito bem tratada ali e quando, depois eu casei e tive meu filho, ele teve problema com leite o Celso Fernandes me forneceu gratuitamente, e isso eu nem trabalhava mais com ele, mas assim por questão de amizade de família, ele forneceu mais de um ano leite para o meu filho de uma vaca só. Então ele tirava leite só daquela vaca e isso vinha, nunca ele me cobrou. Eu não sei se isso influenciava em alguma coisa ou não, mas eu trabalhei nessa fazenda e ganhava menos que os outros. E eu não sei se as outras que trabalhou antes de mim ou depois de mim teve isso, mas eu tive (INÊS, Maria. 2019, entrevista).

Essa trajetória que emerge da experiência dessas professoras indica que a expansão da rede de ensino, anunciada pelo governador da época Ney Braga, apresentam elementos importantes para compreender quais eram as condições de trabalho. Da mesma forma, percebe-se que a expansão do número de matrículas, do aumento do número de escolas e do corpo docente, pelo menos em cidades como as apresentadas pelas professoras Maria Inês e Maria de Castro, ocorriam de forma improvisada, a partir de acordos políticos entre governo do Estado, prefeituras e donos de fazendas. Em situação de formação básica (conclusão da 4ª série) para lecionar, a remuneração baixa, como apontada por Maria Inês, era complementada, no início da carreira, por certas “regalias” como mantimentos, leite, transporte, como pagamento do salário.

Maria de Castro apresentou outra situação referente ao atraso de salário, no momento quando se mudou para a cidade de Cruzeiro do Oeste. Segundo ela, ficou sem receber durante um ano, por problemas burocráticos, os quais não foram especificados.

Intercalando seu tempo de lecionar pela manhã e estudar no período noturno, em casa, ainda trabalhava na limpeza do café, entregue pela empresa beneficiadora:

[...] quando eu vim transferida para Cruzeiro do Oeste, eu passei um ano sem receber salário, um ano. Um ano sem ver um centavo do meu salário. E depois eu recebi o retroativo todo, mas sem correção nem nada e ninguém reclama. Você recebia e ficava feliz da vida porque você recebeu. Entendeu?

Odirlei: Durante esse um ano sem receber como era?

Maria de Castro: A gente sobrevivía. A gente sobrevivía fazendo outras coisas, como por exemplo, Cruzeiro do Oeste, naquela época que tinha muita plantação de café, aqui nessa região era a região do café. Cruzeiro do Oeste, Cianorte, Campo Mourão, essa região era só café. Tinha essas beneficiadoras de café, ela limpava o café, mas ela não separava o café do bom e do ruim. Então a gente pegava aquilo para fazer e era um serviço que a gente fazia em casa. Por exemplo, eles traziam na sua porta 10 sacas de café para você separar. Então, a gente trabalhava de manhã, dando aula e a tarde a gente fazia esse tipo de serviço. Botava numa mesa e separava o café e ganhava o dinheiro para sobreviver até a gente poder receber, receber o salário (GOMES, Maria de Castro. 2019, entrevista).

A trajetória dessas professoras, no início da década de 1960, possibilita problematizar aspectos que permanecem no imaginário da categoria de que “antigamente se ganhava bem”, ou “era mais fácil ser professor”. Junto a isso, há a ideia de que o professor era respeitado e que fazia parte da classe média, ou que na década de 1960 foi o auge do magistério (PESSANHA, 2001). As evidências que estamos levantando não descartam completamente essa visão e interpretação sobre a profissão docente no ensino primário, porém, conversando com essas trabalhadoras sobre sua trajetória de vida e de trabalho, seu ingresso na carreira, vão sendo apresentadas evidências que problematizam parte dessas definições comumente repetidas.

Portanto, a década de 1960 é marcada pela expansão do ensino primário em número de escolas, matrículas e corpo docente, conforme sinalizaram os gráficos. É também, em meados dessa década, que houve a implantação de um sistema de ensino a partir da Lei nº 4.978/64, em consonância com o regime civil/militar instalado naquele ano, em que a escola pública, notadamente, foi a mais atingida pelo autoritarismo e controle, fato que ficará mais evidente durante a década de 1970.

Por fim, os dados apontados sinalizam o maior número de professores como não normalista e regente de classe nessa década. Isso significa que, devido à formação inicial e de acordo com as evidências apresentadas, recebiam a menor remuneração. Desse

modo, para esse conjunto de professores não normalistas que trabalhavam no ensino primário, não é possível generalizar que a profissão professor, por si só, permitiria um bom salário. Não sem entender a diversidade dentro da categoria, sobretudo das professoras primárias não normalistas e regentes de classe.

1.2 – A primeira greve: “Operação Tartaruga” ou “Greve Branca”

A expansão das matrículas, escolas e corpo docente durante a década de 1960 foi marcada pelas lutas por salário e carreira dos professores da rede pública do Paraná. Elas tiveram maior evidência quando as reivindicações se transformaram em movimentos coletivos que ultrapassaram os limites e práticas de negociação, que eram, até aquele momento, o que constituía o perfil das direções da APP. Para entender os dois movimentos desse período, buscamos analisar como as fontes oficiais da APP apresentam esses eventos, dentro da proposta de construir sua trajetória de lutas e conquistas. Buscou-se, também, a forma como a DOPS documentou os movimentos e seus envolvidos.

Primeiramente, destaca-se que há poucos materiais oficiais que documentam a década de 1960 arquivados na sede da APP. A ata de assembleias gerais da associação, que corresponde ao período de outubro de 1961 a setembro de 1972, não tratou das reivindicações, motivos, acontecimentos, negociações ou desfecho do movimento de 1963. Nesse mesmo ano, o debate da primeira assembleia registrada ocorrera no mês de setembro, com o propósito de promover mudanças no Estatuto da associação.

O Jornal 30 de Agosto, na edição de comemoração pelos 50 anos da entidade, apresentava que as greves em todo o país eram movidas pela inflação, baixos salários e por reformas políticas, já que o país vivia a campanha do plebiscito para reconduzir João Goulart à presidência. Nesse período, em seu movimento reivindicatório, as professoras ocuparam diariamente as galerias do legislativo, mesmo com o pronunciamento televisionado do governador, o qual pedia que as vinte mil professoras primárias do estado voltassem às aulas (30 AGOSTO, Jornal. 1997, Edição especial). No material “Memória Histórica 1983”, Izaías Ogliari indica que o movimento buscava melhorar a

carreira do magistério, as condições de trabalho e de vida, as dificuldades frente à alta da inflação e que, a partir desse movimento, começou-se a pensar na unificação do magistério (OGLIARI, 1983. p.03).

Entre as obras já citadas, Amancio dos Anjos aponta que, no início de 1963, no final das férias, na transição do afastamento necessário para o descanso, e a gradativa retomada do planejar o ano letivo, o governo não teria contemplado a categoria com as reivindicações apresentadas no final do ano anterior: Estatuto do Magistério, reestruturação dos níveis de carreira e reajuste salarial. Por essa razão, vai iniciar o ano letivo com a deflagração da “Operação Tartaruga”, nome dado ao processo em que as aulas teriam seu tempo reduzido para trinta minutos.

Devido à ausência de fontes produzidas pela associação no período, Amancio dos Anjos utiliza o documento escrito em que o presidente da época, Faustino Fávaro, apresentou sua avaliação, tempos depois, sobre o início do movimento:

Houve uma Assembleia de professores na Sociedade D. Pedro II, com cerca de 1500 pessoas. Compreendi a gravidade da situação e liguei para o governador. Como ele não se encontrava, a assembleia deliberou pela greve chamada inocentemente de Operação Tartaruga. O governo negociou com boa vontade e conseguimos trazer cerca de 10 mil pessoas (ANJOS, 2017. p.41 e 42).

Algumas questões devem ser pensadas sobre a avaliação do início do movimento. Observando as atas de assembleias desse período, a quantidade de participantes era sempre baixa. Quando se tem 1500 pessoas, significa mais que o descontentamento da categoria em relação a pauta econômica, mas uma pressão para que a direção se movesse para além das reuniões e acordos em gabinete. Além disso, percebe-se pelo tom de centralismo que ele foi sensível em compreender a gravidade do problema e a tentativa de falar diretamente com o governador para resolver o conflito. Como não obteve êxito, iniciou-se o movimento. Isso reafirma, ainda mais, a conduta conciliatória com o governo, que durante todo o mês de fevereiro, em que as professoras primárias estiveram organizadas na “Operação Tartaruga”, vivendo momentos de tensão e conflitos mais exacerbados com poder executivo, sobretudo para que voltassem às aulas regularmente.

Nas palavras de Faustino Fávoro, o processo de negociação com o governo foi “feito com boa vontade”. No entanto, no documento “Operação Tartaruga: História de uma lenda”, produzido sobre a sua gestão, são descritas as principais atividades da greve de 1963:

[...] 06/02 Duzentas professoras fazem passeata contra a demora na aprovação dos vencimentos. Sob chuva, vão da APP ao Centro Cívico entregar as reivindicações aos deputados e ao governador.

07/02 – Sai o enquadramento das professoras no DESP.

08/02 – SEC (Secretaria da Educação e Cultura) pede a volta das professoras às aulas e se compromete a encaminhar a reivindicação.

09/02 – Sábado. Professores realizam passeata, com o emblema no peito “Operação Tartaruga”. O trajeto vai da rua XV à Santos Andrade, às 10 h. Cerca de 400 pessoas. Destaque à delegação do interior, que chega com mais de dez ônibus.

12/02 – Editorial: “Apelo aos Professores”, reconhecendo a procedência das reivindicações do magistério, defendendo o governo e pedindo o retorno às aulas. “O principal objetivo de seu movimento já foi alcançado – a sensibilização coletiva e o reconhecimento por parte do governo da justa reivindicação que fazem”.

12/02 – Assembleia debate o substitutivo apresentado pelo deputado Jorge Nasser, que reteve o projeto do deputado Rubens Requião por 20 dias. – O apelo do Secretário na TV desmobiliza um pouco a greve., Culpa do governo federal.

13/02 – Ney Braga retorna ao Paraná após viagem de 4 dias e faz pronunciamento na TV, acusando os professores de não ter comparecido à reunião marcada. Justificou a situação dizendo que a folha de pagamento estava alta, a economia do país estava instável e outros investimentos de vulto do estado. Apela para volta às aulas.

14/02 – Após discussões com o comando de greve, o deputado Rubens Requião apresenta novo reenquadramento. A gratificação para o magistério de 25% e para os normalistas, 20%. Às 2:30 da madrugada do dia 15/02, os professores decidem aceitar a proposta do governo, mas deliberou que a O.T. duraria até a aprovação pela Assembleia.

15/02 – Substitutivo é apresentado e aprovado por unanimidade, faltando apenas a votação final.

28/02 – Acaba oficialmente o movimento grevista.

(ANJOS, 2008, p.32)

Estabelecendo uma ligação entre as duas citações acima, contidas nas obras de Amancio dos Anjos, não apareceram evidências de que a direção tivesse intenção de mobilizar a categoria, assim como obter apoio de outros setores da sociedade. Entretanto, evidencia a preocupação em não comprometer a imagem de respeito às autoridades constituídas, mantendo a postura de neutralidade, característica das associações naquele período, a qual preconizava que, “mesmo em práticas reivindicatórias mais agressivas – passeatas e greves – insistia-se no caráter

diferenciado dessas iniciativas, que eram descritas como ‘ordeira’, com vistas a preservar a distância do operariado” (Vicentini & Lugli, 2009).

Nas fontes oficiais da APP, com o propósito de manter a construção da sua trajetória de conquistas, pouco aparecem os grupos de posições divergentes durante a década de 1960. Porém, mantém-se a fala conciliadora, a postura de ligar ao governador e depois apontar que a negociação foi tranquila. Esse perfil do grupo diretivo da APP não foi suficiente para conter o descontentamento da categoria dentro daquele contexto, culminando na radicalização das práticas de negociação.

Essa prática mais radical sugere diferenças e divergências dentro do conjunto dos professores, o qual não pode ser pensado como uma categoria homogênea, visto que a APP representava, também, o professorado primário que demandavam de formação oferecida em nível médio; o secundário nível superior com a remuneração e jornada de trabalho variada de acordo com o nível de ensino; o enquadramento funcional, se era efetivo ou contratado; sem mencionar professores com cargos comissionados ou em funções administrativas, assim como os da rede particular. Esses diferentes lugares ocupados dentro da profissão representam posições que conduziam a diferentes perspectivas, divergências, disputas e antagonismos entre os professores.

Sobre esse movimento, nas fontes da DOPS, organizadas na pasta referente ao Sindicato dos Professores de Ensino Secundário, Primário e Comercial de Curitiba²⁶, participante da comissão central da greve juntamente com a APP e Casa do Professor Primário, encontram-se quatro reportagens referentes à “Operação Tartaruga”. Cabe uma ressalva que, ao longo do seu período de funcionamento, a DOPS produziu vários arquivos de “alvos”, ou seja, profissionais que eram considerados subversivos ou poderiam trazer algum risco ao governo. A maneira como estes arquivos foram produzidos e suas características são debatidos por todos aqueles que os utilizam como fonte de pesquisa, como os artigos que compõe a Revista Quadrilátero, publicada em agosto de 1998, em edição única. Nela, encontra-se um conjunto de artigos elaborados por funcionários de alguns arquivos públicos do país, os quais buscaram divulgar um balanço parcial dos órgãos de repressão, e que pudessem servir de guia preliminar, ou

²⁶ Pasta identificada com a numeração BR PRAPPR.PB004.PT1899.223. Arquivo Público do Paraná.

seja, “um instrumento de pesquisa, sobre os acervos da repressão recolhidos aos arquivos” (RODRIGUES; SILVA. 2001. p. 182)

Um exemplo desse trabalho, publicado nesta revista, está em Pádua e Gama (1998), as quais apontam que os agentes da DOPS eram responsáveis pela produção de informações sobre indivíduos e instituições, gerando documentos policiais que tinham a função de gerenciamento de serviços e de tramitação burocrática, como: ofícios, portarias, pedido de férias dos funcionários, protocolos, livros ponto, protocolos, escalas de serviços, memorandos, comunicações internas, relatórios, etc. Estes eram definidos como atividades-meio. Já as atribuições que justificaram sua criação teriam o propósito de investigação, censura e repressão, correspondentes das atividades-fim. Cada uma dessas atividades gerou dados sobre indivíduos e instituições, resultando numa quantidade variada e extraordinária de documentos. (PÁDUA; GAMA. 1998. p. 27- 40)

Dos materiais selecionados por esse departamento sobre a “Operação Tartaruga”, três são do Jornal Última Hora e outro arquivado sem identificação. De modo geral, as reportagens têm um tom de apoio ao movimento e destacam a organização que atingiu grande parte do estado, o que permitiu avançar nas negociações, mesmo que estas tenham se estendido durante todo o mês de fevereiro daquele ano. Também, as reportagens descrevem sobre as atividades e reivindicações, o apoio recebido da comunidade e em que medida o movimento estava alcançando cidades e escolas dos vários municípios do Paraná.

A reportagem intitulada “Professores de braços cruzados: greve branca atingirá interior”, publica pelo jornal Última Hora (06/02/1963), apresenta como foi organizada a recepção dos alunos no primeiro dia de aula, momento em que se preocuparam em explicar os motivos da greve. As orientações eram para que os alunos não comparecessem à escola até a resolução das reivindicações. Após as explicações permaneceram em classe, sem fazer qualquer tarefa escolar. Segundo a reportagem, no período da tarde, foi organizada uma reunião na sede da APP para organizar os próximos passos do movimento. Na sequência, sob forte chuva, foram em passeata até a Assembleia Legislativa, onde foram recebidas por diversos deputados que demonstraram apoio. Ainda sobre o movimento, a matéria destaca a decepção entre as professoras pela recusa do governador Ney Braga em recebê-las. Outro fato que repercutiu na categoria,

mas que teve efeito motivacional, foi quando o chefe da Casa Civil, para se livrar das professoras que aguardavam ser recebidas pelo governador, argumentou que não seria pressionado “por infiltrações comunistas” (DOPS, PT1899.223. p.14).

Pensando na questão proposta pelas autoras Vicentini e Lugli (2009) sobre o associativismo docente no Brasil, as práticas adotadas até a década de 1960, mesmo nos movimentos mais radicais, passeatas e greves consideradas ordeiras, buscava-se preservar a distância do operariado. Percebemos nessa “greve branca” do magistério primário paranaense várias práticas que buscam fortalecer essa imagem, como as autoras definem. Dessa forma, ficar de braços cruzados para as aulas é entendido como uma maneira de não receberem falta, distante do que seria, caso fosse adotada a greve total, com o abandono das escolas. Isso também permitia manter o diálogo entre elas e a comunidade sobre as condições de trabalho e salário, bem como, criava as condições para que as professoras pudessem montar comissões para visitar os estabelecimentos de ensino na capital e interior, sem identificar seus nomes ou escolas, evitando, assim, possíveis punições.

Outra questão é que as reportagens arquivadas na pasta da DOPS apresentavam o movimento de “Greve Branca”, diferente do que aparece nas fontes da APP – “Operação Tartaruga” –, as quais passaram a chamá-lo por outra denominação, a mesma que permanece nas descrições oficiais das greves realizadas pela categoria. Em nossa análise sobre essas fontes, não é possível saber se o nome “Greve Branca” foi atribuído pela imprensa ou surgiu de participantes, mas se seguirmos a definição das autoras Vicentini e Lugli, sobre o distanciamento do movimento operário, ou mesmo de definições como subversivo, radicais ou comunistas, a expressão “Greve Branca” representava um movimento justo, ordeiro e pacífico. O que não anula a interpretação de tática de parte do movimento, em estabelecer essas características, visando o apoio da sociedade civil para a pauta reivindicada.

Como em qualquer movimento coletivo dos trabalhadores que buscam reivindicar, principalmente, sua pauta econômica, os primeiros dias são importantes para atingir a categoria, pois consistiram em conversas e convencimento sobre a adesão ao movimento. É possível ter uma noção sobre essa semana na reportagem “Professoras não podem viver com salário de domésticas” – jornal Última Hora 11/02/1963. O ponto

de encontro seria a sede da APP e entre as tarefas diárias estava montar comissões, as quais tinham como atribuição sair para visitar grupos e casas escolares da capital; verificar se as professoras que permaneciam no local de trabalho estavam cumprindo a “Operação Tartaruga”; e quando tramitava o substitutivo pelas comissões da Assembleia Legislativa referente à pauta do movimento, marcavam presença nas galerias, corredores e do lado de fora, conversando e pressionando os deputados (DOPS, PT1899.223. p.10).

Percebe-se que as ações foram efetivas na capital e passaram a influenciar a adesão das professoras em outros municípios como Paranaguá, Imbituva, Castro, Piraí do Sul, Prudentópolis, Guarapuava, Ipiranga, Ivaí, Reserva, Tibagi, Ortigueira e outros.

A primeira semana foi fechada com a passeata no sábado (09/02), contando com a presença de cinco mil mestras, da capital e interior, chamada de “a marcha do salário”. Tendo como trajeto um pouco mais de dois quilômetros: iniciou-se na Praça Osório rumo à Praça Santos Andrade, onde ficaram concentradas (DOPS, PT1899.223. op.cit).

Dessas reportagens, destacam-se dois pontos sobre o motivo do movimento: a comparação com o salário de doméstica e a marcha para o salário. Se pegarmos a média salarial simples das professoras primárias, usando os dados da tabela salarial já citada, chegamos ao valor de Cr\$ 13.898,60, comparando com o salário mínimo regional, de vigência até dezembro de 1962 no valor de Cr\$ 10.080,00 e fazendo uma média total simples entre os dois valores, o que as professoras recebiam acima do mínimo regional corresponde a 38%. Nesse sentido, os parâmetros para legitimar suas reivindicações estão mais apontados para o *status quo* da profissão docente, predominantemente feminina, comparando com outra profissão predominantemente do mesmo gênero. Também sinaliza que a expansão do ensino, implica ao mesmo tempo na desvalorização salarial ocasionada pela ausência da correção inflacionária.

Contrapondo a fala do professor Faustino Fávoro, na qual afirmara que o governo “negociou com boa vontade”, percebemos os confrontos mais acirrados durante esse movimento, ocorrido quando o governador Ney Braga, que se negava a receber desde o início as representantes do movimento para negociar, passou a utilizar a imprensa para pressionar as professoras a retornarem às aulas e, também, para solicitar aos pais que mandassem seus filhos às escolas. A matéria “Greve das professoras continua apesar das ameaças do governo”, publicada no jornal Última Hora (14/02/1963), apresenta que

o governador, valendo-se de um tom ameaçador em sua fala televisionada, usaria “o máximo rigor custe o que custar”, sem possibilidade alguma de atender às reivindicações ou conceder qualquer melhoria salarial enquanto as professoras não voltassem às aulas. De acordo com a reportagem, as ameaças não tiveram o efeito esperado e nenhum estabelecimento de ensino primário da capital funcionou. Em alguns casos, poucos alunos compareceram às escolas. Em outros, permanecia a ausência, demonstrando o apoio dos pais em relação à solicitação das professoras (DOPS, PT1899.223. p.16).

Nessa mesma reportagem, foi publicado o “Manifesto da Comissão de Divulgação da União do Professorado Ponta-grossense” que diz:

- I- Durante anos a fio milhares de professores vêm suportando o constrangimento de verdadeiro salário de fome, inferior, até mesmo, ao salário mínimo regional”;
- II- Trata-se de uma situação inadmissível, vexatória e asfixiante, que cumpre ser corrigida de imediato pelos poderes públicos, cujos deveres para com o ensino são indissociáveis da responsabilidade que temos, todos nós, brasileiros e paranaenses individualmente considerados, na formação de nossos homens de amanhã;
- III- Ergue-se ao magistério primário numa campanha enérgica e justa, ordeira e sadia, na qual nada se pretende além da obtenção de condições materiais mínimas que possibilitem à pessoa do professor uma vida menos sacrificada, e compatível com a dignidade e com a importância das funções que desempenha ele no seu grupo humano e social”[...] (DOPS, PT1899.223. op.cit).

A referência para apresentar a situação a qual as professoras primárias estavam submetidas em termos financeiros é a comparação com o salário mínimo, acrescentando que esse problema vem acometendo há meses. Isso tudo para uma profissão cuja importância está na formação dos “homens de amanhã”, trazendo valores cultivados na categoria como missão e vocação, ou seja, mantinha-se o imaginário de uma profissão próxima do sacerdócio, mas que deveria ser realizada em condições dignas, de forma que não passassem situações de constrangimentos e vexames. Sendo assim, devido a essa situação, manifesta-se um movimento forte, que se justificava tanto pela função da profissão, como também pela situação em que se encontravam essas profissionais. Mantinham-se, então, os valores morais de movimento ordeiro e sadio, apresentando que não se tratava de movimentos subversivos, mas sim, de ênfase ao sacrifício que estavam realizando, apesar dos salários de fome. Isso resultou na constituição do movimento em algo justo, nobre e com o apoio de grande parte da sociedade.

De acordo com as reportagens citadas, o movimento conseguiu manter-se durante todo o mês de fevereiro devido às atividades organizadas diariamente, promovendo ações como propaganda nas ruas através de alto-falantes; confecção de cartazes alusivos à greve na sede da APP; realização de assembleias permanentes com a presença constante de grande número de professoras; visitas aos grupos escolares e assinatura normal dos livros-ponto; as idas à Assembleia Legislativa para acompanhar a tramitação das reivindicações; as constantes reuniões com os pais agradecendo o apoio e apresentando com detalhes os motivos do movimento. Além disso, houve também, o recebimento de apoio de outras associações e sindicatos, câmaras municipais, lojistas, entre outros.

Durante a madrugada do dia 15/02/1963, em debate na ALEP sobre a pauta salarial das professoras primárias e os demais professores da rede pública do estado, foi apresentado, em tom de consenso, a proposta do deputado Rubens Requião (Partido - UDN), que era um substitutivo geral ao projeto de aumento de vencimentos, contemplando as reivindicações das professoras, em que os valores seriam:

- M – 1 um salário mínimo e meio, para as professoras não normalistas;
- M – 2 dois salários mínimos, para as professoras normalistas;
- M – 3 três salários mínimos, para os professores do Ensino Médio;
- M – 4 três salários mínimos e meio, para os instrutores do Ensino Médio;
- M – 5 quatro salários mínimos, para os assistentes do Ensino Superior; e
- M – 6 cinco salários mínimos, para os professores catedráticos.

(DOPS, PT1899.223. p.13)

Contudo, a Lei nº 4.697/1963 que apresentou o aumento dos vencimentos dos funcionários públicos civis e militares do estado, definia em seu artigo 8º que:

“Aos vencimentos fixados para os cargos da série de classes Professor de Ensino Médio EC-503 e Professor do Ensino Primário EC-504 será acrescida uma gratificação especial pelo efetivo exercício de magistério que será nas bases seguintes e sobre a qual são também calculadas as demais vantagens atribuídas ao funcionário:

- a)** 25% (vinte e cinco por cento) aos Professores do Ensino Médio e Professor Normalista;
- b)** 20% (vinte por cento) aos Professores que possuem diploma de Regente de Ensino²⁷.

²⁷ Esta lei foi publicada no Diário Oficial nº. 1 de 1 de Março de 1963. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=16342&indice=1&totalRegistros=22&dt=8.3.2020.16.18.43.648>>.

Tabulando os valores referentes à proposta encaminhada pelo legislativo, a qual contemplava os interesses de grande parte da categoria, como a aprovada pelo governador, percebe-se diferenças consideráveis nos valores.

Proposta de Salário substitutivo do deputado Rubens Requião - UDN	Valor corrigido para 1963	Sancionado pelo governador Ney Braga	Valor concebido
1 1/2	Cr\$ 26.700,00	20%	Cr\$ 21.360,00
2	Cr\$ 35.600,00	25%	Cr\$ 23.896,00

Tabela II – O reivindicado e o aprovado

(Organizada pelo autor com base nos dados da Tabela I professor regente e professor normalista início de carreira).

De acordo com o apresentado, o que determinou o início do movimento foi a questão salarial, quando em 1962 o salário mínimo era de Cr\$ 10.080,00, corrigido pelo Decreto Federal nº 51.612 (corresponde ao período de 01/01/1963 a 23/02/1964), com base no índice inflacionário oficial do ano anterior em 78%, o salário mínimo a ser pago no Paraná durante ano de 1963 seria de Cr\$ 17.800,00 na capital e Cr\$ 17.200,00 o salário regional. No entanto, as professoras iniciaram aquele ano recebendo os valores correspondentes a dezembro, portanto, no mês de janeiro, o conjunto dos professores passou a se reunir antes de começar o ano letivo para que os salários fossem corrigidos dentro dos índices oficiais do governo federal.

A avaliação positiva do presidente da época, Faustino Fávaro – da mesma forma, a de Amancio dos Anjos e de outras fontes da APP –, seguindo a linha de construir uma memória de conquistas e avanços, busca classificar a “Operação Tartaruga” como vitoriosa, sem qualquer avaliação crítica do movimento como um todo, da direção ou mesmo do governo.

Percebe-se que o motivo da paralisação das aulas fora melhorar a remuneração, devido às condições precárias de vida e a desvalorização do salário. Ao buscar o apoio da comunidade em geral, bem como dos pais, isso funcionou como uma estratégia para legitimar o movimento e pressionar o governo, mas não constituía o objetivo principal. Se analisarmos o aumento de 25 e 20 por cento, comparando com a proposta defendida pelo consenso da categoria, a diferença para a professora primária não regente ficou em

49%; já para a professora normalista, resultou em 25% a menos do pleiteado. Portanto, os valores que vão sendo utilizados para dizer que o movimento foi vencedor, naquele momento, não atendeu às professoras, mas foi o suficiente para encerrar o movimento após a assinatura da lei, pelo então governador Ney Braga.

Outro ponto que constitui a construção dessa memória oficial da associação, é a importância que se atribui a esse movimento. Isso porque caracterizou como sendo a primeira manifestação que envolveu a paralisação das aulas, mesmo que parcial, o fechamento de escolas, a participação de professores de outras cidades e regiões do Paraná.

Uma última questão sobre esse movimento se refere a como as professoras entrevistadas, que trabalharam nesse período, constroem a sua memória. Como diz Alistair Thomson, “ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser” (THOMSON, 1997. p. 57). Seguindo essa definição, a análise dos relatos requer, como qualquer outro tipo de fonte, uma aproximação crítica, pois não serão lembradas exatamente como aconteceu no passado, mas sim, num processo de construção e reconstrução para atender as aspirações atuais.

Para tentar auxiliar nesse processo de construção da memória, utilizei algumas reportagens já citadas sobre o movimento das professoras primárias, como por exemplo: “Professoras de Braços Cruzados: Greve Branca Atingirá Interior” (U. H. 06/02/1963) e a segunda reportagem “Professoras Não Podem Viver Com Salário de Domésticas” (U.H. 11/02/1963).

Em relação às memórias, destaca-se o relato da professora Maria Inês, no qual apresentou as dificuldades de comunicação na sua cidade de Porecatu, ao longo da década de 1960, e que não soube das greves que aconteceram nesse período.

Não. Essa não, de 63 nós nem... Ali na minha cidade nem notícia não chegou. Era um município muito pequeno, continua sendo muito pequeno. As informações eram só via rádio, e nem todo mundo tinha acesso. Jornais, revistas eram pouco circulados. Na verdade, para te falar a história, eram poucas pessoas que tinham acesso a isso, aos meios de comunicação, revistas. Até para você adquirir uma coisa dessas vinha de Londrina, ali não tinha. E que na época para ir até Londrina era meio dia quase né? E rádio era as informações que tinha, só. Essas greves nem era do meu conhecimento. [...] Para mim a primeira greve de professor do Paraná era aquela do Jaime Canet [1978], mas aí depois que eu

também fui ler que eu vi que tinha tido outras antes (INÊS, Maria. 2019, entrevista).

Quando ocorreu esse movimento das professoras primárias, Maria Inês estava concluindo o ensino normal, com 18 anos de idade. Trabalhava em escolas rurais na cidade de Porecatu, que ficava a aproximadamente 87 km de Londrina, cidade citada pela professora como a de maior estrutura, onde a categoria era representada pela APNP (Associação dos Professores do Norte do Paraná) que encaminhou declaração à APP, sete dias após o início do movimento, declarando apoio e adesão (ANJOS, 2017.p.44).

É difícil dimensionar as condições de mobilização, organização e articulação nesse primeiro movimento reivindicatório da categoria que paralisou as aulas total e parcial nas escolas públicas. Da mesma forma, não é aceitável quantificar o número exato de cidades ou escolas que aderiram ao movimento. Mas foi possível evidenciar, pelas fontes analisadas, algumas ações como a criação de comissões para visitar escolas, as quais se constituíam em grupos que se dispunham a viajar da capital para o interior, visando mobilizar e obter adesão, da mesma forma que ocorreram viagens do interior à capital para reuniões e atos em excursões ou caravanas, como a “marcha pelo salário”.

Por outro lado, há professoras que não participaram ou mesmo não lembram por que ocorreu o movimento no início da carreira docente. Ainda assim, esse processo sugere que as professoras primárias passaram a criticar e reivindicar salário e melhores condições de trabalho em outros espaços de luta, utilizando a importância da profissão em educar as futuras gerações (missão e vocação), mas conciliando com as pautas econômicas. Ou seja, houve uma luta pela valorização do magistério, pela profissionalização da profissão de professor.

A professora Maria de Castro, em sua narrativa, relatou que não participou da “Operação Tartaruga” de 1963, alegando que o lugar onde residia e lecionava dificultava o acesso às informações: “Então como toda comunicação era bem difícil naquela época, não tinha asfalto, não tinha telefone, não tinha nada. Então, a gente, nessa de [19]63 a gente não participou de nada não”. Com as matérias em mãos, após ler os títulos e observar as imagens, apresentou a sua avaliação sobre a falta de lembrança desta greve:

Olha, para te falar a verdade, na época as pessoas que moravam nas grandes cidades tinham uma visão diferente da gente. Para gente que morava lá nos

distritos, lá nas escolinhas, na periferia [...] longe. Para gente o salário que tivesse estava bom. Você entendeu? Não tinha como reclamar e achava que estava ótimo, porque a gente vai ter essa consciência bem depois. Os professores começaram a ter essa consciência de que o salário era pequeno bem mais tarde, de que a gente tinha que lutar para melhorar. Por que se você não tem o estudo como vai lutar por uma coisa que você nem sabe? Por que você está lutando? Você entendeu? Por exemplo, passei nessa Aparecida do Oeste, quando eu vim transferida para Cruzeiro do Oeste, eu passei um ano sem receber salário, um ano. Um ano sem ver um centavo do meu salário. E depois eu recebi o retroativo todo, mas sem correção nem nada e ninguém reclama. Você recebia e ficava feliz da vida porque você recebeu. Entendeu? (GOMES, Maria de Castro. 2019, entrevista).

Nesse período da greve, embora estivesse enquadrada como regente de classe, segundo a Lei nº. 4544 (31/01/1962), seguindo o enquadramento salarial, estaria no padrão G, ou seja, entre salário e abono, receberia a quantia de Cr\$ 12.124,00. Essa condição de vínculo empregatício, e a situação de residir com os pais, ou seja, seu salário compondo a renda com os demais membros da família, talvez participar ou saber dessa greve está para além da informação ter chegado à cidade, mas pelo fato de, em relação às condições vividas à época, estas estariam melhores que os demais conhecidos.

As formas de relacionamento estabelecidas entre sujeito e estrutura social são produzidas em função de contextos e de experiências singulares. Para Maria de Castro, sua avaliação sobre a “Greve Branca ou Operação Tartaruga” está relacionada ao lugar onde morava, o que representava o difícil acesso à informação. Podemos pensar em fatores como sua condição de formação, concluindo o estudo no período noturno à luz do gerador, único da cidade que ficava na escola; também a sua idade, ainda jovem com pouca experiência e estudo. Por isso atribui que sua consciência enquanto pertencente a uma classe, a qual precisa lutar para conquistar direitos, venha no processo de formação acadêmica, de vida e política. Saindo da condição inicial de feliz em receber, para a consciência de lutar para melhorar.

1.3 – A segunda greve – “Congresso do Magistério”

A segunda greve apresentou dinâmica diferente em comparação à primeira. O ano era 1968, o país estava sob o regime político civil/militar, o que exigia que qualquer reunião, assembleia ou atividade organizada pela associação tinha a obrigatoriedade de

comunicar através de ofício da entidade o Departamento de Segurança. Além disso, as reuniões teriam um agente de serviço responsável em acompanhar e relatar por escrito os principais assuntos tratados ao delegado.

A assembleia do dia 25 de junho de 1966, convocada pela APP para discutir principalmente o Estatuto do Magistério não atingiu o quórum necessário, diante disso foi montada uma comissão de estudos e acompanhamento do projeto na Assembleia Legislativa. Era comum a realização de festividades, coquetéis e jantares para seus associados e, um deles teve a presença do governador do Estado, Paulo Pimentel²⁸, no intuito de manter boas relações com o governo e assim pautar suas reivindicações (OGLIARI, 1983, pg. 5, 6).

A negativa do governo em atender à solicitação de criação do Estatuto do Magistério e melhores condições de trabalho fez com que os professores passassem a organizar outras formas de pressão ao governo. O ofício da APP no dia 14 de outubro de 1968, direcionado ao delegado da DOPS, comunicava que os professores promoveriam uma missa campal, nas proximidades do Centro Cívico, na capital do estado, em comemoração ao dia do professor. O ofício deixava explícito o ponto de encontro, a Praça Tiradentes, às 14 horas, de onde partiriam em silêncio ao local da celebração, para que aos olhos do departamento de segurança, a entidade não estaria organizando um protesto (DOPS, PT 94B.12, p.6).

Após a referida missa campal, os presentes dirigiram-se ao Palácio Iguazu, sede do poder Executivo do Paraná, para a entrega do Memorial que desejava a implantação do Estatuto do Magistério. Recebidos num primeiro momento pelo governador, que imediatamente se eximiu da responsabilidade, já que a aprovação não dependia dele e sim dos deputados. Na sequência, buscando uma resposta às reivindicações da categoria, os professores seguiram em procissão para o terceiro lugar, a Assembleia Legislativa (ALEP). Se no início foi uma caminhada silenciosa, como propôs o ofício ao delegado, em que os professores ao deixarem suas casas, para levar suas reivindicações, com a esperança de obter conquistas e melhorar as condições de salário e trabalho, a chegada a ALEP, e após horas à espera do presidente da casa isso mudou.

²⁸ Eleito pelo partido PTN (Partido Trabalhista Nacional), governou no período de 31 de janeiro de 1966 a 15 de março de 1971.

As discussões sobre a pauta, as vaias de reprovação ao ser negada a reivindicação, levou os professores a declararem aberto o Congresso naquele dia, isto é, a segunda greve da categoria (OGLIARI, 1983, p.8).

O trabalho de Melissa C. Bello trouxe a identificação e análise do movimento a partir das reportagens publicadas nos principais jornais do estado: Diário da Tarde, Diário do Paraná e Gazeta do Povo, os quais em muitos momentos apresentaram matérias jornalísticas com simpatia ao movimento, já o jornal Estado do Paraná, de propriedade do governador Paulo Pimentel com mais tendência a críticas aos professores.

Além das matérias jornalísticas, apresentou entrevistas com professores que participaram da greve. Como a professora Dagmar:

O ano de 1968 vinha com aquela discussão: licenciado, cargo dos licenciados, Estatuto do Magistério... Quando foi no dia 15 de outubro, nós fizemos na Catedral, de tarde, uma missa fúnebre, todo mundo de fúnebre, todo mundo de preto, muita gente de roupa escura. E, quando a missa terminou, a gente vai até o Palácio Iguazu com passeata e o pessoal quem vêm nos carros vindo para a cidade, perguntavam: “De quem é o enterro?” E a gente falava: “Do governo do Paraná, que não deu o Estatuto do Magistério.” Aí ficamos lá na frente do Iguazu gritando. Não me lembro, sei que gritávamos... deve ser o Estatuto (BATHKE, Dagmar, 2012, entrevista realizada por Melissa Colbert Bello, 2013, p. 99).

O movimento foi chamado de Congresso do Magistério Público do Paraná para evitar a repressão federal, deflagrado na ocupação da ALEP com o intuito de pressionar os deputados na aprovação do Estatuto. Esse movimento começou na capital e foi se estendendo para o interior na medida em que as escolas foram visitadas pelos professores da capital. Do início da greve até a assinatura do acordo com o governo, forma quinze dias (ANJOS, 2008. p.42).

A definição do nome Congresso pode ser pensado, primeiramente, como estudos referentes ao Estatuto do Magistério, em que os docentes reunidos na sede, em Curitiba, não estariam em sala, pois participavam de cursos, palestras, com a finalidade de construir o Estatuto, estruturando assim sua carreira e salários que significava, também, melhorar suas condições de trabalho.

A segunda maneira, como meio de não identificar o movimento grevista, pois seria considerado um ato subversivo passível de investigação e punição aos envolvidos. Denominar Congresso, era uma forma de evitar descontos nos salários e a infração da

legislação, que não permitia ao funcionalismo público a realização de movimentos paredistas. Também pensando na legitimação do movimento para obter o apoio dos pais e sociedade civil.

Além dessas duas explicações, podemos acrescentar que os professores, ou parte deles, ao se identificarem com a concepção de educação vocacional e missionária, entrariam em confronto com a ideia de fazer greve, comum na luta dos trabalhadores de outras categorias.

A deflagração do Congresso, nas escolas em que as aulas foram paralisadas, passou a cumprir uma série de tarefas nesse período. Essa consciência social que vai se constituindo na sua experiência, na qual o movimento acelera sua formação, uma vez que percebem que apenas o espaço da escola, da sala de aula, assim como reuniões, memorandos e ofícios trocados entre direção e representantes do governo não seriam suficientes para ganho real no salário e nas condições de trabalho. Mesmo que não seja uma visão geral, em estar ou não em greve, mas em Congresso, confrontavam com a visão que a sociedade apresentava para a função do professor: ordeiro, pacífico, dedicado, abnegado, laborioso, devotado e em alguma medida assimilado na sua cultura. Portanto, ao lutarem contra as políticas do governo e contra eles mesmos, vão construindo a identidade de trabalhadores.

Nos materiais da APP, que buscam tratar desse passado, pouca importância é dada ao movimento. Mas é possível apresentar algumas dinâmicas do movimento a partir dos arquivos da DOPS. A pasta de documentos e informações referente à APP²⁹, diferente da primeira pasta já citada, cobre um período maior, entre os anos de 1968 a 1982, num total de 538 páginas.

O comunicado produzido pelos dirigentes da APP, convocava os professores primários para o Congresso, no dia seguinte à deflagração do movimento, em três sessões ao longo daquele dia: às 08:00, às 13:00 e às 19:00 horas. De acordo com o documento, a pauta de reivindicação era de cinco pontos: 1º. o reescalamento e a abertura da carreira; 2º. a regulamentação da gratificação do cargo de Diretor de Estabelecimentos de Ensino do Primário; 3º. aposentadoria aos 25 anos; 4º. licença prêmio parcelada; e 5º. aumento de vencimentos. Identificando a greve como “Movimento

²⁹ Número de identificação BR PRAPPR.PB004.PT94b.12. Arquivo Público.

12 de Outubro”, estendida para todo o magistério paranaense e para quem se identificasse com esta classe, deveria se apresentar ao Congresso para a conquista dessas justas reivindicações (DOPS, PT 94B.12, p.5).

A greve foi deflagrada e aprovada por unanimidade pelos professores presentes no ato do dia 15 de outubro, tendo a celebração religiosa e após a caminhada até a sede do governo para cobrar a aprovação do Estatuto do Magistério. No entanto, é possível perceber que havia divergências da direção da APP, a qual não era a coordenadora do movimento, mas fazia parte do grupo, como consta na reportagem abaixo:

[...]a Sra Maria Luiza Merkle, uma das diretoras da Associação dos Professores declarou: Nós não estamos em greve. Apenas os professores foram convocados para um congresso com abstenção total das aulas, em apoio às nossas reivindicações. Trata-se de um movimento pacífico e que não tem caráter de protesto contra o governo. Apenas queremos que a Assembleia aprove o projeto do Estatuto do Magistério, velha aspiração do professorado e que possibilitará posteriormente a união de toda a classe em torno de uma nova luta, pela conquista de melhores vencimentos. [a professora teria declarado também que a realização de congresso permanente teria sido] prevista para o dia 18, visando dar ao governador e às demais autoridades, relacionadas ao ensino, a oportunidade para atender as reivindicações da classe. Entretanto, em plena Assembleia Legislativa, elementos exaltados [...] propuseram a convocação imediata do Congresso e a imediata paralisação das aulas. A proposição foi aceita e está sendo acatada pela diretoria, que inclusive organizou comissões para assegurar o êxito do movimento (BELLO, Melissa C. 2013, p.107).

Importante destacar que a professora Maria Luiza Merkele, fazia parte da direção da APP na pasta de Ensino Primário (ANJOS, 2006. p. 37). A entrevista poderia ser pensada como uma estratégia de não identificar nomes e caracterizar o movimento pacífico, descolando da ideia de greve como meio de não sofrerem punições dentro do regime militar. Assim como atribuir que a deflagração do Congresso, por um grupo de professores mais agitados, mas que não seria a vontade da direção da APP.

No entanto, os integrantes dessa gestão da associação dos professores, tinha para o cargo de presidente Ismael Fabrício Zanardini, que era vinculado ao grupo do Faustino Fávaro, como já apresentado, de comportamento conciliatório e definido como “governistas”. Outra evidência que corrobora para esta definição se apresentou no depoimento do professor Dino Zambenedetti, ao analisar a relação das associações com o governo do estado na época:

[...] a APNP, com a Iolanda e [a APP] daqui de Curitiba também [eram governistas]. Tanto é que o presidente do nosso movimento foi o Olién Zétola. [entrevistadora: o presidente da APP na época era o Ismael Zanardine?] Era o Zanardine, era ele, mas ele não estava nem aí com isso [com o Congresso]. Inclusive quem ajudou, vamos dizer, Londrina a entrar no movimento, a entrar no Congresso, foi a turma de Maringá, porque a turma de Maringá já estava [...] então quando os professores lá de Maringá souberam que ia ter uma Assembleia lá em Londrina para decidir se iam aderir ou não, uma turma lá de Maringá foi naquela Assembleia para insistir de Londrina entrar, que era importante para conseguir... E vaiaram a presidente, e a presidente, coitada, saiu de lá de cabeça baixa. [...] E ela continuou presidente [...] Que nem aqui [em Curitiba] o Zanardini continuou presidente, mas nada em termos de movimento [...] (ZAMBENEDETTI, Dino, 2012, entrevista realizada por Melissa Colbert Bello, 2013, p. 110).

Outro depoimento realizado com o professor Adyr de Lima, o qual esteve na coordenação do Congresso Permanente, ao avaliar a organização do movimento a partir da direção da APP, diz:

Eu vou citar alguns nomes Faustino Favaro, professor Sheikman, Antônio dos Santos filho, Elvira Meireles, na época eram membros da diretoria e esses é que poderiam ter conhecimento do Estatuto, e o Ismael Zanardine que era o presidente [...] Ah! Tinha mais um, o Ocyron Cunha, mais um! Esses cinco manobravam o Zanardine. Esses cinco que eu citei eles manobravam o Zanardine (...). Esses qualquer coisa que se falasse, por exemplo, de movimento de Magistério, como eles eram da diretoria, eles abafavam tudo. [...] O Zanardine não tinha essa expressão nem nada, ele era presidente porque ele foi eleito lá presidente, mas no fundo ele seguia de acordo com a cartilha desses quatro ou cinco que eu falei. (LIMA, Adyr de, 2012, entrevista realizada por Melissa Colbert Bello, 2013, p.111).

Nessa primeira reunião convocada pela coordenação do movimento, para comunicar e esclarecer a categoria sobre os motivos do Congresso, no dia seguinte a sua deflagração, teve o acompanhamento do agente de segurança. Em seu relatório ao delegado titular, descreveu que dos diferentes oradores que tomaram a palavra, estavam de acordo em formarem comissões para visitar escolas a fim de deixar os professores cientes do movimento. Outro destaque apresentado pelo agente foi o de que a reunião se estendeu das 20:00 às 23:00 horas, com aproximadamente 200 pessoas, na sede da APP, e que durante as duas primeiras horas nada havia sido resolvido, até que um dos oradores propôs que fosse descrito no quadro a reivindicação do aumento, mostrando o atual salário e quanto ficaria se fosse conquistado. De acordo com a tabela apresentada no seu relatório, o magistério do Paraná estava dividido em quatro grupos, com a seguinte

remuneração para início de carreira: sem habilitação NCr\$ 138,00; regional NCr\$ 172,00; sem o curso superior NCr\$ 183,00; e com curso superior NCr\$ 243,00 (DOPS, PT 94B.12, p.11,12).

No dia 17 de outubro de 1968, foi realizada a segunda reunião dos professores, com início às 20 horas. Segundo o relatório do agente de serviço, que acompanhou as falas dos professores, era para continuar o movimento e espalhar para todo o Estado, até que a pauta de reivindicação fosse atendida.

Destacam-se também nesse relatório os ofícios recebidos de várias partes do Estado, de professores ou associações que demonstravam apoio ao movimento. A dificuldade de acomodações, o alto custo para hospedagens em hotéis na capital impedia que estes professores se juntassem aos da capital. Como saída, foi distribuído para o plenário folheto que se destinava a saber quem poderia abrigar um ou mais colegas professores do interior (DOPS, PT 94B.12, p.7 e 10).

Outra tática utilizada para ampliar o apoio ao movimento foi entrar em contato com outros segmentos da sociedade civil. Um exemplo disso, o Ofício nº 111/68, da APP, direcionado ao Clero Paranaense no dia 19 de outubro de 1968. O objetivo era contar com a solidariedade dos bispos em uma possível mediação nas negociações com o governo, assim como explicando aos pais que o movimento surgiu como alternativa para o atendimento das reivindicações do magistério. Justificavam, na carta, que foram empurrados para reunirem a classe “num movimento pacífico, ordeiro e consciente em torno de seus justos ideais”. Por isso, na assembleia do dia 16 do referido mês e ano, os professores iniciaram o movimento Congresso do Magistério, reivindicando a aprovação do Estatuto do Magistério, uma tabela salarial condigna e isenção de interferência política no Ensino (DOPS, PT 94B.12, p.15).

É possível, nesse momento, dizer que o movimento de 1968 surgiu em prejuízo das condições de trabalho e da falta de reajuste salarial. Também que é empurrado pela base, deixando a direção sem ação, ao ponto de tentar justificar que o movimento iniciou no dia 16, e não no dia 18 de outubro, devido a professores mais exaltados, conforme apontou a dirigente da APP, Maria Luiza Merkele. A presidência da comissão da capital é dirigida por um integrante da base, o professor Olién Zétola, eleito durante assembleia de deflagração do movimento.

Outro ponto a ser destacado, é que na medida em que os professores das diferentes associações aprovavam pela adesão, era montada uma comissão de negociação. É possível apontar pelo menos dois grupos com esta atribuição: a comissão da capital, chamada de Congresso e os que representavam os professores do norte do Estado, formando a comissão Mestres do Norte. Sendo que cada comissão era composta por um presidente e assessorada por outros integrantes que ficariam responsáveis na organização do movimento.

No decorrer das negociações com os representantes do poder executivo, essas diferentes associações apresentam divergências em pontos específicos de reivindicações. Melissa Colbert Bello (BELLO, 2013. p. 123), a partir das informações publicadas nos jornais durante o período do movimento, organizou uma tabela constando os valores apresentados pelas duas comissões em negociação com o governo. Por exemplo, a comissão da capital reivindicava o salário inicial sem habilitação para NCr\$ 282,00; já a comissão da região de Londrina o valor NCr\$ 235,00³⁰.

Vale ressaltar que neste momento, não há um salário padrão definido em todo o território nacional. Tem-se a divisão por regiões, no caso, o Paraná, estava inserido na 18ª Região, a qual ficava estabelecida o salário de NCr\$ 117,00. Mas havia regiões do Estado em que os professores estavam recebendo salário inferior ao mínimo estabelecido.

Afirmam os professores que existem no Paraná cerca de 5 mil professores trabalhando em condições precaríssimas ganhando 50 cruzeiros novos por mês. “Professoras normalistas percebem de 183 a 243 cruzeiros, quando só o aluguel da casa no bairro mais afastado, custa, no mínimo 150 cruzeiros. Note-se que uma servente do Poder Judiciário do Estado recebe tratamento mais humano que a Professora Normalista. O professor de Ensino Médio é, via de regra, aquele que cursou uma Faculdade de Filosofia, curso superior com duração de no mínimo quatro anos, percebe de 243 a 345 cruzeiros novos mensais. Observa-se também que o Motorista do Poder Judiciário recebe tratamento mais humano que o professor de nossas faculdades com 516 cruzeiros novos”. Enfatizam que “Não queremos que ninguém ganhe menos apenas que o professor tenha o tratamento justo e compatível com as funções que exercem na sociedade”. (MESTRE diz que volta só após ser atendido, Diário do Paraná, 18 out. 1968, Caderno 2, p. 1) - (BELLO, Melissa C. 2013, p. 121).

³⁰ Ver tabela em anexo I sobre as propostas elaboradas pelos grupos de Londrina e Curitiba.

O que motivou a deflagração do movimento foi a necessidade de pressionarem os representantes dos poderes executivo e legislativo para a aprovação do Estatuto do Magistério. No decorrer do processo, os professores vão elencando outras questões que eram importantes. O salário passa a ser reivindicado e noticiado pela imprensa: “Mestre quer salário mínimo de NCr\$ 282,00” (GAZETA DO POVO, 18 out. 1968, Caderno 1, p. 8; DIÁRIO DA TARDE, 18 out. 1968, p. 4).

Apenas a necessidade da aprovação do Estatuto do Magistério não teria apelo suficiente para mobilizar os professores dos diferentes níveis a aderirem ao movimento. Mas a questão salarial, evidenciado pelo agente da DOPS em reunião dos professores, de NCr\$ 138,00, ou mesmo a reportagem indicando que havia em outras regiões do Estado, professores recebendo o valor de NCr\$ 50,00 para início de carreira, impulsionam a mobilização da categoria. Percebe-se de modo mais concreto, pelas fontes analisadas, que através das ações realizadas pelo conjunto do professorado o movimento manteve-se em crescimento. Mesmo com tentativas da Secretaria de Educação e Cultura (SEC) em pressionar e desmobilizar os professores a retornarem aos trabalhos nas escolas e acabar com o Congresso do Magistério.

Numa dessas tentativas, a SEC, dirigida por Carlos Alberto Moro, convocou no dia 21 de outubro os diretores das escolas da capital para uma reunião. O objetivo principal era fazer com que os diretores assinassem um documento se comprometendo a solicitar policiamento ostensivo em seus estabelecimentos, com o intuito de garantir a retomada das aulas para professores que contrariavam o Congresso do Magistério. Os diretores que se negavam a assinar o documento da SEC deixavam seu cargo à disposição e eram substituídos por outros que cumpririam suas ordens. As denúncias dos diretores que não concordavam com a coação e apoiavam o movimento, feitas à direção da APP, fez com que a associação elaborasse no mesmo momento uma carta “Esclarecimento ao povo e colegas”. Para o final daquele mesmo dia, a carta convocava os professores para sessão do Congresso que trataria desse assunto. Entre as proposições estavam elaborar um ato público de repúdio a todos os colegas que aceitaram sua designação para substituir diretores injustamente dispensados, assim como conscientizar a categoria a não aceitar substituir seu companheiro pelo fato de

estar participando e dando o seu apoio ao Congresso do Magistério (DOPS, PT 94B.12, p.16).

A cada dia paralisado, a pressão exercida pela Secretaria de Educação e Assembleia Legislativa, divulgada através de estações de rádio e TV da capital, alegavam que o professorado não estava cumprindo com suas responsabilidades dentro da escola. Ficava claro a tentativa de buscar enfraquecer o movimento pelo medo de possíveis punições administrativas e colocar a opinião pública contra os professores. Nessa disputa, a APP lança uma nota de “Esclarecimento Público” no dia 22 de outubro daquele ano, em seu sétimo dia de paralisação, respondendo às notas oficiais. Nesta nota, os representantes da APP que dirigiam o movimento argumentaram que o Estatuto do Magistério foi encaminhado para o governador de Estado em 16/10/1967, através da mensagem nº 35/67 à Assembleia Legislativa. Porém, durante um ano sem o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, primeira comissão do legislativo a examinar, apresenta seu parecer em 09/10/1968. Entretanto, segundo a nota, o grande impasse para a não aprovação do Estatuto do Magistério e que poderia encerrar o movimento, estava sob os deputados por não concordarem com dois artigos específicos: artigo 12 designação de diretores; e artigo 47 - remoção de professores. Ambos tiravam a prerrogativa dos poderes legislativo e executivo de exercerem sua influência política sobre os professores. Portanto, a nota de esclarecimento encerra que o descaso com as justas reivindicações, e sem a esperança de algum atendimento, se fez necessário o Congresso do Magistério (DOPS, PT 94B.12, p.21).

No comunicado oficial dos professores de Apucarana ao delegado de polícia daquela comarca, no dia 22 de outubro, quando reunidos em Assembleia Geral decidiram instalar o Congresso Permanente em coordenação com o Congresso de Londrina, o objetivo expresso seria o atendimento das reivindicações por tabela salarial condigna, a aprovação do Estatuto do Magistério, o fim da interferência política no ensino, e em solidariedade aos professores de Curitiba e outros municípios do Paraná. O documento foi escrito de forma a sensibilizar a autoridade policial, já que não teriam presença em estabelecimentos de ensino pela necessidade de estarem reunidos diariamente para discussão dos problemas que afligiam a categoria. Solicitava a simpatia da autoridade local e sua compreensão para com o movimento e que ele não fosse mal interpretado e

conduzido para o campo antidemocrático, já que os problemas que estavam sendo discutidos e reivindicados dentro de um ambiente de ordem e respeito aos poderes constituídos (DOPS, PT 94B.12, p.22).

As dinâmicas de organização e mobilização desse movimento constituíram na composição de grupos de professores, chamados de “comando em ação”, que iam para várias cidades do interior levando material de propaganda do Congresso com o objetivo de esclarecer os demais colegas da categoria. Muitas cidades do interior aguardavam a presença de um membro que representasse o grupo dirigente do movimento. Ao realizar a reunião, conversavam sobre o andamento e as reivindicações, para assim decidirem em aderir ou não ao movimento. O professor Adir apresenta como era essa dinâmica:

O movimento teve muita dificuldade em expansão, então nós trabalhávamos em Curitiba nas escolas. Fazia uma escola, a escola fechava um, dois, três dias, depois voltava pra aula. A gente tinha que voltar lá pra fechar. Então a gente visitava as escolas, e eu só lá, desenhando e fazendo os cartazes pra eles levarem para as escolas.[...] e começou a estourar o movimento já imediatamente no interior do Estado [...] Então você veja, o governo começou receber informação: a greve que era só em Curitiba expandiu pra Londrina, expandiu pra Maringá. E aí foi: Paranavaí, Umuarama, Campo Mourão e começou aparecer nas outras cidades, né? Embora a greve às vezes era em um ou dois Colégios mas o pessoal dizia: A cidade tal está em greve! E eu não entendia nada disso, mas era tática deles (LIMA, Adyr de, 2012, entrevista realizada por Melissa Colbert Bello, 2013, p.163).

As informações levantadas sobre o movimento apontam que atingiu todas as regiões do Estado, chegando ao número de 60% de adesão dos professores. Considerando a divisão geopolítica das associações estadual e regionais, os poucos recursos para hospedar professores para as assembleias e reuniões na capital, dentro de um regime político que proibia e punia o funcionalismo, é possível dizer que é um número substancial.

Outra prática desenvolvida durante a greve foi a confecção do boletim informativo e impresso em única folha, assim supria a impossibilidade de publicarem todas as notícias em matérias pagas. Para manter os pais informados de acordo com os interesses do movimento, produziram comunicados impressos, explicando os motivos do Congresso e solicitando compreensão e apoio à luta e distribuía nas portas das Igrejas, pontos de ônibus e outros lugares.

O último comunicado aos pais entregue um dia antes da Assembleia Geral dos professores, na cidade de Ponta Grossa, expressa que seria bem-vindo uma ajuda de inspiração divina para sensibilizar os governantes e colocar um fim às angústias dos professores em Congresso a mais de dez dias.

Oração dos Fiéis

Para que o senhor inspire as autoridades governamentais e os professores do Paraná, a encontrarem solução para os problemas que os angustiam, dentro da dignidade que o caso merece.

Comunicação aos pais

Os professores, reunidos em Congresso Permanente, sensibilizados pela colaboração que vem recebendo dos senhores pais e do povo em geral, agradecem de público esse apoio sincero e carinhoso, e renovam o seu pedido para que os pais de seus alunos não enviem ainda seus filhos às escolas, pois, continuando o magistério em congresso não poderão ministrar aulas. O magistério retornará às aulas somente quando forem atendidas suas justas reivindicações.

Os professores alertam os senhores pais para as notícias contrárias e tendenciosas que estão saindo e possam sair em determinados jornais, rádios e televisão. As aulas não serão reiniciadas na terça-feira.

Curitiba, 27 de outubro de 1968. A.P.P.

(DOPS, PT 94B.12, p. 259)

O apelo aos pais para que não enviassem seus filhos às escolas sempre esteve presentes nos comunicados dos organizadores do movimento. Na Assembleia Geral realizada no dia 28 de outubro contou com a presença inesperada do governador Paulo Pimentel. Segundo o documento Memória Histórica de 1983, após as vaias e várias discussões ficou acordado a aprovação do Estatuto do Magistério, na íntegra; prometeu ainda o Quadro Próprio do Magistério, através de uma comissão paritária, com a promessa de aumento de 100%; além de revogar todas as punições. Com a assinatura no dia trinta daquele mês, no Palácio Iguazu, documentando todas as promessas da Assembleia, os professores retornaram ao trabalho, após quinze dias de paralisação. Contudo, o mesmo documento apresenta que embora o Estatuto do Magistério aprovado na íntegra, quatro dias após o encerramento da greve, não foi regulamentado. As demais promessas foram descumpridas, os vencimentos foram para o ensino primário de 56% de aumento, o ensino médio, 106%, entretanto, as punições foram revogadas. Ressalta que, graças à mobilização da categoria, o governo não conseguiu alterar a carga horária de 10 para 16 aulas semanais (OGLIARI, 1983, p.8).

Embora o acordo verbal, com a presença de integrantes do clero da cidade de Ponta Grossa, onde se realizava a assembleia dos professores, a comissão dos professores de Curitiba não decidiu pelo encerramento do movimento até ser colocado por escrito e assinado pelos representantes eleitos para dirigir o movimento. Melissa C Bello (2013), apresenta que para encerrar o movimento foi acordado que o Estatuto do Magistério seria aprovado, o que aconteceu, mas sem as emendas desejadas pelos professores. Outras reivindicações como a anistia geral aos congressistas e os direitos dos suplementaristas foram garantidas. Trazendo a matéria jornalística em que os professores aceitariam que o Quadro Próprio fosse votado em janeiro do ano seguinte, mas exigiam um compromisso escrito do governador. Consideravam também uma vitória o Estatuto ter sido aprovado e que o governo disporia para o orçamento cerca de 50 milhões no para pagamento dos salários. Segue a nota oficial publicada nos jornais sobre a assinatura do acordo entre a comissão do Congresso Permanente e o governo do estado,

O Congresso do Magistério Público e o governo do Estado do Paraná, reunidos nesta data no Palácio Iguazu, considerando terem sido resolvidas satisfatoriamente as reivindicações do professorado paranaense, resolvem, expedir o presente comunicado, dando conta à opinião pública das soluções finais encontradas e que adiante vão alinhavadas: 1- A mensagem Governamental dispõe sobre o Estatuto do Magistério será aprovada na íntegra consoante aquiescência dos nobres deputados; 2- O quadro próprio do pessoal docente, técnico e administrativo ligado ao magistério Público do Estado, a ser proposto por um grupo de trabalho para tal fim designado por Decreto do Executivo e no qual terão participação paritária os senhores professores indicados pela classe, terá vigência a partir de 31 de janeiro de 1969. Data em que a atual Administração completa mais um ano de gestão; 3- A situação dos professores suplementaristas será devidamente regulamentada com vistas à estabilidade de quantos preenchem os requisitos constitucionalmente exigidos, dando-se a todos condições de maior garantia e tranquilidade funcional; 4- Como decorrência do entendimento que ora se faz público, o governo providenciará a revogação dos atos que possam ter implicado em prejuízo financeiro ou funcional de professores participantes do Congresso e 5- As emendas do Estatuto do magistério, pretendidas pela classe, serão objeto de apreciação pela Assembleia Legislativa que já se prontificou a apoiar-las em anteprojeto de lei ordinária”.

Ressaltando a compreensão demonstrada por ambas as partes, e a simpatia recebida dos senhores deputados, destacando o Governo a unidade e a coesão da classe e o Congresso a boa acolhida que sempre teve da Secretaria da Educação e Cultura, comunicam, finalmente, que em face do presente esclarecimento dão por encerrado o episódio que serviu, em última análise para o melhor entrosamento entre os poderes constituídos e os professores, todos empenhados na tarefa comum de engrandecer ainda mais a nossa unidade federativa. Curitiba, 30 de outubro de 1968. [...]

(PROFESSOR satisfeito..., Diário do Paraná, 30 out. 1968, Caderno 2, p. 1; ACATADA..., O Estado do Paraná, 31 out. 1968).

Pode-se sugerir, a partir dessa análise, que o movimento de 1968 contou com adesão considerável dos professores da capital, que com suas ações conseguiam manter grande parte das escolas sem aula ou com aulas parciais, isso retratado na imprensa, conforme analisou Melissa C. Bello (2013). Curitiba, liderando o movimento, influenciou outras cidades do litoral e região norte a aderirem ao movimento. Embora fosse anunciada a adesão de uma cidade ao movimento, não quer dizer que tenham sido todas as escolas ou mesmo todos os professores.

O movimento também contou com apoio de parte da imprensa, exceto o Estado do Paraná, que era de propriedade do governador Paulo Pimentel, os demais, Gazeta do Povo, Diário do Paraná, Diário da Tarde e Tribuna apresentavam simpatia e apoio ao movimento, quando publicavam suas notas e esclarecimentos, representando as disputas econômicas em vender mais exemplares que o concorrente ligado ao governador, do que propriamente concordar com os métodos aplicados pelos professores em reivindicar sua pauta trabalhista.

Ao longo da década de 60, dentro do contexto da expansão da rede educacional, os professores organizaram duas greves, das quais conseguiram avanços no salário e carreira. Ao final dela, com a greve não declarada, chamada de vários nomes: Congresso Permanente; Congresso do Magistério; Movimento 12 de outubro, conseguem a aprovação do Estatuto do Magistério e aumento salarial. Mais do que isso, articularam várias atividades para manter o movimento em condições de pressionar os representantes que ocupavam os cargos de chefia no governo – reuniões; palestras; cursos na sede da APP; participação frequente nas audiências na ALEP; assim como visitavam os gabinetes dos deputados tendo como pauta a aprovação do Estatuto do Magistério; visitas nas escolas; produção de cartazes; comunicados; notas da imprensa, etc.

Todo esse processo vivido pelos professores sugere um acelerado processo de politização e aprendizagem para organizar-se enquanto trabalhadores e pautarem suas reivindicações. Tanto que, essa greve, também será apontada, ao longo da década

seguinte, como referência de luta, sobretudo, de conquistas para a categoria que passa a viver uma intensa piora nas condições de vida e trabalho.

O movimento foi liderado, especialmente em Curitiba e na região norte, com membros da base, os quais se apresentavam mais combativos no processo de negociação e mobilização da categoria, em relação àqueles que ocupavam os cargos de dirigentes de suas respectivas associações. Essa experiência da greve de 1968 deu início a aproximação desses grupos que lideraram o movimento, os quais vão buscar romper com o grupo chamado de colaboracionista em suas regiões. Além disso, as disputas políticas internas, entre esses grupos que se confrontam, principalmente, pela concepção de associação que defendem, vão se intensificar na década de 1970, conforme será abordado na sequência.

Por último, uma questão muito ilustrativa que está relacionada ao processo de expansão do sistema escolar no Paraná: o que se observou a partir das fontes analisadas neste capítulo, o nível de precariedade e improviso, gente trabalhando recebendo leite em vez de salário, com apoio de fazendeiro, prefeitura e pessoas, esse improviso, na verdade é a regra da expansão do sistema educacional do Brasil. O que é mais interessante observar é que o governo usa o argumento que ele precisa expandir o sistema e necessita de professor qualificado. Como não tem o número suficiente para atender a demanda, desqualifica, simplifica, acelera, precariza, desorganiza para tornar esse professor apto para entrar no mercado de trabalho, recebendo um salário miserável, pois não é totalmente qualificado. Portanto, a política de organização da escola e da carreira do professorado paranaense, é organizada toda ela na exploração do trabalho do professor. Isso ficará mais explícito ao longo da década de 1970, conforme analisaremos na sequência.

Capítulo 2

A década do arrocho salarial:

da “gestação salarial” à aprovação do Estatuto do Magistério

“Nas salas nós tínhamos liberdade, nós entrávamos pra dar aula, só que nós éramos sempre orientados. “Oh, lembrem-se que nós estamos vivendo um regime. [...] Lembre-se que nós estamos vivendo num regime e era muito fácil talvez, esse medo da gente de ser mandado embora[...]” (Alinete de Souza Capitano, 2015)

Este capítulo tem como objetivo geral analisar as estratégias de organização das associações que representavam o professorado paranaense no processo de negociação com os representantes do governo estadual, durante a década de 1970. A partir disso, investigar como os professores passaram a denunciar suas condições de trabalho, salário e vida nesse período. Para isso, selecionamos os principais itens, ligados a questão trabalhista, que integravam a pauta das assembleias organizadas pela Associação dos Professores do Paraná (APP) e pela Associação dos Professores Licenciados do Paraná (APLP).

Entre os principais assuntos apresentados como prioridade para a categoria docente, destacam-se quatro eixos centrais: I. as disputas e divergências geradas entre grupos políticos que se opunham às direções das associações; II. a luta pelo reconhecimento profissional por meio da regulamentação do Estatuto do Magistério; III. a condição dos professores suplementaristas, no que diz respeito ao salário e jornada de trabalho; e IV. a desvalorização salarial do conjunto da categoria.

Todos esses itens de pauta vão constituir a trajetória das lutas dos professores e suas associações, relacionados à política econômica desse período, conhecida como “milagre brasileiro”, tendo como um dos seus pilares a desvalorização salarial. Essa situação passou a ser uma das principais condições que moveram os trabalhadores, de modo geral, a se reorganizarem de maneira mais intensa.

No Paraná, assim como em outros estados, os professores de 1º e 2º graus protagonizaram grandes mobilizações de massa em defesa de melhores condições de

vida e de trabalho, especialmente após a primeira das greves operárias do ABC paulista, em 1978. Portanto, buscamos como referência nos pautar na tese defendida por Amarilio Ferreira Junior, a qual indica que a piora nas condições de trabalho e salário dos professores foi acionada pelas reformas educacionais produzidas em 1968 e 1971, e alicerçadas com a implantação do modelo econômico proposto pelo governo do general-presidente Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967) (FERREIRA JR, 2011, p. 47, 48).

Segundo Amarilio Ferreira Jr, a política implementada no início da década de 1970, a qual atendia aos interesses econômicos do regime militar, impõe aos professores e suas associações a luta por melhores condições de trabalho e o combate a defasagem salarial. O cenário que constituiu o processo de mobilização desses trabalhadores esteve relacionado às mudanças estruturais no sistema nacional de educação, como a Lei nº 5.672, de 28 de agosto de 1971, a qual reorganizou o ensino de 1º e 2º graus. O referido autor, aponta, ainda, que essa reestruturação passou a movimentar a direção da Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB), pois promovera uma ampla mudança em seu estatuto. No encontro em Porto Alegre (18/02/1973), através do Conselho de Delegados, foi modificado não só o nome da instituição, mas a sua organização administrativa, visando, com isso, ampliar a representação da categoria em todo o país (FERREIRA, 1998. p. 51).

No Paraná, a partir da mudança da legislação educacional nacional, a APP inicia vários encontros com a finalidade de reorganizar a categoria em todo o Estado³¹. Esse movimento desencadeou disputas entre o grupo que, desde a fundação até este momento, dirigiu essa associação sob a liderança do professor Faustino Fávaro. Do outro lado, estavam professores críticos da forma como o grupo da situação conduzia, os quais, principalmente durante os anos de 1972 e 1973, intensificaram as disputas pelos espaços políticos de atuação. Entretanto, há poucas informações documentadas que tratam dessas disputas políticas existentes para gerir a categoria. Destaca-se que as duas obras oficiais que buscaram escrever sobre a trajetória história da APP, como apontado no

³¹ II Encontro dos Professores do Paraná, Ponta Grossa, nos dias 27 e 28 de novembro de 1971; III Encontro dos Professores do Paraná, Londrina, nos dias 19 e 20 de fevereiro de 1972; IV Encontro dos Professores do Paraná, Curitiba, no dia 26 de maio de 1972; V Encontro dos Professores do Paraná, Guarapuava, nos dias 05 e 06 de agosto de 1972 (ANJOS, 2017).

capítulo 1, Olgiari e Anjos, enfatizam apenas que ocorreram alguns pontos de divergências e disputas, uma delas judicial, para representar a categoria, mas que foram resolvidos e o grupo de oposição passou a dirigir a entidade.

A proposta em questão, aprovada no III Encontro do Magistério Paranaense (19/05/1972), em Londrina, a divisão geográfica do estado em microrregiões e o Conselho dos 14, o órgão máximo de representatividade, posteriormente chamado de Conselho de Representantes dos Professores do Paraná (CRPP). Em cada microrregião seria eleito o presidente regional pelos associados, sendo ele responsável na organização dos trabalhos e o único a participar da Assembleia em âmbito estadual com os demais presidentes. Esse sistema de federação não necessitava de assembleias estaduais que reunisse a categoria num mesmo encontro, restringia a participação e centralizava o poder de decisão nas mãos dos presidentes, mesmo que estes tivessem que levar a decisão tomada pelos professores de suas bases.

Essa reconfiguração afetava diretamente o direito de a APP representar, sob sua tutela, todos os professores do Paraná. Com a divisão do Estado em 14 microrregiões, cada sede regional seria chamada de APP, sendo Curitiba APP-1ª região. Além dessa mudança na configuração das APP's regionais, outro ponto importante estava relacionado a gestão do patrimônio e do financeiro da entidade que passava a responsabilidade à empresa privada SERVAPAR. Estabelecendo seu escritório na capital, cobrando o valor de 40% da arrecadação das mensalidades dos associados para gerir os serviços de atendimento ao professor, em especial do interior. Portanto, seria contratada uma empresa para administrar as mensalidades dos associados, gerir os serviços de assistência, recreação e financeiro (convênios, linhas de crédito e outros).

A Assembleia Extraordinária que buscou ratificar essas mudanças estatutárias ocorreu em 23 de setembro de 1972, em Curitiba, e foi apresentada pelas obras dos memorialistas da APP da seguinte forma:

Nessa Assembleia Extraordinária Estadual houve divergências, após a leitura da minuta dos Estatutos da APP Estadual, com as quatorze regiões, houve a manifestação desde o plenário com a solicitação para que a aprovação fosse por aclamação. Com vários professores aplaudindo o pedido, o Presidente considerou aprovado o Estatuto e encerrou a Assembleia. Houve protestos. Descontentes, cerca de cinquenta professores pediram uma Assembleia Extraordinária para: *Alteração do Estatuto da APP, recém-aprovado* e ainda não

registrado; e, *Assuntos Gerais*. Esse pedido foi indeferido por não atender ao mínimo de associações solicitantes e, portanto, feria o Estatuto em vigor. Os professores queixosos não desistiram e, mesmo assim, publicaram um Edital a imprensa e realizaram a Assembleia em local fora da APP-Estadual. Nessa Assembleia destituíram a Diretoria da APP-Estadual e elegeram uma provisória encabeçada pelo Professor Adyr de Lima. Como a Diretoria da APP, destituída, não reconheceu a chapa eleita do Professor Adyr, fora da APP-Estadual, tudo foi parar na justiça, além de ações criminais de ambos os lados. O judiciário não apresentou solução de imediato. (ANJOS, 2017. p. 52)

Essa disputa entre o grupo ligado ao professor Faustino Fávaro contra outros grupos, representados pelos professores Adyr de Lima, Rubens de Oliveira, Olien Zétola – nomes que aparecem nas atas das Assembleias Gerais (23/09/72 – 04/11/72 – 31/03/73 – 26/05/73 – 10/11/73) –, foi engendrada pelo questionamento da aprovação do Estatuto em que o CRPP passava a ser o órgão máximo de representação dos professores de todas as regiões do Estado. Outro motivo de conflito fora a reprovação da prestação de contas do ano de 1972, sob a gestão de Faustino Fávaro (1972 a 1973). Esse embate se arrastou ao longo de 1973, ocasionando a primeira derrota desse grupo que hegemonizou as direções da APP, desde a sua fundação, em 1947, bem como a não aprovação da Ata da Assembleia do dia 23/09/72 que criava um novo Estatuto, em que definia a APP uma das sedes que compunha o Conselho dos 14, e Curitiba a 1ª Região, restringindo sua atuação ao litoral e mais trinta municípios vizinhos.

Analisando os livros de atas das Assembleias Gerais da APP, destacam-se as assembleias do dia 23/09/1972, convocada e conduzida pelo presidente Faustino Fávaro, na sede da APP em Curitiba, e a assembleia realizada em 10/11/1973, no mesmo lugar, sob a presidência do professor Eduardo T. Pereira. Esses dois encontros apresentam elementos que nos permitem analisar o perfil dos grupos dirigentes, quais os conflitos enfrentados e o desfecho da derrota desse grupo que dirigiu a APP desde a sua fundação.

A ata de aprovação da mudança do Estatuto da APP, que passou a compor uma das sedes do CRPP (23/09/1972), expõe que esse documento havia sido amplamente divulgado e cópias entregues aos interessados, além disso, seria lido naquele momento para melhor conhecimento dos presentes. O único ponto de discordância que se destaca nessa ata foi a solicitação do professor Rubens de Oliveira, apresentando como questão de ordem, se a matéria seria “apreciada e discutida a final”. Na sequência dessa

descrição da ata, realizou-se a leitura do Estatuto e, em lugar de ser apreciado e discutido, o professor Ocyron Cunha fez a leitura da resolução que conduzia para a votação nos seguintes termos:

Considerando que a finalidade fundamental da Associação dos Professores do Paraná, em obediência ao disposto no artigo 1º dos Estatutos é: “Promover união dos professores do Paraná, sem distinção de curso, grau, credo ou filosofia, visando a defesa dos interesses da classe” – Considerando que essa união foi conquistada após mais de vinte e cinco anos de esforços de milhares de colegas – Considerando que essa união se concretizou através da extensão da Associação dos Professores do Paraná a todas as pontas do território paranaense, com a adesão das várias entidades representativas nas diversas regiões do Estado – Considerando que agora existe no Paraná uma só Associação dos Professores do Paraná, distribuídas em sedes regionais com a mesma estrutura administrativa e financeira, com os mesmos serviços de assistência jurídico-administrativa e outras com a unidade de ação e política da classe definidas e garantidas através do “Conselho de Representantes”, constituídas por todos os presidentes das sedes regionais – Considerando que essa união é recebida pela classe como a grande conquista dos seus ideais e dos seus esforços e não poderia, por isso, **ser questionada, discutida ou votada** – Considerando que a execução desta nossa política da classe, assim como o seu aperfeiçoamento, **constituem aspiração e dever de todos os colegas** – Considerando, enfim, que os Estatutos da Associação dos Professores do Paraná são a decorrência lógica e o instrumento necessário de execução desta nossa política da classe, agora em pleno desenvolvimento, - Resolvem os membros desta Assembleia Geral Extraordinária **celebrar efusivamente a conquista da união da classe e aceitar**, através dos nossos Estatutos da sua Associação, as responsabilidades que a todos incumbem. – A Resolução apresentada pelo professor Ocyron Cunha **foi efusivamente aplaudida e todos os associados, de pé**, aprovaram a matéria e conseqüentemente o nosso Estatuto da Associação dos Professores do Paraná (Ata A.G.E. 23/09/1972. Arquivo APP-Sindicato. Grifo meu.).

Após essa assembleia, no livro de atas das Assembleias Gerais com referência ao ano de 1972, consta apenas mais uma reunião (13/10/72), cuja pauta era a homenagem à “Semana do Professor”, com estudos para a criação das ruas “15 de Outubro” e da “Associação dos Professores do Paraná” na capital. Outro ponto registrado nesse documento, foi a fala do presidente Faustino Fávaro, sobre as diversas comissões organizadas, para continuarem com entusiasmo os estudos sobre a reformulação dos Estatutos e melhoria do Magistério. Ou seja, a consolidação deste novo modelo de representação só iria se consolidar com a elaboração e aprovação dos Estatutos de cada associação que constituíam o Conselho dos 14, portanto, ainda estava em curso essa disputa, mesmo após a aprovação em Curitiba.

Na sequência do livro ata, com intervalo de cinco meses, há o registro da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 31/03/1973, tendo como pauta a prestação de contas do ano de 1972. Questionado sobre o plano de ação do ano anterior e para 1973, o presidente Faustino Fávoro alega que não teve tempo e clima para prepará-lo, pois os ataques que estava sofrendo por um grupo de professores, como denúncias de irregularidades da entidade à imprensa, tumultuava o ambiente da direção.

Outra questão que se evidencia, com a tentativa de colocar o assunto na pauta daquela assembleia, apresentada pelo professor Rubens de Oliveira, é sobre os estudos do Estatuto do Magistério. Na defesa da ausência desse item na pauta daquela assembleia, o professor Faustino Fávoro, se apresentando como membro da comissão, não estava autorizado a dar mais informações, pois a Secretaria de Educação e Cultura não permitiria. Para Rubens de Oliveira, crítico a essa postura argumentou que: “Disse o Sr. Presidente não poder dar ao público, conhecimentos do que não tinha sido autorizado pela Secretaria de Educação, onde estavam sendo feitos os estudos dos Estatutos, para discutir com os professores” (Ata A.G.E. 31/03/1973. Arquivo APP-Sindicato). Isto é, como membro dos trabalhos da SEC, não poderia proceder dessa forma, pois não teria autorização para informar e apresentar os procedimentos e os encaminhamentos na produção de Estatuto que orientaria as condições de trabalho, estabilidade, carreira e salário da categoria. Percebe-se o aumento dessas disputas, a falta de apoio para conduzir a reunião e o desgaste da direção da APP, quando a mesa diretiva suspende por cinco minutos e depois encerra a assembleia remarcando-a para uma próxima data.

A reunião seguinte, realizada no Pavilhão do Instituto de Educação do Paraná (06/05/1973), tinha como principal assunto debatido a apreciação das contas de 1972. Com o mesmo enredo, o grupo de Faustino Fávoro tentava a aprovação das contas, enquanto que o grupo de opositores, com Rubens de Oliveira e Adyr dos Santos, propunha que a assembleia fosse dirigida por um integrante que não fosse parte da diretoria, além da votação com voto secreto. Os debates, em grande parte manifestados por meio de desentendimentos e acusações de ambos os lados, não permitiram que se realizasse a votação da pauta da reunião. Como encaminhamento da mesa diretora dos trabalhos, ligada ao grupo da situação, a prestação de contas do exercício de 1972 seria publicada pela imprensa em três jornais da capital e, além disso, os livros de

contabilidade da APP estariam à disposição dos interessados na sede da associação (Ata A.G.E. 06/05/1973. Arquivo APP-Sindicato).

Fica evidente que, após a aprovação do estatuto que definia a APP de Curitiba como uma das sedes do Conselho dos 14, o ambiente de disputas tenha se acirrado. Percebemos, em comparação às atas da década de 1960, por exemplo, que o grupo de oposição aparece com mais frequência em seus questionamentos, ao ponto de serem registrados em atas, diferente do que era feito até aquele momento. As dificuldades para conduzir a assembleia, assim como os tensionamentos que refletiam, em parte, a desconfiança e credibilidade daquela direção, são percebidas nas proposições de substituição dos dirigentes que coordenassem os trabalhos, ou mesmo que o voto se desse secretamente.

Outras indicações desse desgaste político do grupo de Faustino Fávoro com parte da categoria são percebidas nas indagações sobre os debates e negociações com a SEC, referente ao Estatuto do Magistério. Ao manifestar o impedimento de falar sobre o assunto, pois não tinha a autorização do secretário, naquele contexto, gera dúvidas sobre a maneira de conduzir esse processo de construção do documento. Isto é, esta atitude, aos olhos do grupo de oposição, se apresenta mais aos interesses do próprio poder executivo do que à categoria a qual representa.

Esses elementos, que são destacados a partir das atas das assembleias, expõem dados importantes que fundamentam o desgaste daquela gestão de Faustino Fávoro. Isso nos permite apontar como decisivos para o resultado da eleição de 1973, momento em que os professores, que eram parte da oposição, rompem esse ciclo de sucessivos mandatos do grupo de Fávoro.

Na reportagem publicada no jornal Gazeta do Povo, em 15 de outubro de 1973, “Boas notícias no Dia do Professor”, tem-se a posse da nova diretoria da associação, cujo evento festivo contou com a presença do secretário da Educação Cândido Martins de Oliveira. Naquela solenidade, o então presidente Faustino Fávoro abriu a sessão com a leitura do relatório, exaltando os vinte e cinco mil filiados da entidade, juntamente com o alto patrimônio expandido (sede própria, Clube de Praia e outros). Na sequência da solenidade, deu posse oficial ao professor Eduardo T. Pereira, que se comprometeu a promover o bem estar do magistério e dos associados. Em seguida, o secretário da

Educação parabenizou os participantes da solenidade de posse, desejando bom trabalho à nova diretoria, juntamente com um pedido para que fosse mantida a boa relação entre eles, e agradecendo “a liderança do magistério do Paraná, que tem sabido conduzir a bandeira das reivindicações do magistério paranaense” (DOPS, PT 92A.11, p.173).

O elogio do secretário à diretoria anterior sugere, no mínimo, que havia uma relação próxima entre eles, como se as reivindicações da categoria não tivessem gerado conflitos e desgastes. Mesmo que houvesse, a direção soube conduzir esse processo, já que a presença e o elogio do secretário representavam mais que uma formalidade de posse.

Maria Luisa Santos Ribeiro, em seu estudo, define que as lideranças que ocupavam as diretorias das diferentes associações vão sofrendo uma pressão política, a qual os subjugava ao ponto de perderem a identificação com seus representados: “para manter a legalidade do cargo, conseqüentemente, perdendo em legitimidade, em autenticidade e transformando-se nos tristemente famosos pelegos” (RIBEIRO, 1984, p.223). Com isso, deixam de representar os interesses da categoria para os quais foram eleitos e se aproximam mais das demandas e interesses governamentais.

A derrota de Faustino Fávoro não encerra as disputas para representar os professores paranaenses, que vão prosseguir até o final da década de 1970, com a diferença que, naquele momento, a oposição ocupa a posição de dirigentes.

Uma das primeiras medidas do grupo de Eduardo T. Pereira foi a reforma dos Estatutos da APP, a fim de torná-la novamente de âmbito estadual. Sendo assim, a assembleia do dia 10/11/1973 teve como pauta: I- Leitura da ata da assembleia anterior, discussão e aprovação; II- Apreciação, reforma e votação dos Estatutos da APP e; III- Assuntos Gerais. Dessa reunião, selecionamos as críticas feitas pelos professores sobre a aprovação do Estatuto da APP para fazer parte como uma das sedes do CRPP e, também, as conseqüentes críticas à gestão anterior:

Romeu Miranda: que aquela ata foi pré-fabricada, arditosamente elaborada, que não espelhava a verdade dos fatos.

Rubens de Oliveira: aduziu uma série de irregularidades, [que a] ata fosse rejeitada pelo plenário nos termos que foi redigida, por ser uma ata mentirosa e que nunca foi discutida e nem aprovada pela classe.

Adyr de Lima: teceu comentários dizendo inclusive que o prof. Faustino Fávoro havia mais uma vez mentido naquela Ata quando disse sobre o Estatuto da APP,

que seu órgão de divulgação, o Jornal do Professor nada publicou e que ele prof. Adyr, Rubens, Zétola estiveram na sede da APP para apanhar cópia do Ante-Projeto dos Estatutos, sendo-lhes negado, com a alegação de que os mesmos seriam distribuídos no dia da Assembleia convocada para apreciação, conforme Edital da época e que ao final não foi nem apreciado, nem discutido nem votado, já veio pronto para ser imposta, numa verdadeira demonstração de forças da diretoria do prof. Faustino Fávoro em flagrante desrespeito a classe.

Mário Gabriel C.: referiu-se não só a informação dos estatutos, que faz parte integrante da referida ata de 23/09/72, mas também a adulteração dos mesmos estatutos quando levado para registro além de acrescentar alguns artigos, fatos estes que levaram ao registro de uma queixa na Delegacia de Falsificações e Defraudações em geral contra o prof. Faustino Fávoro.

Prof. Olien Zétola teceu comentário a respeito dos fatos ocorridos na Assembleia de 23/09/72, que deu origem a uma séria dissidência no magistério paranaense pela maneira anti-democrática como foram conduzidos os trabalhos naquela oportunidade. Este professor fazia parte da comissão para a elaboração do Estatuto, mas segundo ele: “fazia parte dos Estatutos do Magistério e que fornecia subsídios ao prof. Faustino Fávoro que fazia parte da comissão que havia sido constituída pelo Secretário de Educação e que dada a perda de confiança que tinham no prof. Faustino Fávoro, que tinha traído a classe com a atitude tomada na Assembleia de 23/09/72, ele pediu desligamento da comissão” (Ata A.G.E. 10/11/1973. Arquivo APP-Sindicato).

A presença do secretário da Educação ou mesmo membros do governo na cerimônia de posse, com espaço de fala e elogios à direção anterior, indica-nos como se constituíam as relações de negociação entre o poder executivo e a APP naquele período. O entendimento que prevalecia entre o grupo do professor Faustino Fávoro era que manter uma relação próxima e cordial as autoridades, seria o caminho mais fácil, seguro para conquistar avanços e melhorias nas condições de trabalho. Entretanto, percebe-se que esta postura de dirigente passa a ser criticada quando as negociações não avançam e as reivindicações da categoria não são atendidas, como citou o professor Olien Zétola, o qual fazia parte da Comissão do Estatuto do Magistério. Esse olhar político, ainda que não correspondesse ao conjunto dos professores, sinaliza uma mudança de como o dirigente sindical deveria se pautar e representar a categoria nas mesas de negociação.

Após essas denúncias e avaliações dos professores que participaram da assembleia do dia 23/09/72, acerca da mudança no Estatuto da instituição, na ocasião sem a oportunidade de manifestar e apreciar. Mas sim, “efusivamente aplaudida e todos os associados, de pé, aprovaram a matéria”, a direção atual, oposta àquela decisão, formou uma comissão de sindicância para apurar e documentar as irregularidades, com o objetivo de colocar em apreciação e votação pela assembleia do dia 10/11/73 a sua

anulação. O parecer apresentado e registrado naquela ata sobre o trabalho do grupo que coordenou a investigação foi:

[...] comissão formada pelos professores Rubens de Oliveira, Romeu Gomes e Mário Amaral, comissão essa formada pelo Conselho Consultivo e Fiscal para fazer uma sindicância de como transcorreu os fatos naquela Assembleia de 23/09/72. Em síntese, o prof. Rubens, relator da comissão disse o seguinte: que o anteprojeto não foi divulgado como foi dito, não foi feita consulta prévia a classe, foi apresentado pronto o estatuto para aprovação e não apreciação, que o mesmo foi mantido em sigilo até a hora da apresentação, que a Ata daquela Assembleia foi elaborada arditosamente e tendenciosamente, que o mesmo foi imposto e não votado, que houve protesto da classe e que não foram aceitos, o aparelho de microfone foi desligado, as luzes foram apagadas e os dirigentes saíram as pressas do recinto, descendo pelas escadas, mostrou ainda o prof. Rubens, a falta de folhas no livro de Ata, exatamente naquelas datas, referiu-se a adulteração de artigos dos Estatutos e acréscimo feito quando da ocasião do registro e que deu motivo a queixa de crime contra o prof. Faustino Fávaro (Ata A.G.E. 10/11/1973. Arquivo APP-Sindicato).

Neste encontro dos professores ficou aprovada a anulação da Ata da Assembleia de 23/09/72, a criação de uma comissão para um estudo de Anteprojeto de reformulação dos Estatutos da APP, a qual deveria ser apresentada na próxima reunião, marcada para o dia 15/11/1973. Nesse encontro, deu-se seguimento a anulação de outras mudanças em relação à gestão anterior, como o contrato do escritório da SERVAPAR, o qual foi lido em assembleia, apontando os problemas e gastos que teriam, como por exemplo: 40% da arrecadação das mensalidades, hospedagens dos dirigentes em hotéis na cidade (sendo que havia a Casa do Professor para esta finalidade), as despesas com aluguel de sala e funcionários, e com base no artigo 21 do contrato entre APP e SERVAPAR, que deveria ser referendado em assembleia, como não foi, sendo encaminhado para votação da plenária pela anulação do contrato e entrada de ação judicial para ressarcimento do dinheiro retirado dos associados, as quais foram aprovadas (Ata A.G.E. 15/11/1973. Arquivo APP-Sindicato).

Outro ponto de disputas entre esses grupos refere-se às mudanças de código de desconto consignatário da contribuição sindical, para desconto em folha de pagamento: o código 226, para professores da capital, e o 227, para os professores do interior. Essa ação daria recursos financeiros ao novo formato de associados federativos para se consolidar em âmbito estadual. Por isso, Faustino Fávaro, “após perder as eleições, propôs ao governo estadual, por ofício, protocolado na Casa Civil em 17/10/73, a

passagem do código 227 da APP”, como citam OGLIARI (1983. p.13) e ANJOS (2017. p. 56). A nova diretoria recorreu judicialmente e impediu a passagem do código. Assim mesmo, o governo cancelou o código 227. Com a decisão judicial, o Código foi devolvido à APP, mas sem os associados, que foram transferidos para um novo código (220), cedido ao CRPP com aproximadamente 12.000 sócios, sendo necessária outra ação judicial contra o Conselho dos Representantes para lhe impedir a prática. Somente cerca de um ano e meio depois da interpelação, a justiça puniu o CRPP determinando que o órgão teria três meses para trocar sua sigla. Após essas “batalhas” judiciais, a APP-Estadual conseguiu voltar a jurisdicionar os professores em todo o Estado e recuperar parte do seu quadro de associados.

2.1 – Estatuto do Magistério e a Caravana da Integração

Entre a posse de Eduardo T. Pereira (15/10/73) e a aprovação do Estatuto do Magistério (12/76), os professores e suas associações organizaram ações para debater e pautar suas reivindicações com vários representantes que ocupavam as secretarias do poder executivo e governadores. Encaminhavam, também, em suas assembleias, tarefas aos professores e diretores de escolas, as quais consistiam em levar ao conhecimento da sua comunidade, através da associação de pais e mestres, a atual situação dos professores.

A aprovação do Estatuto do Magistério passou a ser o ponto principal de pauta nos encontros realizados pelo professorado paranaense, juntamente com outros itens, como o aumento salarial e a condição de trabalho do suplementarista.

No ano de 1974, por exemplo, foram realizadas nove Assembleias Extraordinárias que envolveram diretamente a discussão sobre o Estatuto do Magistério, organizadas pelas associações APP, APLP e APROPAL (Associação dos Professores de Palmas), nas cidades de Curitiba, Guarapuava, Londrina, Maringá e Paranaíba. Esse processo de descentralização dos encontros foi chamado de “Caravana da Integração”.

Esse nome dado ao conjunto das assembleias está ligado em dois pontos centrais para aquele momento. O primeiro, pela necessidade de mobilizar a categoria em

todo o Estado para debater e propor medidas que pudessem compor o Anteprojeto, a ser produzido por uma comissão composta por representantes das associações e governamentais. O segundo, em meio a disputa com o CRPP, era preciso a APP disputar esse espaço não apenas via judicial, pelo direito da representação política, estatutária, orçamentária, mas também, com ações mais concretas que visassem melhorar as condições de vida e trabalho dos professores.

A realização dos encontros promovidos pelas associações estava sob um organizado sistema de monitoramento do governo, que contava com instrumentos de vigilância e investigação para acompanhar os professores e, caso necessário, conter as possíveis reações de desaprovação àquela prática política. A exemplo disso, o ofício nº 43/74, datado de 24 de abril de 1974, assinado pelo diretor geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, apresentava-se com a finalidade de desmobilizar e coibir as ações dos professores. Esse documento oficial estava direcionado aos diretores de escola, com referência ao decreto lei nº 477 de 26 de fevereiro de 1969, o qual definia as orientações sobre quem cometesse infração disciplinar e sua punição dentro do estabelecimento escolar (DOPS, PT 94B.12, p. 75, 76).

Conforme o ofício citado, comete infração disciplinar: professor, aluno, funcionário ou empregado do estabelecimento público ou particular, que alicie ou incite a deflagração de movimento que paralisa atividade escolar ou participe desse movimento. Igualmente para aquele que pratique organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participar. Ficava oficialmente proibido, o uso da dependência ou recinto escolar para fins de subversão, ou para praticar ato contrário a moral e a ordem pública.

Caso fosse pego em uma dessas infrações, o acusado passaria por um processo de apuração, com prazo improrrogável de até vinte dias. Sendo ele: docente, funcionário ou empregado de ensino. A pena aplicada era a demissão ou dispensa da função, da mesma forma, ficava vedada a nomeação, caso admitido ou contratado, por qualquer outro estabelecimento da mesma natureza, pelo prazo de cinco anos (Ofício nº 43/74, 24 de abril de 1974.op.cit.).

Ao organizar a estrutura de vigilância e definir as punições, estavam sob a vigilância do diretor de escola alunos, funcionários e professores. Entre as atribuições

desse cargo, havia a responsabilidade de tomar todas as providências para zelar pela eficiência e rendimento do trabalho, evitando, assim, a interrupção ou a perturbação da ordem defendida. Como o cargo era por indicação das Inspetorias Regionais, geralmente quem ocupava essa função tinha ligações políticas com o governo ou políticos locais. Assim, para não correr o risco de perder esse cargo administrativo e político, era necessário ser cumpridor das orientações e determinações dos órgãos oficiais. Aos demais, o cuidado era para não serem investigados e punidos, de acordo com a gravidade da acusação e a posição que ocupavam na escola.

Na assembleia realizada em Guarapuava (02/06/74), o presidente Eduardo T. Pereira inicia sua fala comentando sobre o lamentável número reduzido de professores presentes e que este fato estava relacionado à atitude do Inspetor de Ensino de Guarapuava, o qual desempenhou o papel de “Garoto de Recado”, atuando junto aos professores locais, no sentido de impedi-los de comparecer àquela reunião. Outro ponto destacado foram as atitudes atribuídas ao “professor Pires” – presidente da subsede – que não compareceu à assembleia, pois foi um dos que ajudou a dividir a APP, (Ata A.G.E. 02/06/1974. Arquivo APP-Sindicato). Ou seja, tinha vínculos políticos com o grupo de Faustino Fávaro e atuou para a criação do Conselho dos 14.

Entretanto, esse sistema de vigilância que seria exercido pelos diretores, nem sempre ou nem todos cumpriam à risca a atribuição do cargo. Em vista disso, o documento datado em 26 de abril de 1974, produzido pela Secretaria de Educação, mencionava uma reunião organizada pela APP com os diretores dos colégios estaduais da capital. Nesse documento, descreve-se a presença de vinte e duas pessoas, mas que a expectativa seria de um número maior. A justificativa dessa ausência poderia ser atribuída aos efeitos do “Ofício Confidencial”, o qual definiu quais eram as práticas e punições decorrentes de atos de desobediência.

Em relação aos presentes na reunião, o documento enviado a SEC deu destaque a trechos de falas dos professores que se manifestaram, as quais apresentaram como a principal questão o Estatuto do Magistério. Além disso, discutiram possíveis ações para conseguirem sua aprovação. Ao final do encontro, tiraram como encaminhamentos: enviar ofícios ao governador e secretário da Educação; convocar todos os diretores do Paraná, dos estabelecimentos de 1º e 2º graus para a próxima reunião; dar voto de

confiança ao governador; e marcar nova data de reunião para o dia 04 de maio daquele ano (DOPS, PT 94B.12, p.78-80).

Embora o ofício que definia as práticas e punições para os professores deliberasse ações dentro da escola, a intimidação teve seu efeito quando se apresenta como avaliação o número de participantes aquém do esperado. Por outro lado, indica que esses professores vão buscar outros espaços para analisar e debater suas condições de trabalho. No caso da capital, a reunião foi organizada pela APP e, embora o documento não apresente o lugar, fica evidente que não seria em um estabelecimento de ensino.

Outro documento que buscou investigar e vigiar a organização dos questionamentos dos professores, é o ofício nº 12/74-C, da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultural, datado em 29 de abril de 1974, e endereçado ao Secretário da Segurança Pública da capital. Nesse documento oficial, foram identificados os prováveis riscos de uma possível ampliação do movimento que reivindicava a aprovação do Estatuto do Magistério. Por isso, era solicitada alguma ação para conter os professores, assim como, identificando que a APP estava acobertando conhecidos agitadores públicos e trazendo um clima de intranquilidade entre os professores do Estado. A maneira como estavam se organizando era através de reuniões clandestinas com diretores, professores e outros, para traçarem táticas, com objetivo de paralisarem totalmente as aulas em Curitiba e forçar o governo a atender suas reivindicações (DOPS, PT 94B.12, p.75).

Seguindo a lógica de investigação do aparato daquele sistema de vigilância, o objetivo do ofício, inicialmente, era informar o Secretário de Segurança. Como o agente de segurança estava acompanhando a movimentação dos professores, solicitava que fosse pensada alguma medida para conter uma suposta ação dos professores. Em razão das reuniões e encontros promovidos pelos professores e a APP, a providência fora impedir o que se chamou de “uma convulsão de classe no Estado”, já que poderia ser acertado um plano de paralisação das aulas para os próximos dias do mês de maio. O que parecia ser um exagero ou excesso de cautela, na verdade indicava a desconfiança das autoridades em relação à nova diretoria da APP, que se apresentava mais

questionadora, cumpridora do papel de representar e organizar a categoria, se comparada à gestão anterior.

Nas descrições das atas de assembleias realizadas ao longo de 1974, ficaram explícitos os descontentamentos e as críticas pela falta de atendimento às reivindicações dos professores. Apesar disso, em nenhum momento foi registrado como encaminhamento atos públicos ou a paralisação das aulas como tática de pressão contra o governo, na direção de atender a pauta da categoria. Como exemplo disso, destaca-se a assembleia de Maringá (26/06/1974), que vai na contramão do possível risco de paralisação das aulas, quando a decisão tomada sobre o Estatuto do Magistério tratou de “dar mais uma oportunidade ao governo” e, ainda, “manter o compromisso com as aulas” (Ata A.G.E. 26/06/1974. Arquivo APP-Sindicato).

Em relação aos colegas que tentavam “boicotar” os trabalhos das associações e “impedir” a participação dos professores nas assembleias da classe, seguindo as orientações dos ofícios nº 43/74 C e nº 73/74 da SEC, tem-se a abertura do “Livro Negro do Magistério”. Essa seria a única medida contra os “traidores da classe”, que visava identificar, protestar e constranger esses professores, além de demonstrar que ajudar na divulgação das reuniões e participar delas era a posição digna a estar. Portanto, era necessário o enfrentamento das práticas e determinações de investigação e vigilância do governo e dos próprios colegas que se colocavam na posição de cumpridores das orientações (Ata A.G.E. 26/06/1974. op. cit).

O Estatuto do Magistério em questão, que movimentou os debates e ações do professorado até a sua aprovação, estava posto pela necessidade de estruturar a carreira do magistério, determinado pela legislação educacional que passou a regulamentar o ensino de 1º e 2º graus³². Amarilio Ferreira Jr apontou que tanto o artigo 36 da Lei nº 5.692/71 quanto o Decreto nº 71.244 (11/12/1972) estabeleciam as normas jurídicas para a concessão do auxílio do tesouro federal aos sistemas estaduais e municipais de educação. Mas o acesso a esses recursos se dava mediante a mudanças no estatuto que correspondessem aos seguintes requisitos:

³² Exigência da nova LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 15 jul. 2019.

a) Paridade de remuneração dos professores e especialistas com idêntico nível de formação; b) igual tratamento de professores e especialistas, independente do tipo de contrato; c) não discriminação entre professores em razão de atividade, área de estudo ou disciplina que ministrem; d) processo de aperfeiçoamento dos professores ou especialistas com afastamento para realização de cursos de especialização e atualização; e) prazo máximo de um ano para o início do pagamento dos avanços verticais ou horizontais resultantes de maior titulação; f) avanços horizontais por tempo de serviço e por atividades em locais inóspitos ou de difícil acesso; e g) normas sobre o regime jurídico; conceitos que definam pessoal do magistério e suas atividades; direitos e vantagens especiais da carreira do magistério, incluindo promoção, acesso e regime de trabalho; deveres e proibições especiais; e administração das unidades escolares (FERREIRA JR, 1998, p. 56).

A necessidade da efetivação das mudanças que permitissem ter acesso ao financiamento federal direcionou a Confederação de Professores do Brasil – entidade à qual a APP era vinculada em âmbito nacional – a centrar sua ação em torno da questão do Estatuto do Magistério. A tática de mobilização e organização dessa confederação se apresentava como uma política sindical colaboracionista com o poder público no estudo dos problemas educacionais. Fica evidente essa prática sindical no IX Congresso Nacional de Professores, na cidade de Porto Alegre, em janeiro de 1974, tendo como comissão de honra o General Emílio Garrastazu Médici (presidente da república) e o Coronel Jarbas Gonçalves Passarinho (ministro da Educação e Cultura), demonstrando, então, que as forças do magistério e dos representantes do governo poderiam trabalhar juntas e resolver os entraves da efetivação da Lei do Magistério (5.692/71). Segundo Amarilio Ferreira Jr, “a Confederação de Professores do Brasil, com aquela comissão de honra, não queria deixar dúvidas de que apoiava integralmente a política educacional da ditadura militar” (FERREIRA JR, 1998. p. 58).

As ações e mobilizações dos professores paranaenses seguiam a mesma diretriz da sua confederação, apesar de algumas ressalvas. Durante a gestão de Eduardo T. Pereira (1973-1975) na direção da APP, posicionando-se como oposição ao presidente anterior, evidencia-se, ainda que de maneira tímida, um período de maior cobrança dessa associação em relação ao governo estadual.

Em 1974, dois anos após a promulgação da lei educacional federal, o Estatuto do Magistério paranaense não havia sido aprovado. As primeiras assembleias daquele ano que buscavam debater esse assunto apresentaram como encaminhamento convidar os secretários ou representantes do governo a participarem das reuniões da categoria.

Essa prática fazia parte da cultura dos professores, construídas e herdadas das gestões anteriores.

De acordo com a descrição no relatório do agente de segurança, referente à assembleia do dia 04 de maio, a qual contou com a presença de oitenta professores, o primeiro tema (Estatuto do Magistério) tomou conta das quatro horas de reunião. O motivo seria que os professores aguardavam a presença do secretário da Educação. Como ele não se fez presente, pois, segundo sua assessoria, estava em viagem ao interior, ficou designada para o dia 12 uma nova Assembleia Geral Extraordinária (DOPS, PT 94B.12, p.110-111). Isto é, nesse primeiro momento, a reação dos professores e dirigentes ficou marcada pela paralisação sobre qualquer ação coletiva, no aguardo de um possível sinal de diálogo com os representantes do poder executivo.

Já na assembleia de 11/05/74, na sede da APP, em Curitiba, sobre o item Estatuto do Magistério, foram apresentadas as primeiras tarefas que consistiam em tentar agendar um encontro com o governador; convidar representantes da SEC para acompanhar a comissão em visita ao governador, sob a ressalva de conseguir o seu agendamento; acompanhar os debates na ALEP, quando tramitar o projeto e manter-se em assembleia permanente (Ata A.G.E. 11/05/1974. Arquivo APP-Sindicato).

Nesse encontro, tem-se a elaboração do comunicado nº 1/74, assinado pelo presidente da APP, designando comissões de professores com a função de entrevistar, ao longo da semana, autoridades governamentais sobre as reivindicações da categoria, além de reiterar o convite ao secretário de Educação para que se fizesse presente na próxima assembleia em Londrina. Destaca-se, desse documento, o reconhecimento do esforço dos professores do interior terem participado dessa reunião em Curitiba e que, para melhor organizar e viabilizar o deslocamento dos professores da capital, na participação da assembleia no interior, as associações iriam custear as despesas com o transporte (APP) dos professores e a estadia (APLP) dos participantes (DOPS, PT 94B.12, p.113).

Em Londrina, a Assembleia da categoria (19/05/74), apresentou as frustrações dos professores que não conseguiram marcar audiência com nenhum representante da SEC. Os professores debateram sobre a ineficiência do secretário desta pasta, Cândido Manuel Martins de Oliveira, que não atendeu aos interesses da classe sobre seu Estatuto

e, por isso, buscavam como solução conversar diretamente com o Secretário de Governo, Véspero Mendes, pois o Anteprojeto já estava tramitando no Palácio Iguazu. Nessa assembleia, ficou designada como tarefa a tentativa de marcar uma audiência com o governador Emílio Gomes (08/1973 a 03/1975 - ARENA), a fim de debater a data para o envio do projeto de lei do Estatuto do Magistério à ALEP (Ata A.G.E. 19/05/1974. Arquivo APP-Sindicato).

Sobre esse encontro, o único documento arquivado na pasta da DOPS, referente à APLP, é um artigo do Jornal Folha de Londrina, o qual menciona as atividades da “Caravana da Integração” e traz, também, que a diretoria da APLP apresentou como tarefa intensificar as visitas às subsedes da associação em diversos municípios. Naquele momento, o assunto central estava no debate sobre a realização do concurso, pois no entendimento da diretoria, seria uma solução parcial para os problemas dos professores suplementaristas, pelo menos até a implantação do Estatuto do Magistério (DOPS, PT 92A.11, p.115).

Para a APP ficou a responsabilidade de manter a negociação via audiências e reuniões com as autoridades, que nem sempre se faziam presentes nas assembleias, porém, até aquele momento, demonstrava-se pouco eficiente na conquista de resultados concretos à categoria. Já a APLP sinalizava para mobilizar a categoria através do trabalho de base, realizado nas escolas. Isso se apresenta mais próximo da realidade dos professores, da mesma maneira que ouvindo suas reclamações e propondo encaminhamentos. Com essa prática, visavam contribuir para o processo de politização e formação desses trabalhadores e conseqüentemente organizar a luta coletiva.

Todavia, essas diferenças nas ações das associações, por uma questão de localização geográfica – isto é, estar mais próxima da sede do governo e suas secretarias –, a APP acabou ficando com essa responsabilidade. Por outro lado, a distância do centro do poder direcionava a APLP a outros encaminhamentos, que contavam com os professores de sua base, pautando ações mais radicais para aquele momento e com o propósito de unir forças para reivindicar mudanças nas condições de trabalho do magistério paranaense. Isso tudo ocorria em um contexto em que visitar outras cidades e escolas caracterizava risco de serem denunciados por cometerem infração disciplinar.

A partir dessa decisão aprovada em assembleia (19/05/74), a APLP lançou a campanha “Operação Concurso”, na cidade de Telêmaco Borba, com a presença de autoridades locais, como os representantes do prefeito da cidade, do Inspetor de Ensino, do Promotor Público e dos professores (DOPS, PT 92A.11, p.116). O convite às autoridades citadas é entendido como uma estratégia dos professores e dos dirigentes das associações para conseguirem se manifestar em favor da realização do concurso, sem sofrer algum processo sumário de prática subversiva, já que se tratava de um ato organizado dentro do espaço permitido de manifestação. Foram realizados atos semelhantes nas cidades de Cascavel, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Pato Branco, Palmas, União da Vitória e Guarapuava, consideradas cidades importantes para o fortalecimento do movimento.

A organização dessa atividade consistia em instruir os professores de cada cidade a montar uma comissão central da “Operação Concurso”, com presidente e secretário designados, principalmente, para colher assinaturas nos memoriais a serem enviados às autoridades. Ficariam também responsáveis pelo envio de telegramas quinzenalmente ao governador de Estado, secretário da Educação, presidente da Assembleia Legislativa, deputados da região e imprensa. Observa-se que tanto a “Caravana da Integração” quanto a “Operação Concurso” passaram a movimentar a categoria para ações que não se limitassem às tentativas de audiências com as autoridades governamentais, embora a finalidade fosse alcançar tal feito, pois naquele momento se entendia como o limite das ações realizadas pelas associações.

Esse processo se constituiu em reuniões descentralizadas, organização de comissões, debates, coletas de assinaturas e proposições para construir a proposta dos professores. A ideia central era atender as expectativas dos professores e contemplar, através do seu estatuto, as soluções para os seus problemas vividos. Considerando que esse conjunto de ações não se concretizou em prática mais radical, como as descritas no ofício aos diretores de escola, ainda assim possibilitaram movimentar a categoria. Em outras palavras, criaram condições específicas para pensar, discutir, analisar e propor soluções sobre as condições de trabalho e salário e, principalmente, constituir-se no fazer da sua formação política sindical.

Ao final desta “Operação Concurso” foi redigido, pela direção da APLP, um memorial e enviado às autoridades educacionais do Estado. Nele constava o levantamento do número de vagas existentes, que entre o último concurso realizado em 1970, gerou uma demanda, até aquele momento, na contratação de mais de doze mil professores suplementaristas. Portanto, a realização do concurso seria uma solução imediata para melhorar as condições de trabalho, principalmente dos professores suplementaristas, situação definida como marginal em relação ao restante da categoria, no que se refere ao atraso sistemático de salário e ausência de reajuste. Embora criticado pela oferta ser inferior à demanda, em setembro promulgou-se a lei que abria 1.500 cargos de professor do Ensino Médio³³, o que sinalizava a reação do governo devido às ações realizadas pelos professores e suas associações.

Desde a determinação federal para a mudança do Estatuto do Magistério, vários governadores³⁴ e seus respectivos secretários de governo, fazenda e educação organizaram comissões para estudar as despesas com o magistério. Em alguns momentos, essa comissão não paritária contou com professores indicados por suas assembleias para representá-los nas reuniões e audiências, podendo propor as reivindicações tiradas em espaços coletivos da categoria.

Diante das constantes recusas das audiências e ausências de respostas aos ofícios encaminhados pelas associações, foi criada a “Comissão Representativa dos Professores” para negociar com o governo estadual e com a Secretaria de Educação. Essa comissão elaborou um “Memorial da Classe”, que foi apreciado e aprovado em Assembleia dos professores na cidade de Paranavaí, no primeiro dia do mês de setembro, no salão Paroquial da Catedral. Para endossar a importância do documento,

³³ Lei 6.617 – 27 de setembro de 1974, **Art. 1º**. Ficam criados, no Quadro Próprio do Magistério, da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, 1.500 (um mil e quinhentos) cargos de Professor de Ensino Médio, nível 22 (Licenciado) a serem preenchidos no ensino de 2º grau, por professores licenciados em curso superior de formação pedagógica, através de concurso público de provas e títulos. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=9478&indice=1&totalRegistros=60&dt=5.4.2020.19.39.29.706> acessado em 08/02/2020>.

³⁴ Governadores que estiveram no exercício do cargo durante o período de elaboração e aprovação do Estatuto do Magistério: Pedro Viritato Parigot de Sousa. Partido Aliança Renovadora Nacional / ARENA. Governou de 01/07/1973 a 11/08/1973, substituído por morte. João Mansur. Partido Aliança Renovadora Nacional / ARENA. Governou de 11/07/1973 a 11/08/1973. Emílio Hoffmann Gomes. Partido Aliança Renovadora Nacional / ARENA. Governou de 11/08/1973 a 15/03/1975. Jaime Canet Júnior. Partido Aliança Renovadora Nacional / ARENA. Governou de 15/03/1975 a 15/03/1979.

que estava redigido de acordo com as necessidades dos professores, buscaram coletar assinaturas e anexar ao memorial no ato da entrega. De acordo com a ata da assembleia de Londrina (29/09/74), foram coletadas um total de oito mil assinaturas, sendo que apenas as listas de Ponta Grossa, União da Vitória e Cascavel não foram entregues, por serem cidades ligadas ao grupo do CRPP, o qual não participava das assembleias organizadas pela APP, APLP e APROPAL. Além desse fato, apresentaram a denúncia formulada no plenário sobre representantes da APLP de Foz do Iguaçu serem proibidos e ameaçados de prisão, caso mantivessem a coleta de assinaturas dos professores nas escolas (Ata A.G.E. 29/09/1974. Arquivo APP-Sindicato).

Não obstante, a requisitada audiência com o governador, enfim, fora marcada para o dia 07 de outubro, na qual seria entregue o “Memorial da Classe” e os três livros de assinaturas dos professores, ao arenista Emílio H. Gomes. Até a entrada naquela reunião, a “esperança de novos dias” era que se o Anteprojeto fosse enviado em caráter de urgência, poderia ser aprovado no dia 15 de outubro, presenteando a comemoração do dia dos professores.

O conteúdo a que se refere no “Memorial da Classe” foi publicado no Jornal Folha de Londrina, de 15 de outubro de 1974. Entre as reivindicações da categoria, destacamos seis itens relacionados à aprovação do Estatuto do Magistério paranaense: I. a relevante importância da educação no cenário de crescimento e desenvolvimento econômico da nação, sendo que o professor não poderia ser omitido, garantindo a ele situação de dignidade e respeito pela sociedade em que vive e que ajuda a formar; II. desde 1972, várias comissões foram feitas pela SEC e Fazenda para avaliar os gastos com o magistério, enviando os estudos ao governo do Estado no ano seguinte, em 1973. III. tendo parecer favorável do Ministério da Educação e Cultura, o trabalho realizado pelo SEC do Paraná estava de acordo com a lei federal nº 5.692/71 e com o decreto federal nº 7.1244/72. IV. a situação econômica e financeira do Estado era favorável, contando com superávit e, também, com recurso federais para investimentos em Educação. V. a lei nº 5.871/68 – Estatuto do Magistério fugiu à realidade e às necessidades porque não foram regulamentadas promoções, direitos e vantagens. VI. a lei nº 5.957/68 – Quadro Próprio do Magistério provocou achatamento salarial, atrasos sistemáticos de reajuste salarial, indesejáveis abonos de emergências, gratificação de produtividade, atraso de

aulas e baixo salário do professor complementarista e dos professores do ensino primário com 4 horas de aulas e turmas de mais de 40 alunos (DOPS, PT 94B.12, p.319).

Partindo desses seis pontos apresentados, reforçam a necessidade da aprovação do Estatuto do Magistério, resolvendo, assim, os maiores problemas que incidiam ao professorado. Por isso, a sua aprovação fora elencada como principal ponto de pauta dos professores, ocupando consideravelmente a maior parte das assembleias dos professores daquele ano. Outra questão importante decorre de os próprios professores entenderem que a prática do governo estabelecia barreiras e empecilhos para efetivar qualquer mudança que favorecessem a categoria. Nesse sentido, a esperança da aprovação na data simbólica de comemoração do dia professor não se concretizou.

Como última tentativa, para obter naquele ano a aprovação do Estatuto do Magistério, foi redigido o ofício nº 313/74, de 10 de outubro de 1974, elaborado pela comissão para ser encaminhado ao governador. Referendada essa proposta na assembleia (12/12/74) em Curitiba, na sede da APP, descreveu-se os passos de tramitação e promulgação do projeto de lei: I. que fosse enviado o Anteprojeto à ALEP até o dia 15 de outubro, seguindo os trâmites da casa, e sancionado até o dia 28 de outubro, em comemoração ao dia do funcionário público. II. a vigência poderia ser no dia 01 de janeiro ou a partir de fevereiro de 1975, quando iniciaria o período letivo. Assim, o Anteprojeto seria aplicado em duas etapas, chamadas de quadro transitório e de quadro permanente. A primeira, com elevação imediata de dois níveis para todas as classes de professores, servindo para que o professor fosse enquadrado corretamente e para que todos estivessem no nível inicial de carreira no prazo de 180 dias. Com isso, a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR) teria tempo hábil para efetivar. Na segunda etapa, o professor deveria ser enquadrado no nível correspondente ao tempo de serviço prestado ao Estado (promoção horizontal), no prazo de 90 dias após a conclusão da etapa anterior. Do quadro permanente, onde seriam computados os méritos do professor, realizado no prazo de noventa dias após o enquadramento anterior. Por fim, seria implantado o abono provisório de dez por cento a partir de primeiro de outubro, o qual deveria estar incorporado ao salário (DOPS, PT 94B.12, p.131-132).

Todo o esforço e trabalho realizado ao longo das várias assembleias em diferentes regiões e cidades, apresentando em seu “Memorial da Classe” que fosse feita “Justiça sem favor nem privilégio para o Magistério do Paraná”, o descrédito e questionamentos podem ser sintetizados nas conclusões deste documento enviado pela comissão dos professores ao governador:

“se é verdade que a Educação é meta prioritária no Governo de v. exa.; se é verdade que v.exa. quer cumprir as disposições da lei federal 5692/71 e o decreto 71244/72; se é verdade que v.exa. pretende valorizar o Magistério; se é verdade que a situação econômico-financeira do Estado é boa. Por que: não enviar em caráter de urgência à Assembleia Legislativa, o Anteprojeto do novo Estatuto do Magistério do Paraná, para que até 15 de outubro próximo, dia do professor esteja sancionado por v. exa. Acarretará amarguras, desesperanças, desestímulo e a inquietação do professorado paranaense, que, no dia do seu aniversário, verá soterrada mais uma esperança e a única possibilidade de se tornar um verdadeiro profissional da Educação” (DOPS, PT 94B.12, p.320).

A esperança de serem “presenteados”, fruto do seu merecimento e trabalho para ajudar a construir o anteprojeto, de se mobilizar a categoria em assembleias, reuniões e comissões, de pleitear o reconhecimento profissional com seu Estatuto do Magistério não se concretizou. Na assembleia seguinte, em Curitiba (10/11/74), a última que tratou sobre o Estatuto do Magistério, tem-se que não foram mais atendidos pelo governador em respostas às propostas e prazos, desfazendo a última esperança de que permitiriam a aprovação do Estatuto do Magistério para aquele ano (Ata A.G.E. 110/11/1974. Arquivo APP-Sindicato).

Portanto, no decorrer deste ano de 1974, analisando as evidências apresentadas, indicam-nos um padrão de negociação que se repetia com as mudanças de governador e secretário. Após a solicitação de audiências com as autoridades do governo, os dirigentes das associações dos professores, quando recebidos, entregavam a elas os materiais produzidos e aprovados em assembleia, contendo em anexo as listas de apoio, compostas de assinaturas de centenas de professores de todas as regiões do Estado, endossadas pela prática do envio de cartas, telegramas, ofícios, ligações para os deputados da sua região. Mesmo assim, isso se demonstrou insuficiente para conquistar avanços concretos no salário, na carreira e, conseqüentemente, na melhora das condições de vida.

O Estatuto do Magistério, definido como primeiro item de pauta, não teve a mesma energia de ações em 1975, estando na pauta da assembleia no dia (07/12/1975) e em 1976, na assembleia de 12/10, de acordo com o livro Ata de Assembleias Gerais da APP. Em partes, isso se deu pelos enfrentamentos contra o governo sobre o professor suplementarista e pela intensificação do arrocho salarial, os quais agravavam as condições de trabalho e vida da categoria, e que serão abordados na sequência.

2.2 Os suplementaristas e o Decreto 1.495/76

Já apresentamos algumas das formas dos professores pautarem suas reivindicações, de cobrarem do governo a implantação do Estatuto do Magistério ao longo da década de 1970. Na avaliação dos professores, essa reivindicação corresponderia a avanços e melhorias para a categoria no que se refere à carreira e ao salário, ou seja, na profissionalização do magistério. Posto isso, outros dois itens presentes nas assembleias, como parte das suas reivindicações, foram o contrato de professor temporário e a questão salarial.

Podemos afirmar que esta situação não era exclusiva do magistério paranaense, nesse período. Outros estados, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais também lutavam pela mesma pauta, no geral. Por exemplo, há ausência de concurso e o aumento da demanda de docentes, a maneira de suprir se dava pela contratação do professor sem vínculo efetivo com o Estado. Em São Paulo, esses contratados sem concurso público foram chamados de “precários”, sendo que, ao longo da década de 1970, ultrapassaram o número de professores efetivos (RIBEIRO, 1984, p. 220).

No Paraná, os últimos concursos públicos realizados para professores de 1º grau tinham acontecido em 1968 e, para o 2º grau, em 1970. Essa ausência de concurso determinou que a exceção virasse uma prática recorrente pela SEC, a qual atendia à demanda escolar com a contratação para o enquadramento de suplementaristas.

As aulas suplementares eram definidas como “de cunho eventual ou esporádico e corresponderão obrigatoriamente ao exercício de magistério, frequência ou ensino em

cursos de interesses da Secretaria de Educação e Cultura"³⁵. Mesmo que fosse uma maneira com a qual os professores pudessem estar empregados, os questionamentos para esse tipo de contratação estavam, sobretudo, na falta de pagamento em dia e no contrato de trabalho, que não estava fundamentado na CLT. Ou seja, esses trabalhadores não recebiam férias, descanso semanal remunerado e 13º salário, sendo contratados geralmente a partir de março e dispensados ao final do ano letivo. Nesse sentido, a luta pelo Estatuto do Magistério contribuiria para pressionar os governos pela realização de concursos e diminuição dos efeitos negativos da contratação de temporários.

Essa condição de trabalho movia a pauta das associações ao longo desta década de 1970. As denúncias eram apresentadas à imprensa ou nas reuniões com os secretários de governo. Na reportagem divulgada no Jornal Diário do Paraná, 04 de julho de 1975, com o título “Carreira não mais atrai professores”, o presidente da APP, Eduardo T. Pereira, manifestava os motivos que acometiam os professores a desistirem de seguir ou entrar na carreira do magistério. Entre eles, a evasão das escolas de formação de professores; o elevado número de licenças prêmio, de saúde ou sem vencimentos; demissões a pedido; e abandono do cargo (DOPS, PT 94B.12, p.137).

Em outra reportagem, no mesmo jornal, publicada em 10 de agosto de 1975, o professor Adyr de Lima, em reunião com os secretários de governo, apresenta que “um professor suplementarista com 32 aulas semanais, que em 1971 ganhava dez salários mínimos, hoje ganha entre 6 a 4,4 salários mínimos” (DOPS, PT 94B.12, p.141). Sob esse regime de contrato suplementar, visto a partir das experiências compartilhadas pelas professoras entrevistadas, as quais iniciaram na profissão durante a década de 1970, tem-se a ratificação dessa condição referida.

³⁵ Lei nº 6298 - 10 de Julho de 1972, deu nova redação aos artigos 46, da Lei nº 4.544, de 31 de janeiro de 1962 e 11 da Lei nº 4697, de 28 de fevereiro de 1963. Depois Lei nº 6508 - 13 de Dezembro de 1973. Institui a categoria de Pessoal Suplementar e dispõe sobre seu regime jurídico. As duas legislações sobre esse cargo durante a década de 1970. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=iniciarProcesso&retiraLista=true&sit e=1>>. Acesso em 05 fev. 2020.

A professora Ana Hasegawa Centurion³⁶ viveu da sua infância até a sua formação superior no sítio dos pais, em Jandaia do Sul, município próximo de Maringá. Naquela época, entre os 15 e os 17 anos, trabalhava no cuidado do bicho da seda, plantando, colhendo e alimentando-os com amoras. A sua primeira escolha para cursar o ensino superior seria psicologia, mas em razão da distância das universidades, optou pela graduação em matemática, em função da facilidade com os números. A faculdade ficava localizada em Mandaguari, a quarenta minutos da sua cidade e, por isso, teria a autorização do pai para dar continuidade aos estudos.

Depois de formada no curso de licenciatura em Matemática, em 1976, com vinte anos de idade, iniciou sua trajetória de trabalho com graduação:

Quando eu me formei, eu fui então exatamente trabalhei em um banco e trabalhei primeiro numa loja como escrituraria né, no Bradesco, eu fui a moça do Bradesco uns tempos né, fazia é cadastro, né, pros clientes, renovava cadastro, é, antigos, e de repente as aulas começaram. Eu vi que estavam razoáveis, os preços. Estavam melhor que ser bancária, mas aqui eu não ia ter carreira. Eu acordei pra minha vida, falei meu, “eu estudei pra isso, pra ser professora, então vou ser né!?” Apesar da timidez e tudo, mas, é, então eu fui, enfrentei. Meu irmão me convidou pra ir a Toledo né!? Ele morava lá, e eu fui. Mas antes eu já substituía algumas aulas em Jandaia do Sul (CENTURION, Ana H. 2017, entrevista).

Alguns aspectos são importantes nessa trajetória. O salário recebido pelo trabalho no banco se equiparava a remuneração de alguém com cargo de nível médio. Na sua avaliação, o salário que receberia como professora suplementarista licenciada, trabalhando à noite na escola, em substituição, e durante 20 horas semanais estava melhor. Mais do que o salário, apresenta que essa experiência inicial, estabelecida em uma jornada de três períodos, permitiu deixar o medo e a insegurança da timidez para se dedicar à docência, o que dá sentido ao “acordei pra vida”. Da mesma forma que a definição de “eu fui, enfrentei” significou continuar, insistir e prosseguir, ou seja, perseverou na carreira. Esses elementos que são apresentados pela professora Ana Centurion constituem o sentido de vocação como parte do seu ofício.

Ainda solteira, mudando-se para outra cidade e assumindo o dobro de aulas, “Não tinha hora atividade ainda, mas, [...] Eu achei assim que poderia levar uma vida

³⁶ Ana Hasegawa Centurion, 62 anos, professora de Matemática e Ciências. Residente em Foz do Iguaçu, aposentada desde 2006. Entrevista gravada pelo autor em julho de 2017.

dentro da minha profissão e crescer ali dentro. Sabe!?” Outra questão importante em seu depoimento aparece quando apresenta que, dessas aulas, nem todas eram vinculadas ao seu nome: “Tinha 15. Às vezes tinha 15 no meu nome, às vezes tinha 20 né!? Muito difícil ter 40 no meu nome”.

Essa fora uma prática utilizada para abrir contratos nos nomes de professores que tinham vínculo, mas eram usados para o pagamento dos professores que estavam substituindo.

Ainda naquele período, como professora suplementar, iniciou a graduação de ciências durante dois anos, com aulas nos finais de semana a cada quinze dias. “Acho que era só pra aumentar o meu currículo. Ainda de Toledo ia pra Jandaia do Sul, porque meus pais moravam lá, talvez era mais uma desculpa pra mim visitar meus pais, né!?”. Embora houvesse a relação familiar como fator de motivação para continuar os estudos, para conseguir aulas como suplementarista, entre os critérios estavam graduação e experiência. Como estava iniciando na carreira docente, era importante outra graduação para obter melhor classificação na seleção, como também, poderia ampliar a possibilidade de ministrar aulas em mais de uma disciplina.

Já com a professora Dirce Bespalez³⁷, nascida em Cruz Machado/PR, filha mais velha dos quatro irmãos, numa família em que o pai trabalhava como farmacêutico bioquímico e a mãe enfermeira, a situação foi diferente, pois, se dependesse da orientação dos pais, seguira para a área da saúde, principalmente, pela questão financeira. Contudo, por desejo e vontade pessoal, escolheu ser professora.

Formada, primeiramente, no curso de normalista em 1970, no mesmo ano que se casou, iniciou sua carreira profissional no departamento municipal de educação e cultura na prefeitura de Guaíra, lecionando para turmas de segundo ano das séries iniciais. Com a conclusão da graduação em Ciências Sociais, iniciou, em 1974, como professora suplementar de história, seguindo nesta função até 1977, quando não ficou classificada o suficiente para conseguir aulas. Explicando sobre essa contratação, diz:

³⁷ Dirce Bespalez, 69 anos, professora de História. Residente em Guaíra, aposentada desde 2001, mas continua lecionando. Entrevista gravada pelo autor em fevereiro de 2019.

Dirce: Assim, vinha uma determinada folha, com uma determinada demanda e o diretor atribuía aula aos professores e professoras, e pronto, iam trabalhar. Às vezes o pagamento chegava em setembro, chegava em outubro.

Odirlei: Começava a trabalhar no início do ano?

Dirce: Sim, no início do ano e ia até o final do ano. Se tivesse aula ou não no seguinte tudo bem. Foi um dos motivos que eu retornei a prefeitura no municipal.

Odirlei: Então de 73 a 77 foi para o estado para trabalhar no contrato suplementar. E tinha dificuldades para receber o salário?

Dirce: Tinha, tinha sim. Eu mesma fui contratada uma época por 22 aulas e recebi o ano todo por 16 horas aula. E ficou assim (BESPALEZ, Dirce. 2019, entrevista).

A escolha em sair da função de professora primária da prefeitura de Guaíra e ingressar como contratada pelo Estado, deu-se pelo salário maior, pago ao professor licenciado que ministrasse aulas no 1º e 2º graus. Percebe-se, em sua fala, que o diretor da escola dispunha do controle sobre todo o processo, o qual consiste na: descrição da oferta de aulas; contabilização da quantidade de aulas e de quais as disciplinas; na seleção e classificação do professor; na distribuição das aulas por disciplina da formação ou com habilitação; nos períodos e horários das aulas; por último, no envio das aulas supridas para pagamento do salário. Nesse processo burocrático estão as queixas e justificativas para os atrasos no pagamento do salário, como também o recebimento de valores inferiores ao total de aulas ministradas. O motivo que justificou para sua saída do Estado como professora suplementarista, no ano de 1977, foi que deixou a função quando a sua classificação não foi suficiente para conseguir as aulas. E narra:

Dirce: Oh, nesse momento eu caí fora do Estado tá? Eu caí fora do Estado, porque na classificação, segundo diziam, na classificação tinha mais gente na minha frente com maiores direitos e tal, habilitações, então nesse momento eu caí fora do Estado em [19]76. Aí eu fui trabalhar além da prefeitura, na CNC, período noturno. Eu trabalhava na CNC e me dediquei mais no trabalho na prefeitura, né!? Principalmente com cursos, sobretudo de humanas, relacionamento, multidisciplinar, unidade na diversidade, relacionamento entre pais, alunos e professores, sabe!? Alfabetização. Ah, a gente era meio assim, pau pra toda obra, por isso que eu falo que me formei phd (risos)

Odirlei: E a senhora falou que ficou mal classificada, como é que era essa classificação?

Dirce: Olha, segundo a direção da escola eu não era bem classificada, mas sempre tinha alguma coisa que, sempre fiquei com um pé atrás e outro na frente, sabe!? Depois no decorrer do ano a gente via que tinha pessoa com menos habilitação do que eu e que estavam trabalhando em sala de aula.

Odirlei: Então pra ser contratada como suplementarista tinha que ter além da graduação, contava tempo de serviço? Como é que era?

Dirce: Contava. Contava tempo de serviço, experiência, mas também tinha um bolinho, sabe? Isso daí (BESPALEZ, Dirce. 2019, entrevista).

Podemos analisar duas questões sobre essa situação de contratação. A primeira é que a responsabilidade a cargo das direções de escolas permitia organizar a classificação e seleção em situação à margem dos critérios de formação e experiência, envolvendo interesses subjetivos, como amizade ou afinidades políticas para trabalhar naquele lugar. Lembrando que também estavam sob a responsabilidade do diretor as providências para a eficiência e rendimento do trabalho, como também a vigilância e manutenção da ordem defendida. A segunda está relacionada ao contexto do Decreto nº 1.495/76, que determinou a ampliação da jornada de trabalho dos professores para quarenta e quatro aulas semanais, o que trouxe, como consequência, a diminuição de aulas para professores suplementares. Abordaremos essa questão na sequência deste texto.

A professora Alinete Souza Capitano³⁸, nascida em Parnarama/Ma, foi criada pelos avós, na cidade de Arapongas/Pr, onde concluiu o 2º grau cursando a Escola Normal durante o dia e, o curso profissional científico em Contabilidade no período noturno. Entre as duas formações, seguiu a carreira do magistério por influência das tias professoras, concluindo a graduação de Ciências Sociais em 1974. Sobre a escolha de lecionar na cidade de Foz do Iguaçu, narra que:

Você sabe como eu vim parar nessa cidade? Posso falar? Nós eramos 40 alunos no curso de Sociologia, no último mês, novembro, na última semana abrimos o mapa do Brasil e jogamos um dado. Foi um juramento de turma que fizemos entre os 40. Só escapou dois casais que já tinham filhos, mas os 38 tiveram que jogar o dado e aonde caísse o dadinho você ia em dupla. A cidade que caísse. Eu me lembro que a minha colega, Maria Aparecida jogou o dado e caiu em cima de Foz do Iguaçu, Paraná. Nunca tinha visto falar dessa cidade. Nem eu e nem ela. Mas como era um juramento de turma, nós não podíamos nos esquivar. Gente pro Amazonas, gente pro Pará, gente pra São Paulo, gente pro Rio Grande do Sul, cidades que até então eram desconhecidas para a turma. Fizemos um juramento de turma assim, um ano não podia pular. Se você gostasse ficava, se não gostasse voltava pra tua origem. A minha era Londrina ou Arapongas. E todos nós, os 38, fomos para as regiões onde jogamos os dados. Eu e a Maria Aparecida, a Cidinha, viemos pra Foz do Iguaçu (CAPITANIO, Alinete S. 2015, entrevista).

Uma aposta organizada pela turma traçou a chegada dessa professora em uma cidade desconhecida e que vivia um intenso crescimento populacional com a construção

³⁸ Alinete Souza Capitano. Entrevista gravada pelo autor em julho de 2015.

da hidrelétrica de Itaipu³⁹. Para suprir essa demanda e ofertar vagas em escolas públicas, a parceria entre a prefeitura da cidade e o governo estadual promoveu a extensão do Colégio Estadual Monsenhor Guilherme para salas de aulas no período noturno da Escola Municipal Pedro Viriato Parigot de Sousa, ambas localizada no bairro central da cidade. Nessas duas escolas a professora Alinete iniciou a docência, nas turmas de quinta a oitava séries, ministrando aulas das disciplinas de Geografia, História, OSPB (*Organização Social e Política do Brasil*) e Educação Moral e Cívica.

Alinete, ao narrar a sua trajetória, descreve com detalhes o que significou o início de sua carreira com o vínculo de professora complementarista. Após concluir a graduação em 1974, chegara à cidade de Foz do Iguaçu no ano seguinte, com 25 anos de idade, onde dividiu o mesmo quarto em uma pensão com a professora Cidinha, amiga da faculdade e parceira do sorteio da turma. Na sua inexperiência com a docência e com as condições de trabalho, vai descobrir na prática os atrasos no salário: “Olha! Pra você receber salário meu filho! Era gestação de sete em sete meses ou de oito em oito meses. Nós chamávamos nosso salário de gestação porque nunca recebia em dia”. Por essa situação, inviável para atender às necessidades mais básicas, buscou outro emprego.

A condição de professora complementarista, considerada a partir da definição de “salário de gestação”, remete-nos à analogia de uma mãe que aguarda seu filho no ventre, desde a concepção até o nascimento em torno de 38 a 40 semanas (ou nove meses). Nesse período, vivenciava-se um turbilhão de sentimentos e sensações expressados na expectativa criada em todo início de cada mês para receber o salário, seja pelo receio de não conseguir administrar e realizar o pagamento das contas, seja pela ansiedade para que o tão esperado e desejado recebimento do ordenado se concretizasse. Nesse contexto, afim de amenizar o sofrimento que lhe aflige; nas mudanças de hábitos e adaptações com a restrição da renda; na alegria ao receber o valor retroativo, mas não corrigido e, sobretudo, envolvido com a preocupação gerada nesse período para, enfim, tentar colocar as faturas acumuladas pela ausência de salário.

³⁹ A população de Foz do Iguaçu em 1970 – 33.966 e 1980 – 136.321. Somente nos últimos cinco anos da década de 1970 esse número foi de 102.355 pessoas, um crescimento de 339%. Em 1978, o total de empregados na construção da hidrelétrica chegou a 29.427. Mais informações sobre esse crescimento na dissertação de mestrado: Manarin, Odirlei. Peões da Barragem: memórias e relações de trabalho dos operários da construção da hidrelétrica de Itaipu – 1975 a 1991. Unioeste. 2008.

Nesses casos, mesmo se houvesse o desejo e a intenção de se dedicar em tempo integral à profissão, não seria possível, principalmente nas situações em que o salário de professora da rede estadual era o único meio de sobrevivência. Essa estrutura imposta pelas políticas educacionais, que envolviam a ausência de concurso e a organização administrativa para efetuar os pagamentos em dia, a professora Alinete narra:

Simplemente, por isso que te digo, nós sempre tivemos pessoas bacanas. Por exemplo, seu Manolo e dona Manola, os espanhóis dono desse hotel espanhol, eles entendiam nossa situação. Então o pouco que a gente ganhava na Receita Federal como contratada, foi nós duas eu e a outra amiga minha passamos no concurso e entramos na Receita. Então eles entendiam que a gente dava um pouquinho cada mês, a dívida tava [...] a comida foi a mesma coisa. Existia um restaurante chamado aqui Brasinha, sabe? É Barril, desculpa. Era em frente ao cinema, perto daquele edifício Salvati. Ali tinha o Barril. Tinha um casal, donos do restaurante foram muito bacana. Então eles na cidade serviam os mensalistas tanto bancários, polícia federal, polícia rodoviária, professor e eles tinham muita dó da gente. Então era a mesma coisa. O que a gente recebia pela Receita, cada mês a gente chegava e dava cinquenta, dava vinte. E eles foram tão bacanas que era assim. A gente almoçava, não podia jantar não tínhamos condições, mas eles toda vez que a gente voltava da aula onze horas, onze e meia dos colégios passava ali porque era do lado de onde a gente dormia sempre tinha um prato de sopa pra gente, sabe? Um prato de sopa, uma macarronada, sabe? Eles cobravam uma coisa irrisória, mas sempre nós pendurávamos. Mas sempre a gente pendurava [risos] Parece vida de estudante. Nossa vida de professor era igualzinha. Pendurava as notinhas na parede, sabe? E quando recebíamos a primeira coisa que a gente fazia porque a gente também fez um trato, assim, sabe? De nunca pedir nada pra família, sabe? Se aquela pessoa, que você saiu de casa com um propósito, né? Vim pra casa pra ajudar e não pra pedir ajuda. Então nosso lema também sempre foi este da faculdade, sabe? Passar privações, passar fome sim, mas nunca pedir nada dentro de casa. E eu também, sabe o que que é eu vim de uma família muito pobre, sabe? Eu que tive que pagar meus estudos, roupa, tudo. Então a gente sabe o sacrifício, né? E como que eu vim trabalhar numa cidade que eu escolhi e pedir auxílio dentro de casa? Eu nunca fiz isso (CAPITANIO, Alinete S. 2015, entrevista).

Ao contar a sua experiência, pautada na trajetória de trabalho, apresentou outros elementos sobre as condições de trabalho que expressa a experiência coletiva dos professores suplementaristas. Esse vínculo de trabalho da professora Alinete, assim como das demais professoras citadas – ou de qualquer outro professor da rede estadual que iniciasse sua carreira na década de 1970 –, passaria por alguns dos problemas apontados até aqui, sejam eles na estabilidade, planejamento, falta de garantia de cumprimento do contrato até o final do ano letivo ou a necessidade imediata de outro emprego. Por essas razões, esse vínculo passa a ser criticado e definido como uma das

piores formas de contratação dentro da categoria e colocado como um dos itens principais da pauta de reivindicações das associações, visando melhorar as condições de vida e de trabalho.

Outras práticas estiveram presentes nesta condição de professor suplementarista durante o período de “gestação”, entre elas, recorrer à ajuda de familiares ou limitar-se ao salário do companheiro, desde que não se encontrasse na mesma condição de trabalho. Havia também a compra fiada no comércio local, negociando o pagamento do aluguel sempre atrasado, pleiteando crédito para a compra de remédios, assinando promissórias ao comprar roupas, calçados, material escolar, entre outros. Contando com a compreensão de donos de pensão e restaurantes, a solidariedade de amigos, tudo isso ajudou a passar por essas privações, conforme citado pela professora Alinete.

Após o desfecho com a não aprovação do Estatuto do Magistério em 1974, uma forma de amenizar a condição de trabalho do professor suplementar seria a justiça do trabalho. A APP, em sua sede em Curitiba, organizou duas assembleias nesse ano com a pauta Suplementarista. Na primeira (24/11/1974), os assuntos debatidos foram: a) não pagamento de vantagens previstas pela CLT; b) situação do vínculo empregatício e salário por jornada de trabalho. Os debates passaram pelas mudanças que pioraram essa condição de trabalho, atribuídas à mudança da Constituição Estadual com vigência até 1967, a qual previa a estabilidade ao professor suplementarista com mais de cinco anos de serviço público. Porém, após a reforma constitucional, aprovada em 1969, desapareceu esta oportunidade, ficando esse professor apenas com duas opções: invocar o regime de CLT ou aguardar concurso público (Ata A.G.E. 24/11/1974. Arquivo APP-Sindicato).

Nesse contexto, os professores paranaenses, vendo-se na situação em que nenhuma das opções estavam sendo colocadas em práticas, acionaram a direção da APP para que apresentasse como encaminhamento a entrada com Reclamatória Trabalhista, aprovado pela assembleia. Alertou, porém, que o percurso da ação levaria no mínimo dois anos, visto que os trâmites na justiça do trabalho eram demorados. Na Assembleia de Curitiba – 08/12/1974 – sobre ação do suplementarista foi, portanto, ratificado o convênio com escritório de advocacia, o responsável em arcar com as

despesas processuais e o valor cobrado ao final da ação, sendo até 20% os honorários (Ata A.G.E. 08/12/1974. Arquivo APP-Sindicato).

Devido à nova legislação e com um ambiente político repressivo e fechado, a estratégia avançou para as disputas legais, reivindicando direitos (estabilidade, aposentadoria, 13º salário), uma prática que foi adotada por outras associações, como a APEOESP⁴⁰, cujo êxito fora alcançado, diferente da situação do magistério paranaense (PAULA, 2007. p. 135).

Essa intransigência do governo, envolvendo o contrato suplementar e as condições de trabalho dos professores vinculados a ele, e os demais itens da pauta de reivindicação dos professores paranaenses, levaram a produzir seu próprio jornal para apresentar suas denúncias.

O Jornal “*O Atalho*” – de publicação da APLP – em suas edições, por meio de artigos, deu ênfase para a apresentação das condições de trabalho e de vida do professorado paranaense, sobretudo com destaque à desvalorização salarial sofrida nos últimos dez anos. Era comum em suas edições a tabulação dos índices inflacionários e os percentuais de aumento compor tabelas, com análises que denunciavam que eram insuficientes para corrigir a desvalorização provocada pela inflação.

Além disso, a intenção de seus editores não era apenas mostrar e informar as condições salariais e de trabalho, mas também a tentativa de disputar a organização da luta dos trabalhadores. Por isso, as edições destacavam palavras como “lutar”, “unificar”, “mobilizar”, essas aplicadas no sentido coletivo e com o objetivo de pressionar as autoridades. Também era comum apresentar o recurso final que viesse paralisar as aulas, diferentemente dos dirigentes das associações dos professores que se apresentavam receosos em defender essa prática.

Os relatórios dos agentes de segurança identificavam os editores desse jornal como grupos mais questionadores da categoria e apoiados por jornalistas da Folha de Londrina, os quais davam suporte técnico na diagramação e impressão. Esse jornal, de maneira mais organizada e estruturada, acompanhou e detalhou em seus exemplares, a

⁴⁰ Essa questão é mais detalhada em pesquisa desenvolvida sobre a trajetória da organização coletiva dos professores da rede oficial de ensino do Estado de São Paulo, Apeoesp. PAULA, Ricardo Pires de. Entre o sacerdócio e a contestação: uma história da APEOESP (1945-1989). Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

situação que começou a ser desenhada com a formação de uma comissão encarregada de fazer o levantamento das aulas suplementares no Paraná. Essa “comissão” era dirigida pelas secretarias da Educação e Cultura e dos Recursos Humanos, que assinaram, ao final dos estudos, o Decreto nº 1.495/76.

Na edição especial de fevereiro de 1977, as duas páginas do jornal apresentavam as principais mudanças provocadas pelo decreto, destacando o desemprego estimado entre cinco a oito mil professores suplementaristas. O motivo verificado estava na mudança do regime de trabalho, que determinava a todos os professores efetivos ampliar sua carga horária para 44 aulas semanais. Isto é, antes do decreto, existiam opções para os professores fecharem suas aulas com 10, 22 e 32 aulas semanais. Porém, com a nova lei, a extensão da jornada de trabalho dos efetivos provocou a diminuição das aulas eventuais.

A consequência imediata provocada pelo decreto foi sentida pelo professor contratado, pois, sem a possibilidade do ingresso na carreira via concurso público, vivenciou mais intensamente o medo do desemprego. Outro fato que deve ser considerado é a piora nas condições de trabalho, como por exemplo, as disciplinas com duas aulas semanais dificilmente fechavam essa carga horária em uma ou duas escolas. Isso nos faz pensar sobre o aumento do tempo e de recursos gastos para o deslocamento entre o trajeto das escolas, juntamente com a situação de receberem seus salários com atrasos. Outro aspecto agravante sobre as condições de trabalho é que o tempo destinado à preparação das aulas, elaboração e a correção de provas, os estudos, o aperfeiçoamento e as atualizações, tudo isso ficou para depois de cumprirem a jornada de 44 aulas semanais em sala de aula.

Para demonstrar que foi uma mudança debatida e não imposta ao conjunto dos professores, segundo “*O Atalho*”, na edição de fevereiro de 1976, as secretarias de governo haviam consultado apenas os representantes do Conselho de Representantes dos Professores do Paraná (CRPP), que se manifestaram favoráveis à ideia. A matéria apresentava que os diretores desta associação não convocaram assembleia para deliberar esta posição favorável ao decreto, portanto, estaria fora de sintonia com sua base de associados, principalmente porque muitos desconheciam o assunto. Na avaliação dos editores desse jornal, o decreto foi elaborado e aprovado por um grupo

restrito de “tecnocratas, desconhecedores da realidade educacional do Paraná e por outro grupo igualmente restrito de pelegos guindados a postos de representação e movidos por interesses particulares” (DOPS, PT 92A.11, p.67).

Outra situação denunciada pelos editores do Jornal “*O Atalho*” seria o contrato de trabalho da aula extraordinária e da aula suplementar. Na primeira situação, a professora concursada de um período poderia pegar aula em um segundo período de trabalho. Por exemplo, se o padrão de aulas estivesse fixado no período da manhã, poderia complementar sua jornada de trabalho com extraordinárias no período vespertino. Nesse caso, receberia cinquenta por cento a menos do valor do primeiro período efetivo. Já em um segundo cenário, as professoras efetivas admitidas através de concurso público, na ausência de professoras na escola à qual estivessem vinculadas, forneciam seus nomes para que o governo usasse na contratação de suplementaristas, assumindo, assim, as aulas extraordinárias.

Essas professoras com aulas extraordinárias compartilhavam a mesma carga horária de trabalho, porém, com salários inferiores, além de serem pagos sempre em atraso. Tinham as mesmas atribuições e responsabilidades de evitar e solucionar problemas de ordem disciplinar dos alunos, na preparação das aulas e na correção dos cadernos. Aqueles sem vínculo efetivo, seus nomes não constavam na escola, nem na Inspeção Regional de Educação e muito menos na Secretaria de Educação.

Para ilustrar essa denúncia, foram entrevistadas três professoras que, naquele período, estavam submetidas à condição de trabalho citada, as quais relataram:

[...] MARCILENE: “eu acho isso uma grande injustiça. Temos as mesmas responsabilidades; trabalhamos com uma classe, nos dedicamos e não temos nenhuma recompensa”.

TERESA: “Trabalhamos em nome de uma professora efetiva; então temos que nos responsabilizar por isso também. Se eu não fizer tudo direito, prejudicarei a professora”.

MARCILENE: “Pra conseguir uma professora que dê seu nome é uma dificuldade, a maioria não quer”.

TERESA: “Elas têm razão porque enquanto cederem seus nomes e nós aceitarmos esta situação, nada mudará”.

MARIA: “Fui pedir o nome de uma professora e ela negou dizendo que, estaria me prejudicando. Se todas se negassem em dar o nome, o Governo se preocuparia mais em fazer concursos. A situação por enquanto está muito cômoda; o dinheiro é pouco, mas todo mundo precisa”.[...]

(Jornal *O Atalho*, ano II, nº 8, maio de 1977, p.13.)

O contrato de trabalho dessas professoras sem vínculo efetivo com o Estado era aberto quando uma professora efetiva autorizasse a utilização do seu nome. Com isso, além da ausência do pagamento de férias, não contaria esse tempo de trabalho para fins de aposentadoria. Essa condição de contratação colocava as professoras em situações antagônicas, uma vez que, caso a efetiva não cedesse seu nome, inviabilizaria a contratação da extraordinária. Por sua vez, esta forma de contratação com salários reduzidos, atendendo à demanda, permitia ao Estado não realizar concurso público, nem mesmo aumentar o salário das professoras efetivas. Porém, embora as professoras tivessem consciência de que este contrato não era o ideal, os baixos salários e a necessidade do emprego, assim como a possível pressão da inspetoria de educação e direção do estabelecimento escolar, alimentavam essa prática de contratação do Estado.

Nesse sentido, a situação anterior ao decreto era de instabilidade no emprego de professor contratado, passando para o risco real de desemprego. Os atrasos nos salários, a diminuição da renda, os reajustes abaixo da inflação, a busca por emprego para sobreviver no período da “gestação salarial”, agora a obrigatoriedade das 44 horas semanais em sala de aula, todos esses fatores sobrecarregavam o trabalho docente.

2.3 O jornal “O Atalho” e a desvalorização salarial

Nesse contexto da intensificação e piora nas condições de trabalho dos professores, os editores do Jornal “*O Atalho*” apresentavam em seus materiais a necessidade de organizar outras formas de lutas. Buscavam disputar espaços e influenciar nas decisões e ações da categoria, pois avaliavam que “os políticos não conseguem derrubá-lo, se as autoridades não têm interesse, se os céus não se decidem a interceder, se individualmente não conseguimos derrubá-lo”, a única alternativa seria a união para fortalecimento da classe (DOPS, PT 94B.12, p.63).

Segundo Julian José Gindin, os professores licenciados se apresentaram como o segmento mais radicalizado de organizações no contexto do surgimento de quadros que se identificavam com o “novo sindicalismo” e que enfatizavam “a ruptura com as tradições políticas e sindicais do movimento operário brasileiro”, especialmente, “do

modelo sindical instaurado no governo Vargas, denunciando que significava a dependência dos sindicatos ao Estado” (GINDIN, 2011. p.179).

As ações e estratégias do movimento associativista, seu perfil político e suas características de atuação são entendidos e analisados na constituição do espaço sindical por campos políticos diversos, que vão do mais conservador ao outro extremo. Nesse período, percebe-se que, na medida em que a situação de proletarização, no sentido de que o Estado passa a controlar formalmente o trabalho do assalariamento docente, para mecanismos de controle hierárquicos e burocráticos, desenvolvimento do mercado editorial de livros e textos, políticas públicas tecnocráticas, há, também, nessa tensão e disputa, o desenvolvimento da consciência política. Principalmente porque, dentro da organização do trabalho docente, o professor mantém o controle sobre o trabalho em sala de aula⁴¹, o que resiste na padronização extrema de tarefas.

O Jornal “*O Atalho*” passa a representar essa mudança ao apresentar a pauta da categoria, incorporando valores que já estavam posto para o trabalhador fabril, nos marcos da luta sindical. Essa linguagem sobre propor a união e fortalecimento da classe para além das associações de perfil recreativas começa a ter maior penetração na categoria. Isso veio a influenciar em outras estratégias de lutas, as quais serão abordadas na sequência.

Dentro da prática sindical, há também discursos mais à esquerda que nem sempre conseguem penetração desejada na categoria, ou não são capazes de provocar alguma mudança tática do movimento. Todavia, é possível identificar quando esse discurso, mais à esquerda, muda a fala da categoria, passando a ter maior incidência. Como podemos perceber se isso aconteceu? Quando a categoria começa a se mobilizar para aquela direção.

Para analisar essa mudança, utilizamos os três elementos citados no jornal. Usando de ironias ao colocar que os políticos e autoridades não demonstraram interesse em mudar, pois as ações dos professores de fazer reunião, memorando, ofícios etc., não significou avanços na pauta da categoria. Da mesma forma que “os céus não decidem interceder”, ou seja, independe da fé que se tem, ela e Deus não são suficientes para

⁴¹ Esse tema sobre trabalho docente e as possíveis abordagens sobre a proletarização, foi debatido inicialmente no Brasil, na Revista *Teoria e Educação* (1991).

resolver os problemas, bem como os professores em sala de aula não vão mudar essa realidade. Imaginar que individualmente terão condições de reverter essa situação não é possível, logo, resta apenas a luta coletiva travada em outro espaço. Portanto, há uma mudança de linguagem, buscava agregar essa união dos professores às associações da APLP e APP, mas procurando ações mais concretas que aquelas que estavam sendo utilizadas até então.

Nessa perspectiva apresentada devemos analisar a proposta do Jornal “*O Atalho*” como crítico às políticas do governo e das ações encaminhadas pelas direções da APLP e APP, no processo de negociação da pauta do magistério. A luta deveria sair do campo restrito do governo, passar para ações coletivas e efetivar o fortalecimento das associações que lhes representavam.

No início de 1977, os professores produziram um documento chamado “Carta aberta do professorado pela educação”, aprovado na assembleia conjunta da APP e APLP, realizada em Londrina no dia 26 de fevereiro (DOPS, PT 94B.12, p.329-330). Nela constava as reivindicações mais importantes da categoria e a forma como os docentes percebiam suas condições de trabalho.

O documento de denúncia apontou que, a partir de 1973, intensificaram-se os ataques contra a área da educação. Os pontos em destaque para esse processo passam pelo interesse do Estado de transferir aos alunos grande parte da manutenção das escolas, por meio de pagamentos de taxas, realização de rifas, festas e promoções. Para a carreira dos professores, os ataques são apresentados pelos vetos do governo estadual ao Estatuto do Magistério, naquilo que trazia avanços à carreira. Tem-se, também, o Decreto nº 1.495/76, o qual desempregou aproximadamente 5 mil professores e obrigou os demais a terem a carga horária de trabalho ampliada, dentro e fora das escolas. Os professores suplementaristas continuavam sem FGTS, décimo terceiro salário e repouso semanal remunerado. Já os professores primários e do MOBREAL recebiam salários abaixo do mínimo regional.

Ao mesmo tempo em que o governo ampliava esses ataques, os editores do “*O Atalho*” intensificavam suas denúncias. Em março de 1977, ao lançar o sétimo número, com a tiragem de sete mil exemplares distribuídos gratuitamente aos associados, a pauta salarial concentrou maior atenção nas dezesseis páginas daquela edição. Demonstrou-

se aperfeiçoamento deste jornal, com maior organização nos textos, na diagramação, nas tabelas salariais, na seleção das fotos e imagens. Os textos foram produzidos a partir da pesquisa realizada em todas as escolas de Londrina, durante os meses de novembro e dezembro de 1976, com o propósito de levantar os problemas que afetavam o magistério. Além disso, buscavam conhecer as opiniões dos professores a respeito da associação e do jornal para melhorar o trabalho dos dirigentes e editores, a partir das críticas e sugestões.

O resultado deste levantamento, realizado pelos responsáveis do jornal, apontou que o principal problema do magistério paranaense seria o baixo salário. Na capa desta edição, aparece o título “SALÁRIO - ATÉ QUANDO VAMOS AGUENTAR?”, sugerindo vários significados para aquele contexto vivido (DOPS, PT92a.11. p.150). Pela situação imposta, “aguentar” remetia à difícil condição do aumento do custo de vida, ocasionando tantas dificuldades que abandonar o magistério passava a ser uma possibilidade concreta. Também podem ser consideradas as condições salariais e a carestia que afetavam grande parte da categoria, chegando ao seu limite. Por essa razão, o questionamento também propunha pensar a organização de um movimento de luta coletiva, diferente das práticas estabelecidas anteriormente, as quais contavam com memoriais, reuniões e telegramas.

Mesmo sem divulgar o número total dos professores que participaram da pesquisa, o informativo trazia dados relevantes sobre o ganho salarial: daqueles entrevistados, 58,33% eram efetivos no primário; 24,18% efetivos em um padrão no primário e no outro padrão suplementarista; 10,83% apenas suplementaristas; 6,66% efetivos no ensino médio. Em relação ao salário, do total dos entrevistados, 70,83% recebia até Cr\$ 1.300,00, sendo que quase um terço, 29,17%, teria média salarial de até Cr\$ 5.000,00. Para demonstrar o achatamento salarial ao qual estavam submetidos nos últimos anos, usaram como parâmetro o ano de 1969, comparando o salário de professores que atuavam no ensino primário e o de professores suplementaristas.

Neste caso, o primeiro lecionava de 1ª a 4ª série do 1º grau, localizado no nível 16, recebendo o valor de Cr\$ 316,80, equivalente a 2,98 salários mínimos em 1969. Já em 1977, para a mesma função, não chegava a 1,5 salários mínimos. Além dessa defasagem, os aumentos dos vencimentos nos últimos anos foram fracionados ou

aplicados pela fórmula de abonos. Com a obrigatoriedade da jornada de trabalho de 44 horas semanais em sala de aula, aqueles que tinham apenas um padrão deveriam completar sua carga horária. O detalhe é que as aulas suplementares eram pagas pelo valor do salário de início de carreira, e não pelo nível em que aquele professor estivesse na tabela salarial.

Segundo o jornal “*O Atalho*”, em fevereiro de 1977, o professor de 1ª a 4ª série recebia em torno de Cr\$ 1.070,00. A reivindicação era que o salário passasse para Cr\$ 3.000,00 no início de carreira (DOPS, PT 92A.11, p.91). Esse aumento seria de Cr\$ 1.930,00, em torno de 180% de reajuste salarial para equiparar com a mesma remuneração do professor no ano de 1969, em relação ao salário mínimo.

O segundo caso, referente ao professor suplementarista, comparava-se com o ano de 1969, no qual a jornada de trabalho era de 32 horas aulas, recebendo mensalmente Cr\$ 1.181,80, o que correspondia a dez salários mínimos. Em 1977, o salário para a mesma função era de Cr\$ 4.161,60, correspondendo ao valor de 5,4 salários. A jornada de trabalho semanal aumentou doze aulas, sendo agora de 44 horas aulas semanais (DOPS, PT 92A.11, op.cit.).

Os pontos apresentados para ilustrar o processo de achatamento salarial do professor, durante o período de 1969 a 1977, eram acompanhados de outros problemas que agravavam aquela situação. As datas dos reajustes não eram fixas, o que exigia que as associações pautassem em reuniões com o governo as correções devidas. Outro ponto que aparentemente dava a impressão de aumento salarial está relacionado ao Decreto nº 1.495/76, o qual fixou a jornada de trabalho em 44 horas semanais. Isso seria um equívoco, pois aumentou a carga horária e, como resultado, houve acréscimo no valor recebido proporcional ao número de aulas, mas sem um aumento real ou correção inflacionária.

Aparentemente, a escolha do ano de 1969 para realizar a comparação salarial e denunciar as dificuldades que os professores estavam enfrentando seria a luta por um maior salário. No entanto, essa suposta valorização salarial fora resultado do “Congresso do Magistério” de 1968, conforme analisado no capítulo anterior. Após essa data, ano a ano, o poder aquisitivo do magistério paranaense – especificamente, a partir de 1972 – foi sendo inferior à inflação do período, conforme indica os dados trazidos pelo “*O Atalho*”,

Ano	Inflação	Reajuste Salarial
66/67	33,60%	25,00%
67/68	24,25%	20,00%
68/69	23,93%	64,26%
69/70	17,12%	-
70/71	26,50%	30,00%
71/72	19,46%	20,00%
72/73	26,60%	15,00%
73/74	33,02%	20,00%
74/75	40,00%	18,18%
75/76	55,50%	30,00%
76/77	50,00%	33,40%
SOMA	349,98%	275,84%

Tabela III - Redução do poder aquisitivo do professor primário
Jornal O Atalho, março de 1977, p.8

Os editores de “O Atalho” apresentaram o cálculo da tabela fazendo a soma aritmética da perda do poder aquisitivo das professoras primárias, a qual chegava ao total de 74,14% em dez anos. Com esse quadro de desvalorização salarial de um padrão, forçava-as a lecionar dois períodos, totalizando 44 horas aulas semanais. Entretanto, o aumento da jornada não seria o maior dos problemas, mas sim, o fato de exercerem a mesma função e receberem valores diferentes para cada padrão. A crítica revelava que as aulas extraordinárias eram pagas com o valor salarial de início de carreira, mesmo que a professora já tivesse progredido por tempo de serviço ou cursos realizados. Como consequência dessa situação, houve o aumento do custo de vida dos professores e, por isso, buscavam outras formas de renda: vendedoras de comércio, roupas, seguro, detergentes; ou realizando concurso em outras áreas e se exonerando do magistério (DOPS, PT 92A.11, op.cit.).

Detalhando melhor as perdas salariais, que passaram a ser chamadas de achatamento salarial da década de 1970, buscamos calcular os valores percentuais. Para isso, usamos como referência o salário da professora primária de 1969, cujos

rendimentos correspondiam a Cr\$ 316,80, conforme citado no “*O Atalho*”, juntamente com os dados da tabela referente à inflação e ao reajuste salarial⁴².

Analisando o cálculo sobre os percentuais de inflação e reajuste salarial, percebemos que a partir de 1973 inicia o processo da desvalorização do salário do professor paranaense. O total era de Cr\$1.172,50 acumulados nos próximos quatro anos, o qual já se apresentava superior ao salário da professora primária daquele ano de Cr\$ 1.070,00, segundo “*O Atalho*”. E maior que o salário mínimo do ano de 1977, conforme o Decreto nº 79.610 (01.05.77) de Cr\$ 1.027,20 da capital e Cr\$ 945,60 da regional⁴³.

Por esse motivo, justifica-se a frase da capa daquela edição, como um pedido de socorro, aludindo a quanto tempo ainda teriam que “aguentar” aquela situação de reajustes menores que a inflação, atrasos na data e nos pagamentos, aumento na jornada de trabalho e nas responsabilidades. Ou “aguentar”, no sentido de questionamento à ordem estabelecida a partir das regras do jogo, dentro da lógica da ditadura militar. Junto a isso, passava-se, também, a mensagem de que o último ganho salarial real teria sido fruto do movimento grevista. Nesse sentido, é possível apresentar que, para os editores do jornal, a greve estava sendo apresentada em seu horizonte como instrumento de luta a ser utilizado pelos professores.

Nessa mesma edição citada, ao identificar que o maior problema apontado pelos professores era a questão salarial, os editores selecionaram como imagem de capa o retrato de uma família com a legenda “Professora primária é Boia-fria”.

⁴² Ver anexo II sobre o Percentual de inflação e reajuste salarial calculados em cima da Tabela I.

⁴³ Tabela Evolutiva do salário-mínimo em todo território nacional. 1940/1983. Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/501670/RESPOSTA_PEDID_O_Salrio%20Mnimo.pdf>. Acesso em 20 mar. 2020.



Figura 2 – Capa do Jornal “O Atalho”, março de 1977

Fonte retirada da pasta DOPS PT92a.11. p.150)

Importante analisar qual o sentido do título e o objetivo da imagem fotografada pela equipe de reportagem, escolhida durante as pesquisas e entrevistas que fundamentaram a sétima edição do jornal. As pessoas que compõem o retrato constituem a família da professora normalista efetiva no ensino primário, Cacilda Siqueira Solana, 33 anos, ao lado dos três filhos de 14, 8 e 6 anos. Moravam na cidade de Primeiro de Maio, a 75 quilômetros de Londrina, em uma casa simples, afastada do centro de sua cidade e dividida com seus pais de idade avançada.

A reportagem sobre essa professora foi publicada na página nove daquela edição, com o título “A Enxada no Lugar do Giz”. O objetivo central era retratar que o salário do magistério se apresentava insuficiente para atender às necessidades mais básicas de uma família. Com os 15 anos de magistério, essa professora estava recebendo o salário de Cr\$ 1.184,00, o qual se somava ao salário de Cr\$ 384,00 da aposentadoria do pai de 84 anos. Contabilizando as duas rendas, chegava-se ao valor de Cr\$ 1.568,00, usado para cobrir as despesas de seis pessoas. Por um problema de saúde em sua casa, não especificado pela reportagem, a professora contraiu empréstimo que descontava mensalmente na folha de pagamento Cr\$ 444,00, sobrando líquido, do

seu salário, Cr\$ 740,00 para as despesas do mês. Assim ela descreve “a vida nada fácil para nós”.

Um mês pagamos aluguel, ficamos dois, três sem pagar. Noutro, pagamos o armazém, ficamos dois, três sem pagar e assim vamos vivendo. Quando alguém fica doente, não pagamos ninguém. Nas férias, trabalho de boia-fria para pagar as dívidas que se acumularam durante o ano. Com o salário que ganho no magistério, no fim do ano estou devendo até os fios de cabelo (Jornal O Atalho, op.cit.p.9).

Esta experiência em “ter” de pegar na enxada durante as férias para pagar dívidas contraídas ao longo do ano, e se privar do descanso do ano letivo, não deveria ser apresentada para toda a categoria. Tanto que os editores do jornal a definiram como uma mulher, como as demais, com problemas e necessidades, mas a diferença é que “ela passou as últimas férias acordando todos os dias às 4 horas para fazer almoço em tempo de pegar a enxada”. Porém, é nítido que buscam apresentar à sociedade com a qual dialogavam, as possíveis situações, dentro das várias experiências e trajetórias do professorado paranaense. Entretanto, esse caso específico, pode ser analisado pela intenção de informar e, ao mesmo tempo, sensibilizar em relação às condições de trabalho e à baixa remuneração docente. Por isso a escolha de comparar com o trabalho de “bóia-fria”, caracterizado como um serviço braçal, extenuante e mal remunerado. Assim, demonstrou-se o quanto a atividade docente estava posta como trabalho do mesmo nível ou semelhante àquela profissão. Mais ainda, mostrava que viver somente com o salário de professora estava sendo insuficiente e que, por isso, aquela situação acarretava a busca de outro meio para aumentar a renda da família.

Outra acepção possível da imagem é que ela pode ser entendida como metáfora no processo de negociação com o governo, não ficando apenas na discussão salarial, mas sinalizando que as condições de trabalho não favoreciam o aprimoramento, a formação continuada e a dedicação exclusiva à docência. Portanto, conforme apresentamos no primeiro capítulo, no contexto em que aumenta o número de matrículas de alunos e cresce o número dos professores, esta expansão do ensino não vem acompanhada de condições de trabalho e salários que permitissem aos profissionais exercerem seu ofício.

Nesta mesma linha editorial, a publicação número oito de “*O Atalho*”, em sua primeira página, traz como tema “Sou uma profissional. Não um quebra-galho”. Junto a esse tema, vem o texto assinado pela professora primária Benedita A. Ferreira, em que apresenta o sonho desde criança de ser professora. Porém, questiona se ainda continuava almejando isso, pois entre uma aula e outra, também era doméstica e vendedora de cosméticos para compor a renda mensal. Quando escolheu a profissão, acreditava “que seria alguém”, teria o respeito e reconhecimento das pessoas. No entanto, apesar dos seus vinte e nove anos de profissão, evidenciados pelas mãos calejadas, desvio na coluna, problemas de circulação e pelo cansaço constante, estava preste a se aposentar com pouco mais de mil cruzeiros.

As expectativas frustradas pela política educacional do país e do seu estado, são apresentadas como causa da crescente piora nas condições de trabalho do magistério. Esse processo deveria ser revertido à imediata valorização da profissão para educar as futuras gerações, do contrário, alerta, a “espécie professora primária tende a desaparecer” (DOPS, PT 92A.11, p.136).

A justificativa para uma possível “extinção” da espécie professor público está ligada aos gastos com a formação, que dificilmente seriam compensados com a profissão. Também, tendo em vista que grande parte da categoria, pela ausência do concurso público estava na condição de professor suplementarista, todo ano havia o risco de perderem suas aulas pela diminuição de alunos, interesses políticos ou incompetências administrativas na distribuição de aulas. As exigências em se manter atualizado por meio da realização de cursos de aperfeiçoamento, de extensão universitária, entre outros, não teria seu retorno na forma de vencimentos, conseqüentemente, não acompanhava a alta do custo de vida.

Nesta mesma edição, o editorial seguiu com as críticas ao Estatuto do Magistério aprovado, em especial, com relação à ausência da CLT para a contratação dos suplementaristas, a lista tríplice para a escolha do diretor de escola, a remoção com interesses políticos, o concurso, a permanência do Decreto nº 1.495. Entretanto, o salário seguia como a pauta principal e a necessidade mais imediata a ser atendida.

[...] 30% de reajuste, sr. Governador, são 30% de reajuste. Já 55% de inflação são 55% de inflação. Com Cr\$ 1.070,00, Cr\$ 1.430,00 ou Cr\$ 1.850,00 não se

come hoje e muito menos se comerá amanhã. 44 horas/a semanais é uma carga horária desumana (Jornal O Atalho. nº 8, maio de 1977. p.2).

Esses índices são apresentados como um dos motivos responsáveis por não atrair novos profissionais, mas também, principalmente, agravavam a permanência dos que já estavam, na condição de aumentar a carga horária de trabalho ou complementar o salário com outros empregos. Esse reajuste citado viria a compor os salários dos professores na nova tabela de cargos e salários do magistério paranaense, em consonância com a aprovação do Estatuto do Magistério. Entre as mudanças, o novo enquadramento se organizou em cinco níveis de atuação e cinco classes de vencimentos, sendo cada classe com onze referências cada uma⁴⁴.

Classe	Nível	Sigla da classe/nível	% de uma classe a outra	Formação específica mínima
A	1	PA-1	Piso salarial	2º grau com 3 séries
B	2	PB-2	Salário PA-1 + 15%	2º grau com 4 séries ou 3 séries + um ano estudos
C	3	PC-3	Salário PB-2 + 20%	Curso superior de curta duração
D	4	PD-4	Salário PB-3 + 15%	Superior curta duração + 1 ano de estudos
E	5	PE-5	Salário PB-4 + 15%	Curso superior plena

Tabela IV – Quadro salarial [novo enquadramento]

Organizada por ANJOS, 2006. p. 70.

Usando como referência esse quadro de cargos e salários, os editores do “O Atalho” fizeram os cálculos de como ficariam enquadrados os professores e qual o percentual de aumento teriam. Porém, destacavam que os índices não correspondiam à situação real vivida por eles. Com o título da matéria “Salário: a farsa dos aumentos” questionam três pontos centrais desse novo enquadramento: as diferentes datas de reposição salarial, o período de correção e os percentuais de correção da inflação.

A reposição seria dividida em três períodos diferentes, composta, em cada um deles, por um grupo de professores diferentes. Assim, tem-se: agosto de 1977 aos professores primários; janeiro de 1978 aos demais professores; e março de 1978 aos professores suplementaristas.

⁴⁴ Essa tabela utiliza as Leis Complementares números: 7/76 de 22 de dezembro de 1976 e 13/81 de 13 de dezembro de 1981 e seu Anexo I.

O período de correção salarial incorporava os últimos dezoito meses e, segundo os editores do “*O Atalho*”, o índice inflacionário em relação ao salário mínimo, estaria no mínimo em setenta por cento.

NIVEIS	VENCIMENTOS	PERCENTUAL DE AUMENTO	DIFERENÇA SALARIAL	VENCIMENTOS COM A MUDANÇA
12	Cr\$ 1.310,00	41.22%	Cr\$ 540,00	Cr\$ 1.850,00
13	Cr\$ 1.340,00	38.06%	Cr\$ 510,00	Cr\$ 1.850,00
14	Cr\$ 1.370,00	35.04%	Cr\$ 480,00	Cr\$ 1.850,00
15	Cr\$ 1.400,00	32.14%	Cr\$ 450,00	Cr\$ 1.850,00
16	Cr\$ 1.430,00	29.38%	Cr\$ 420,00	Cr\$ 1.850,00
17	Cr\$ 1.606,00	15.20%	Cr\$ 244,00	Cr\$ 1.850,00
18	Cr\$ 1.822,00	42.87%	Cr\$ 781,00	Cr\$ 2.603,00
19	Cr\$ 2.031,00	28.17%	Cr\$ 572,00	Cr\$ 2.603,00
20	Cr\$ 2.250,00	27.71%	Cr\$ 611,00	Cr\$ 2.861,00
21	Cr\$ 2.464,00	16.11%	Cr\$ 397,00	Cr\$ 2.861,00
22	Cr\$ 2.676,00	91.90%	Cr\$ 2.459,00	Cr\$ 5.135,00
23	Cr\$ 2.892,00	77.56%	Cr\$ 2.243,00	Cr\$ 5.135,00
24	Cr\$ 3.105,00	65.38%	Cr\$ 2.030,00	Cr\$ 5.135,00

Tabela V – Reajuste salarial após a criação do quadro de cargos e salários de 12/1976
Organização do autor com base no Jornal *O Atalho*, ano II, nº 8, maio de 1977, p.8.

De com o novo quadro de cargos e salários, os professores que estavam entre os níveis 12 e 15 receberam o percentual necessário para chegar ao valor do primeiro grupo PA-1, com grau de formação nível médio. Esse era o grupo com menor remuneração, porém, apenas três por cento da categoria encontravam-se nesse nível. Com o novo quadro, passavam a ter o mesmo salário das professoras do antigo nível 16 e 17, compondo agora o maior grupo e a menor remuneração. Então, mesmo com o reajuste a ser aplicado, estava bem abaixo (89%) da reivindicação defendida pelas associações, conforme aprovado na assembleia de Apucarana (02/04/1977), o valor de Cr\$ 3.500,00 como piso inicial.

Esse novo enquadramento dos salários dos professores, na avaliação dos editores do “*O Atalho*”, seria insuficiente. Uma das principais razões para tal contestação fora a mudança no regime de trabalho obrigatório para o padrão de 22 aulas semanais.

Aos professores que estavam enquadrados nos níveis 20, 21, 22, 23 e 24 determinou-se a jornada de 22 aulas semanais em um padrão, porém, o governo utilizou como base de cálculo as aulas extraordinárias. Significa que o valor da hora aula chegava a ser de 50% a menos, causando “notável” prejuízo e achatamento salarial (DOPS, PT 92A.11, p. 79).

Aparentemente, ao olharmos para os números da tabela, os professores classificados nos níveis 22, 23 e 24 tinham a melhor remuneração em comparação aos demais e seriam contemplados com o maior índice de reajuste. No entanto, segundo os editores do jornal, os salários desse grupo sofreriam um rebaixamento com o novo Quadro do Magistério. Por exemplo, a jornada de trabalho do professor do nível 22, com padrão de 10 aulas, recebia por elas Cr\$ 2.676,00. Com a obrigatoriedade da jornada de trabalho para 22 aulas, as doze aulas a mais correspondiam a Cr\$ 2.030,40. Somando os valores do padrão e das aulas suplementares chegava ao total de Cr\$ 4.706,40. Portanto, a diferença é de Cr\$ 428,60 de reajuste salarial, a receber a partir de janeiro de 1978. Mas se fosse calculado em cima das aulas do padrão e não da suplementar, o salário chegaria à Cr\$ 5.480,00, ou seja, menos Cr\$ 345,00. Esse valor era significativo, visto que já se encontravam em um contexto de defasagem salarial e aumento do custo de vida (DOPS, PT 92A.11, p. 142).

Todavia, para os professores dos níveis 20 e 21, segundo o método do governo, o qual utilizava para o cálculo a aula suplementar e não do padrão, a desvalorização seria ainda maior: para o primeiro, de Cr\$ 949,00 e, para o segundo, Cr\$ 1.163,00. Nesse sentido, o jornal “*O Atalho*” se referia utilizando a expressão “a farsa dos aumentos” (DOPS, PT 92A.11, op.cit), pois ainda era insuficiente para recompor as perdas dos últimos dez anos. Chamava de farsa porque a antecipação se apresentou como meio de confundir e desmobilizar a categoria que, em resposta, intensifica os debates nas assembleias descentralizadas, aventando a possibilidade de paralisação das aulas.

No mais, segundo o “*O Atalho*”, os índices oficiais usados pelo governo para a reposição salarial dos últimos dezoito meses não correspondiam ao aumento real do custo de vida dos trabalhadores. Para justificar essa avaliação, o informativo traz na reportagem que a inflação dos três primeiros meses do ano de 1977 ultrapassava os dois dígitos, chegando a 11,4%, mas o aumento real dos produtos era ainda maior:

[...] a gasolina que passou de Cr\$ 2,20 para Cr\$ 6,10, o café de Cr\$ 44,00 para Cr\$ 59,40 (e que até o fim do ano, segundo o “Estadão”, vai custar Cr\$ 150,00 o Kg), isso sem falar do chuchu, do tomate, batata, repolho, alho, arroz e feijão; essas coisas “supérfluas” que o brasileiro ainda “teima” em comer (Jornal O Atalho, ano II, nº 8, maio de 1977, p.8.).

Esse levantamento feito pelo jornal “O Atalho” aponta que os gastos com alimentação eram em torno de “Cr\$ 700,00 por mês; sem contar aluguel, luz, água, gás, transporte, saúde, vestuário”. A luta contra a carestia e o aumento do custo de vida, em consequência da defasagem salarial, acarretava o endividamento dos professores. Nesse caso, justifica-se a prática de estender sua jornada de trabalho para compor o salário, ora como doméstica, ora como vendedora de cosméticos, ora como volante durante as férias para quitar dívidas obtidas ao longo do ano.

Conforme apresentado, os índices e percentuais evidenciam essa desvalorização dos salários dos professores. A extensão da jornada deu a falsa sensação de aumento real no salário, corrigido abaixo dos índices inflacionários. Mesmo assim, a remuneração das aulas extraordinárias era paga pelo valor do salário de início de carreira, e não calculado pelo nível em que o professor estivesse na tabela salarial. As campanhas de negociação, a cada ano, buscavam apresentar a comparação do professor com outras profissões (bóia-fria, empregada doméstica), mostrando a desvalorização e quanto tempo ainda teriam que “aguentar” aquela situação de reajustes menores que a inflação, atrasos na data e nos pagamentos, aumento na jornada de trabalho e responsabilidades.

Quanto aos itens que estiveram em pauta de negociação com o governo: a defasagem salarial, o aumento da carga horária, atrasos nos pagamentos, ausência de concurso para ingresso na carreira. Todas essas reivindicações poderiam, em alguma medida, serem solucionadas com a aprovação do Estatuto do Magistério. Desde que seguissem para fins de regulamentação da profissão: melhor salário, melhor condição de trabalho, concurso periódico e reajuste semestral. No entanto, a forma como fora aprovado o Estatuto foi definida pelos editores do “O Atalho” como um estatuto “mutilado e transformado em código disciplinar”. Isso porque não atendia às necessidades imediatas dos professores, como o concurso público, a contratação do professor

suplementar via CLT e o fim do Decreto nº 1.495/76, o qual estabeleceu a todos os professores efetivos e contratados a carga horária de 44 horas semanais em sala.

2.4 A aprovação do Estatuto do Magistério e a quase greve de 1977

Desde a lei nº 5.692/71, o Estatuto do Magistério deveria ser implantado e regulamento em todos os estados. A experiência que o movimento docente foi construindo ao longo da década de 1970, independentemente das diferenças regionais e estaduais, apresentou pontos em comum como: a regulamentação da profissão, melhor salário, melhor condição de trabalho, décimo terceiro, reajuste semestral (RIBEIRO, 1984. p. 93).

Dada a gravidade da situação e a mobilização da categoria para romper com o associativismo de gabinete, ofícios e reuniões, este momento é pouco explorado ou selecionado como marco de conquistas e vitórias do magistério paranaense pela APP. Seus materiais de memória ou edições comemorativas, normalmente publicada no Jornal 30 de Agosto, não mencionam a aprovação deste Estatuto. No relatório de Isaías Ogliari (1983), cita-se apenas que, em uma “mobilização da categoria em torno do tão sonhado Estatuto”, teve sua aprovação. Já o livro de memória de Amâncio dos Anjos faz uma breve citação exaltando a luta da categoria que, sob os “resquícios da ditadura militar em pleno vigor”, conquistaram o Estatuto, assim como o Quadro de Carreira do Magistério (ANJOS, 2017. p. 57).

Na análise das pastas da DOPS, referente à APP e APLP, durante o mandato de Jaime Canet Junior, eleito indiretamente para governar de 15 de março de 1975 a 15 de março de 1979, destaca-se esse ponto como central nas reivindicações dos docentes. Essa movimentação dos professores para intensificar as reuniões, assembleias e reportagens do “O Atalho”, pautando a construção de uma comissão para debater os principais pontos que afligiam a categoria, teve como resultado o envio do Anteprojeto do Estatuto do Magistério à Assembleia Legislativa no final de 1976 para aprovação⁴⁵.

⁴⁵ Lei Complementar 7 – 22 de dezembro de 1976. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=7682&codItemAto=67535#67535>>.

No entanto, para os editores do “*O Atalho*”, a aprovação da regulamentação da carreira por meio do Estatuto do Magistério paranaense não correspondeu às expectativas de solucionar os problemas da contratação e do salário. Na publicação de março de 1977, apresentam a avaliação sobre essa aprovação, definindo como um estatuto “mutilado e transformado em código disciplinar”. Do conjunto de críticas apontadas, pode-se organizá-las em dois grupos de professores: os suplementaristas e os efetivos (DOPS, PT 92A.11, p.89).

Em relação ao primeiro grupo, destaca-se na pauta o desejo de concurso público e, embora estivesse definido no estatuto aprovado para o magistério para ocorrer a cada dois anos, a data para a realização não ficou definida pelo governo. Mas quando ocorresse, um dos critérios para participação seria a idade limite do candidato de 45 anos e, além disso, deveriam estar com o contrato aberto naquele mesmo ano. Para a situação da ausência do concurso, que fosse feita a contratação do professor via CLT, o que lhes garantiriam alguns direitos, como férias e décimo terceiro salário. Mas isso não se efetivou e, para o contrato de professor suplementar, manteve-se a expressão autorização, sem a obrigatoriedade de vínculo à CLT. Por último, manteve-se o Decreto nº 1.495/76, o qual ampliou a jornada de trabalho, obrigando todos os professores efetivos e contratados ter a carga horária de 44 aulas semanais. Portanto, para aqueles que haviam perdido seu emprego, com a ampliação da jornada de trabalho ou que ultrapassassem a idade limite estavam impedidos de participarem do concurso.

O segundo grupo, dos professores efetivos, pleiteou a regulamentação das promoções no plano de carreira e a eleição para diretores. A crítica se assentou no fato que o estatuto aprovado atingia principalmente a carreira de forma negativa, pois, se antes as promoções por títulos de graduação ou especialização eram anuais, no novo Estatuto não ficou regulamentado o período, estando a cargo das secretarias de governo aprovar o avanço na carreira do professor. Houve, também, críticas em relação à remoção por concurso, à permuta e transferência do cônjuge, a qual não havia sido regulamentada. Por último, o direito de indicar o diretor da escola, a partir de uma lista tríplice para as escolas que não tivessem o cargo ocupado por diretor de carreira, o que significava que se manteria um cargo de confiança e usado por interesses políticos.

Analisando esses pontos que foram apresentados pelo jornal “*O Atalho*”, percebe-se que a ausência da regulamentação no plano de carreira anual significava que o governo poderia conceder este direito de acordo com seus interesses políticos e orçamentários. Não havia nenhuma garantia expressa aos professores que buscaram sua qualificação e aperfeiçoamento. Na visão dos editores do jornal, a falta de regulamentação do concurso de remoção se devia à retirada da remoção “ex-offício”, a qual dava o direito do Estado transferir o professor de escola, ou mesmo de município, sem a solicitação ou o desejo do interessado. Destaca-se que, geralmente, isso acontecia com aqueles que se posicionavam publicamente contrários ao governo ou seus aliados.

Sobre o cargo de direção de escola, a reivindicação dos professores seria uma lista indicada por eles, de especialistas da educação dos estabelecimentos de ensino, dando prioridade para preencher a função os licenciados em pedagogia, com habilitação específica de administração escolar, com plena duração, pós-graduação ou curta duração. Depois de elaborada a lista tríplice, seria encaminhada com os nomes dos candidatos para a SEC escolher um dos três, num prazo de até sessenta dias, para um mandato de três anos. Porém, manteve-se seu preenchimento de função de confiança vinculada aos comandos políticos das diversas regiões do Estado.

Após a aprovação do Estatuto do Magistério, as divergências entre a direção da APP e APLP com o jornal “*O Atalho*”, e principalmente, com a base da categoria, em especial da região norte do Estado, passaram a ser maior sobre o encaminhamento a seguir. A entrevista concedida pelo presidente da APP, Rubens de Oliveira⁴⁶, publicada no jornal O Estado do Paraná, em 29 de março de 1977, destaca que os professores associados a APP e a APLP estavam mobilizados em assembleia permanente desde novembro de 1976, com a finalidade de pressionar a queda dos vetos do governador na votação na Assembleia Legislativa. Caso não acontecesse o esperado por eles, as entidades tomariam providências imediatas, embora descartasse uma medida “extrema” dos professores, “como uma greve de classe” (DOPS, PT 94B.12, p.333).

O jornal “*O Atalho*” discordava do posicionamento apresentado pelo presidente da APP, que depositava sua “única esperança” de atendimento às reivindicações da

⁴⁶ Presidente da APP no período de 1976 a 1978, fazendo parte da Diretoria Provisória, já que a eleição para a escolha da nova direção foi judicializada pela então candidata Professora Leonídia Staut, por não atender as exigências estatutárias.

categoria na derrubada dos vetos do poder executivo, aos dois terços dos deputados. Apenas o apelo para que refletissem sobre o assunto e que tivessem consciência, fazendo justiça às condições de trabalho dos professores paranaenses não era suficiente. O posicionamento apresentado pelo jornal indicava que a união e a mobilização coletiva dos professores em todo o Estado seriam a via mais forte para disputar a aprovação do Estatuto do Magistério de acordo com os seus interesses (DOPS, PT 94B.12, op.cit.).

O posicionamento dos professores foi evidenciado nos relatórios dos agentes da DOPS sobre a assembleia geral dos professores, no dia 26 de março de 1977, organizada pela APP e APLP na cidade de Rolândia, região norte do Paraná. Essa assembleia ocorreu quatro dias antes da votação dos vetos do governador ao Estatuto do Magistério. Foram encontrados na pasta da APLP dois relatórios, sendo um do Departamento da Polícia Federal e o outro do Ministério do Exército, ambos retratando a reunião dos professores.

O primeiro foi produzido após seis dias da assembleia, informando a participação de quinhentos professores dos diversos níveis e de várias regiões do Estado. A pauta da reunião girou em torno do debate em cima de quatro pontos específicos: a) situação atual do magistério paranaense, b) falta de diálogo por parte do governo estadual, c) questão salarial, d) vetos do governador. As falas na mesa foram divididas pelos professores Adir de Oliveira – representante da APP – e Jair Salvador – representante da APLP. Destacam-se, no relatório, o vínculo do professor Jair Salvador, conhecido em Londrina por seu trabalho comunitário que desempenhava a frente do Grupo Teatral Meta; e do grupo de professores que estavam ligados a jornalistas da Folha de Londrina, a qual cobria as assembleias e produzia reportagens de apoio às reivindicações docentes (DOPS, PT 92A.11, p.25,26).

Nesse relatório de duas folhas, aponta-se que, durante a assembleia, foram feitas críticas ao governo e ao sistema vigente, resultando em algumas deliberações. A principal estava relacionada aos vetos do governador, para pressionar os deputados na ALEP, levando maior número possível de professores a Curitiba. Para isso, estipulou uma ajuda de custo de Cr\$ 40,00 por dia aos professores que quisessem acompanhar a votação. Caso mantidos os vetos, havia o indicativo de nova reunião na capital, a fim de

deflagrar qual movimento de luta seria adotado, sinalizando, naquele momento, o indicativo de greve (DOPS, PT 92A.11, op. cit.).

O segundo relatório da assembleia de Rolândia (26/03/1977), datado em 17 de abril de 1977, teve tempo suficiente para avaliar os desdobramentos do processo de mobilização e do resultado da votação da ALEP. De acordo com o agente que acompanhou os debates, o número de participantes esteve aproximadamente perto de duzentas e cinquenta pessoas, de várias regiões do Estado. Os debates ocorreram em boa ordem, dirigidos pelos presidentes da APLP e da APP, direcionando para que a classe reivindicasse seus direitos dentro da lei, da ordem e que fosse evitada a greve, por ser considerada anticonstitucional. Porém, descreve que cerca de oitenta por cento dos presentes eram favoráveis à deflagração de uma greve geral de toda a classe como única solução para comover as autoridades estaduais. A delegação de Londrina, a maior e mais unida, defendia a realização de um grande “Congresso de Professores”, de caráter permanente, juntamente com a paralisação das aulas.

Para contrapor o encaminhamento dos professores de Londrina, o agente utiliza trechos da reportagem do jornal O Estado do Paraná (29/03/77), com o professor Rubens de Oliveira, o qual não acreditava numa medida extrema da classe. Por fim, conclui o relatório apresentando seu entendimento de que a aprovação do Estatuto do Magistério, contrário ao desejo dos professores, “deverá se tornar um pesado ônus político para o governador” (DOPS, PT 92A.11, p.85, 86 e 30).

As fontes da DOPS, na busca por subversivos, nos ajudam a identificar parte das disputas e posições dos professores nas assembleias, já que as atas da APP não registraram esse movimento. Nos relatórios dos agentes de segurança, identifica-se a delegação de Londrina como a mais propensa a organizar a greve antes da votação na ALEP. Atesta a conduta das diretorias não interessadas na paralisação imediata, mesmo sendo defendida pela ampla maioria na assembleia. Por outro lado, evidencia que a base passou a questionar de maneira mais veemente essa postura, seja nas assembleias ou por meio do jornal “O Atalho”.

Até aquele momento, já estava evidente o descontentamento com a política salarial e a piora nas condições de trabalho e vida. Os professores, num movimento crescente, passaram a questionar as táticas de luta empreendidas por parte dos

dirigentes das associações, além de demonstrar disposição para o enfrentamento do governo por meio de uma greve. Entretanto, os professores paranaenses não conseguiram neste momento deflagrar a paralisação das aulas.

O desfecho da sessão confirmou os vetos ao Estatuto do Magistério e fora publicado no jornal Diário do Paraná (31/03/1977), um dia depois da votação. Segundo a matéria, nela estavam presentes em torno de trezentos professores ocupando as galerias do plenário. Ao final da aprovação, o presidente da APP comunicou que a entidade iria se reunir para definir sua posição diante do fato já consumado e publicar nota oficial.

Representantes do CRPP também se fizeram presentes, com seus diretores favoráveis à manutenção total dos vetos, assistindo ao desenvolvimento dos trabalhos da tribuna de honra. Segundo seu representante, aquela associação era contrária às posições radicais, argumentando que “para reivindicar pela classe, a entidade que representa necessita manter condições de diálogo com o governo”. Para eles, os vetos não prejudicariam a atividade profissional, a remuneração, a promoção e o concurso público (DOPS, PT 94B.12, p.335-336).

Percebe-se que os posicionamentos das direções das associações citadas na entrevista não concordavam com a paralisação do magistério. Para o CRPP, a aprovação foi uma conquista, permitindo melhoras nas condições de trabalho e remuneração, com base no que já foi exposto sobre o Estatuto do Magistério. Porém, essa posição estava longe da avaliação da ampla maioria do magistério presente nas assembleias, organizado pelas outras associações. Para a APP, a necessidade era de convocar a base e tirar uma decisão conjunta para as próximas ações. Embora aparentasse ser mais progressista e democrática, as conduções das reuniões nem sempre atendiam aos interesses desta mesma base, quando chamada para as assembleias.

A assembleia extraordinária, citada na reportagem acima, convocada pela APP e APLP após a aprovação dos vetos ao Estatuto do Magistério, realizou-se na cidade de Apucarana, norte do Estado, no dia 02 de abril. O relatório do agente de segurança do exército, presente nessa assembleia, contabilizou cerca de trezentas pessoas de vinte cidades paranaenses, embora relatasse que os organizadores esperavam maior adesão da categoria, tendo em vista a indignação contra a ALEP devido aos vetos do governador. Com a participação do assessor jurídico da APLP, Eliud Borges, foi apresentado à

plenária que os vetos não teriam respaldo jurídico, por falta de enquadramento legal, com explicações vagas por parte do governador do Estado. Além disso, sugeriu que buscassem reverter isso por meio de ações trabalhistas e ações contra o veto do artigo que previa a contratação do professor suplementarista pelo regime de CLT.

Na continuidade dos trabalhos, na assembleia, ficou aprovado que as associações deveriam coletar informações e lançar uma nota oficial sobre os vetos. Para as próximas assembleias, determinaram que fosse enviado ofício ao Secretário da Educação exigindo seu comparecimento. Sobre as perdas salariais, principalmente o nível 16 (professora ensino primário), em que estavam o maior número de funcionários, propunham o piso salarial inicial para o padrão primário de no mínimo Cr\$ 3.500,00.

Embora evidencie no relatório que parte dos professores desejasse o início imediato da “Operação Congresso”, ou seja, paralisar as aulas em todo o Estado, nos níveis primário e secundário fora aprovada a criação de uma comissão de professores para elaborar as bases desse movimento e as próximas estratégias de luta. Os nomes dos integrantes da comissão, por medida de segurança, não foram apresentados em assembleia. Por último, aprovada a realização de assembleias por todo o Estado, definindo as datas e lugares⁴⁷ (DOPS, PT 92A.11, p.40,42,43,44).

Em outro relatório do agente da Polícia Federal, destacaram-se os mesmos assuntos, embora tenha apresentado mais detalhes como, por exemplo, referente ao horário de início da assembleia, às 15:00 horas, com duzentas e quinze pessoas, descritas as cidades que representavam. Após os encaminhamentos iniciais, o primeiro item da pauta a ser analisado pela assembleia foram os vetos do Estatuto do Magistério. Professores descritos como os mais exaltados encaminharam a paralisação imediata das aulas, mas esta proposta foi derrotada, gerando descontentamento aos que a defendiam. Isso estava indicado no relatório, às 17:00 horas, quando o número de pessoas passou para oitenta. Ao final dos trabalhos, por volta das 19:00 horas, os presentes estavam próximos de trinta e cinco pessoas, encerrando a assembleia.

Além de identificar alguns nomes de professores exaltados, como Sebastião de Paula Vieira e Célio Comin, que defendiam a greve imediata, o agente relatou como

⁴⁷ O cronograma ficou assim: Toledo 30/04/77; Cascavel 30/04/77; Pato Branco 02/05/77; Guarapuava 03/05/77; Maringá 04/05/77; Umuarama 05/05/77; Campo Mourão 06/05/77; Londrina 07/05/77; Paranavaí 10/05/77; Mandaguari 11/05/77; Cambará 12/05/77; Curitiba 14/05/77 (DOPS PT 92A.11. op.cit).

encaminhamento para que o jornal “*O Atalho*” abordasse detalhadamente os vetos, a proposta de salário, além de fazer entrevistas com estudantes e pais para mostrar a realidade e os problemas nas escolas. Em outro ponto destacado, que devido aos vetos ao Estatuto do Magistério mobilizou grande parte da categoria, o agente relata que eram esperadas manifestações como greve e passeatas, elogiando a conduta da mesa diretora que “combateu” os grupos mais radicais, como o da cidade de Porecatu, o qual defendia uma passeata e, quando rejeitada a proposta, retirou-se da plenária em sinal de protesto. A justificativa da mesa diretiva que conduziu a assembleia, segundo o relatório do agente, seria que o contexto exigia cautela e que as reivindicações dos direitos dos professores deveriam ser feitas de maneira correta e coerente. Isto é, mantendo a esperança de que até a regulamentação do Estatuto do Magistério pelo governador, pudesse revogar seus próprios vetos. Além disso, consideravam pequeno o número de duzentos presentes à assembleia, podendo o movimento não ter a força esperada e, por essa razão, o encaminhamento seguiu à realização de assembleias descentralizadas para atingir maior número de professores das diferentes regiões do estado (DOPS, PT 92A.11, p.69,72,73,74).

Destes dois relatórios produzidos pelos agentes de segurança, podem ser destacados alguns pontos importantes que estavam presentes para a organização do movimento e para os embates contra o governo, como o descontentamento da base, a qual se mostrou favorável à paralisação imediata das aulas para pressionar a votação na ALEP. Todavia, o encaminhamento aprovado fora para as caravanas que seguiam até capital, com a intenção de pressionarem os deputados a partir das galerias, o que não foi suficiente para conter a revogação dos vetos do governador.

A ação judicial, neste caso, fora aventada para manter a movimentação da pauta a fim de garantir o direito da contratação do complementarista via CLT. Também, como tentativa de diminuir as pressões de grupos divergentes nas assembleias, os quais apresentavam propostas mais radicais, já que a forma tradicionalmente protocolar de encaminhar as reivindicações não estava tendo êxito. Porém, foi mantida esta linha de negociação com o governo, quando deliberaram o convite para o Secretário de Educação participar da próxima assembleia.

Por último, a conduta da mesa diretiva destacada, elogiada e explicitada pelo agente de segurança em relatório oficial, que conduziu da paralisação imediata à criação de comissão para organizar a “Operação Congresso”. A forma como foram expressas no relatório da DOPS é de que a estratégia das assembleias descentralizadas se apresentou mais como tática para estender os debates e evitar a paralisação imediata das aulas. Assim, aliviava-se a pressão exercida pela base sobre os dirigentes das associações.

Outro ponto apresentado desse processo, sucedeu do recurso utilizado pelos deputados de se manterem distantes da pressão dos professores e votarem contra eles. Na sessão de votação sobre os vetos do governador ao Estatuto do Magistério, os professores associados à APP e à APLP foram barrados na entrada, a mando do presidente da ALEP, sinalizando para qual caminho os trabalhos seriam conduzidos. Só após negociação entre os deputados e os dirigentes das associações é que conseguiram ocupar as galerias durante a votação. Por outro lado, os representantes do CRPP, distantes dos anseios da categoria, ocupavam o lugar na tribuna de honra, referendando os vetos governamentais, e não o interesse do conjunto do magistério.

As divergências políticas entre APP e APLP contra o CRPP ocorreram desde a sua criação. Naquele momento, a tática de negociação entre as direções das associações e os representantes do governo, começa a dar sinais de esgotamento. Isso justifica uma possível ação do governo para fortalecer a associação mais próxima da sua influência como meio de conter uma possível greve.

Na reportagem do jornal Folha de São Paulo, em 19 de abril de 1977, com o título “Magistério ameaçado de paralisação”, ao entrevistar os representantes da APP, reforça-se a evidência de que o CRPP estava mais próximo do governo que da categoria que representavam. Os três assuntos da matéria que justificaria uma possível greve foram as condições de trabalho, os vetos do governador ao Estatuto do Magistério e o achatamento salarial. No entanto, o elemento novo seria a denúncia dos entrevistados que, por serem porta voz das reivindicações da categoria, passaram a sofrer pressões do governo. Em especial, na investida de enfraquecer a APP, não autorizando a contribuição dos associados ser descontadas na folha de pagamento pela SEC. Além disso, o governador estaria promovendo o CRPP, na tentativa de esvaziar e desmoralizar a APP diante da categoria (DOPS, PT 92A.11, p.78).

Essas ligações políticas que os dirigentes do CRPP têm com o governo, sugeridas e criticadas pelas outras associações, vão ficar mais evidentes durante o conjunto de assembleias subsequentes à aprovação do Estatuto do Magistério. Na reportagem do jornal Folha de Londrina, datada pelo agente de segurança em 19 de abril de 1977, o presidente do CRPP, Abdala Radi Maftum, apresentou nota em que concordavam com a aprovação do Estatuto do Magistério, embora com algumas “imperfeições”. Afirmou, ainda, que foi uma vitória pelo longo tempo de luta empreendido, mas que sua preocupação estava no sentido de que as próximas decisões não afetassem o percurso da juventude e seu desenvolvimento cultural e profissional. Ou seja, paralisar as aulas estava sendo indicado como um ato irresponsável.

Entretanto, o CRPP, depois de ouvir seus membros e de ter percebido o descontentamento com os baixos salários, convocaria assembleias gerais em todas as regiões filiadas àquele Conselho. A pauta a ser debatida seria a aplicação do Estatuto do Magistério e a nova tabela de níveis de vencimentos, seguindo as mesmas datas das assembleias convocadas pela APLP e APP, conforme já citadas. Acrescentam-se apenas as cidades e datas: União da Vitória [27/04/1977]; Ponta Grossa [28/04/1977] e Foz do Iguaçu [29/04/1977] (DOPS, PT 92A.11, p.75).

Iniciando o calendário de assembleias pelas várias cidades, em diferentes regiões do Estado, o agente do exército que acompanhou as assembleias de Ponta Grossa (28/04/77) e Toledo (30/04/77) fez um relatório sobre os dois encontros. No primeiro encontro, a mesa diretiva que conduziu os trabalhos foram o presidente do CRPP, o presidente da Associação dos professores da região dos Campos Gerais e um representante da SEC. De acordo com o relatório, a mesa não se fez “autoridade” para impor a disciplina de coordenação dos trabalhos. A assembleia iniciou com a tentativa da leitura do Estatuto do Magistério, pelo presidente do CRPP, o mesmo que defendeu sua aprovação, porém, interrompido constantemente pela plenária. A insatisfação estava centrada na baixa remuneração e na falta de definição de uma carreira no quadro do magistério. Foram muitas as ameaças de cruzar os braços até que fosse possível negociar com o governo, todas refutadas pelo CRPP, o qual seguia orientando que as reivindicações fossem feitas “à luz da lei e da ordem, sob pena de serem mais prejudicados”.

O relatório aponta que o aumento das conversas e o descontrole da mesa para organizar o debate reduziu a assembleia a quinze pessoas, tirando como encaminhamento o prazo de noventa dias para estudo e devida aplicação das reivindicações da categoria por parte do governo, as quais não foram descritas (DOPS, PT 92A.11, p.45,34).

Já na assembleia de Toledo, quem conduziu os trabalhos foram as associações APP e APLP, com aproximadamente duzentas pessoas. Segundo o relatório do agente de segurança do exército, o tema central seria o descontentamento geral dos professores em relação ao salário. O agente destaca que o risco iminente de uma greve era descartado, pois havia a atuação “moderadora” dos presidentes da APP e APLP, os quais, toda vez que “os ânimos adquirem características de extrapolação e desordem”, interviam imediatamente e conseguiam controlar os mais agitados, repudiando qualquer manifestação ou reivindicação de caráter puramente contestatório (DOPS, PT 92A.11, p.34,35,36,37).

Com base nos dois relatórios, é possível perceber que durante a assembleia conduzida pelo CRPP e pelo representante da SEC não tiveram o mesmo êxito no que se refere ao controle sobre os descontentamentos da categoria. A condição de estarem mais próximos do governo gerava esse conflito, pela forma de conduzir a negociação sem obter avanços. Já as associações que se colocavam como representantes da categoria e sem vínculos com o governo, mas perseguidos por ele, apresentaram maior habilidade para controlar os encaminhamentos sobre organizar passeatas ou mesmo paralisar as aulas.

No entanto, nas duas assembleias, de Ponta Grossa e de Toledo, ficaram decididas que não haveria interrupção das aulas até que fosse resolvido o problema referente ao estatuto que impedia os professores de obter melhor remuneração e direitos. Ficou aprovado, mais uma vez, a formação de uma comissão para estudar a viabilidade de um congresso de professores em outubro do mesmo ano, ou seja, estendendo o prazo para o dia do professor, na esperança de serem “presenteados”.

As fontes analisadas evidenciam que as direções que representavam os professores do Paraná, em suas assembleias, tentaram controlar os conflitos e descontentamento da categoria sobre as condições de trabalho, o arrocho salarial e

sobre o Estatuto “falho”. Para mediar os conflitos, organizavam comissões a fim de manter o diálogo com o governo e afastar qualquer possibilidade de manifestação pública. Sob o risco de serem acusados de cometer infração disciplinar, enquadrados nas ações descritas no ofício nº 43/74, resultando em consequente punição.

As direções das associações dos professores mantiveram a defesa de seguir pelo caminho da negociação com o governo. Nas assembleias, os professores indicaram forte descontentamento com essa condução, sobretudo, em relação ao salário. A paralisação das aulas em todas as escolas públicas do Estado estava colocada pelas associações como último recurso. Os professores indicavam que todas as formas de negociação e ações foram buscadas, passando a ser defendida por eles a experiência do “Congresso Permanente” de 1968, quando paralisaram as aulas.

Embora a assembleia de Apucarana, ocorrida no início do mês de abril, tenha indicado de maneira mais forte a disposição para a paralisação das aulas, considerou-se que algumas centenas não dariam conta de representar todos os professores. Assim, realizando as assembleias descentralizadas, mediando os descontentamentos e os conflitos das posições divergentes, a paralisação foi sendo adiada, mesmo não sendo unânime esta decisão. Então, colocava-se a comissão eleita em assembleia dos professores para estudar a viabilidade da paralisação e delinear a organização, buscando a melhor forma de negociar com o governo as reivindicações da categoria.

Por último, nesse período abordado, a vigilância, o controle, as ações do Estado em relação aos professores, as escolas e as associações se mostraram eficientes para conter manifestações que extrapolassem os muros das escolas e tomassem as ruas. Se ao longo da década de 60 e início da década de 70 era comum a presença do secretário nas assembleias dos professores, é possível perceber que, na medida em que se intensifica o arrocho salarial e as reclamações dos professores, essa opção deixa de ser constantemente solicitada. O contato, quando havia, dava-se em reuniões e audiências restritas aos dirigentes das associações ou comissões montadas para a entrega de memorandos, ofícios, etc. Essa prática de manifestação e negociação aceitável no regime ditatorial foi se efetivando em forma de decreto como o aumento da jornada de trabalho, ou a publicação do Estatuto do Magistério.

Dentro da sua função de investigação, censura e repressão, as fontes da DOPS identificavam aqueles professores ou associações que apresentavam comportamento que não era aceito pelas autoridades policiais para, então, buscar meios de pacificar ou neutralizá-los. Segundo esses registros analisados, demonstraram que o governo foi efetivo na neutralização dos trabalhadores, tabulando negociações que nunca terminavam e nunca deram certo. Nessa empreitada, contavam com o apoio de conduções aceitáveis das direções das associações dos professores que conseguiram administrar essas tensões, a exemplo da salarial, sem que virasse uma convulsão.

Contudo, a resistência dos trabalhadores da educação emergiu nos documentos formais. Mesmo num regime ditatorial, mobilizou-se dentro das condições existentes. O esforço para realizar a “Caravana da Educação”, aprovar a condição de “Assembleia Permanente”, realizar as “Assembleias Descentralizadas”, todos esses tinham como objetivo promover debates em todas as regiões do Estado sobre os principais problemas enfrentados pelo magistério paranaense. Houve, também, a confecção da “Carta aberta do professorado pela educação”, a qual fora publicada na imprensa com as reivindicações mais importantes da categoria, assim como apresentando a percepção de como os docentes sentiam as suas condições de trabalho. As práticas em colher assinaturas para compor os memoriais a serem entregues às autoridades, o envio de telegramas às autoridades, ou seja, foram forjando um portfólio de ações, com os quais buscavam disputar com os governos melhores condições de vida e trabalho.

Ao lidar com essa condição de vigilância, criaram mecanismos para expressar seus descontentamentos e organizar a luta coletiva, entre eles, a criação de um jornal com o qual pudessem expressar a condição de vida e trabalho, além de servir como ferramenta para o processo de politização da categoria. Dessa forma, esses sujeitos, ao entender quais eram as regras do jogo e mesmo em condição desigual, se colocam ativos num campo de disputa.

Capítulo 3

A greve de 1978

“Em 78 teve uma outra greve. Eu não lembro muito assim as datas, sabe!? Essa greve também foi muito pressionada, essa foi uma pressão grande. Eles iam, os grupos iam lá falar com os professores, falando que eles iam perder o emprego e ia ser processado.” (Maria de Castro Gomes, 2019)

Desde o golpe civil militar de 1964, estabeleceu-se um sistema de vigilância e controle sobre os trabalhadores e suas entidades. A partir do AI-5, o controle com maior rigor, para monitorar e reprimir possíveis ações dos que se colocavam em oposição, contribuiu para evitar manifestações públicas que, no caso das associações dos professores, correspondia a paralisação das aulas, passeadas em protestos pela pauta trabalhista. Além desses fatores, havia a Lei de Greves e as normas da CLT, que tornaram praticamente ilegais todas as greves. Percebe-se os efeitos dessas ações pelas estatísticas, pois das “154 greves realizadas em 1962 e das 302 de 1963, o total caiu para 25 em 1965, 15 em 1966, 12 em 1970 e nenhuma em 1971. Entre 1973 e 1977, houve apenas 34 greves e operações-tartarugas” (ALVES, 1984, p.77).

Essa etapa de contenção dos movimentos de massa se encerra em todo o país a partir de 1978, iniciando pela greve dos metalúrgicos, a qual encorajou várias outras categorias, incluindo os professores (FERREIRA JR, 1998). Na educação, Bahia, Paraná e São Paulo, seguindo essa ordem, fizeram greve naquele ano. No ano seguinte, contando apenas as escolas públicas, esse número aumentou para dez estados: São Paulo, Bahia, Rio Grande do Norte, Goiás, Rio Grande do Sul, Brasília, Rio de Janeiro (duas greves), Minas Gerais, Mato Grosso e Paraíba. Em todas elas, as principais pautas sinalizadas estavam relacionadas a questões salariais, condições de trabalho e à implantação do Estatuto do Magistério. Esse último já vinha sendo empreendido como reivindicação essencial desde 1972, pela Confederação dos Professores do Brasil (CPB), como já analisado. Em todos os casos tratava-se de greves quase explosivas, convocadas por entidades sem experiência de luta ou por professores que estavam à margem das organizações do setor (GINDIN. 2011. p.184).

No Paraná, além do já exposto sobre as condições de trabalho e carreira, os professores iniciaram o ano de 1978 com a seguinte pauta: estabilidade, salário, concurso, suplementaristas e hora atividade. As reivindicações, no geral, são as mesmas ao longo dessa década. Contudo, ao viver essa experiência, vão mudando sua forma de ver as coisas, até chegar o momento em que os professores e suas associações rompem com a prática de manifestação e negociação constituída ao longo da década de setenta.

É nesse momento de exaustão que buscamos compreender quais os fatores que contribuíram para os professores romperem com essa prática de negociação. Pretendemos observar em que momento ocorreu o seu esgotamento, resultando no início da preparação da greve por parte dos professores. Além disso, buscamos observar de que forma ocorreu a organização dos professores e de suas associações em relação à questão da ampliação do movimento para outras regiões do estado, bem como sua manutenção; quais os enfrentamentos e estratégias de negociação foram empreendidos; os resultados do movimento no que se refere não apenas às conquistas relacionadas à pauta de reivindicações ou à ausência delas, mas em termos de organização, formação e politização.

No Paraná, a greve de 1978 foi puxada pela associação de professores licenciados APLP, da subsede de Londrina. Ao longo deste trabalho, apresentamos questões sobre a maneira como esses professores licenciados atuavam em sua região e tentavam disputar o espaço político da associação para influenciar o movimento. Essa disputa fica evidenciada em oito edições do jornal “*O Atalho*”, o qual buscou se apresentar com a proposta de ser o meio de ligação da categoria em todo o Estado. A proposta de manter esse veículo de informação produzido por trabalhadores da categoria, que viviam e sentiam diariamente as dificuldades de exercer a profissão. Propunham, como eixo norteador, defender a união, a conscientização e a organização do magistério paranaense. Concluía em uma de suas edições que “quem não come bem, não pode ensinar bem”. Por isso, defendiam a necessidade de informar e, principalmente, manter a categoria mobilizada, propondo debates na própria escola. Portanto, buscava disputar esse espaço de formação política, não com a pretensão de substituírem os professores, nem substituírem os sentimentos dos professores, nem a percepção dos professores, mas para ajudar a organizar esse descontentamento.

Entretanto, em meio a essa disputa, a direção da APLP deixou de editá-lo, devido a atritos dela com o núcleo subsede da APLP em Londrina, que era responsável pela edição. Por isso, os mesmos que publicavam esse jornal criaram o jornal “*Água Corrente*”, lançando seu primeiro número em outubro de 1977. No editorial dessa edição, apresentaram o mesmo compromisso que o folhetim anterior e, sem dar muitos detalhes, apenas justificaram a mudança dizendo que ocorreu devido a problemas burocráticos, questões financeiras e administrativas. Vendo esgotados os esforços para manter os trabalhos, a alternativa foi lançar o jornal como meio de superar essas dificuldades (DOPS, PT 92A.11, p.128).

Naquele momento, a sede da APLP estava na cidade de Maringá e os professores de Londrina, subsede da associação, eram os responsáveis por editar o jornal “*O Atalho*”. O relatório da Assessoria de Segurança e Informações vinculada à Universidade Estadual de Londrina (UEL), sobre a subsede da APLP de Londrina, indica que o rompimento se deu pelo grupo de professores “esquerdistas”, os quais formavam a ala radical e mantinham divergências com a linha política da direção geral daquela associação, considerada por eles como ala moderada. Passaram, então, a usar a estrutura do jornal O Diário do Norte do Paraná para impressão e montagem do novo folhetim (DOPS, PT 92A.11, p.47).

Os elementos para esse processo de politização dos professores ocorrem pela sua própria experiência, vividas mais intensamente pela condição de trabalho, salário, custo de vida, desemprego, aumento da jornada de trabalho. Também, pelos enfrentamentos com o governo através da sua política educacional, que determina as estruturas do seu trabalho, bem como, nas disputas políticas dentro da própria categoria. Percebe-se que o papel desempenhado pelos professores que editavam esse jornal é visto até mesmo pelas direções da APLP e APP como radicais, o que justificaria o fim da publicação. Em nota, o presidente da época, Dino Zambenedetti justificou o rompimento com aquele grupo na edição nº 9 do Atalho:

[...] O Atalho não é e não deve ser um instrumento particular na mão de um grupo que não se identifica, e não assume os artigos. Os artigos não assinados, são de responsabilidade da direção do mesmo. Portanto a esta deve caber decidir sobre as matérias que podem ser publicadas. Quem responde pela APLP é a Direção da sede. Esta é quem deveria definir a filosofia do seu órgão oficial. O diretor de um jornal é quem responde sobre as matérias contidas no mesmo. [...] Quando o

diretor passa a ser boicotado no visto às matérias e não sabe pelo que vai responder, deve tomar providências cabíveis (O Atalho, nº9, out. 77, p.3).

A tentativa expressa de controlar o “O Atalho” fez com que o grupo dissidente produzisse seu próprio jornal de maneira mais independente. Janice T. P. de Sousa, em seu estudo, aponta que esse grupo era composto por um jornalista e outros professores que acumulavam experiência da prática política advindas do movimento estudantil. “O custo do jornal era coberto com a venda de rifas, feiras de roupas usadas, venda de jornais velhos, bingos, churrascadas” (SOUSA, 1986. p. 116). A proposta e metodologia de análise e finalidade seguiam as mesmas: organização, união e conscientização dos professores.

Com esse grupo do jornal “Água Corrente”, destacam-se ainda mais as práticas de negociação, cuja proposta era esperar que o Estado apresentasse para o professor a solução de problemas, solicitadas por memoriais e ofícios. Para Janice Sousa, o imobilismo cultivado, ao se deixar de lado o seu caráter reivindicativo, evidenciou no “movimento de 78, o 2º Congresso Permanente, foi o momento de afirmação da vontade política desse grupo” (SOUSA. 1986. p.117).

3.1 O aumento do descontentamento dos professores

A pauta de reivindicações da categoria e os embates entre as associações e o governo para atender às demandas dos trabalhadores iniciou ainda no período de férias. O presidente em exercício da APLP, Wagner Rocha D’Angelis, em reportagem publicada no jornal O Estado do Paraná (26 de janeiro de 1978), expõe sua crítica aos anúncios da Secretaria de Educação de que o “concurso para professores de 1º grau trará a estabilização” para os suplementaristas. Essa reportagem analisa duas situações da categoria. A primeira, refere-se ao concurso que ofertava 5 mil vagas, sendo desse total duas mil imediatas, destinadas aos professores de 1ª a 4ª série do 1º grau. As três mil restantes seriam para professores do 1ª grau (5ª a 8ª série) e 2º grau, os quais assumiriam seus cargos no ano seguinte. A segunda, além da demora em efetivar os aprovados, a estabilização não seria possível de ocorrer, pois o número de vagas abertas

era insuficiente para atender a todos os suplementaristas que prestavam serviços ao Estado como professores contratados (DOPS, PT 92B.12, p.11).

Difícil precisar o número exato dos suplementaristas naquele momento, mas, de acordo com as associações, representavam cerca de um terço, podendo ser maior nas cidades em que havia poucos professores efetivos, devido à ausência de concurso desde 1971, acrescentando o número de unidades escolares⁴⁸, corpo docente e matrículas.

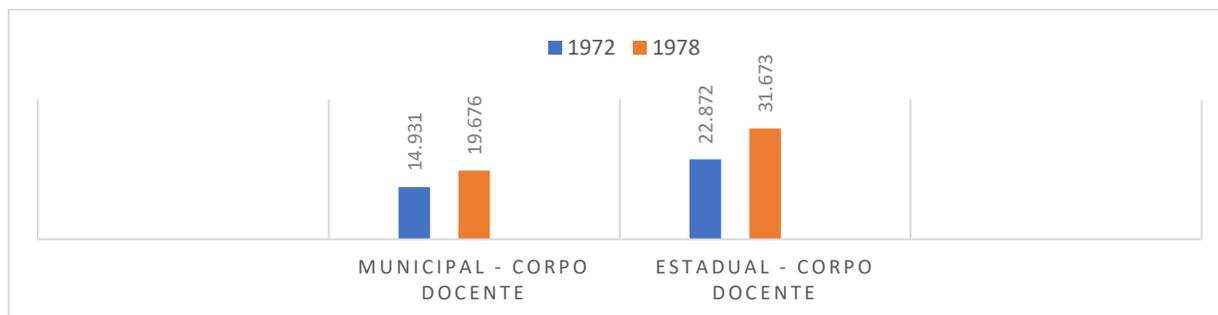


Gráfico 5 – Corpo docente no Ensino de 1ª a 8ª. série– Paraná (1972 e 1978)

Fonte: IBGE – Estatísticas do Século XX.

O crescimento do número de docentes na rede municipal foi de 4.745 (14%) e, na estadual, de 8.801 (16%), durante o período que estava relacionado à obrigatoriedade do ensino ofertado pelo Estado a partir da lei nº 5.692/71. Essa lei ampliou a obrigatoriedade de quatro para oito anos, juntando o primário e o ginásio no ensino do 1º Grau, aumentando o número de matrículas⁴⁹ e, conseqüentemente, o número de professores com maior formação para atender essa nova demanda. Ampliou-se, também, o número de administradores, planejadores, orientadores, inspetores e supervisores com formação superior. No entanto, houve limitação após o Decreto nº 1.495/76, o qual estabelecia a obrigatoriedade dos professores efetivos assumirem 44 aulas semanais em sala, fato que, além de massificar o trabalho, diminuiu a oferta de aulas aos professores suplementaristas.

⁴⁸ No Paraná, em 1978, o total de unidades escolares era de 13.663, desse número, na rede estadual eram 3.053, e a maior parte concentrada na rede municipal, 10.218. (IBGE, Século XX)

⁴⁹ O número de matrículas total, no início de cada ano para o ensino de 1ª a 4ª série e 5ª a 8ª série, em 1972, foi de 1.354.399. Para o ano de 1978 chegou a 1.438.176. (IBGE Século XX)

Outro ponto em destaque nessa reportagem tratava do memorial a ser entregue ao governador no mês de fevereiro. No documento, os professores, por meio de suas associações, apresentariam as críticas sobre o concurso e a pauta salarial a ser reivindicada para aquele ano. Os cálculos sobre o salário – a hora/aula de 37,60 cruzeiros do professor de licenciatura plena – dão fundamento ao argumento.

Para propor uma comparação e na tentativa de demonstrar a desvalorização à qual estavam submetidos, usam a referência do ano de 1969, com base no salário mínimo e inflação do período, entendendo que ambos já se encontravam abaixo do aumento do custo de vida. Partindo dessa base, a análise da comissão indicava que “na pior das hipóteses o professor deveria ganhar 66 cruzeiros por aula”. Portanto, a proposta contida no memorial sobre o quadro profissional do magistério seria que o professor de menor nível de atuação, não licenciado, receberia 26,30 por aula, resultando no salário inicial de 3 mil cruzeiros. Seguindo desse valor, o aumento deveria ocorrer em escala aos demais níveis da tabela de cargos e salários (DOPS, PT 92B.12, op.cit.).

Os professores mantêm as críticas sobre a desvalorização salarial que acometia a categoria ao longo daquela década, com os abonos ou correções da inflação insuficientes para corrigir suas perdas. Nota-se que, mesmo o novo quadro de cargos e salários, os aumentos anunciados pelo governo, ainda no ano de 1977, havia o cenário de uma possível paralisação das aulas, visto que permanecia o descontentamento da categoria, embora questionado por parte dos professores. Percebe-se, também, que nesta tentativa de conquistar a reparação salarial, mais as dificuldades em negociar com o governo, abaixam a proposta de Cr\$ 3500,00 para início de carreira.

Embora o Estatuto do Magistério tenha sido aprovado em dezembro de 1976, tiveram vetos do projeto que foram encaminhados algum tempo depois, sendo feitos pelo próprio governador, o qual os remeteu ao Legislativo e, por isso, sua regulamentação estava no aguardo de alguns pontos. O presidente da APP, Rubens de Oliveira, na reportagem publicada no dia 05 de fevereiro de 1978, no jornal O Estado do Paraná, destacou um desses itens relacionados à remoção dos professores (ex-ofício). No início de 1978, estavam chegando denúncias na sede da associação, a qual iria acionar o departamento jurídico para reverter as situações, caracterizando-as como prática de “coação e punição” (DOPS, PT 94B.12, p.359).

A situação de professor removido gerava várias consequências dentro das escolas, durante a distribuição de aulas. Esse procedimento começava, na maior parte dos casos, no início do ano letivo, a partir da classificação dos professores de cada estabelecimento de ensino. O critério para a escolha das turmas era o tempo de serviço na escola em que o padrão do concurso estava fixado. Assim, o professor melhor classificado era aquele com mais tempo de trabalho no estabelecimento de ensino. Quando feita a remoção, na escola designada, ficaria no final da lista de escolha das aulas (turmas e períodos).

Outro assunto destacado pelo presidente da APP, remete à pauta construída para aquele ano, tendo como principal reivindicação o salário, o qual estava sendo descumprido pelo governo, já que a Lei nº 5.692/71 previa ao professor a remuneração de acordo com a sua formação. Mesmo assim, a metade dos professores estava enquadrada no nível 1 e recebia a quantia de CR\$ 1.850,00 bruto, mas com formação superior em licenciatura plena. Essa situação se refletia de forma agravada ao suplementarista, o qual era apontado como “pária da educação”, ou seja, não tinha garantias funcionais pela CLT e não era concedido o direito do regime estatutário por não ter realizado concurso. Mesmo havendo sinais do governo para abertura de vagas mediante concurso, isso se restringia aos professores de 1ª e 4ª séries do ensino fundamental. Os demais professores, de 5ª a 8ª série (1º grau) e do 2º grau, ficariam de fora (DOPS, PT 94B.12, op.cit).

A gravidade da falta de regulamentação da remoção acarretava outros desdobramentos. O professor efetivo removido pelo interesse do governo teria a prioridade na escolha das aulas em relação ao suplementarista, o qual, sem aulas e, conseqüentemente, sem lotação, passava à condição de desempregado. Essa condição sugere que o medo, a instabilidade e a incerteza eram sentimentos muito comuns vividos por esses professores. A solução desta situação seria o concurso, tornando-os efetivos ao cargo e conferindo a eles uma possível estabilidade. Para o professor efetivo bastava a regulamentação no Estatuto do Magistério, a qual poderia definir os critérios das remoções a partir do interesse do professor. Já a remuneração pela formação poderia ser resolvida independente da vontade e interesse político com a promoção e progressão automática.

São esses pontos centrais que movem as associações a iniciarem o ano fazendo a defesa da pauta trabalhista, através da elaboração do memorial para ser entregue ao governo. Os espaços que conseguiam na imprensa escrita usavam para apresentar suas denúncias referentes às condições de trabalho dos professores, indicando as principais reivindicações, selecionando algumas como prioritárias para a categoria: o salário, o concurso público e a situação do professor suplementarista.

Destaca-se também que, a partir de 1978, a APP passou a comprar um espaço no jornal O Estado do Paraná, no qual apresentava quinzenalmente as atividades da associação, prestação de contas, serviços, assistências, patrimônio e as reivindicações da categoria em uma coluna/caderno/espaço intitulada “Jornal da Educação”.

Essas críticas e reivindicações do magistério paranaense, no processo de negociação com o governo, vão se estendendo ao longo do primeiro semestre, mantendo-se as práticas de negociação dos anos anteriores. Os poucos espaços na imprensa eram usados tanto para questionar a política do governo, como também para pautar a valorização e investimentos na área educacional. A falta de resultados nesse processo movera as associações APP, APLP, ATED, APROPAL, fazendo com que iniciassem, a partir de maio, várias assembleias conjuntas para organizar melhor a categoria em todo o estado, debater a pauta e deliberar as táticas de pressão ao governo.

Na assembleia do dia 21/05/1978, na sede da APP em Curitiba, aprovaram a “marcha pacífica” para o dia dos professores (15/10), no Palácio Iguazu, com o propósito de entregar a pauta trabalhista e reivindicar o seu cumprimento: “envio às autoridades políticas e administrativas a lista de reivindicações da categoria, especificamente sobre o concurso público; e confecção de cartazes, decalques e letreiros enfocando a questão do concurso público”. Nessa assembleia foram criadas várias comissões de professores que ficaram responsáveis por organizar reuniões e visitar escolas em suas cidades para apresentar as principais reclamações e reivindicações da categoria (Ata A.G.E. 21/05/1978. Arquivo APP-Sindicato). Embora estivesse há mais de cinco meses da data, demonstra-se que as práticas de encaminhar as negociações por parte das diretorias das associações seguem a linha de esgotar a pauta através de ofícios, audiências e memorandos. Porém, deliberar a partir da aprovação da assembleia uma passeata

pública, era um indicativo de que os professores tensionavam nas assembleias outras formas de luta.

A reação do governo durante o processo de disputas sobre a pauta dos professores teve repercussões na imprensa e dentro do movimento. O secretário de Recursos Humanos, Gastão de Abreu Pires, avaliava a remuneração da professora primária como satisfatória pela sua qualificação. A justificativa para explicar à comunidade escolar veio “comparando-a com um jardineiro que arranca-tocos, cuja tarefa não poderia ser mais remunerada se ela se dissesse um arquiteto de jardins” (SOUSA, 1986. p. 120). Isto é, segundo o secretário, por exercer uma atividade inicial de escolarização do aluno, não necessitava de um curso de formação superior para ingressar na carreira, numa mostra de total desqualificação profissional e, portanto, o salário pago estava condizente com a função, definida como uma atividade mecânica.

Em resposta ao secretário, o presidente recém-eleito e empossado, Izaías Ogliari, apresentou no jornal O Estado do Paraná, em 11 de junho de 1978, a reportagem “APP refuta secretário”, o qual afirmara que o professor paranaense “ganha muito”. Ao longo da matéria, que ocupa uma página inteira, são realçadas as condições de trabalho e as principais reivindicações da categoria para aquele ano, como, por exemplo, o fato de o Paraná ser um dos poucos Estados da federação em que a carga horária inclui apenas o horário de aula, sem observar a necessidade de permanência no colégio para preparação da matéria a ser ministrada, ou para a correção de trabalhos e provas. Destaca-se, ainda, que o último aumento salarial acima da inflação ocorrera em 1968, e que só foi possível devido à união do magistério, culminando na paralisação das aulas. Desde então, o rebaixamento de salário atingiu os professores em proporção ainda maior que os demais trabalhadores, pois o aumento salarial concedido pelo Estado à categoria era inferior ao salário mínimo (DOPS, PT 94B.12, p.366).

A APLP seguiu a mesma linha ao criticar as falas do secretário dos Recursos Humanos, o qual insistia na afirmação de que o Paraná pagava o segundo melhor salário do país aos professores. A reportagem publicada em 08 de julho de 1978 – pelo mesmo jornal O Estado do Paraná – divulgou a nota da APLP, na qual apresentou os problemas que esses trabalhadores estavam sofrendo, pontuando entre as principais causas: ausência de concurso público; o Decreto nº 1.495/76, que desempregou milhares de

professores suplementaristas com a mudança da jornada de trabalho para 22 aulas semanais por padrão; o Estatuto do Magistério, que ficou comprometido com os vetos do governador; os suplementaristas que conviviam constantemente com o medo de perderem suas aulas. Por último, enfatizou que o salário das professoras primárias, em 10 anos, foi dividido por dois, ou seja, em 1968 valia três salários mínimos e, naquele ano, os valores eram de 1,5 salário, fato que agrava a desvalorização em comparação ao custo de vida (DOPS, PT 92B.12, p. 12).

Na assembleia de junho, em Curitiba, os professores eleitos, e que faziam parte das comissões, expuseram os resultados das tarefas realizadas pelas comissões. Foram apresentadas falas das cidades de Londrina, Curitiba, Rondon, Laranjeiras do Sul, Curiúva e Iporã. O representante de Mariluz expôs as reivindicações juntamente com a assinatura de trinta e um professores no documento apresentado. Todas as comissões procuraram demonstrar os contatos feitos em escolas e em debates com grupos de professores, evidenciar a insatisfação da classe, quando desses contatos e trazer sugestões decorrentes (Ata A.G.E. 18/06/1978. Arquivo APP-Sindicato).

Essa assembleia contou com representantes de mais de vinte municípios paranaenses, ocasião em que foram debatidos os principais problemas do professorado naquele momento: Regulamentação do Estatuto do Magistério; Concurso Público para professores de 1º e 2º graus; Salário Condigno; Estabilidade dos Professores Suplementaristas; Enquadramento da Professora Normalista e Licenciados no Nível 5. O resultado dessa reunião e as principais ações foram publicadas no jornal O Estado do Paraná, na coluna educação, espaço pago pela APP desde o início daquele ano (DOPS, PT 94B.12, p.367).

Ficou como tarefa, para todas as associações, o envio de ofícios às autoridades, detalhando os problemas da categoria e propondo uma data para uma audiência com o secretário de Educação e com o governador do estado. Também ficou estabelecida a necessidade de fazer levantamento das vagas existentes no Paraná, para refletir sobre a real necessidade do concurso na área educacional em todos os níveis de aprendizagem.

Nesse contexto, em vista da legislação e do ambiente político repressivo, o ingresso na justiça se apresentou como um campo de disputa legal, o qual tratava de

uma luta em todo o Brasil para garantir direitos trabalhistas a milhares de professores contratados (FERREIRA, 1998). Pleiteando a contratação sob o regime da CLT, o Departamento Jurídico da APP havia obtido êxito em mais de duas mil ações judiciais. Além dessas ações, mais de oitocentos reclamantes aguardavam naquele ano ainda a decisão do Supremo Tribunal Federal, cujos resultados já se mostravam favoráveis em instâncias anteriores (DOPS, PT 94B.12, p.366).

Embora houvesse riscos ao judicializar a luta, por delegar a decisão a terceiros, uma vez que abre margem para interpretações e manobras distantes da área de domínio dos trabalhadores, naquele contexto, em que pouco avançava a pauta de reivindicação, a via judicial foi o caminho possível para garantir minimamente algumas conquistas.

Dentre as ações, há uma citada por Izaías Ogliari, cujo conteúdo visava promover a estabilidade do suplementarista, respaldado pela Constituição de 1967, a qual determinava que o professor que trabalhou os cinco anos anteriores a 1965, independente da instância, como funcionário municipal, estadual ou federal, teria esse direito. Porém, somente após a Secretaria de Recursos Humanos enviar a lei da estabilidade de 1976 à Assembleia Legislativa é que iniciaram os processos, com o argumento de que isso só fora possível após muitas reuniões com o governo e, principalmente, com a reivindicação da entidade pleiteada judicialmente, através do Departamento Jurídico, movendo diversas ações em mandado de segurança contra os indeferimentos dos professores. Entretanto, segundo o presidente da APP, dos três mil professores que tinham direito, até aquele momento, apenas mil e cento e nove foram beneficiados (DOPS, PT 94B.12, op.cit).

As ações abertas pelos professores através de suas associações para reverter a condição de suplementaristas ou contratados, se constituiu como prática em diversas associações no país durante a primeira metade da década de 1970, ao utilizar o departamento jurídico, impetrando ações na justiça do trabalho e reivindicando direitos (estabilidade, aposentadoria, 13º salário) para a grande quantidade de professores contratados.

Ricardo Pires de Paula, citando a Revista Escola, aponta que em 1973, dos 123 mil professores que lecionavam na rede estadual paulista, 70 mil estavam enquadrados na situação de precários ou substitutos estáveis. Isso fez com que a APEOESP (Sindicato

dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo) ingressasse na justiça e obtivesse resultados favoráveis, estimulando outras associações a seguirem o mesmo caminho, como em Minas Gerais, onde 7.086 professores lutam por seus direitos, na Justiça, contra o governo do Estado, entre outras associações naquele período (PAULA, 2007. p. 132 e 133).

Em relação às evidências sobre as ações judiciais, além das duas já citadas, há uma terceira, movida pelo Departamento Jurídico da APP a fim de requerer o enquadramento das professoras normalistas licenciadas. Como o Estatuto do Magistério já estava em vigor havia quase dois anos e o governo estadual não cumpria sua regulamentação, a APP iniciou uma campanha convocando professores normalistas licenciados a trazerem seus documentos para requerer seus direitos pela via judicial. Esse chamado foi publicado na página da Educação (04/07/1978), com o título “Normalistas efetivas licenciadas, urgente!”, ressaltando a campanha “por uma remuneração mais condigna”. A explicação era que esses professores estariam nos níveis 1 e 2, porém, com formação universitária na área e, por essa razão, pautando-se na lei nº 5.692/71, no Estatuto do Magistério do Paraná e na Lei Complementar nº 7/76, deveriam receber pelo nível 5, com vencimentos de Cr\$ 7.086,00 e enquadramento previsto em até noventa dias depois da publicação do Estatuto (DOPS, PT 94B.12, p.367).

Essa situação da professora normalista também fora analisada pelo grupo de oposição que passou a editar o jornal “*Água Corrente*”, da subsede da APLP-Londrina. Na publicação de junho daquele ano, feita em história em quadrinhos, passou a ilustrar as consequências do enquadramento proposto pelo governo (DOPS, PT 92B.11, p.13). “Vem vindo chumbo grosso”, entre os vários sentidos que o título possa significar, um deles seria sobre a guerra travada com o governo por melhores salários e condições de trabalho ao longo dessa década. A analogia ao regime militar descarregava sua legislação e práticas autoritárias. Vindo, porque a ação já estava em curso, portanto, era necessário entender como seria a regulamentação, os impactos e possíveis benefícios à categoria. Chumbo grosso, remete ao estrago, o dano, o ferimento que vai provocar quando ele chegar.

Aparentemente, esse enquadramento seria uma vitória em relação à batalha de valorização salarial das professoras primárias, se não fosse pelo fato de ser ofertado apenas para licenciatura curta. O problema analisado pelo jornal “*Água Corrente*” era que, em muitos casos, as professoras concluíam os estudos na licenciatura curta, durante um período de três anos para, posteriormente, realizar a complementação dos estudos, com mais um ano, obtendo assim a formação em licenciatura plena. Como grande parte da categoria estava nessa condição, o governo estava enquadrando as professoras pela menor titulação e, por isso, fora feita a advertência sobre a chegada da regulamentação da carreira com a expressão “chumbo grosso”, pois a remuneração se daria pelo menor salário.

De acordo com a proposta de regulamentação do governo, e denunciada no “*Água Corrente*”, a remuneração para licenciatura curta, no padrão de 22 aulas, era de Cr\$ 3.948,00, enquanto que para o padrão com licenciatura plena, Cr\$ 7.086,00, resultando em uma diferença de Cr\$ 3.138,00 entre os profissionais de uma mesma função, quando não com a mesma formação. Por isso, o objetivo do jornal era criar o debate sobre esse tema, formando em cada escola uma comissão eleita pelo professorado, a qual deveria funcionar como elo entre eles e a associação. As reivindicações seriam: “salário justo para as professoras normalistas e leigas; vencimentos conforme habilitação para as professoras primárias licenciadas; concurso amplo para 1º e 2º graus; efetivação dos suplementaristas com 10 anos de trabalho (DOPS, PT 92B.11. op. cit.).

Esse processo de desvalorização da carreira do magistério paranaense ao longo da década de 1970 pode ser resumido por alguns fatores: a defasagem salarial, a piora nas condições de trabalho, o aumento das horas trabalhadas e a ausência de hora atividade. Nesse mesmo período, as associações dos professores elaboraram vários recursos dentro das estruturas estabelecidas para tentar extrair do governo algo que pudesse atender às principais reivindicações da categoria. No entanto, mostraram-se restritas a ações que pouco estavam proporcionando vitórias ao conjunto da categoria.

Percebe-se isso com a frustrada tentativa da comissão dos professores de conseguirem a audiência com o governador, na qual seria entregue pessoalmente um memorial contendo as reivindicações deliberadas na última assembleia. Por essa razão,

o documento acabou sendo publicado pelo jornal Folha de Londrina, em 22 de julho de 1978, como forma de denúncia e protesto dos professores:

- A- Os baixos salários pagos ao professor de 1ª a 4ª séries do 1º grau [...] que tem provocado uma grande evasão sob a forma de exoneração a pedido e licenças sem vencimentos [...] obrigando centenas de professores a trabalhar dois períodos, percebendo pelo segundo apenas 50% dos vencimentos, o que além de inconstitucional, constitui uma sobrecarga insuportável para esses professores;
- B- [...] o professor leigo que, após prestar dezenas de anos de serviço ao ensino, encontra-se com um salário indigno de sua função;
- C- A falta de concurso, há mais de 8 anos, para 1º e 2º graus, que traz para o suplementarista, mais especificamente, uma situação profissional instável, que por sua vez mantém esse professor num clima de medo e insegurança;
- D- A existência de muitos professores suplementaristas que há mais de 10 anos dedicam-se ao magistério, sem ver reconhecido pelo Estado a Estabilidade a que têm direito;
- E- A ausência da permanência remunerada que obriga os professores a levar para casa trabalhos exigidos pela crescente burocratização do ensino, situação essa agravada nos casos dos suplementaristas que estão obrigados a um regime semanal de 44 aulas;
- F- A ausência de um dia fixo para receber o pagamento [...] que nunca sabem se podem assumir compromissos financeiros porque não sabem quando vão receber;
- G- A não regulamentação do Estatuto do Magistério, no prazo de 90 dias, estipulado por lei, que priva os professores dos poucos benefícios previstos como: o pagamento pela habilitação aos professores licenciados, independentemente do seu nível de atuação e promoção diagonal (DOPS, PT 92B.11, p.14).

Nesta mesma data da publicação do memorando foi realizada uma assembleia na cidade de Londrina, organizada pela APLP e APP. Essas reivindicações contidas no memorando, na avaliação dos professores, deveriam ser implantadas imediatamente, devido à situação que estes trabalhadores se encontravam. Por isso, ficou deliberado, segundo a reportagem citada no jornal Folha de Londrina, que os professores aguardariam até o dia 5 de agosto um posicionamento oficial do governo, já que naquele ano haveria eleições e respeitariam a legislação eleitoral (DOPS, PT 92B.11, op. cit.).

O fato de o governador não ter recebido a comissão para a entrega do memorando, sinalizando, então, para as mesmas experiências anteriores de negociações frustradas, fez com que os professores buscassem intensificar a pressão. Como exemplo, pode-se citar a reportagem publicada um dia depois da assembleia de Londrina, no jornal Folha de Londrina, com o título “Professores aumentam mobilização e pretendem obter apoio dos pais”. Nessa matéria, os cem professores presentes entenderam que seria

necessária uma posição mais enérgica, pois apenas as conversas e entrega de documentos oficiais não estavam tendo o resultado esperado pela categoria: “era chegada a hora de aumentar a mobilização”. Segue a reportagem trazendo trecho de fala de uma das professoras presentes na assembleia, para a qual havia “chegado a hora de partimos para uma atitude mais enérgica. Chega de ficarmos apenas conversando, precisamos mobilizar cada vez mais gente nesta luta que virá em benefício de nossos próprios filhos” (DOPS, PT 92B.11, p.16).

Também apresentou elementos que mostram uma possível divergência entre a APLP e a APP. Segundo a reportagem, a direção da APP havia se negado a assinar o memorando entregue ao governador no dia anterior, ainda que essa atitude não refletisse a posição e o pensamento da maioria dos professores curitibanos (DOPS, PT 92B.op.cit.). Por fim, a deliberação feita nessa assembleia sinalizava a preparação para a greve. De acordo com a reportagem, foram formadas cinco comissões, cada uma com função específica: para conversar com os pais de alunos e tentar obter apoio deles, como exemplo de 1968; a de finanças, para arrecadar fundos; a que visitaria as escolas e faria a colagem de cartazes; a que visitaria as escolas da região; e a última seria responsável pela redação e divulgação dos materiais produzidos por eles.

Está claro que, ao longo da década de 1970, os professores e suas associações foram organizando vários mecanismos para apresentar suas reivindicações. Nesse período, pode-se dizer que ocorreu um processo de politização a partir da sua experiência, ou seja, devido aos embates com o governo, entre as diretorias das suas respectivas associações e, também, entre os próprios colegas e diretores das escolas. Também se percebe, por meio dos relatórios apresentados sobre as assembleias dos professores, que elas passaram a acontecer com mais frequência e em diversas regiões do Estado. Como a assembleia de Apucarana (02/04/1977), onde já se sinalizava clareza na avaliação dos professores sobre suas condições de trabalho e a necessidade de intensificarem as ações, colocando em seu horizonte uma possível paralisação das aulas. Por fim, o conjunto de comissões tiradas na última assembleia de Londrina foi um indicativo de que, nessa região, os professores se mostraram mais organizados e dispostos a pressionar o governo até o prazo estabelecido.

3.2 O Congresso Permanente

Para analisar esse movimento, como se efetuou o processo de organização da greve, seus encaminhamentos e desfecho, buscamos analisar as seguintes fontes, todas sob enfoques específicos: a) os materiais recolhidos e que compõem a pasta⁵⁰ da DOPS, a partir do olhar dos agentes de segurança; b) do ponto de vista dos trabalhadores, utilizamos as entrevistas com as professoras que se lembraram do movimento, suas experiências e avaliações daquele período; c) os materiais produzidos por Romeu Miranda⁵¹, um dos professores que fez parte da oposição da APP naquele período e que atuou na organização do movimento, do qual foram consultados um questionário, entrevista e textos que publicou à APP; d) por último, o trabalho de Janice Sousa, que investigou a greve e a definiu como marco do início da construção de uma identidade associativista mais combativa.

O ponto de partida da análise do Congresso Permanente está na geopolítica de organização. Comparando com as greves de 1963 e 1968, ambas iniciaram e contaram com a participação destacada dos professores de Curitiba, região metropolitana, Ponta Grossa e conduzida por representantes da base. Já a greve de 1978 iniciou na cidade de Londrina, estendendo para as cidades localizadas ao norte do estado para, assim, chegar à capital e aos poucos atingir as demais regiões.

Para entender as razões desse percurso da greve, retomamos algumas informações abordadas no capítulo anterior. A partir de 1972 as associações estaduais passaram a ter a seguinte divisão: APP (Associação dos Professores do Paraná) e APLP (Associação dos professores Licenciados do Paraná) constituíam um bloco único contra

⁵⁰ Sobre o Congresso Permanente de 05/08 a 17/09/1978, utilizamos a pasta da DOPS - BR PRAPPR.PB004.PT1071.130 – com o nome “Greve dos Professores do Paraná, agosto/78”. Contendo 126 páginas, das quais estão reportagens de jornais; relatórios dos agentes de segurança apresentando os principais líderes do movimento; os panfletos, cartazes, materiais produzidos pelos professores e distribuídos em estabelecimentos de ensino, praças e espaços públicos.

⁵¹ O professor de língua portuguesa, Romeu Gomes Miranda, foi posteriormente presidente da APP (1999 a 2002). No curso da pesquisa, foram realizadas duas entrevistas, a primeira por escrito, a partir de um roteiro abordando questões sobre a greve de 1978 e as disputas políticas entre as associações. Esse recurso foi utilizado por incompatibilidade de tempo e datas para a realização da entrevista presencial. A segunda ocorreu na cidade de Londrina, na sede da APP, em 18/12/2019, a qual contou com a participação do professor Pedro Eloi Rech.

o CRPP, (Conselho de Representantes dos Professores do Paraná). Este último, ficara reconhecido por ser uma organização criada com o apoio do governo do Estado, para dividir e enfraquecer a organização dos professores. Dentro do bloco APP e APLP militavam, em sua maioria, os professores em oposição ao governo do Estado e que buscavam negociar a pauta da categoria mais próxima das suas necessidades. Oposto a isso, no CRPP, grosso modo, militavam os apoiadores do regime e com prática colaboracionista.

Dentro da APLP havia dois grupos distintos com maior destaque nas fontes analisadas: os que lutavam contra o governo do estado e os que propunham algo a mais, como a luta contra o governo estadual, o regime político nacional e uma nova organização sindical mais aberta, democrática, com posições à esquerda. É possível perceber essa posição mais à esquerda pelos artigos publicados inicialmente no jornal “*O Atalho*”, órgão oficial de divulgação dessa associação – quando a esquerda passou a comandar a instituição por volta de 1976, ano da sua primeira edição – e depois no jornal “*Água Corrente*”, no momento da divisão entre os grupos com disputas mais acirradas.

Na APP, desde a eleição de Eduardo T. Pereira (1973 a 1976), sucedido por Rubens de Oliveira (1976 a 1978) e a partir de maio de 1978, com Izaías Olgiari, em muitos momentos adotaram e mantiveram a prática política de reivindicar ao estado via memoriais, ofícios ou via judicial. Podemos situá-los no mesmo grupo político, com característica de oposição ao governo estadual evidenciada em momentos mais específicos de negociação da pauta de reivindicações e durante os questionamentos nas assembleias pelos professores da base. Sempre dentro desse limite de negociação estabelecido pelos governos.

Entretanto, outros grupos políticos de professores, embora menores, estavam se constituindo dentro da categoria e se organizando como oposição. Romeu Miranda identifica os fragmentados grupos que ocupavam as assembleias desde a greve de 1968, e que vão apresentar papel de destaque na composição da greve de 1978:

[...] praticamente comanda a greve de [19]78, era PCdoB, PCB e Ação Popular, Igreja Católica que tinha uma forte presença né!? Dando estrutura, advogados, era esse conjunto de forças atuava sobre os independentes e formavam um grande leque que era a oposição, mas ela não tinha condições de se representar como oposição para a disputa do poder, mas a estrutura da APP já vislumbrava,

já conseguia identificar que aquele grupo era de oposição[...] (MIRANDA, Romeu. 2019, entrevista).

Esse grupo que dirigiu a APP, como também parte dos dirigentes da APLP, em muitos momentos, ao longo da década de 1970, pautaram as reivindicações da categoria em conjunto, estabelecendo-se como oposição ao grupo vinculado ao CRPP. Dentro dessa disputa e, com o propósito de unificar as associações do magistério paranaense, os grupos aliados criam o Movimento de Integração do Magistério Paraense, com o propósito de enfraquecer o grupo atrelado ao governo. Na Assembleia Conjunta das associações (APP, APLP, ATED e APROPAL, no dia 21/05/78), foi apresentada a diretoria Dino Zambenedetti (presidente), Rubens de Oliveira (1º vice presidente) e Izidero Rechetti (2º vice-presidente). A partir de então, comissões de professores visitavam as sedes pelo interior, almejando convencer as direções locais a integrarem uma entidade única, a APP.

Em síntese, podemos dizer que o conjunto dos professores e suas respectivas associações, ao longo da década de 1970, travaram dentro das “regras do jogo”, lutas por melhores condições de trabalho, vida e salário. A partir de um portfólio de ações: ofícios, memoriais e telegramas enviados ao governo; conversas com deputados da região; e audiência com o governo. Sempre que era aprovada a proposta de um texto ao governo, aos deputados, à sociedade, escolhia-se dentre os presentes uma comissão de redação que se encarregava de todo o trabalho.

Acumulando as lições provocadas, em grande medida, pelas derrotas neste período, os professores vão buscar outra saída:

Porque a ideia de se entregar um texto reivindicativo ao governador, dando-lhe um prazo para resposta, surgiu da Oposição em Curitiba (Oposição à diretoria da APP) com apoio da APLP. Como sabia-se que o governo não iria obedecer a prazo algum e a direção da APP nada faria, pois era contra uma greve naquele momento, a direção da APLP marcou uma assembleia em Londrina, para o dia 5 de agosto de 1978, para debater a resposta do governador. Como a resposta foi o silêncio, a proposta de greve foi colocada em discussão e aprovada por unanimidade. Dessa assembleia saiu uma comissão para pressionar o presidente da APP, Professor Izaías Ogliari, para que a entidade também acompanhasse a decisão (MIRANDA, Romeu. 2018, entrevista).

Essa avaliação sobre o início da greve reforça as informações apresentadas nas reportagens, já citadas neste capítulo. Como a direção da APP recusou assinar o memorando a ser entregue ao governador Jaime Canet Júnior, e buscava manter a linha de negociação, a partir de audiências e conversas com representantes do governo, neste momento, a base dos professores da região norte, assim como, a direção da APLP (subsede de Londrina), estava mais incrédula sobre uma possível resposta do governador referente ao memorando que apresentava suas principais reivindicações: salário, concurso e regulamentação do Estatuto do Magistério.

Reforçando a tese do trabalho de base da APLP de Londrina e a avaliação de Romeu Miranda, não foi por acaso que as assembleias e reuniões passaram a acontecer na região norte. Cita-se as datas das últimas reuniões que antecedem ao movimento, com suas respectivas demandas: 22/07/1978 – Londrina, para a entrega do memorando pela comissão ao governador; 29/07/1978 – Londrina, avaliação da recusa do governador em receber a comissão e a formação de comissões para preparar a greve, e, por fim; 05/08/1978 – Londrina, análise para encaminhar os próximos passos do movimento, na qual saiu a aprovação da deflagração de greve. Se os professores tinham essa leitura, conforme apresentou uma das lideranças da época, significava que chamar a assembleia para Curitiba, com a condução da reunião pela APP, tornaria mais difícil a aprovação da greve.

Assim sendo, as práticas sindicais realizadas pela APLP e sua base, feitas na região norte do estado, constituíam-se de caravanas, visitas nas escolas, produção de reportagens que constituíam o jornal “O *Atalho*”, a própria assembleia de Apucarana (02/04/1977, que havia aprovada a greve, mas que as direções das associações preferiram realizar outras assembleias descentralizadas para avaliar melhor a proposta). Essas ações permitem afirmar que naquele momento, dentro da geopolítica de atuação das associações, a APLP e os professores da sua base foram se constituindo nesse processo e construindo as condições necessárias à aprovação da greve, as quais foram, posteriormente, legitimadas pelos demais núcleos, na medida em que aderiam ao movimento coletivo.

Outro ponto a ser considerado é que, entre os anos de 1978 e 1979, os professores de vários estados entraram em greve. Segundo Julian José Gindin, “em

todos os casos se tratava de greves quase que explosivas convocadas por entidades sem experiência de luta ou por professores que estavam à margem das organizações do setor” (GINDIN, 2011, p.177). De acordo com essa definição, para muitos, essa seria a primeira experiência, surgida no contexto de greves que varrem o país com o processo de abertura do regime militar. Porém, não significa que o sistema de vigilância e repressão tenha deixado de atuar.

Maria Ribeiro, analisando o caso do magistério paulista, apresenta uma definição sobre esse contexto de rompimento do controle, quando se percebe a receptividade à palavra greve que vinha se apresentando com certo grau de penetração na categoria. Para a autora, pautando sua análise a partir dos depoimentos dos líderes da oposição à direção da APEOESP, que atuaram nas greves (1978 e 1979) daquele estado, identificou-se como um movimento “espontaneísta”. Isso porque os professores percebem que havia um descontentamento generalizado e latente, mas naquele momento era “uma categoria sem muita experiência de organização e mobilização e ainda num contexto repressivo, significava uma decisão difícil de ser tomada” (RIBEIRO, 1984. p. 249).

Dentro dessa convulsão social no país, em casos de “espontaneísmo”, os professores fizeram parte desse processo como protagonistas. No Paraná, a greve de 1978 fora construída há pelo menos um ano, desde a assembleia de Apucarana (02/04/1977), acumulando experiências e práticas sindicais combativas. No entendimento desses professores, especialmente, da região de Londrina, não era suficiente aguardar a resposta do governo sobre o memorando, mas era vital intensificar essa pressão. Isso significava deflagrar a greve e interromper a tradição colaboracionista.

Nesse sentido, a literatura (RIBEIRO, 1984; FERREIRA, 1998; PAULA, 2007; GINDIN, 2011) aponta a influência do movimento operário no que se refere à ruptura dos limites de vigilância sobre os trabalhadores. Ao mesmo tempo, contribuíram para encorajar o movimento do magistério em suas manifestações públicas (greves e passeatas), que constituíram o conjunto de ações no processo da redemocratização do país. Na avaliação de Romeu Miranda, referente à indagação sobre a contribuição da greve dos operários paulistas para o movimento dos professores paranaense, diz:

Total, total, a greve do ABC no início do primeiro semestre, se não me engano ali por março/abril [...] eclode aquela greve fantástica, nós trouxemos pra levar para as escolas a ideia que não podia, não precisava ter medo; "vejam os operários lá em São Paulo, tão em greve, saíram em greve. Será que nós professores vamos ter medo? Nós temos, nós somos mestres, nós somos aqueles que levam a luz" né? Não é à toa que aluno em latim significa sem luz e quem leva a luz pra esse aluno? O professor, o mestre, "se nós somos os que levamos a luz nós não podemos ficar com a nossa lanterna apagada, nós temos que ascender essa lanterna, e se não tem lanterna tem um palito de fósforo, tem uma vela, vamos terminar esse caminho, nosso caminho é a luta, nós temos que ir pra cima" e tal. A greve do ABC iluminou demais, deu coragem pra nós (MIRANDA, Romeu. 2019, entrevista).

A fala de um militante, que atuou desde a graduação no movimento estudantil e posteriormente na associação de classe, apresenta-se com o propósito de convencer os demais a se aproximarem da leitura de organização e luta. Comparar o operário com o professor significa, dentro da separação do trabalho mecânico e intelectual, questionar que se eles conseguiram, porque os professores não poderiam superar o medo e seguir o mesmo caminho. Ressaltava-se o conhecimento, a luz, a posição de respeito que o professor usufruía na sociedade, iluminados com o brilho da coragem dos operários do ABC. O mestre, mas também um trabalhador, com fósforo, ou vela ou lanterna deveriam clarear o caminho da luta e vencer o medo da escuridão. Portanto, "ir pra cima e tal" é entender que as "regras do jogo" deveriam ser mudadas para conseguir conquistas trabalhistas.

A expansão do movimento aconteceu, inicialmente, pela região norte. Cidades como Maringá, Apucarana e Cornélio Procópio eram consideradas pelos organizadores estrategicamente importantes por exercerem lideranças entre dezenas de outros municípios no interior do Paraná. Reportagem do jornal Folha de Londrina, publicada no dia 10 de agosto de 1978, descrevia como ocorreu a adesão dos professores de Maringá. Contendo trinta e duas escolas de primeiro e segundo grau, com cerca de 1500 professores, a princípio, a assembleia extraordinária estava marcada para o dia 11 de agosto para tomar a decisão de se somar ao movimento. No entanto, as pressões que estavam sofrendo para manter as aulas fez com que um grupo de professores se reunisse em frente à Catedral Nossa Senhora da Glória. Desse ponto, decidiram organizar grupos com quatro professores e iniciaram as visitas às escolas. Ao expor a situação e a finalidade da paralisação, foram tendo a adesão de mais professores, antecipando a decisão e entrando em greve no dia 09 de agosto, em solidariedade aos professores de

Londrina, assim como pelas condições de trabalho e salário (DOPS, PT 1071.130, p. 118).

O crescimento do movimento nessa região fez aumentar a expectativa de que fosse aprovada a deflagração de greve na capital e, da mesma forma, pressionar os dirigentes da APP a convocar assembleia para a tomada da decisão. Dentro da geopolítica de influência das associações dos professores, Curitiba influenciaria outras cidades das regiões sul e oeste do estado. Outro ponto estratégico para fortalecer o início da greve foi o fato de estar na capital o governo do estado, a grande imprensa, o maior número de professores, de escolas e de alunos. Nesse caso, as duas maiores associações, juntas, teriam influência para paralisarem as aulas em todas as regiões. Portanto, aumentando a correlação de forças dos professores para iniciarem a negociação da pauta de reivindicações com o governo.

A deflagração do movimento movida pela manifestação contrária do governo em relação às reivindicações dos professores fora descrita no relatório do agente da DOPS, direcionado à Delegacia de Ordem Política da Capital, no dia 11 de agosto, com repercussão positiva entre os professores e adesão em crescimento. Destaca-se que, em Curitiba, os dirigentes da APP procuraram dialogar com o recém-empossado secretário de Educação e Cultura, Dr. Eleutério Dalazem, “sobre o reivindicado na última assembleia daquela entidade de classe, cujo atendimento, no dizer dos próprios congressistas não foi satisfatório” (DOPS, PT 1071.130, p.27 – 31). Essa foi a posição dos dirigentes da APP: mantiveram o diálogo com o governo e definiram a decisão dos professores em Londrina como precipitada, pois aquela diretoria aguardava a decisão do governo sobre os mais de oitocentos requerimentos protocolados pelo Departamento Jurídico, solicitando a elevação do salário, pela maior habilitação, conforme determinava a Lei nº 5.692/71 (SOUSA, 1986. p.121).

Sobre a assembleia de Curitiba, do dia 10 de agosto, destacam-se três reportagens, publicadas por três jornais da capital – Correio de Notícias, Tribuna do Paraná e Diário do Paraná – no dia seguinte, contribuindo para a divulgação do movimento. Nelas fazem a descrição do encontro que contou com a presença de mais de quinhentos professores, além de mais de trinta delegações de cidades do interior, como também ligações de professores e dirigentes que aguardavam a tomada de

decisão. Nas falas dos oradores, destacavam a adesão de mais de 18 cidades do norte que já estavam em greve e contavam com a participação da capital. Ao final da reunião, por aclamação, ficava aprovado o Congresso Permanente, até que o governo estadual aceitasse as reivindicações da categoria. Por último, destaca-se que essa deliberação influenciaria na decisão das cidades e escolas que aguardavam, podendo atingir a adesão de quarenta mil professores, deixando sem aulas cerca de 1 milhão e 700 mil alunos de todo o Estado (DOPS, PT 1071.130, p. 124, 125 e 126).

A diretoria da APP levou cinco dias desde a deflagração da greve para convocar a assembleia e deliberar sobre o assunto. Só não demorou mais porque sua base intensificou a pressão. Após a aprovação, foram montadas três comissões: Redação e Divulgação, Comunicação e Finanças e Comissão de visitas às escolas. Na entrevista, Romeu Miranda cita que o grupo de oposição conseguiu compor a comissão do comando de greve estadual através de seu representante, o professor José Antônio Trindade, o qual consta na ata da assembleia (10/08/1978).

Agora, com as duas associações estaduais em greve, os trabalhos de construção para ampliar a adesão ao movimento seguiram com a deliberação aprovada em assembleia: sempre que uma cidade decidia pela paralisação, eram montadas no mínimo três comissões: I – de visitação, responsáveis pelo convencimento, principalmente nas escolas que aguardavam sua visita para tomarem a decisão, ou que precisassem de informações e encorajamento; II – a da redação, extremamente importante no repasse das informações à categoria, à comunidade escolar e na preservação das lideranças para eventuais perseguições ou mesmo prisões, ainda mais por ser tratar de um movimento durante o regime civil/militar e; III – a de finanças, buscando arrecadar fundos para manter o movimento, a confecção de materiais que informassem a categoria e a comunidade, além de ocupar os espaços permitidos na imprensa para divulgação da pauta de reivindicação dos professores.

Para ampliar a representatividade dos professores de todo o estado, toda vez que uma escola aderisse, aquela cidade elegeria seus representantes para integrar a comissão oficial do Congresso Permanente. Os membros seriam dos diversos segmentos do magistério (primários normalistas, primários licenciados, suplementaristas e efetivos). Ampliando essa participação, é possível imaginar o ganho pessoal na

formação e politização desses professores, os quais passariam a participar da tomada de decisões e contribuiriam com a organização do movimento. Ainda nesse momento, rompem com o modelo associativo centrado apenas no grupo dirigente e caracterizado pela prática de negociação comum a ofícios, memorandos, telegramas e audiências.

Todavia, durante essa organização de greve, as dificuldades em manter as escolas sem aula e aumentar a adesão foram desafios constantes. A concentração dependia de cada cidade ou região, podendo ser na sede de entidades de classe, em lugares cedidos por Igrejas ou universidades. Na capital, os professores ficaram concentrados no Salão Nobre da APP e realizavam diariamente encontros, debates, seminários. Sobre sua participação na greve, Romeu Miranda narra:

[...] eu participava ali dos bastidores organizando o pessoal; "olha, você viu como tá difícil lá, governador não quer abrir, nós vamos ter que continuar firmes" e vai, vai, "tem dificuldade lá? Onde que tem dificuldade? - 'Tem dificuldade na escola tal' - então vamos organizar um grupo" eu ia junto com esse grupo, voltava, fazia relatos na assembleia [...] eu sabia que aquela greve ela tinha que se "autoalimentar" e como? Trazendo gente pra falar e ao mesmo tempo levando pra base como é que tava sendo organizado e trazendo da base a adesão daquela escola; "óh pessoal, nós tinha isso aqui importante", ficava todo mundo sentado no auditório; "óh, mais uma escola aderiu, escola tal, palmas e tal. Olha, mas tem uma escola lá que está resistindo, que nem eu falava aqui com a comissão, eu ia junto ou destacava um outro e assim fomos alimentando essa greve por 43 dias, até a exaustão final (MIRANDA, Romeu. 2019, entrevista).

No interior, percebemos a mesma estrutura de organização dos professores. Depois de aprovada a adesão ao movimento, os encaminhamentos eram montar comissões, encontrar um ponto de encontro, conhecido também como "QG da greve", já que nas escolas não seria possível e não eram todas as cidades que havia uma sede da associação. A professora Maria de Castro Gomes, ao lembrar a greve de 1978, diz como aconteceu em sua cidade, Umuarama:

Geralmente a gente se reunia na Universidade. Lá era o lugar que a gente ia. Reunia todo mundo [...] eles cediam uma sala e a gente se reunia lá, porque não podia ficar numa escola, e aquele grupo, cada dia um grupo ia para a escola - "ó vocês vão para essa, vão para essa" e no portão da escola convencer o professor que estava trabalhando de não trabalhar, que ele precisava lutar pelos seus direitos, que nós estávamos lá correndo o risco de ser demitidos e se todos estivessem não iriam demitir ninguém, porque, quando tem uma maioria ninguém faz nada. Agora, se tiver uma minoria, a minoria que perde. Então era convencer essas pessoas de que ele tinha que lutar. Então a maioria dos professores deixava a sala de aula e ia. Então, Umuarama era a cidade aqui [...] eu sempre

ouvi falar que, do Paraná, era uma das cidades que mais lutava por direito dos professores (GOMES, Maria de C. 2019, entrevista).

A combatividade atribuída aos professores de Umuarama era pela criação da UNIPAR⁵², a qual ofertou cursos de licenciatura para atender a demanda da região. Para compor o quadro de profissionais, a instituição de ensino trouxe professores de outras cidades. Segundo Maria de Castro, “com mentalidade diferente, mente aberta, já tinham participado de lutas, com ideias diferentes”. Isso contribuiu para a adesão e resistência dentro do processo da greve. Portanto, o processo de formação dos professores não se dava exclusivamente dentro das reuniões das associações ou dentro das escolas.

Desde a deflagração do Congresso, a adesão dos professores foi se fazendo no processo. Imaginamos que, ao mesmo tempo em que escolas aguardavam a visita da comissão para aderir ao movimento, outras escolas poderiam retomar suas aulas. Por outro lado, a visita da comissão na escola sugere que o apoio ao movimento não se deu por uma vontade espontânea ou pelo espírito aventureiro, mas pelo processo de politização que esses sujeitos estavam vivenciando a partir das condições de trabalho, salário e vida. Também se encontravam situações em que não aceitavam participar apresentando várias justificativas. Segundo Maria de Castro:

Tinha professor que ficava sentado na sala dos professores durante a manhã inteira, a tarde inteira. Ele não ia para casa, ele não dava aula, mas ficava lá. Ele ficava na escola. Tinha professor que fazia isso, tinha. Os alunos não iam para a escola, porque eles iam para a porta da escola e conversavam com os pais para não mandarem os filhos para a escola porque não ia ter aula. A rádio, às vezes, colaborava também, fazia um panfleto e distribuía. Aí aquele professor ia e ficava lá sentado e depois ele tinha que repor aula do mesmo jeito, porque ele não deu aula. Então ele tinha que repor, mas ele falava "eu não vou, eu não participo". Um dizia "a minha religião não permite", o outro dizia "o meu marido não quer que eu faça isso, não quer que eu participe", o outro por comodidade. Cada um às vezes arranja suas desculpas, mas tem sempre aqueles que não participam (GOMES, Maria de C. 2019, entrevista).

⁵² Universidade Paranaense, é uma universidade privada brasileira. Fundada pela APEC (Associação Paranaense de Ensino e Cultura), a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Umuarama nasceu, em 1972, em Umuarama, iniciava sua trajetória com cursos de licenciatura: Pedagogia (magistério) e Estudos Sociais, em 1972, e Ciências (Matemática) e Letras, em 1975, que reuniam cerca de 600 alunos. Hoje possui campi em Cascavel, Cianorte, Francisco Beltrão, Guaíra, Paranaíba, Toledo e Umuarama. Disponível em: <<https://presencial.unipar.br/sobre/historico/>>. Acesso em 23 set. 2019.

Mesmo assim, esse processo de visita, diálogo e convencimento seria recompensador quando seu objetivo fosse alcançado, entretanto, por outro lado, seria desgastante quando esse trabalho não tinha o resultado esperado, ou a adesão era momentânea. Uma das justificativas para isso seria a pressão a que todos estavam submetidos. Romeu Miranda apresentou avaliação sobre este ponto em palestra proferida durante o I Seminário de Dirigentes eleitos da APP, em 1986:

[...] havia enormes dificuldades, pressões nas escolas, pressões dos diretores de escola, que eram nomeados pelo governo e portanto, sentiam-se comprometidos com o governo e não com os professores. Enquanto uma escola aderiu, duas outras voltavam às aulas. [...] formavam-se comissões para percorrer estas escolas, visitar os professores e fazer com que voltassem a greve [...] era sempre o corre-corre, de forma que isto foi desgastando demais o movimento.

Além dessa situação de pressão, o governo ameaçando aplicar a Lei de Segurança nacional, ameaçando com demissões sumárias, com processos administrativos, a polícia ficava em frente das escolas, impedindo que as comissões chegassem.

Os diretores, em sua maioria, eram auxiliares do governo, ameaçando os professores com suspensões e demissões; o carro do advogado da APP, na época o Dr. Wagner D'Angelis, teve a lataria queimada com ácido; professores foram presos, caso do Prof. Ruben e professora Lourdes, em frente ao Colégio Estadual do Paraná; outros quando chegavam a porta das escolas eram imediatamente escorraçados pela polícia que ali comparecia. (MIRANDA, Romeu. Pequeno histórico da mobilização da APP-Sindicato as greves, 22 a 24 de agosto de 1986.)

Em comparação com São Paulo, a greve começou quinze dias após o Paraná, sendo que os diretores faziam uso de instrumentos administrativos para pressionar os professores a não aderirem à greve, como o Boletim de Merecimento do Estado (BME), por exemplo. Esse relatório continha as atividades anuais dos docentes para fins de classificação em processo de atribuição no ano seguinte os professores precários (suplementaristas) viviam constantemente sob a ameaça de demissão, devido à ausência de regulamentação (PAULA, 2007. p. 170).

Em meio a organização do congresso, o primeiro boletim oficial dos professores do Paraná, datado de 15 de agosto, trouxe a situação da adesão em todo o Estado. Até aquele momento, eram 59 cidades que aderiram ao Congresso Permanente, tendo outras com assembleia marcada para tomarem uma decisão. Na capital, havia 63 escolas com atividades paralisadas e grande número de estabelecimentos solicitando a presença da comissão de visita às escolas para formarem uma posição. A necessidade de arrecadar

recursos financeiros para o movimento fazia com que solicitassem a contribuição dos envolvidos na venda de alimentos, decalques e o livro ouro. Para evitar punições, orientavam os professores a assinarem o livro ponto no horário de trabalho, quando na escola (DOPS, PT 1071.130, p.56).

No conjunto de ações durante a greve, os professores realizavam várias atividades, entre elas a confecção de materiais com a finalidade de sensibilizar os mais resistentes à adesão. Nos arquivos da DOPS, entre os materiais recolhidos sobre o Congresso Permanente, estava a confecção de paródias. Nas entrevistas busquei apresentar duas letras como tentativa de alimentar a memória sobre o movimento. Todos os entrevistados se recordaram de uma ou outra letra, mas poucos conseguiam dizer quem fez, a favor de quem, contra quem, para quem era o recado.

“Cachaça”	“Jardineira”
<p>Tu pensas que congresso é fácil Congresso não é fácil, não Precisamos ser muito forte E lutar pela adesão</p> <p>Tu pensas que cruzar os braços Será uma solução? É bom deixar de ser pateta E enfrentar a situação</p> <p>Tu pensas que engana a gente Mas não engana não; Nós já temos reporte Isso Que nos dá a informação</p> <p>Pode nos faltar o emprego Arroz, feijão e pão</p> <p>Só não queremos ser patetas e não estender a mão</p>	<p>Oh professores Por que estais tão tristes? Mas o que foi que te aconteceu?</p> <p>Foram as aulas que paralisaram Porque o Estado não nos atendeu;</p> <p>Em professores, vamos lutar</p> <p>Não fiquem tristes, Nem vamos desanimar Vamos formar a corrente E esta parada ganhar</p> <p>Deixe a turma falar...</p> <p>O importante para nós não é ganhar A nossa meta é sempre participar E vamos ver quem vai ganhar</p>

Letras de paródias produzidas pelos professores durante a greve de 1978.
(DOPS, PT 1071.130, p.60)

A professora Maria de Castro fez menção à paródia da “Jardineira”. Cantando a letra e lembrando do contexto, disse que era uma das formas de manter os professores no “QG da greve” animados,

Ah, o povo fazia muito auê na sala, meu Deus do céu, que era para poder não desanimar, sabe? Porque se todo mundo ficasse sentado ali o dia todo, porque

eles ficavam o dia inteirinho. Porque se saísse de lá desanimava os outros. Então, quando um faltava, o outro se incumbia de ligar, de ir na casa saber porque que ele não foi, o que estava acontecendo e se ele tinha voltado para a escola. Você entendeu? Era uma maneira [...] levavam coisas para fazer lá. Levavam coisas para fazer na reunião. Então, tinha que ter uma animação, porque se não tivesse o povo desistia (GOMES, Maria de C. 2019, entrevista).

As dificuldades encontradas na primeira semana do Congresso Permanente foram avaliadas pelos representantes das associações regionais de várias cidades do interior do Estado. Esse encontro aconteceu no dia 13 de agosto, na região norte, na cidade de Arapongas. Sobre isso, encontramos o relatório da Polícia Militar, que o definiu como encontro organizativo do movimento, destacando que a tática seguiria a linha do diálogo e que, para isso, indicariam o nome de Dom Romeu Alberti, bispo de Apucarana, como mediador. A primeira tarefa proposta seria conseguir uma audiência com o governador do estado. Além dele, os professores montariam uma “Comissão de Mediação” durante a próxima reunião, na cidade de Londrina, no dia 15 de agosto. Para eleger seus representantes, cada cidade deveria enviar três representantes, um de cada magistério, para participar da eleição da comissão, decidir seu papel e autonomia. As cidades de Londrina e Curitiba seriam as centrais de informações, abrangendo suas respectivas regiões, responsáveis também pela ampliação do movimento e centralização das informações (DOPS, PT 1071.130, p.38 e 42).

A nomeação do bispo como mediador indica que, apesar de o movimento estar crescendo em todo o Estado, havia a resistência do governo em atender a comissão ligada a APLP e APP, representantes dos professores em greve para iniciarem a negociação. Exceto o grupo do CRPP, atendido em audiência no Palácio do Governo. Além disso, dez dias após o início do movimento, este grupo emitiu nota pública se colocando como porta voz da categoria e afirmou que, embora concordasse com as reivindicações, o governo não teria condições de atendê-las, e que os professores deveriam buscar outros meios para dialogar. No entanto, essa posição foi repudiada e denunciada pelos professores como atuação ilegal, a qual não correspondia ao conjunto dos envolvidos (SOUSA, 1986. p.123).

Então, essa comissão de mediação passou a ser constituída a partir da eleição de três representantes de cada cidade participante da greve. Um dos materiais confeccionados por ela comunicava que o Bispo de Apucarana, D. Romeu Alberti, se

reuniu no dia 17 de agosto, em Ivaiporã, com Jaime Canet Junior (DOPS, PT 1071.130, p.54). Porém, segundo o comunicado, a estratégia do governador era cansar o movimento, colocando o encerramento da greve e a volta às aulas como requisito para iniciar o diálogo com a categoria.

A estratégia de criar um espaço de negociação entre a comissão dos professores e o governo, com a mediação do bispo, não teve o resultado esperado pelos professores. A posição do governo sobre abrir o diálogo mediante o retorno às aulas foi mantida. Nessa disputa, a comissão dos professores encaminhou a proposta do governo, a qual foi aprovada na assembleia do dia 23 de agosto (domingo), com o retorno às aulas a partir do dia 25 (terça-feira), para a abertura de negociação da pauta. O resultado das negociações seria apreciado na próxima assembleia geral, com todos os professores do estado, dia 02 de setembro (sábado), em Maringá. Apesar disso, mantiveram como indicativo para esse recuo estratégico que, caso não obtivessem sucesso, seria retomado o Congresso Permanente a partir de segunda-feira, 04 de setembro (DOPS, PT 1071.130, p.94 e 109).

Mesmo com o retorno às aulas, as negociações não avançaram e a alternativa de pressão era a deliberação, em sua assembleia, de retomada do movimento. As dificuldades persistiram, provocando desgastes e cansaço dos professores, os quais resistiram por mais alguns dias. Através da mediação do Bispo Dom Romeu Alberti e do Padre Albertino que o secretariava nas reuniões, em audiência com o governador na cidade de Foz do Iguaçu, negociou-se o final do Congresso Permanente. No dia 17 de setembro, em Curitiba, após 43 dias, os professores aprovaram o final da greve em assembleia, o que parece ser muito simbólico para aquele momento, pois todas as assembleias de preparação, deflagração e avaliação da greve aconteceram na região norte do estado, apesar de o seu encerramento ter ocorrido na capital.

Sobre a avaliação do Congresso Permanente, destacamos as posições escritas e as entrevistas. A primeira avaliação realizada cinco anos depois, pelo então presidente Izaías Ogliari, que presidiu a APP durante o movimento, aponta que além das conquistas na carreira, a mobilização da categoria e o ressurgimento da moral do magistério foram pontos que acompanharam o desfecho do congresso. Também citou brevemente os dezenove professores efetivos suspensos e os professores suplementaristas demitidos.

Os professores suspensos tiveram sua punição revogada no governo seguinte, com o pagamento dos dias parados; já os suplementaristas voltaram às funções, por ordem judicial (OGLIARI, 1983. p.16).

Para Amâncio dos Anjos, as conquistas da categoria foram “concurso de ingresso para 1ª a 4ª séries; regência de classe para 1ª a 4ª séries; concurso de promoção 5ª a 8ª séries; concurso de ingresso 5ª a 8ª séries; estabilidade para os suplementaristas com pelo menos dois anos de serviço” (ANJOS, 2008. p.65). Anjos apresenta o final da greve como positiva, dentro de uma visão linear e progressiva da história da instituição.

Já a avaliação do professor Romeu Miranda, uma das lideranças do movimento na cidade de Curitiba, apresenta que:

É importante analisar os limites e a conjuntura política dessa época. Uma conjuntura de extrema repressão ainda: o Governo Geisel apenas acenava com uma abertura, mas que era imediatamente seguida de atos contraditórios, como a cassação de mandatos, fechamento do Congresso e uma lei draconiana proibindo greves em serviços públicos e em quaisquer outras empresas consideradas de atividades essenciais de interesse da Segurança Nacional. Esta conjuntura política instalava entre os trabalhadores, entre nós professores, também trabalhadores, o clima de repressão e do medo. Um outro limite à greve, foi que, naquele momento, ficamos limitados ao interior da APP, ao interior deste salão, não saímos às ruas, não foi feita nenhuma passeata, nem concentração, nem acampamento, nem coisa nenhuma e aqui dentro parados, isso não chegava à opinião pública. Além disso, as hesitações da diretoria da época, não fazia com que os professores se sentissem confiantes e encorajados a ir em frente. (MIRANDA, 1986, op. cit.)

A professora Maria de Castro destaca outros elementos que se constituíram no processo de ganho político da greve:

Já na de 78, a cabeça já estava um pouco mais aberta e os professores já tinham mais força e eram mais unidos "nós vamos, se for demitido vai ser demitido todo mundo" "a gente não vai desistir, nós vamos conseguir" e era uma ajuda, faziam vaquinha para ajudar aqueles que não recebiam salários, porque eles cortavam mesmo. A pessoa não recebia. Então fazia vaquinha para ajudar as pessoas que viviam daquilo, porque tinha professor que, por exemplo, ele era arrimo de família, era homens e mulheres que sustentavam família e dependiam daquele salário. Então, foi um período muito difícil. Hoje se tiver uma greve, dificilmente corta o salário das pessoas, se corta por uns dias e já resolve, mas lá a gente ficava por muito tempo, era muitos dias. Não era um dia, se não me engano, essa de [78] foi mais de um mês, foi mais de um mês de greve (GOMES, Maria de C. 2019, entrevista).

Já a professora Maria Inês, trata sobre o ponto de vista das professoras primárias (1ª a 4ª séries), que participaram da greve, porém, não foram contempladas com conquistas no final do movimento:

Que eu me lembro os professores do ginásio conversavam com a gente e com os professores de 1ª a 4ª e a gente decidiu no momento que eles colocavam pra gente, que era pra melhoria de todo mundo, então entrou todo mundo, foi uma greve longa e tudo. Mas depois eles conseguiram os avanços deles e pararam a greve, a gente de 1ª a 4ª ficou só com aquele risco de ter feito greve, de punição. O que eu lembro dessa greve, que para gente professor de 1ª a 4ª série foi decepcionante. Pelo menos na minha cidade, eu lembro até hoje pessoa que encabeçou a greve continua professor de história, chamado Edson. Aí ele falou que já tinham conseguido o objetivo deles, que eles estavam paralisando a greve porque já tinham conseguido o objetivo deles. Então simplesmente, assim sabe? Ficou uma coisa pouca esclarecida pra gente retornar para as escolas sem nem saber o que ia acontecer para você, com uma diretora que estava lá mandando suas faltas né? Eles só tomaram cuidado para a gente não ter 30 dias consecutivos de faltas, não me lembro na época quantos dias nós tivemos de falta. Eu na minha concepção, para mim aquela greve foi decepcionante (INÊS, Maria. 2019, entrevista).

É facilmente percebida as diferentes visões sobre a greve e seu encerramento. Para Anjos e Ogliari, tem-se uma perspectiva de construir um desfecho positivo, de conquistas, dentro de uma linha linear de avanços. Ao apresentar o concurso para todos os níveis – que há mais de oito anos não era realizado – e a estabilidade dos suplementaristas, não apresentam nenhuma reflexão crítica de como se desenrolou. Assim como o ganho moral do movimento, já que, naquele contexto, havia grande controle e repressão dentro das escolas e suas associações. Nessa batalha desigual contra o estado, embora não avançando em pontos que agravavam as condições de trabalho e vida dos professores, a capacidade de paralisar as aulas sinalizava que não saíram derrotados, mesmo que Ogliari, presidente da APP na época, apresentasse resistência em relação à deflagração da greve.

Essa posição de “hesitações da diretoria” foi lembrada pelo professor Romeu Miranda, opositor ao grupo do Izaías Ogliari ao longo da trajetória de ambos na instituição. Muito comum naquele período, os professores da base confrontavam suas direções e, no decorrer das greves, tiveram que lutar contra o governo e contra eles mesmos, em um contexto de reorganização do campo sindical docente, bem como de fortalecimento de alguns outros organismos da sociedade civil (RIBEIRO, 1984. p. 241).

Além disso, na avaliação de Romeu Miranda, outro limite do Congresso dos professores ocorreu pelo fato do movimento não ter ocupado espaços públicos para dar visibilidade à categoria, mesmo que para isso tivessem que enfrentar a estrutura repressiva do estado. Apesar disso, em recente entrevista, Miranda expôs que as atividades dentro da APP, ponto de encontro dos grevistas, com centenas de professores circulando pela sede, foi um momento formativo. Para manter organizada a mobilização dos professores ali presentes, a estratégia foi “[...] começamos a convidar as figuras, uma delas por exemplo o professor Darcy Ribeiro! Que estava passando por Curitiba e assim várias personalidades pra falar pros professores ali [...]” (Miranda, Romeu, 2019, entrevista).

Para a professora Maria de Castro, o ganho foi na experiência em ter participado e colaborado com o movimento. Ela destaca o sentimento de solidariedade ao ajudar os colegas que estavam sem salário, em consequência dos descontos realizados pelos dias parados na greve. Como prática sindical e pela solidariedade entre à classe, buscavam a arrecadação de alimentos e de dinheiro. Acrescenta ainda que, naquele momento, não era só a necessidade e a vontade de participar, mas, sobretudo, a coragem para enfrentar uma possível demissão. Ao enfrentar o medo, aquela situação foi produzindo em muitos a vontade e a possibilidade de participação, a qual permite lembrar que sua cidade fora uma das mais atuantes.

Outra preocupação que se apresenta antes mesmo de encerrar um movimento grevista, é como esse encerramento será feito. Para isso, buscam as justificativas, explicações e consenso junto à categoria, ao governo e à sociedade. O cuidado é para diminuir os conflitos que foram atribuídos à paralisação das aulas e conseqüentemente à reposição dessas mesmas aulas, o que indica o cuidado com a linguagem a ser utilizada com os pais. À categoria, a importância de mostrar não apenas os ganhos reais, que não havia garantias de que poderiam acontecer, mesmo estando em greve. Contudo, e não menos importante, havia o ganho moral e político que o movimento pode ter proporcionado para cada indivíduo. Por isso, é comum que haja entre os que participaram, independente do envolvimento, sentimentos de indignação, frustração e tristeza. Esses ficam mais evidentes quando o movimento não atinge as expectativas esperadas. É nesse sentido que a professora Maria Inês se expressa na sua avaliação

do final da greve, pois na sua cidade não foram explicados os acordos com o governo. Acrescenta, ainda, que foi a partir de experiências como esta que se foi construindo a figura do representante de escola, o qual, junto com a base, tem como responsabilidade e compromisso avaliar o movimento, ouvir as queixas e manter a mobilização dos professores para uma próxima ação, uma vez que os enfrentamentos contra o governo são intrínsecos a sua rotina.

Por último, o Congresso Permanente de 1978 contou com a adesão aproximada de 50% da categoria, em torno de 20 mil professores, não de maneira uniforme, mas durante os 43 dias. Os motivos principais, compostos na pauta de reivindicação, estavam relacionados às melhores condições de vida e de trabalho. Esse movimento veio marcar o esgotamento de práticas sindicais, grande parte delas estabelecidas dentro dos espaços de manifestações concedidos, mas vigiados. Isso trouxe, para a organização da greve, as várias comissões de organização do movimento, sendo grande parte delas inspiradas nos movimentos operários.

Foram ações constantes as visitas, os piquetes em frente às escolas e os “QG’s” da greve, espalhados por várias cidades do estado que tivessem professores grevistas. Esses, passando por diversas pressões exercidas, principalmente, pelas direções dos estabelecimentos de ensino – envio de faltas consecutivas; das inspetorias regionais – investigando a conduta dos envolvidos no movimento e ameaçando de demissão aos que aderissem e, pelos agentes de segurança – buscando identificar as lideranças do movimento e iniciar um processo de investigação disciplinar. Resistiram à tática do governo em não negociar enquanto estivessem paralisados, entretanto, recuaram na pausa de uma semana, como sinal de boa vontade. Isso só foi concretizado com a colaboração do Bispo Dom Romeu para mediar o processo e tentar arrancar algum acordo. Por fim, o desfecho: embora não tenham obtido avanço na recomposição salarial, o principal item pautado ao longo da década, constituiu-se num conjunto de condições vividas, sentidas e confrontadas no dia a dia desses trabalhadores.

3.3 O encerramento da década do arrocho salarial

Conforme apresentamos, durante a década de 70, os dois itens centrais na melhoria das condições de trabalho e vida dos professores passaram pela regulamentação do Estatuto do Magistério e pela recuperação do achatamento salarial. Ambos não avançaram depois de mais de um mês de paralisação das aulas em escolas públicas paranaenses.

Seguindo a análise sobre esse desfecho, entendemos que, num primeiro momento, medir o sucesso de um movimento grevista, ressaltando a recuperação moral do magistério depois de dez anos, como sendo uma vitória, faz parte do processo de organização da luta. Por outro lado, com o distanciamento, busca-se medir o seu sucesso a partir do que se ganhou ou perdeu em aspectos mais amplos. Do ponto de vista da luta, da formação, da experiência, como já foram apresentados e avaliados, tratou-se como positivos o ganho político. Do ponto de vista concreto, comparando os cinco pontos principais da pauta de reivindicação do Congresso Permanente de 1978, as conquistas apontadas estão relacionadas especificamente aos concursos de ingresso e remoção da categoria.

Ao contrário da avaliação desse movimento dentro de uma trajetória linear, numa narrativa descritiva e positiva de conquistas e avanços da categoria, buscamos estudar quais foram os desdobramentos do acordo assinado, que pôs fim ao congresso do magistério naquele ano. A partir das pautas das assembleias realizadas nos últimos meses de 1978, como também, nas mais de dez assembleias em conjunto (APP e APLP) realizadas durante o ano de 1979, e analisando a tentativa de buscar via imprensa denunciar esse processo vivido por eles, percebemos evidências de que ocorreram mais problemas do que avanços sobre as condições de trabalho, remuneração e estabilidade.

O tema central para esse descontentamento está ligado ao Concurso de Promoção ser direcionado ao professor primário licenciado. Buscando esclarecer o entendimento da categoria sobre o concurso anunciado pelo governo para o início do próximo ano, o qual ofertava oito mil e quinhentas vagas, a APP publicou uma nota na imprensa (24/11/1978), destacando os primeiros pontos que divergem dos critérios e apontando as consequências que prejudicariam o magistério. Os dois pontos centrais

levantados por essa associação estão diretamente relacionados. São eles: remunerar o professor conforme sua habilitação e o não cumprimento do governo em relação a esse item, ou seja, realizando um concurso que passe do nível 1 de atuação para outro com o mesmo nível de vencimentos. Diz a nota:

1 – O governo deve, primeiramente, remunerar o professor conforme a sua habilitação (artigo 32, parágrafo 2º, alínea B e artigo 62 do Estatuto do Magistério). Portanto, o professor de 1ª à 4ª séries devia estar recebendo de acordo com a sua habilitação desde abril de 77, data em que expirou o prazo da regulamentação do Estatuto. Aliás, os artigos citados não necessitam de regulamentação, são auto-aplicáveis.

2 – Somente após o item primeiro é que a lei determina que se faça concurso para passar de um nível de atuação para outro com o mesmo nível de vencimentos (artigo 32, parágrafo 2º, alínea A). O concurso pregoado pelo governo é o contido no item dois sem antes cumprir o item primeiro. Apesar desses artigos serem auto-aplicáveis, foram aguardados os 90 dias da regulamentação mas até hoje nada foi cumprindo [...]. (DOPS, PT 94B.12, p.369)

Conforme o item um da nota, o salário fixado em Cr\$ 2.533,00 sem a regulamentação do Estatuto do Magistério, respeitando o prazo, mesmo sendo automático, contabilizando até dezembro de 1978, chega ao total de vinte meses de atraso. Nesse período, com a progressão pela habilitação, a remuneração passaria a Cr\$ 4.533,00, portanto, as professoras normalistas, que se enquadravam nessa situação, deixaram de receber nesse período Cr\$ 40.000,00.

O questionamento das associações não era pelo concurso, mas pela falta de cumprimento da lei por parte do estado. Em decorrência disso, por meio dos representantes legais da categoria, foram protocolados cerca de mil e duzentos requerimentos de elevação de nível de vencimentos, com fundamentação jurídica, porém, os prazos de deferimento ou não deferimento já haviam esgotados. De outra parte, não houve ingresso na justiça, mantendo a disputa da reivindicação no espaço político com o governo.

Outra consequência apontada pela entidade sobre esse concurso está relacionada aos suplementaristas. Primeiro, porque não teriam a possibilidade de participarem do processo, uma vez que estava restrito aos professores efetivos. Segundo, os novos professores ao assumirem as vagas ocupadas por eles, acarretariam automaticamente em desemprego, além de diminuir a quantidade de aulas suplementares dos efetivos com um padrão (DOPS, PT 94B.12, op.cit).

Devido a isso, a nota da APP buscou afirmar que o governo estaria coagindo os professores a aceitarem a promoção de nível de atuação, restringindo o concurso apenas às séries iniciais do ensino fundamental. Portanto, na análise das associações, sem o cumprimento do item dois da nota, antes do primeiro, além de ilegal, beneficiaria os cofres do Estado, em prejuízo dos professores, que entrariam sem o enquadramento de salário de licenciatura, seja ela plena ou curta, da mesma forma que os promovidos de nível de atuação manteriam seus salários.

Em resposta aos questionamentos das associações, o governo, por meio da imprensa (Jornal Correio de Notícias - 05/12/1978), apresenta nota emitida pela SEEC, visando esclarecer as possíveis dúvidas sobre as bases do concurso. Segundo a matéria, o concurso era destinado exclusivamente aos atuais professores do Quadro Próprio do Magistério, níveis I e II (antigos professores do Ensino Primário, níveis 16, 17, 18 e 19), portadores do certificado de registro do MEC de licenciatura plena e curta, em disciplinas constantes das vagas apresentadas para o concurso. As bases legais que foram utilizadas pelo governo para a realização do concurso de promoção seguia a lei Complementar nº 07/76 de 22/12/76, a qual determinava que os professores seriam promovidos de acordo com a sua classificação geral, dentro das vagas apresentadas por disciplina (DOPS, PT 94B.12, p.375).

Essa resposta se apresenta em tom protocolar e sem esclarecer os questionamentos apresentados pelas associações, sobretudo, sobre não permitir aos professores que lecionavam, ao longo dessa década, como suplementaristas (5ª a 8ª e 2º grau), participar da seleção, restando como única alternativa prestarem o concurso nas séries iniciais (1ª à 4ª séries). Da mesma forma, a nota não apresenta preocupação com o possível desemprego gerado pelo concurso de remoção, ou mesmo com o interesse das professoras primárias interessadas em permanecer atuando naquele nível, já que, pela falta de enquadramento pela formação, sentiam-se obrigadas à mudança devido à perspectiva de melhorar a remuneração.

Essas situações apresentadas após o encerramento da greve e que constituíam o acordo nela definido, passaram a ser o ponto central em 1979. Iniciada em reunião realizada na cidade de Apucarana (13/01/1979), preocuparam-se em debater medidas que poderiam evitar a dispensa dos suplementaristas em decorrência do concurso de

remoção. Os assuntos abordados na reunião, publicados no jornal Folha de Londrina, (13/01/1979), foram:

- A) O critério de contagem de títulos só levou em conta o tempo de serviço, anulando, assim, os esforços de milhares de professores que no decorrer desses anos procuraram aperfeiçoar-se[...].
- B) Quanto à distribuição de vagas, não corresponde à realidade de nossas escolas: onde não há curso de formação de magistério abriam vagas para Pedagogas; onde só se leciona Inglês, abriam vagas de Francês; onde há escolas com muitos alunos abriam poucas vagas e para escolas com poucos alunos, muitas vagas oferecidas.
- C) Quanto à maioria dos professores concursados que possuem licenciatura plena deveria ser enquadrada na classe nível 5 (vencimentos de Cr\$ 9.920,00 depois do último reajuste), o grosso das vagas oferecidas se concentra na classe C, nível 3 (vencimentos Cr\$ 6.109,00 depois do reajuste).
- D) [...] Vai demitir sem nenhuma indenização e sem nenhum critério, cerca de 3 mil professores suplementaristas com 6, 8, 9 anos de serviço. E vai além, pela absurda distribuição de vagas, fará com que professores efetivos com um padrão percam suas aulas suplementares, diminuindo seus salários. [...]
- E) A professora primária normalista teve como resposta a suas justas reivindicações de um salário digno, uma visível gratificação de Cr\$ 20,42 por dia de trabalho. Daí o governo terá a resposta pronta do reajuste de 40 por cento. E daí é só verificar quanto subiu o custo de vida do ano de 1978 (cerca de 60 por cento). Mas se fosse o caso de se conformar era só olhar para as 10 mil professoras leigas que têm salários ainda menores.
- F) As pedagogas especialistas que caíram no conto da 5.692, fizeram Pedagogia, e ficaram esperando, esperando, esperando... Até que o governo resolveu pôr um ponto final no problema. O Diário Oficial do dia 9 de janeiro de 1979, transcreve a Lei 7.099, que em seu artigo 11, enquadra sem concurso, setenta e duas orientadoras educacionais e nove assistentes de educação, na classe E, nível de vencimentos 5, do quadro próprio do Magistério. E as outras 2 mil e quinhentas especialistas vão continuar na mesma? Esperando, esperando, esperando...
- G) Nesse emaranhado de fatos arbitrários, estão, também, os professores suplementaristas com mais de 10 anos de trabalho, que dedicaram toda uma vida ao Magistério e estão, também, na eminência de perder todas as suas aulas, sem direitos, sem garantias, que os assegurem de alguma forma.
- H) Nas universidades brasileiras que adotam o regime de 44 horas, o professor permanece em sala de aula somente vinte e duas. Outros Estados também adotaram esta medida, que visa sobretudo possibilitar ao professor ministrar aos seus alunos uma educação, e um ensino decentes. Já em nosso Estado, o governo trocou os pés pelas mãos, e fez das 44 horas, uma obrigatoriedade aos professores suplementaristas, e mesmo aos efetivos com dois padrões (DOPS, PT 92B.11, p.18).

Dessa pauta, organizada a partir de oito eixos, que caracterizam o descontentamento “dos que militam no magistério” e que provocam “prejuízos irreparáveis para a educação das crianças”, podem ser classificados em dois grupos. No primeiro estão os professores efetivos que prestariam o concurso, do qual se destacam

alguns problemas, como o tempo de serviço sem contar os cursos de aperfeiçoamento, a distribuição de vagas nas escolas, a oferta para licenciatura curta, ausência de cargos para orientadoras. Já no segundo grupo, constituído pelos professores que tinham apenas um padrão, seja ele no ensino de 1º grau (5ª a 8ª séries) ou 2º grau, o problema é que não poderiam participar do concurso de promoção. Por último, em situação ainda pior, os professores suplementaristas, os quais não pertenciam a nenhum dos grupos, pois foram excluídos da possibilidade de prestarem o concurso, ocasionando a demissão de aproximadamente três mil professores, sem nenhuma indenização trabalhista. Nem mesmo os suplementaristas com mais de dez anos de trabalho que, de acordo com a negociação do encerramento da greve do ano anterior, seriam efetivados, tiveram alguma garantia. Até aquele momento estavam na eminência de perderem todas as suas aulas, sem direitos e sem garantias.

Na sequência das reuniões, realizadas na região norte do Estado (22/01/1979), obteve-se a formação de três comissões e seus respectivos encaminhamentos: I – A comissão sobre os professores aprovados e não classificados de acordo com a habilitação, que tinha a função de enviar requerimento ao governo, solicitando a mudança de nível. Além disso, deveriam entrar em contato com políticos na tentativa de sensibilizá-los para os problemas do magistério e da educação como um todo, assim como organizar equipes em outras cidades, manter contatos por telefone e fazer o trabalho de conscientização da comunidade sobre os problemas enfrentados da educação e do magistério do Paraná; II – A comissão dos professores especialistas: responsável pela verificação jurídica dos direitos, através de consultas a advogados, após expor os resultados em reunião com pedagogas da região para tirarem as tarefas; III – A comissão dos professores suplementaristas, que tinha a tarefa de entrar em contato por telefone com professores de outras cidades da região e, posteriormente, marcar outra reunião (DOPS, PT 92B.11, p. 20).

Dessas três comissões, o problema mais imediato era solucionar os impactos da demissão dos suplementaristas. As propostas para tentar minimizar as consequências pela ausência de aulas, primeiro pautou-se no cumprimento do acordo da greve de 1978, o qual previa a estabilidade aos suplementaristas com mais de dez anos de serviço, acordo este que o governo ainda não havia cumprido. A segunda, a permanência

remunerada e a não obrigatoriedade das 44 aulas semanais, pois isso evitaria a dispensa dos suplementaristas. Já o terceiro caminho, a via judicial, como consta na reportagem do jornal Tribuna do Paraná, em 31 de janeiro de 1979, havia o risco de mais de 3 mil professores suplementaristas (do total de 9 mil) ficarem sem aula naquele ano.

Essa situação, porém, não era exclusiva do Paraná, já que na mesma reportagem foi citado que a Confederação de Professores do Brasil iniciou a campanha nacional de conscientização dos 350 mil suplementaristas, incentivando-os a ingressarem na justiça com reclamatória trabalhista para obter seus direitos. Isso porque o vínculo de trabalho não era regido pela CLT, muito menos pelo quadro próprio do magistério (DOPS, PT 94B.12, p. 377).

Após realizarem diversas reuniões com professores em vários municípios, desde o dia 13 de janeiro, para avaliar a amplitude do problema da demissão dos suplementaristas, as associações APLP e APP acolheram as sugestões a fim de encaminharem ao governo em formato de ofício (nº 26/79 de 16/02/1979). As propostas foram referendadas na Assembleia Geral Extraordinária (08/02/1979), em Curitiba, e publicadas no jornal O Estado do Paraná, no espaço Jornal da Educação, no dia 22 de fevereiro de 1979, sendo elas:

- 1) que seja facultado aos professores promovidos retornarem ao nível de atuação I, com vencimentos segundo a habilitação;
- 2) que ninguém seja obrigado a ministrar 44 horas/aulas;
- 3) que o professor, quer seja efetivo, quer suplementarista, tenha 20 a 25% de disponibilidade remunerada;
- 4) que os professores que exerciam funções administrativas e burocráticas retornassem às mesmas até o preenchimento das vagas, por especialistas, das vagas através do concurso;
- 5) que o tempo de serviço para prioridade na distribuição de aulas seja considerado o do Estado;
- 6) que sejam realizados concursos periódicos amplos para o ingresso à 5ª série e [2º e 3º] grau e o primeiro se realize dentro de 90 dias, inclusive para especialistas da Educação;
- 7) que seja adotada a CLT para os suplementaristas e especialistas de Educação enquanto não houver a efetivação por concurso;
- 8) que os diretores não sejam suplementaristas, já que nada percebem, mas efetivos;
- 9) que o valor da aula dos suplementaristas para os de licenciatura Plena seja 1/99 avos do nível 5 (DOPS, PT 94B.12, op. cit.).

A última greve ficou caracterizada pelas reivindicações de melhores salários e implantação do Estatuto. Agora, são acrescentados para a melhoria das condições de

trabalho: o concurso de remoção, de acordo com os interesses individuais e do próprio ensino; a hora atividade para os trabalhos fora das salas de aula, como correção de provas e atendimento aos alunos; e a demissão do suplementarista, que poderia ser amenizada com a hora permanente e solucionada com concursos periódicos que abrangessem a todos. Essa situação já fora vivida por esses professores contratados no ano 1976, quando o Decreto Estadual nº 1.495 determinou a jornada de 44 horas/aulas semanais, diminuindo a oferta de vagas e cerca de 5 mil professores ficaram sem vínculo.

A identificação dos problemas e as propostas para resolvê-los sugerem participação dos professores nas reuniões e debates sobre o concurso de remoção. Também apontam, nesse envolvimento, a politização desses trabalhadores que estavam “se mexendo” mesmo em situações de controle e de ameaça. Esse sentimento de pertencimento e identificação enquanto trabalhador fora expressado como referência pela alcunha de “Marcha da educação”. Isso significa que buscavam os debates com o maior número de professores, nas várias cidades e escolas; por meio da imprensa, tentavam chamar a atenção das autoridades e buscar o apoio da comunidade escolar, apresentando as condições de trabalho e remuneração associadas à qualidade das aulas e ensino; buscavam, também, organizar a entrega das reivindicações, a qual seria realizada por meio da marcha dos professores no dia 19 de fevereiro, nas ruas da capital até o Palácio Iguazu. No entanto, essa ação foi avaliada pelas direções da APP e APLP como inoportuna para aquele momento.

Outro ponto a ser destacado, neste contexto dos descontentamentos do magistério e buscando controlar e antecipar uma manifestação pública, o governo intensificou o controle sobre os professores. Para conter essa marcha, o ofício nº 01/79, da SEEC, de 25/01/79, assinado por Joaquim Neia de Oliveira, chefe de recursos humanos, ordenava que os diretores das escolas exigissem dos professores o atestado de antecedentes criminais. Antes já se exigia o atestado da DOPS para terem a autorização para ministrar aulas nas escolas públicas, mas, com essa nova determinação, aumentou o trabalho burocrático dos professores para provarem a condição de aptos para a função.

Essa denúncia foi feita pela APP e publicada pelo jornal O Estado do Paraná, com o título “O professor é criminoso?”. Nesta nota, destaca-se todo o transtorno e os

gastos que os professores teriam para conseguir o documento. Além da taxa a ser paga no Banco Banestado, de Cr\$ 39,00, sem contar a compra do formulário, teria que apresentar também a digitação em máquina de datilografia, fotocópias de documentos pessoais e se dirigir até uma delegacia de polícia. Caso na cidade não tivesse, como a situação dos professores do interior, deveriam se deslocar ao município mais próximo para conseguir tal atestado. Enfrentando toda a burocracia e seu custo, indagando qual o crime cometido pelo professor – “Só se for o do salário baixo, atrasado e cheio de descontos” –, os 41.690 professores do Estado estavam sendo submetidos a todo esse aparato para lecionar naquele ano. O que não significava estar aptos a exercerem a função, já que haveria o risco de terem suas fichas alteradas ou forjadas, “sujando” seu prontuário com anotações quaisquer, o que causaria ficar sem emprego (DOPS, PT 94B.12, p.375).

Nesse sentido, o controle pode ser entendido como revanchismo, perseguição política, em especial aos professores que foram fichados ou citados nos documentos dos agentes de segurança por participarem de atos considerados subversivos. Isso funcionava como tentativa de desmobilizar uma possível manifestação dos professores, já que os acordos estabelecidos no encerramento do Congresso Permanente, na prática, pouco estavam se efetivando. Além desses elementos, havia ainda desdobramentos do concurso de remoção e o desemprego dos suplementaristas, apresentados, para aquele momento, como principal ponto de pauta.

A partir da Assembleia de 04/03/1979, iniciaram os encontros em conjunto entre APP e APLP, com o objetivo principal de apurar as reclamações e denúncias dos professores. Para isso, vão dar continuidade às comissões aprovadas nas reuniões anteriores e realizarão várias assembleias em municípios do interior para debaterem a pauta de reivindicações. Nesta mesma assembleia, destaca-se o encaminhamento aprovado:

[...] Que seja mandado um documento para publicação pela imprensa, onde a classe manifeste sua desaprovação pela escola do secretário do ano, e do homem da Educação, já que nas gestões de Bersari Neto e Eleutério Dallazer, o magistério foi afrontado com declarações absurdas e caluniosas do governador Jaime Canet, com todos os desmandos subsequentes, das orientações de ambos. Calar agora seria concordar com a atuação dos três, o que nos tornaria

coniventes (Ata da Assembleia Geral Extraordinária Conjunta, APP e APLP 04/03/1979. Arquivo APP).

Ou seja, havia grande desaprovação do governo, o qual se caracterizou pelos graves ataques ao conjunto dos professores entre os anos de 1975 a 1979 (arrocho salarial, vetos no Estatuto do Magistério, decreto nº 1495, são alguns deles). Por outro lado, nesta mesma assembleia, deliberaram por redigir um documento contendo as principais reivindicações da categoria para aquele ano, a ser entregue às autoridades competentes futuras. Percebe-se que antes mesmo da posse do próximo governador e de sua equipe de governo, foi sinalizada uma expectativa positiva em relação aos avanços na pauta. Na entrevista para o jornal Gazeta do Povo, datada pelo agente de segurança em 05 de março de 1979, após a assembleia dos professores, o presidente da APP, Izaías Ogliari, depositou esperanças sobre a disposição de diálogo do futuro secretário da Educação (DOPS, PT 94B.12, p.374).

O governador eleito indiretamente passaria a ser Ney Braga, do partido PDS (15/03/1979 a 12/05/1982), o qual nomeou como Secretário de Educação o professor Edson Machado de Souza. Parte do otimismo estava ligado ao fato de o secretário ter demonstrado interesse pela categoria, pois já nos primeiros dias atuando na pasta educacional, o discurso adotado pregava melhorias nas condições de trabalho dos professores. Sua estratégia inicial foi realizar audiências com as diretorias e comissões dos professores, ouvindo suas reclamações e reivindicações, assim como apresentar as ações pensadas pela pasta educacional a serem desenvolvidas. Entre os assuntos pautados pelo secretário nessas reuniões estavam incluídas a efetivação dos suplementaristas com mais de dez anos e a realização do concurso.

Seguindo a mesma linha de apoio da nova equipe de governo, o professor Dino Zambenedetti, vencera as eleições de maio para presidir pela terceira vez a direção da APLP (1969-1971; 1974-1976; 1979-1981). Filiado desde 1978 ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro), quando concorreu ao pleito eleitoral para deputado estadual, tendo como vice presidente Olímpio Westphale, que na época tinha ligações políticas com o governador Ney Braga. O programa desta chapa eleita para gerir esta associação consistia em defender o diálogo, porém, mantendo uma linha de independência do governo e atendendo aos interesses da categoria a qual representava. Na reportagem

do jornal Folha de Londrina, datada pelo agente de segurança em 08 de maio, tratou sobre o processo eleitoral. Na entrevista com Dino Zambenedetti, afirmou que acreditava no diálogo com o atual governo: “O secretário de Educação está nos ouvindo e até pedindo que nós o assessoremos” (DOPS, PT 92B.11, p.25).

Todo o acúmulo da pauta de reivindicação do magistério de anos anteriores junta-se com outros itens enfatizados nas suas assembleias como: o transtorno, o gasto e o risco de desemprego do início do ano tendo que obter a declaração de antecedentes criminais; mais os descontentamentos do concurso de remoção e o desemprego dos suplementaristas. Porém, a mudança de governo, em especial da Secretaria da Educação, num primeiro momento, foi vista, tanto pela diretoria das associações, quanto por parte do conjunto dos professores da APP e APLP, como possibilidade do diálogo. Essa postura vai ser mantida pelas duas diretorias, ao longo desse ano, mas questionada pelos professores nas assembleias na medida em que suas reivindicações não vão sendo atendidas.

No início dessa relação mais estreita entre os presidentes da APP e APLP com o secretário da Educação, o professor Edson de Souza Machado, concedeu entrevista à equipe de reportagem da coluna Jornal da Educação. Nesse espaço oficial das associações, foram lançadas duas edições (22^a e 23^a) em que o secretário fala sobre o concurso do magistério, em especial sobre as vagas, possíveis datas da realização e os estudos para a aplicação da hora-permanente (DOPS, PT 92B.11, p.22-23).

Esse diálogo estabelecido era sujeito a críticas, como o noticiado na reportagem do jornal Gazeta do Povo, datada pelo agente de segurança em 28 de junho de 1979. Nela, apresenta-se que, antes do concurso, o governo efetivou cerca de 6 mil suplementaristas e integrantes do quadro de pessoal suplementar. Porém, a diretoria da APP fez críticas, em especial à exclusão dos titulares de disciplinas profissionalizantes, ao desamparo do professor com poucas ou sem aulas, aos vencimentos rebaixados e reduzidos, ao cerceamento do quadro único e às férias de 30 dias em vez de 60 (DOPS, PT 92B.11, p.29). Entretanto, essas críticas foram respondidas pelo secretário da Educação, o qual classificou como medidas transitórias, em que os professores suplementaristas seriam enquadrados no Quadro Único de Pessoal do Estado, não no

Estatuto do Magistério, e que com o tempo seriam aperfeiçoadas até atingir os interesses da categoria.

Outro questionamento das associações, que o enquadramento prejudicaria nas promoções e progressões, salário e férias na mesma categoria, mas com regimes de trabalho diferentes. Por exemplo, o enquadramento no nível 3, que totaliza Cr\$ 6.109,00 mensais, mas estavam recebendo Cr\$ 7.190,00 por 22 aulas suplementares semanais para os de licenciatura plena. Apontou-se, também, que o Quadro Único absorveria apenas os suplementaristas com 5 ou mais anos de serviço no estado (DOPS, PT 92B.11, p. 28). Portanto, o enquadramento ajudaria estabilizar o professor suplementarista, seguindo como funcionários públicos do Estado, trabalhando na mesma função, porém, com outra regulamentação trabalhista.

Esses indícios de críticas e divergências com as associações vão sendo amenizados com a tática do “diálogo aberto e franco” utilizada pelo secretário da Educação. Em visita ao interior, Edson de Souza Machado apresentava os mesmos argumentos de medidas transitórias e que logo isso se resolveria. Podemos analisar as visitas e o método de esclarecer e justificar os agravos das condições de trabalho como propósito de conter qualquer movimento mais “radical”, ou evitar que esse passasse a influenciar os demais à paralisação das aulas, como ocorreu no ano anterior. Isso porque as medidas tomadas pelo governo na efetivação dos suplementaristas eram insuficientes. Não estava clara, por exemplo, a situação do padrão de 22 horas/aulas e o risco de não completar às 44 horas/aulas semanais, o que implicava em reduzir pela metade o salário. Assim como pairava a dúvida sobre os professores efetivos em um padrão de 22 horas/aulas que complementam a jornada de 44 horas/aulas, com a metade suplementar.

Essa tática do “diálogo aberto e franco” teve a cobertura da imprensa, a qual buscava descrever as reuniões entre o secretário e os professores. Geralmente as reportagens eram constituídas de entrevistas com professores presentes no encontro, entretanto a escolha, em sua maior parte, era daqueles que apontavam que o secretário estava ali com a tarefa de identificar os erros e melhorar a situação funcional. Também defendiam a postura de que a maioria da categoria era ordeira e pacata, portanto, mesmo com os mais radicais, não prejudicariam as bases da sistematização dessa política (DOPS, PT 92B.11, p.30). Percebe-se que tanto os argumentos do secretário quanto as

falas dos professores pró-governo indicam que havia grupos de oposição espalhados pelo Estado e que poderiam influenciar outros professores.

As posições mais radicais estariam por conta de um dos grupos de oposição a direção da APP, que congregava professores de todos os níveis. Esse grupo, chamado de MOI (Movimento de Organização Independente), aparece publicamente, pela primeira vez na assembleia da categoria, em fevereiro de 1979. O estopim é apresentado no documento entregue à categoria que consta o trabalho da diretoria da APP de Curitiba e a subsele de Maringá, acusadas de desarticular uma “Marcha da Educação” agendada para ocorrer em 19/02/1979, na capital, após ser debatida e aprovada nas reuniões do início do ano, sobretudo, pelo desemprego dos suplementaristas. O texto segue criticando a postura da diretoria em estimular soluções jurídicas e os acenos de esperanças no próximo governo para resolver os problemas da categoria. Baseando-se nesses fatos, apresentam o manifesto:

[...] Partimos dessa realidade, achamos necessário criar um movimento de base que forme comissões por escolas para debater nossos problemas e encaminhar as pequenas lutas; um movimento que exija da entidade um comportamento mais combativo e comprometido com as bases; que garanta o encaminhamento das decisões de assembleia; que crie um órgão de divulgação que chegue às escolas, informe e discuta as questões cruciais da educação e do magistério (Manifesto MOIP, Curitiba 19 de fevereiro de 1979).

Esse grupo que compõe o MOI não buscava se apresentar como uma entidade paralela, mas estruturava a sua ação na proposta da organização dos professores pela base. Também se constituía em um movimento de oposição às diretorias de entidades que tinham trabalhado contrárias às propostas apresentadas pelos professores nas assembleias. Sobretudo, a crítica maior apontava para o fato de depositar esperanças no novo governo, mas sem organizar e mobilizar a categoria.

Na reportagem de outubro, no jornal Correio de Notícias, aparecem os temas: pauta salarial aprovada pelos professores na assembleia de Curitiba (30/09/1979), e as entrevistas de representantes do MOI e da APP. Do grupo de oposição partem as principais críticas à direção da APP e ao trabalho que o grupo vinha realizando nas escolas da capital, avaliando que, desde a greve de 1968 em diante, as reivindicações sempre foram conduzidas por uma cúpula, resultando em negociações sistematicamente

fracassadas. Afirmaram que isso gerava desconfiança da categoria e que, para reverter esta imagem, seria necessária uma mudança desta política. Neste caso, as discussões e tomadas de decisões deveriam sair de um grupo restrito de dirigentes e passarem a contar com a participação da grande maioria dos professores. Destaca-se a busca em ampliar as reivindicações, ou seja, não apenas a pauta trabalhista, mas também a busca por construir uma escola mais democrática, envolvendo os pais, analisando os motivos da evasão escolar, taxas de reprovação e a participação da escola na comunidade. O representante da APP argumenta que desde 1973, quando houve o rompimento com os “pelegos”, este grupo estava desenvolvendo um trabalho que representava os interesses da classe. Sobre a definição de independente, referente ao grupo MOI, o dirigente da APP argumenta que não fazia sentido, pois aquela direção também era independente. Para reforçar seu argumento, cita que os detidos no último congresso eram integrantes da direção da entidade (DOPS, PT 94B.11, p.399).

As principais propostas apresentadas por este grupo de oposição consistiam em maior participação do professor na definição da educação do país; adaptação do curriculum de cada escola à realidade que estava particularmente inserida; que a educação passasse efetivamente a atender os interesses da grande maioria da população e não reduzida apenas à elite (DOPS, PT 92B.11, op. cit.). Essa perspectiva defendida pelo MOI era de que o processo educacional deveria ser questionado em sua totalidade, na política educacional, nos problemas nacionais, assim como a realidade das crianças, de seus pais e dos professores. Isto é, neste momento explicitam, para além das assembleias, que a APP deveria assumir essa posição mais ampla, saindo da negociação restrita à pauta salarial.

As afinidades políticas e o modo de conceber a educação no final da década de setenta, dentro da transformação da profissão e dos professores, culminou com a criação de grupos que, como o MOI, vão se constituindo pela crítica aberta em relação à tática de negociação conduzida por uma cúpula, a qual “resultava em fracassadas negociações”. Da mesma forma que o núcleo dirigente da APP almejava se consolidar após romper com os chamados “pelegos” no início da década, vão ampliando os debates na construção do perfil da entidade, movendo as disputas sobre a maneira de conduzir a política sindical. O reflexo desses embates internos e das políticas de governo para a

educação fazem os professores ampliar, desde o ano anterior, reuniões, encontros e assembleias em várias regiões do Estado.

Também, dentro do movimento associativista, passam a construir a proposta do representante de escola, o qual estava incumbido de levantar as queixas e problemas dos professores, no chão da escola, da mesma forma que ao trazer as informações para dentro da escola tentam construir um movimento associativista mais participativo, com indicativos de ampliação da participação da base na tomada de decisão sobre a pauta e a forma de negociar com o governo. Para além dos ofícios e audiências restritas aos dirigentes, mas estendido às comissões mais representativas, quando não deliberar outras formas de pressão, como a greve.

Nesse mesmo contexto, partindo dessa visão mais ampla sobre discutir os problemas da sociedade brasileira como um todo, a política educacional constituiu um conjunto de denúncias, críticas e reivindicações em vários estados. Dentre elas, destacam-se como os mais relevantes aspectos: a redução do poder aquisitivo do professor, a subnutrição, a evasão escolar, a retenção dos alunos, currículos inadequados, isolamento de pais e professores, as condições de trabalho do magistério e as precárias condições materiais. Da mesma forma, as práticas repressivas por parte dos governos, das secretarias educacionais e dos diretores de escolas.

Assim sendo, o ano de 1979 foi marcado por greves dos professores primários e secundários da rede pública, deflagradas em dez estados, num total de dezesseis greves, as quais atingiram cerca de 752 mil trabalhadores (ALVES, 1984). Estendendo esse levantamento entre os anos de 1979 e 1983, destacando os principais movimentos no país, revela-se um total de 54 greves, sendo o “movimento de professores primários e universitários responsável pela maioria das greves (37%), seguido pelo de médicos e residentes (30%), cabendo aos funcionários públicos 15% do total (DINIZ, 1989. p. 40-41). Isso explicitava um contexto de descontentamento dos trabalhadores e, também, que a greve estava em condições mais concretas de ser colocada em prática.

As negociações com o governo, sobretudo concentradas no secretário de Educação, Edson Machado, visto pelas direções da APP e APLP como mais acessível à causa da educação, por estabelecer diálogo com a categoria com mais frequência, foram criticadas, principalmente nas assembleias. Esse rompimento ou descrédito no diálogo

se acentua com a negociação da pauta salarial, assunto que passa a ser debatido nas assembleias dos professores a partir do mês de agosto. Na ata do encontro em Cascavel (26/08/1979), consta o relato do professor Rubens de Oliveira, o qual avalia que “pelas greves em todo o Brasil o governo temeroso vem conceder a conta gotas enganando a todos, mas que isso vai ter que acabar pelas nossas tomadas de posição” (Ata da Assembleia Extraordinária Conjunta, APP e APLP 26/08/1979. Arquivo APP).

Para essa campanha, o levantamento feito pelas entidades elencou que os rendimentos deveriam estar de acordo com o aumento do salário mínimo, com a equiparação dos níveis e com o aumento da carga horária. Na sequência do envio desse levantamento às escolas, com ofício ou com assinatura de recebimento, endereçados aos diretores, solicitava-se que o documento fosse debatido e estudado junto a todos os professores, e que as sugestões fossem enviadas à APP e à APLP para serem apresentadas em assembleia posterior e, assim que aprovadas, enviadas ao governador.

Essa discussão da pauta salarial, organizada pelas associações APP e APLP, estava em consonância com a campanha de nível nacional, coordenada pela Confederação dos Professores do Brasil. Esse fato é importante, pois indica que os professores estavam acumulando experiências que puderam ser organizadas como pauta unificada, fortalecendo não só o movimento pelo salário e condições de trabalho, mas também a luta pela redemocratização.

O material confeccionado pelas associações pautou os índices salariais pagos ao magistério nos últimos dez anos, em comparação com o salário mínimo e com o custo de vida. O resultado do levantamento gerou os seguintes valores:

		Salário sem o reajuste	Salário com o reajuste	Diferença	Aumento
Normalista	Nível 1	Cr\$ 3.547,00	Cr\$ 7.862,00	Cr\$ 4.288,00	120%
Normalista	Nível 2 (mais um ano de estudos adicionais)	Cr\$ 5.028,00	Cr\$ 10.056,00	Cr\$ 5.028,00	100%
Normalista	Nível 3	Cr\$ 6.109,00	Cr\$ 12.218,00	Cr\$ 6.109,00	100%
Licenciatura Curta	Nível 4 (mais um ano de estudos adicionais)	Cr\$ 7.190,00	Cr\$ 14.238,00	Cr\$ 7.048,00	98%
Licenciatura Plena	Nível 5	Cr\$ 9.920,00	Cr\$ 19.840,00	Cr\$ 9.920,00	100%

Tabela VI – Índices salariais pagos ao magistério nos últimos dez anos

Elaborada pelo autor a partir dos dados extraídos da Ata da Assembleia Extraordinária Conjunta, APP e APLP 30/09/1979. Arquivo APP.

O resultado desse estudo foi publicado no jornal O Estado do Paraná, com o título “Professores pedem 120% de aumento” (02/10/1979), apresentando como seria a entrega do documento às autoridades e entrevistando o presidente da APP.

Com base no estudo feito pelas associações, Izaías Ogliari apresentou que o arrocho salarial dos últimos dez anos permitiu que se chegasse naquele ano com o seguinte cenário: a cada três professores do nível 2, o Estado financiava mais dois; no nível 3, cada dois professores financiam outros dois; já no nível 5, cada cinco professores financiam outros nove; o suplementarista enquadrado no Quadro Único de pessoal do Poder Executivo, a cada quatro professores com 22 aulas, no nível 26, financiavam outros 11,5 professores (DOPS, PT 94B.11, p.396).

Esses valores de reajuste salarial foram aprovados na assembleia em Curitiba (30/09/79), a qual deliberou sobre a entrega do memorial dos professores ao governador, no dia 09/10, por uma comissão aberta liderada pelos presidentes da APP e APLP. Para a assembleia do dia 15/10, as entidades ficaram responsáveis por enviar uma circular às escolas, solicitando pelo menos um representante de cada escola. Os demais itens de pauta seriam entregues após o “Dia do Professor”, em um documento contendo as demais exigências da categoria, como o pagamento pela habilitação, cumprimento do Estatuto do Magistério, concessão do segundo padrão, assinatura do decreto de promoção dos professores remanescentes da escolha de vagas e criação do Conselho do Magistério (DOPS, PT 94B.11, op. cit.).

O prazo final das negociações com o governo referente à campanha salarial foi o “Dia do Professor”. Nessa data, mantinham-se as práticas herdadas desde a fundação da associação, com ênfase maior às homenagens em verso e prosa, na missão de vocação, da dedicação ao empenho, de jantares dançantes e, muitas vezes, contando com a presença de autoridades políticas. Embora apresentassem uma postura mais combativa em comparação às gestões anteriores, a diretoria e o conjunto dos professores alimentavam essas práticas de lazer e, juntamente, um limite final para as negociações.

O 15 de outubro era marcado pelo sentimento de esperança de a pauta ser atendida para o conjunto da categoria. Desde aqueles com jornadas de 44 aulas ou 22 aulas; dos suplementaristas com aula insuficiente para fechar um padrão, ou mesmo aqueles sem aula. Para os que lecionavam em uma escola ou várias. Para todos aqueles

em que o trabalho realizado resultou nas aulas preparadas a não faltar às lições e garantir o aprendizado dos alunos. Que implicava, em muitos momentos, levar o trabalho para casa somando-se a jornada dupla, tripla etc. Nesse universo, em que receber o salário era comum enfrentar a fila do banco depois do almoço ou no meio do expediente. Esse, todavia, defasado, minguido, atrasado ou descontado. A data alimentava a expectativa do aposentado, ativo, cansado, angustiado, frustrado ou desesperado. De todos os possíveis elogios e homenagens, o mais aguardado era que se concretizassem o que se esperava da data, a partir do anúncio do governador alguma conquista para afagar as decepções.

Outra prática muito frequente, compartilhada pelos professores, era a programação festiva, movida por mensagens de “otimismo e fé”, geralmente organizada pela APP. O cronograma de celebração do ano de 1979 iniciou no domingo, um dia antes da data comemorativa. Começou com um culto ecumênico e, na sequência, a realização de sessão plenária na sede da APP e o término do Seminário dos Professores. O período da tarde seria com atividades esportivas e, para fechar o dia, a realização de um grande baile, na sede do Clube do Professor. Na segunda-feira, além das homenagens aos professores decanos, teria o churrasco de confraternização; tarde e noite, nos salões do Clube do Professor, a realização de sarau dançante (DOPS, PT 94B.11, p.403).

Essa data também era aguardada pelos governantes, dentro de um cerimonial oficial de homenagens, no qual faziam a divulgação de algum ganho (ou a promessa dele) referente ao conjunto dos professores. Esse evento político sempre esteve amparado na finalidade de aumentar o capital eleitoral, em especial com os educadores. Ao lado do governador, dividindo as atenções, estava o secretário de Educação, seguido do presidente da Assembleia Legislativa e de deputados aliados. Não podiam faltar os homenageados, constituídos por alguns professores que adentravam ao salão do palácio, prontos para saírem na foto oficial com as autoridades. Além deles, os presidentes das associações APP e APLP, demonstrando que estavam abertos ao diálogo, cuidando para que a imagem não fosse sinônimo de peleguismo, pois estaria registrada e documentada pela imprensa, para os presentes e para a posteridade. Pronto, o cenário estava preparado, e o anúncio era feito em meio aos discursos de valorização do magistério e respeito àquele profissional.

Naquele ano, o anúncio do governador veio com a aprovação do projeto de estabilidade para mais de cinco mil suplementaristas, a criação do Conselho do Magistério e dois decretos promocionais, sendo um de fixação dos novos níveis do pessoal classificado, remanescente do último concurso de promoção. Nesse pacote estava a fixação dos suplementaristas, os quais deveriam se manifestar a partir daquela data até sessenta dias pedindo seu enquadramento. O critério utilizado para definir a quantia de aulas seria a média aritmética dos dois últimos anos, ficando entre 10, 15 e 22 aulas. Sendo integrado ao Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, com remuneração específica para cada nível, conforme tabela abaixo.

Licenciatura plena	Salário	Licenciatura Curta	Salário	Professor não licenciado	Salário
10 (aulas semanais)	Cr\$ 3.268,00	10 (aulas semanais)	Cr\$ 2.776,00	10 (aulas semanais)	Cr\$ 2.285,00
15 (aulas semanais)	Cr\$ 4.092,00	15 (aulas semanais)	Cr\$ 4.165,00	15 (aulas semanais)	Cr\$ 3.428,00
22 (aulas semanais)	Cr\$ 7.190,00	22 (aulas semanais)	Cr\$ 6.109,00	22 (aulas semanais)	Cr\$ 5.028,00

Tabela VII – Índices salariais reajustados

Organizada pelo autor com base nas informações retiradas da DOPS, PT 94B.11, p.404

Embora permitisse a estabilidade desses professores, ela estava sendo aplicada em valores salariais diferentes, para exercerem a mesma função e carga horária de trabalho. Por exemplo, usando os dados da Tabela I e comparando com a do enquadramento do professor de licenciatura plena, trabalhando numa jornada de 22 aulas semanais, receberia Cr\$ 9.920,00, ou seja, diferença de Cr\$ 2.730,00. Isso significava na prática que a cada 1,9 professores enquadrados no poder executivo, com licenciatura plena, com a economia seria possível pagar um salário de um professor licenciado; ou a cada 2,3, um professor de licenciatura curta. Portanto, as críticas acusavam o governo de se eximir das responsabilidades, uma vez que os professores estavam financiando grande parte da educação no estado, seja com a falta de reajuste salarial nos últimos dez anos, ou através do enquadramento desses novos efetivos no poder executivo, com remuneração inferior aos professores do quadro do magistério.

Ainda que houvesse o reconhecimento da abertura do diálogo por parte do secretário de Educação e algumas conquistas à categoria, para o presidente da APP,

Izaías Ogliari, o anúncio não atendeu às expectativas. Isso se deve ao fato de terem feito todo o levantamento e promovido o debate nas assembleias sobre a proposta de reajuste salarial, encaminhando em memorando às autoridades, porém, não foram atendidos nesta data (DOPS, PT 94B.11, op. cit.). Mais do que isso, cabe salientar que a reivindicação da greve de 1978, pautava um salário de Cr\$ 5.000,00 para professor normalista, o que não foi conquistado naquele movimento. Neste ano de 1979, o salário da professora normalista era de Cr\$ 3.547,00, e os professores reivindicavam 120% de reajuste, justamente por se tratar do salário mais baixo da categoria.

Em síntese, nesse ano, foram realizadas assembleias pelas duas associações avaliando o “pacote da educação” e encaminhando as próximas ações de luta. Entre as ações previstas estavam a assinatura de um “abaixo assinado”, que seria entregue ao governador, reivindicando os pisos salariais, conforme já apresentado; assim como o enquadramento das professoras normalistas do nível um para o nível dois. Principalmente porque uma professora com vinte anos de magistério, atuando como normalista, e uma recém efetivada recebiam o mesmo salário. A outra tarefa consistia em ajudar na campanha de sensibilização dos deputados de cada uma das regiões do Estado, para que estes buscassem fazer o mesmo com o governador.

A última atividade organizada pelas associações, no ano de 1979 é referente a ação judicial, publicada com mais detalhes no jornal O Estado do Paraná (08/12), com o título da matéria, “APP diz que o único caminho é a Justiça”. No corpo da reportagem consta que as associações APP e APLP passaram a organizar uma ação judiciária declaratória conjunta, a partir de três requerimentos. O primeiro buscava mover uma ação de cobrança em favor dos professores que não estavam recebendo de acordo com a sua habilitação, amparados pela lei nº 5.692 e pelo Estatuto do Magistério do Paraná. O segundo fora direcionado aos aposentados que tiveram o valor de suas aulas congelado. Por último, a ação que buscava contemplar os suplementaristas, requerendo como critério de distribuição de aulas a média dos últimos três anos; garantia do pagamento do salário enquadrado no nível cinco e não no nível três como a maioria e; que fossem retirados do quadro próprio do pessoal do Executivo, passando para o quadro do Magistério (DOPS, PT 94B.11, p. 419).

A possibilidade de diálogo aberto com o novo governo e, principalmente, com o secretário de Educação, não tiveram o efeito prático na remuneração dos professores. Nesse caso, usou-se a tática judicial como tentativa final para obter seus direitos, já que avaliavam que a via administrativa e de comissões não estavam sendo suficientes. Para conter essa tática, a Secretaria de Educação ameaçou congelar as promoções do magistério previstas para o próximo ano, enquanto a ação tramitasse na justiça. Por sua vez, essa ameaça teve efeito reverso, pois aumentou a procura dos professores que enviaram procuração para a assessoria jurídica da APP, junto ao valor de Cr\$ 300,00 para pagamento das custas do processo (DOPS, PT 94B.11, op. cit.). A esperança agora estava depositada na decisão judicial que poderia, caso obtivesse ganho, conceder os atrasados a que tinham direito, com juros, correção monetária, além da diferença salarial.

Por tudo isso, podemos apresentar alguns fatores que podem nos dar condições de explicar a não realização de greve no Paraná, como aconteceu em outros estados, neste ano de 1979. Não porque a situação estivesse melhor, mas pela maneira como se constituíram as relações de negociações entre secretário da Educação e as associações dos professores. Contribuiu o fato de o secretário ser professor, o que poderia sugerir maior sensibilidade em relação aos problemas do magistério. Pensando dessa maneira, as associações dos professores, e a própria categoria, criaram falsas esperanças, sinalizando a disposição para o diálogo com o governo em seu primeiro ano de mandato.

Nessa linha de explicação podemos apresentar algumas conclusões sobre essa questão. A estratégia em abrir o diálogo com os dirigentes das associações se mostrou eficiente para que se evitasse, nas bases da categoria, qualquer manifestação mais “radical”, como a do ano anterior. Seguindo com as visitas do secretário ao interior, buscava aproximar-se de outros grupos para ouvir as reivindicações da categoria e diminuir as pressões aos dirigentes, sobretudo, ao governo estadual. Isso sinalizava a importância de conversarem com os professores da região norte, já que a greve de 1978 iniciara por lá. Receber, ouvir e dialogar com parte da categoria indicava que os grupos de oposição, mesmo que pequenos em comparação aos que se definiam “pacatos e ordeiros”, eram capazes de mobilizar ou influenciar outros colegas, bem como também pressionar as autoridades, no mínimo, esclarecer e justificar suas ações. Por último, pelo fato de as diretorias da APP e APLP serem mais próximas daquele governo, ou a

insistência em encaminhar as reivindicações dos professores para negociação por meio de reuniões, audiências e telefonemas.

Enfim, esse conjunto de situações contribuiu para que o Paraná não fizesse parte das estatísticas das greves de 1979, como os outros professores o fizeram. Assim como, os trabalhadores de várias categorias, dos diferentes ramos de produção e prestação de serviços que cruzaram os braços como meio mais radicalizado de pressão da luta trabalhista, deixando claro o esgotamento daquela política econômica empreendida aos trabalhadores com o arrocho salarial ao longo da década de 1970 e que não seria mais possível de se manter sem a resistência coletiva dos trabalhadores. No caso do movimento do magistério paranaense, organizados principalmente pela APP, a partir da próxima década.

Considerações finais

O esforço de recuperar a trajetória de uma tradição sindical na organização dos professores é muito importante. Esse caminho percorrido, após a conclusão deste estudo, deixa a certeza que há muito para ser investigado. As pessoas, assim como nós, trabalhadores da educação, precisamos saber o que o professorado fez em seu passado, como se organizaram, contra o que eles lutaram, a favor do que lutaram, quando lutar era muito perigoso. Ao conhecer uma parte dessa trajetória do passado, concebo-a como importante para entendermos o nosso presente e, assim, na luta diária, buscar melhorar as condições de trabalho e, conseqüentemente, a qualidade do ensino, lutando não só para manter as conquistas, mas também ampliá-las para o conjunto da sociedade.

No início deste estudo, não estávamos no cenário ideal, pois os ataques aos direitos conquistados já estavam presentes nos últimos anos. Agora, em meio a Pandemia da Covid-19, além de novos ataques, somos intimados a nos “reinventarmos”, o que implica em negar o que sempre fomos. Neste momento, tentamos lutar para defender o que parecia ser o básico, o óbvio, ou seja, defender a educação enquanto interação e construção em sala de aula ou em diferentes ambientes escolares. O bom e produtivo ensinar e aprender em uma escola que busca, dentro das suas estruturas, em muitas delas, autoritária, fortalecer os espaços coletivos e construir um lugar democrático de ação e atuação de toda a comunidade escolar. Mas hoje, em meio a uma experiência inédita, não podemos resumir o nosso trabalho em fiscalizadores, tarefeiros, preenchedores de planilhas, inventor de notas e de lançador de frequências. Tudo isso determinado por uma política educacional que incentiva a verticalização, o autoritarismo, o fiscalismo e voltado para um mercado que, desde a Reforma do Ensino Médio, busca se apropriar de recursos públicos e impor a sua política educacional.

O caminho percorrido pela pesquisa identificou que a origem do associativismo da APP tinha como finalidade unir, amparar e defender o magistério. Também envolvia prestar assistência, estudar e elaborar planos de cooperação com o governo, visando o desenvolvimento da educação. Isso resultou em retribuição do governo para o fortalecimento da associação, com as doações de terrenos, verbas e funcionários, mais

frequentes até o final da década de 1960. Essa forma de organização foi sendo substituída gradativamente pelo modelo sindical, sem que desaparecessem as características iniciais, pautadas no paternalismo, no assistencialismo e nas prestações de serviços. Uma simbiose dessa origem assistencialista em uma associação de práticas sindicais com uma dinâmica combativa da categoria. Ela é esse elemento contraditório.

A ausência de estudos sobre esse processo de organização dos professores, a partir das associações, limita-nos, hoje, o entendimento sobre a trajetória de constituição do movimento, visto que só podem ser percebidos a partir dos editoriais comemorativos, produzidos em cada ano de aniversário da entidade, o qual retrata, em síntese, uma trajetória linear, cronológica, de conquistas e vitórias. Quando essa imagem vitoriosa não é possível, a linha escolhida é a de superação, união da categoria, representando apenas o ponto de vista que corresponde à interpretação do grupo político que a dirige estadualmente.

O movimento associativista do Paraná, sendo analisado a partir das décadas de 1960 e 1970, permite-nos perceber algumas características. Em relação à década de 1960, mantinha-se ainda sobre uma concepção de organização e reivindicação defendida como justa, mas que se expressava em práticas que os professores buscavam identificar como ordeira, pacífica, para um profissional dedicado, abnegado, laborioso e devotado. Com práticas criativas e teatrais, usavam ao favor do movimento o que as pessoas esperavam da categoria para cobrar suas reivindicações. Do ponto de vista da diretoria da APP, essa visão correspondia a uma prática colaboracionista com o governo, a qual, em alguma medida, refletiu nas ações de pauta e de negociação das reivindicações, que partiam exclusivamente de diálogos entre sua diretoria e as autoridades governamentais.

Já no processo de unificação, realizado no início da década de 1970, buscou-se, a partir do CRPP, uma maneira de organizar as associações em diferentes regiões do estado, como uma federação, capaz de ampliar a organização, mas limitando a participação dos professores, uma vez que centralizava as decisões nas figuras dos presidentes regionais. Além disso, havia o controle administrativo feito por uma empresa, com a cobrança das mensalidades, com o repasse às subsedes, entre outros serviços prestados. Esse modelo gerou descontentamentos por parte dos professores. Primeiro, pelo grupo da APLP, excluída desse processo de unificação, que, contando com

dissidentes de Curitiba, passam a questionar nas assembleias descentralizadas a aprovação do estatuto de unificação. As irregularidades que levaram a soluções judiciais contribuíram para que o grupo de oposição vencesse as eleições em 1973, colocando fim à hegemonia do grupo dirigente com perfil colaboracionista na APP.

A partir desse momento houve a constituição de três associações para disputar a representatividade dos professores em nível estadual (APP, APLP e CRPP). Os grupos dirigentes da APP e APLP construíram uma postura de maior debate, com assembleias e encontros descentralizados. Nesse mesmo contexto, com a mudança das leis educacionais, voltadas a atender os interesses políticos e econômicos do regime civil/militar, vivenciaram a piora nas condições de trabalho, com aumento da jornada de trabalho e contratação de suplementaristas, bem como a desvalorização salarial. Um modelo de expansão do sistema educacional, todo ele estruturado na desvalorização do professor, não só do ponto de vista financeiro, mas do ponto de vista intelectual. Uma política que se apresenta em não ter nenhum tipo de investimento na formação de professores e que, desde então, vem sendo cristalizada na carreira do professorado.

Percebemos que naturalizar a situação da ausência de mão de obra qualificada na educação não é uma questão do presente momento, em que capacitar um profissional liberal com algumas horas de didática e história da educação, num ensino a distância, significa estar qualificado e preparado para exercer o ofício de professor. Para pensar essa questão hoje, é necessário entender que esse processo sempre esteve presente na área educacional. A expansão do ensino, na década de 1960, ocorreu de forma improvisada, sem pensar na formação e qualificação, constituindo a maior parte do quadro de professoras primárias leigas.

Essas questões, que mexeram na carreira do professor paranaense, criaram as condições para o surgimento de grupos que defendiam maior organização, debates, denúncias, por meio de seus informativos, momento em que passaram a discutir suas condições de trabalho e amadurecer outras práticas de reivindicações. No entanto, os resultados dessas decisões da categoria estavam restritos aos dirigentes das associações, os quais optavam pela luta burocrática, via memorando, ofícios, tentativas de audiência com secretários ou governadores (geralmente, frustradas).

Todas essas ações foram proporcionando um crescimento nas discussões e alterando a maneira como os professores se viam, expandindo para além da profissão vocacional, ainda muito presente no magistério paranaense. Com isso, aumenta-se a compreensão de que manter as negociações naquele processo em que seguiam as regras do jogo, determinadas pelos governantes e seguidas à risca pelos dirigentes, não seria suficiente. Isso se reflete quando ocorre a greve, puxada pela base, mas, depois, encerrada pela mediação entre o bispo da Igreja Católica e as direções da APP e APLP.

Na análise das greves, buscamos entender como a luta por melhores condições de trabalho dos professores foi sendo construída contra as pressões dos governos. Por isso, entendemos que os professores, ao paralisarem as aulas por mais de quarenta dias, passaram por um processo de politização único e num curto espaço de tempo. Aquele embate se constituiu num universo de pressões e ameaças, começando pelos próprios colegas que não aderiam ao movimento; pela direção de escola, na época cargo de confiança, geralmente indicado por políticos; pelas inspetorias regionais, que pressionavam as direções de escolas e que investigavam a conduta dos envolvidos no movimento; sobretudo os agentes de segurança, que buscavam identificar as lideranças do movimento e iniciar um processo de investigação. Portanto, enfrentar todas estas situações nos indicam, no mínimo, as várias condições vividas, sentidas e confrontadas no dia a dia desses trabalhadores.

Devido a esse processo, ao final da década de 70, o olhar político dos professores se mostra ampliado em relação às questões sobre suas condições de trabalho e vida, saindo da pauta exclusivamente trabalhista e corporativa para discutir a qualidade do ensino, a evasão escolar e a escola como membro integrante das comunidades locais.

As mudanças sociais, pelas quais observamos padrões em suas relações, suas ideias e instituições, como o processo de pautar e negociar suas reivindicações, podem ser definidos em dois modelos mais nítidos. Na década de 60, mais centrado no grupo da diretoria, com pouca participação da categoria nas tomadas de decisões. Repetidas ao longo da década de 70, mas quando questionado esse formato de associativismo, como por exemplo, pelo grupo que dirigia o jornal “*O Atalho*”, os professores e, conseqüentemente, seus dirigentes, iniciam o processo de ampliação e participação dos

docentes nas comissões de negociação, assim como formas mais combativas de atuação, não só com a greve, mas também por meio de ataques mais explícitos ao governo nos meios de comunicação, responsabilizando-o pelos problemas que envolviam as condições de trabalho, a remuneração e a qualidade de ensino.

Buscamos entender o processo que estruturava o trabalho e as formas de reivindicações dos professores e suas associações. Para isso, as fontes da DOPS permitiram entender, a partir das estruturas de maior controle e vigilância do governo, as formas pelas quais pautavam suas reivindicações. Como a elaboração do seu portfólio de recursos, as quais eram aceitas pelo Estado, durante o período ditatorial, dentro dos limites estruturais estabelecidos. No entanto, as experiências dos professores e suas associações, em meio a essa lógica, constituía-se em uma imagem não combatente, fruto da sua cultura, a qual os caracterizava como “pacatos, ordeiros e como uma profissão movida pela missão de levar o conhecimento ao outro”. É a partir dessa autoimagem que vão produzir um portfólio de recursos para pautar e negociar com o governo, de forma mais burocrática, utilizando memorandos, ofícios, audiências, telegramas, ligações e a participação de membros do governo nas assembleias dos professores. Na medida em que essas ações não repercutiam em avanços na carreira e no salário, vão construindo outras ações como meio de pressionar as autoridades, como por exemplo, o trabalho de base nas escolas e a escolha dos representantes de escolas, os quais seriam os responsáveis por informar, mobilizar a categoria e debater os assuntos no ambiente de trabalho.

As reformas e mudanças nos estatutos das três associações – APP, APLP e CRRP – e seu processo de unificação, concluído em 1981, não foi abordado por falta de tempo. Porém, é um tema que precisa ser estudado, observando-se as disputas, consensos e embates dos grupos políticos no processo de construção de uma única associação estadual. Faz-se necessário, também, um estudo mais apurado sobre o perfil político sindical, que passava por transformações desde a greve de 1978.

Esse processo de mudanças na condução das direções das associações do magistério estava em sintonia com as demandas de âmbito nacional, acionadas pela Confederação de Professores do Brasil, em que os professores promoveram transformações nas próprias estruturas internas da entidade. Além de atuar na luta

reivindicatória por melhores condições de vida e de trabalho, assumindo o papel mais efetivo na coordenação nacional da luta sindical dos professores públicos de 1º e 2º graus, também atuaram nas alterações dos estatutos da entidade objetivando a democratização das suas instâncias deliberativas, contribuindo para atuarem na linha de frente durante o processo de redemocratização do país (FERREIRA JR, 1998, p.193).

Outra questão que merece maior aprofundamento é a análise dos depoimentos do conjunto da categoria, observados a partir da lógica de como narram e interpretam a trajetória de trabalho, a avaliação da escolha da profissão e suas práticas de trabalho. Seguindo esse caminho, é possível analisar a forma como constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade (PORTELLI, 1996). Esse campo foi pouco explorado nesse estudo, mas se apresenta como um espaço vasto e muito significativo para futuras pesquisas, com a finalidade de entender os depoimentos dos/as trabalhadores/as, não como um pacote de recordações pronto e acabado, ou um conjunto de fatos, mas reconhecendo a subjetividade das entrevistas, já que cada um/a vai narrar apenas o que sabe, o que lembra, ou acredita recordar, ter visto, destacando que, nesse processo, a motivação para narrar já é interpretar. Conforme propõe Alessandro Portelli (1996), deve-se encarar as subjetividades dos sujeitos não no sentido de exorcizá-las, mas encará-las como um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. Nesse sentido, os depoimentos permitem acesso a sentimentos, a angústias e a expectativas que os professores constroem conforme a vivência de uma série de problemas, de mudanças particulares e comuns a outros trabalhadores.

Com essa perspectiva, ao utilizar o depoimento oral, permite-se aprofundar na essência do que é ser professor, ou seja, viver, trabalhar e lutar não estão separados. O professor Romeu Gomes de Miranda, avaliando a sua trajetória enquanto professor, militante e sindicalista, narra:

Olha, a minha trajetória ela foi como educador, ela teve, dois momentos: da formação técnica no curso de letras e da formação política no movimento social. Essas duas vertentes fizeram o que eu sou hoje. Então eu só entendi, me entendo como educador, como aquele que une a competência técnica com o compromisso político, eu só entendo educador assim, eu não entendo o educador que não abre a janela da sua sala de aula e olha e mostra aos alunos o que está ocorrendo lá fora, não entendo educação como um laboratório de políticas educacionais, eu entendo a educação como uma junção da política educacional com a política social. Eu fui esse educador e se eu tivesse que começar tudo de

novo, eu faria tudo de novo e tudo igual, né? Poderia de novo essa profissão, ela foi muito gratificante pra mim e depois com esse aprendizado na luta eu me credencio e sou levado a ser candidato a presidente da APP, [19]93 na direção da APP, [19]96 presidente, [19]99 de novo presidente, termino o meu mandato em 2002 e três anos depois eu me aposento, 2005 e fui pra casa com amplo sentimento de dever cumprido. E a educação me deu a régua e o compasso, a educação me deu orgulho de ser cidadão que batalhou para transformação social. A transformação não é visível, mas ela existe de fato, transformação no magistério, na educação, no ato de ensinar né? E a APP tornou-se uma entidade com esse potencial por essas pequenas lutas que nós travamos.

A educação é definida como elemento político que permite ser mais do que adquirir conhecimento específico de cada disciplina. Ela permite, por meio do professor, entender o funcionamento da sociedade nas suas contradições, conflitos e disputas. Para Romeu Miranda, ser professor é unir o conhecimento técnico e os embates políticos que envolvem as políticas educacionais, que estruturam as condições de trabalho, salário dos trabalhadores, com as dinâmicas entre as quais os alunos vão vivenciar. Ou seja, o abrir a janela é fazer dar sentido ao que é ensinado em sala de aula com as práticas sociais que vão enfrentar, na busca de uma desejável transformação social. A experiência no movimento social permite avaliar que a preparação das pequenas lutas travadas pelos professores passa pela instituição que organiza e os representa. O dever cumprido para ele ocorre pela formação técnica, a formação política no movimento social, a militância na categoria e por fim o trabalho na direção do sindicato. Esse último só foi possível, pois o que o credenciou para o cargo na instituição se deve a militância pela melhora das condições de trabalho.

Nas experiências do professorado, encontramos uma diversidade de análises e interpretações atribuídas ao que é ser professor, que está muito ligada à trajetória de vida e trabalho que cada profissional construiu. A professora Maria Inês, quando indagada para avaliar a trajetória de trabalho, diz:

Eu sempre quis isso, nunca foi pelo dinheiro. Então como eu sempre quis uma opção de trabalhar de 1ª a 4ª série eu gostava muito do que eu fazia, alfabetizar, era muito prazer, eu sempre tive muito prazer em trabalhar. Sempre uma pessoa assim, que quando eu saia do portão para lá eu esquecia meus problemas, eu vivia a escola. E sempre gostei, gostei muito do que fiz, e estaria até hoje se não fosse a política na educação. Foi a maior decepção para mim, porque a secretária da educação nunca priorizou o profissional capacitado por aquilo. Colocava na direção da escola, porque não eram ainda eleitos era indicação, aliá eu nunca votei em uma diretora.

Para ela o fator político que interfere na organização da escola é atribuído como negativo e decepcionante. Ao ponto de elencar como primeiro motivo do seu afastamento não a aposentadoria por tempo de serviço, mas as interferências (indicação do cargo de direção). Essa prática comum no período estudado compôs a lista de itens da pauta do magistério, que buscava construir um espaço em que fosse valorizado os interesses dos professores, funcionários e alunos dentro da escola. O que implicava lutar contra o controle e fiscalização do seu trabalho, representado na função de diretor de escola. Por ser um cargo de confiança e indicação política, tinha como função organizar a estrutura de vigilância e definir as punições, como também, a responsabilidade de tomar todas as providências para zelar pela eficiência e rendimento do trabalho. Essa prática buscava evitar a autonomia pedagógica em sala de aula, intervir na organização de debates e reflexões entre o conjunto dos trabalhadores que pudessem fortalecer movimentos reivindicatórios, ou que promovesse a interrupção ou a perturbação da ordem defendida, sobretudo, no período do regime político civil/militar.

Outra questão muito importante, citada por Maria Inês, é avaliar que a escolha foi um desejo pelo ofício, o que envolve as formas como são atribuídas as responsabilidades e deveres da profissão, seguindo os valores de missão e vocação. Ou seja, o salário não foi o elemento motivador para ingressar na carreira. Essa característica que a profissão transcende a remuneração é também reforçada pela sociedade e governantes quando apresentam a educação como princípios básicos no desenvolvimento do cidadão e nação. Isto é, a professora tem como uma missão apostolada e vocacional que implica “na formação de nossos homens de amanhã”.

Essa mesma responsabilidade vai ser utilizada para positivar a profissão e reivindicar melhores condições de trabalho e salário. Entretanto, resultou em muitos momentos na comparação com outras categorias que, embora apresentem suas atribuições e contribuições, não são consideradas no mesmo nível de “importância” na formação do indivíduo. Essa forma de reivindicar, se colocando como superior, influencia a maneira de pensar da categoria em si, como não se reconhecendo enquanto trabalhador. Definição essa mais característica do período associativista, mas que passa a ser contrastada e questionada, ao longo da década de 1970, com o arrocho salarial em que apresenta a imagem da “professora é boia fria”. Isso evidencia qual era a condição

socioeconômica que esta categoria se encontrava, como membro da classe trabalhadora, fugindo da ideia inicial, “elitista”, ao ser comparada a outras categorias. Porém, essa forma de construir a identidade para positivar os professores decorre por desqualificar outros trabalhadores, é uma questão que merece ser investigada e debatida para entendermos esse processo, pois repercute ainda hoje. Isto é, qual a necessidade histórica dos professores de se distinguir do movimento operário ou de trabalhadores de setores distintos dos deles?

No que se refere à noção de vocação e missão, em muitas vezes foi antagonizado e tensionado com a questão de profissionalização, mas elas são reivindicadas ativamente por grande parte da categoria. Ser professor é ter um traço vocacional, ele é manifesto, ele é expresso pelos professores, no sentido de dizer que tem algo a mais. Tem um investimento muito pessoal, subjetivo do professor, quando ele exerce sua profissão e de tal modo que parte substancial do que ele é esteja naquilo que ele faz.

Embora a luta pela profissionalização da categoria esteve presente em todo o período em que lecionaram, a avaliação da carreira evidencia o quanto os valores da vocação e missão não deixou de ser reivindicados pelos professores como parte do seu ofício e como parte da sua identidade. A professora Ana Hasegawa Centurion, a qual dedicou-se 34 anos como professora, avaliando a sua trajetória de trabalho, da escolha no início da carreira, entre contratada como escriturária de banco a professora da rede pública, narra:

É a parte mais difícil. Eu sempre fui lutadora, né? Sempre fui animada e agitada ao mesmo tempo, eu também sou bastante inquieta, então eu sempre estou procurando alguma coisa para fazer e eu não consigo ficar parada. Então eu sempre fui bastante responsável, nunca faltei em nenhum conselho que eu lembre, nenhum conselho de classe, e tive poucas faltas na minha trajetória e amava muito meus alunos. Nossa, eu ficava derretida quando eu ganhava um presente, era um elogio. Eu tenho um monte de cartas de alunos e eu acho que fui assim. Principalmente na responsabilidade, eu não conseguia ver comparando com alguns colegas, né? Certas coisas que aconteciam e você não abraçava, você não vê como professor, né? Atuando em sala de aula alguns problemas de alunos de famílias de pais que vinham desabafar. Então o principal é você ser responsável e saber que aquilo lá não é uma receita, não existe uma receita própria para sala de aula, cada sala você trabalhava de um jeito, né? tanto é que na aprendizagem, nas avaliações, cada sala tem sua característica, né? E eu via isso, uma sala era um tipo de avaliação, na aula era outro tipo, e assim tentava. Mas enfim, eu acho que foi muito bom, se eu fiquei é porque foi bom. Ali eu

coloquei que antigamente se falava assim: "se você entrar em sala de aula nunca mais você vai sair". E realmente foi isso, eu achava que ia dar aula uma semana ou um mês e depois já ia abandonar e sair, mas eu acabei ficando até experimentei a direção né? Foi muito bom.

Um traço da narrativa cheio de significados que se apresenta na responsabilidade da profissão, o não faltar, seja no conselho de classe, pois muitos deles aconteciam nos finais de semana, além da jornada de trabalho semanal. O faltar ao trabalho – sobretudo sem aviso prévio – por algum motivo, durante um dia de trabalho, implica na desestruturação do espaço escolar na ausência do professor, pois os alunos em “aula vaga” ficam “livres” para realizarem outras atividades (correr, brincar, gritar), chamando a atenção dos que estão em sala e que gostariam de estar junto com aqueles fora de sala. Percebe-se que está implícito na profissão de professor sentimentos como abnegar, sacrifício para além da jornada de trabalho, notabilizado na participação de reuniões, preparação de aulas, correções de avaliações etc.

Nesse sacrifício, em muitos momentos a certeza ou a sensação do dever cumprido vem pelo reconhecimento dos alunos através de cartas e elogios que ilustram, de modo mais explícito, sua importância na vida deles, no sentido de que fez a diferença, que contribuiu para o processo de formação. Ser professor vai além dos ensinamentos da disciplina. Ser professor é se envolver e ajudar na resolução dos problemas pessoais dos alunos e familiares. Não existe uma receita, o que implica em “vê como professor” é ter a vocação, a missão de ensinar os alunos e ajudar nos problemas que venham afetar esse processo dentro e fora da escola. Mesmo com as dificuldades enfrentadas ao longo da sua trajetória de trabalho na profissão, ela perseverou, atingiu seu objetivo, representado pelo reconhecimento dos alunos através do carinho materializado nas cartas.

A professora Maria de Castro Gomes, após ter exercido sua carreira durante 40 anos avalia sua trajetória:

Olha, eu dei o melhor que eu pude. Eu dei o melhor que eu pude. Hoje eu encontro alunos, que terminaram, que fizeram faculdade, que eu encontro e eles olham para mim, eles me conhecem, mas eu não conheço eles. Por quê? Porque eles eram criança, então muda, eles ficam adultos, cresce e muda a fisionomia, muda tudo. Foi ontem mesmo que eu encontrei um aluno, no banco. Um menino chegou e falou "eu conheço a senhora, não sei de onde, mas eu conheço a senhora. A senhora não foi professora?" Eu respondi que fui e ele falou "a

senhora deu aula para mim no Monteiro Lobato". Fui outro dia na Caixa Econômica e o gerente do banco falou assim "a senhora sabia que foi minha professora?". Então, de vez em quando eu encontro um que é médico, que é enfermeiro, é advogado [...]. Então sempre eu encontro um que me conhece, mas eu não conheço eles. Outros eu encontro e diz assim "professora, a senhora brigou tanto para eu estudar e eu não quis, hoje está tão difícil a vida para mim. Se eu pudesse voltar atrás eu não faria o que eu fiz". Entendeu? Então dos dois lados, eu vejo aquele que conseguiu e aquele que eu brigava, sentava com ele e mostrava "meu filho, você precisa estudar, aproveita a oportunidade. Hoje, você não tem que trabalhar, mas daqui a pouco, você vai precisar trabalhar e aí você não vai ter tempo para estudar. Aproveita hoje". Hoje eu encontro. Esses dias eu encontrei com um que estava vendendo salgadinho, com um negócio de salgadinho. Eu encontrei com ele e falou assim "professora a senhora lembra de mim?" [...] Eu num sei onde estava que ele passou vendendo, aí ele falou "a senhora não lembra de mim? Eu fui seu aluno". Ele falou o nome dele, aí eu falei... ele falou "olha professora, se eu tivesse ouvido a senhora, hoje eu não estaria vendendo salgadinho hoje" - ele falou para mim assim. Aí eu falei "por quê? É um serviço tão indigno assim?" Ainda brinquei com ele. Ele falou "é um serviço digno como qualquer um outro, mas está muito difícil". Ele saiu no 6 ano. Estava na sexta série, ele abandonou e não quis mais estudar e largou. O Maxwell está vendendo salgadinho na rua, um menino inteligente [...]. Um menino super inteligente está vendendo salgadinho na rua. Ele abandonou mesmo e a mãe não pôde fazer nada. Então, acontece isso, que eu encontro aqueles que venceram e aqueles que não conseguiram, mas não foi porque a gente não lutou por eles, sabe? Conversou, falou, mostrou que eles precisavam. Então, eu me sinto assim, sabe. Que eu fiz aquilo que eu pude, nas minhas dificuldades, mas eu consegui fazer tudo aquilo que estava ao meu alcance de fazer.

Dei o meu melhor, fiz o que estava ao meu alcance, são pontos atribuídos ao que é ser professor. O que parece sempre ter que fazer algo que está para além das suas atribuições. Cobrar, conversar, convencer, passam a ser responsabilidades diárias nesse processo de formação escolar, nessa missão em preparar para a vida e porque não para o mercado de trabalho. Sente-se orgulhosa quando é lembrada e, principalmente, realizada quando esse aluno está em condição econômica estável na profissão que escolheu. Mas se entristece quando os talentos não são trabalhados, quando da desistência da escola levando-o para outro desfecho. O cuidado, o zelo e a preocupação com o presente e futuro dos alunos são responsabilidades atribuídas pelos professores e para eles em sua profissão.

Contudo, o desgaste que essa visão de vocação vai sofrendo por conta dos problemas (atraso de salário, insuficiência de salário, instabilidade empregatícia, nomeação de funcionário por diretor, atribuição de aula em nome de outro professor etc) e a luta pela profissionalização tende, em alguma medida, à polarização e a antagonizar o sentido de vocação, mas ela continua a ser professada pelos professores.

Uma última questão: muitos destes professores/as vão buscar outros elementos para justificar suas escolhas e estruturar a avaliação da sua trajetória de trabalho. Nesse caso, um dos elementos culturais que constituem o ser trabalhador é o religioso, já que muitas vezes o estado o abandona no momento em que não oferta condições de trabalho, carreira e salário. Há, também, opressão quando se mobiliza para lutar. Por isso, em muitos momentos, buscam outros recursos para superar as adversidades, quando o estado ou o sindicato não dão conta, sendo a religião o elemento confortante.

A professora Alinete, ao tentar avaliar sua trajetória de trabalho, exercida durante 28 anos até a aposentadoria, define:

Dez, porque eu não me arrependo em momento nenhum, se precisasse voltar hoje naquele sistema eu voltaria tranquilamente. Não me arrependendo em momento nenhum de ter sido professora. Ao contrário, é como dizia o apóstolo Paulo "combati um bom combate, acabei a carreira e guardei a fé". Então eu guardo isso muito. Combati um bom combate nas lutas, de um sindicato meu, de um grupo de professores. Lutei toda vida pelos meus alunos e ainda fui aquela professora de ir na casa, sabe? Porque que o aluno não tava vindo, se ele tava doente, se ele tava necessitando. Fui professora de muitas vezes tirar dinheiro e vai lá comprar teu livro, chegava lá na casa dele com um kit de material. Nunca fiz isso pra me vangloriar, mas pela necessidade do aluno. Hoje eu, graças a Deus, a maioria dos meus alunos me reconhecem "nossa professora, a senhora tá viva ainda, eu sou advogado, eu fiz concurso de promotor, eu terminei meu curso de dentista". É uma glória pra gente, esse reconhecimento eu acho fantástico. Muito bom (CAPITANIO, Alinete S. 2015, entrevista).

É evidente, na fala da Alinete, a identidade que tem com o trabalho e orgulho de ser professora. Em sua entrevista, indicou que a luta não está necessariamente centrada no sindicato, mas em questões de outra ordem. Quando faz referência ao apóstolo Paulo, que escreve no início da primeira carta a Timóteo, recordando as suas responsabilidades – “segundo as profecias pronunciadas outrora sobre ti: combate, firmado nelas, o bom combate, com fé e boa consciência; pois alguns, rejeitando a boa consciência, naufragaram na fé” (Timóteo 1,18-19) –, observa-se que o combate de Paulo não é literalmente uma batalha, uma guerra, mas uma imagem que descreve a vida do cristão, o seu comportamento, sobretudo em relação ao perseverar na fé. A vida do cristão é feita de escolhas, e a liberdade que nos foi dada faz com que cada vez tenhamos que decidir qual estrada tomar. Para Alinete, o seu combate foi estabelecido nas relações sociais, em especial, por meio do exercício de seu ofício. A luta para receber quando atrasava, a

criação de condições para se manter, para enfrentar a batalha dos três períodos (já que o salário não era suficiente), a peleja devido à quantidade de alunos em sala; a guerra para conseguir recursos para a escola e ter condições mínimas de uso; a briga para convencer os colegas a aderirem às greves que enfrentou, etc.

Embora não tenha me aprofundado nessa análise, essa fala "combati um bom combate, acabei a carreira e guardei a fé", sintetiza e ao mesmo tempo contempla muitas das experiências das professoras e dos professores do Paraná, que contribuíram para a expansão do ensino público, mantendo como bandeira de luta um ensino laico, de qualidade, uma escola democrática para todos e todas. Ao selecionar essa frase para dar nome a este trabalho é também uma forma de homenagear a professora, homenagem que se estende a todos os profissionais da educação, que viveram e vivem as batalhas diárias em defesa da educação pública.

Enfim, o caminho percorrido para entender esse passado sobre o movimento associativista dos professores paranaenses chega ao seu final, mas com a certeza de que muito tem por fazer, sobretudo na área da história. A ausência de pesquisas do movimento associativista e do sindicalismo em educação refletem na carência de trabalhos empíricos, bem como de uma teoria específica para esse estudo. Buscamos, ao trabalhar com esse tema, proporcionar uma contribuição, mesmo que empírica, sobre o movimento docente paranaense.

FONTES

Fontes Orais

Alinete Souza Capitanio, 65 anos, professora de História. Residente em Foz do Iguaçu, aposentada desde 2002. Entrevista gravada pelo autor em julho de 2015.

Ana Hasegawa Centurion, 62 anos, professora de Ciências e Matemática. Residente em Foz do Iguaçu, aposentada desde 2006. Entrevista gravada pelo autor em julho de 2017.

Dirce Bespalez, 69 anos, professora de História. Residente em Guaíra, aposentada desde 2001, mas continua lecionando. Entrevista gravada pelo autor em fevereiro de 2019.

Maria de Castro Gomes, 74 anos, normalista, depois professora de Estudos Sociais, residente em Umuarama, aposentada desde 2002. Entrevista gravada pelo autor em fevereiro de 2019.

Maria Inês, 73 anos, normalista, residente em Marechal Cândido Rondon, aposentada desde 1997. Entrevista gravada pelo autor em janeiro de 2019.

Romeu Gomes Miranda, 75 anos, professor de língua portuguesa, aposentado desde 2006. Foi presidente do Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEEP/PR) entre 2006 e 2011. Recentemente publicou o livro “Um trem para Leontina” (2019). A primeira entrevista foi feita a partir de um roteiro, entregue em 24/09/2019. A segunda entrevista ocorreu na cidade de Londrina, na sede da APP em 18/12/2019, a qual contou com a participação do professor Pedro Eloi Rech.

Fontes específicas da APP-Sindicato

APP-SINDICATO. O movimento sindical: da APP-Associação à APP-Sindicato: a estrutura da APP-Sindicato. Curitiba, PR: APP-Sindicato, 1994. (Caderno Sindical 1).

ANJOS, Amâncio Luiz Saldanha dos. APP Sindicato 60 anos – Cascavel e Região 40 anos: história e memórias. Cascavel: ASSOESTE, 2008.

_____. APP Sindicato 60 anos – Cascavel e Região 40 anos: história e memórias. Cascavel: ASSOESTE, 2017.

Jornal 30 de Agosto – Especial 50 anos. APP-Sindicato 50 anos de História. 1947 – 1997, edição especial, abril de 1997

Número: 1069b Ano: 1980

BR PRAPPR.PB004.PT1069a.130 – Greve dos Professores – Movimento Educação e Justiça (1980) pasta 2

Dossiê: Greve dos professores – Movimento Educação e Justiça

Número: 1069a Ano: 1980

BR PRAPPR.PB004.PT93.11 – Associação dos Professores do Paraná

Dossiê: Associação dos Professores do Paraná

Número: 0093 Ano: 1980 a 1982

BR PRAPPR.PB004.PT1895.223 – Sindicato dos Professores de Londrina

Dossiê: Sindicato dos Professores de Londrina

Número: 1895 Ano: 1980, 1981

BR PRAPPR.PB004.PT1070.130 – Greve dos professores - Movimento Educação e Justiça

Dossiê: Greve dos professores - Movimento Educação e Justiça

Número: 1070 Ano: 1981

Referências Bibliográficas

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis/RJ. Editora Vozes, 1984.

ARAUJO, Francieli. **Educação política e consciência crítica: o Programa de Formação Político Sindical e Educacional da APP-Sindicato (2007-2009)**. UEL/PR. Dissertação na área da educação, 2013.

BELLO, Melissa Colbert. **Professoras e professores em greve? Memórias do congresso do Magistério Público do Paraná (1968)**. UFPR/PR. Dissertação na área da educação, 2013.

BERTAN, Tereza Canhadas. **Os cargos de direção das escolas públicas do Paraná: a trama das relações de poder**. UNICAMP/ SP. Tese doutorado na área da educação. 1997.

BORGES, Leonir. **Sociedade, estado e sindicato no Brasil: quem está educando o educador?** UEM/ PR. Dissertação na área da educação. 2004.

CARNEIRO, Maria Luiza T. **Os arquivos da polícia política brasileira**. Uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo. Disponível em: http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_arquivos_policia_politica.pdf. Acesso em 30 out. 2015

CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tábula rasa do passado?** Editoria Ática, 1995.

DINIZ, Eli et.al. **Modernização e Consolidação Democrática no Brasil: dilemas da nova república**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais & IUPERJ, 1989.

FENELON, D.R. Trabalho, Cultura e História Social: Perspectivas de Investigação. In **História & Historiografia** – contribuições ao debate – Projeto História. São Paulo, EDUC, (4): 21-37, jun.1985.

_____. E.P.Thompson – História e Política, In Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História e do Dep. de História da PUC/SP**. São Paulo, EDUC, (12):77-93, 1995.

FERREIRA JR., Amarílio. **Sindicalismo e Proletarização: A saga dos professores brasileiros**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

_____; BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarização dos professores. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006.

Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985). São Paulo: Terras do Sonhar; Edições Pulsar, 2006.

FONTES, Virgínia. “História, poder e práticas sociais”. In: **Revista Tempos Históricos**. Vol. 7, nº 1. Marechal Cândido Rondon: Gráfica Líder, 2005.

FLUMINHAN, Izidoro; GREGÓRIO, Domingos. **Estatuto do Magistério Público do Paraná**. Edição Pinheiros, Curitiba, 1960.

GINDIN, Julián José. **Por nós mesmos**: as práticas sindicais dos professores públicos na Argentina, no Brasil e no México. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos. 2011.

GONÇALVES, Sebastião. **Movimento operário e estado**: a APP – Sindicato – a Organização e as lutas dos trabalhadores na educação da Rede pública estadual do Paraná. UFPR/PR. Dissertação na área da educação. 2007.

HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder**. São Paulo: Viramundo, 2003

KHOURY, Yara Aun. “Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história”. In: **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’água, 2004.

LOPES, Maria Marta Santos Teixeira. A educação da mulher: a feminização do magistério. **Teoria & Educação**. Nº 4, 1991.

MACHADO, Lia Zanotta. **Estado, escola e ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PÁDUA, Mônica; GAMA, Marcília. **DOPS – do recolhimento ao acesso**: o caso de Pernambuco. Quadrilátero. Brasília. v.1. n.1. p. 27- 40, mar/ago. 1998.

PAULA, Ricardo Pires de. **Entre o sacerdócio e a contestação**: uma história da APEOESP (1945-1989). Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

PESSANHA, Eurize Caldas. **Ascensão e queda do professor**. 3ed. São Paulo, Cortez, 2001.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2 n.3, 1989, 9.3-15.

PORTELLI, Alessandro. “A Filosofia e os fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”. In **Revista Tempo**. Vol. I, nº 2. Rio de Janeiro, 1996.

 Forma e significado na História Oral. In **Revista Projeto História** – Cultura e Representação, nº 14, 1997, p. 7-24.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **A Formação Política do Professor de 1º e 2º Graus**. São Paulo. Cortez. 1984.

RODRIGUES, Georgete Medleg; SILVA, Lúcia Margarida Alheiro. **Os arquivos da repressão**: o papel da Revista Quadrilátero na divulgação desses acervos. Dimensões. Vol. 12 – jan/jun 2001

ROSSO, Sadi Dal et alii. **Associativismo e sindicalismo em educação** – Organização e lutas / Brasília: Paralelo 15, 2011.

RUIZ, Maria José Ferreira. Lutas populares e democratização da escola pública no Estado do Paraná (1983 a 2010). Marília/SP. Tese de doutorado na área da educação. 2013.

SARLO, Beatriz. “Um olhar político em defesa do partidarismo na arte”. In: **Paisagens imaginárias**: intelectuais, arte e meios de comunicação. São Paulo: Edusp, 1977.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. **O Associativismo na construção da identidade social dos professores**: o caso do Paraná. São Paulo: PUC (dissertação de mestrado), 1986.

TEORIA E EDUCAÇÃO Nº 4. Porto Alegre: Pannonica, 1991

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC**, São Paulo, n. 15, 1997.

THOMPSON, E. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. **História da profissão docente no Brasil**: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009.

WACHOWICZ, Lilian Anna. **A relação professor/Estado no Paraná tradicional**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984. (Estudos Regionais, v. 1).

ANEXOS

Anexo I

PROPOSTA ELABORADA PELO CONGRESSO DO MAGISTÉRIO			PROPOSTA ENTREGUE PELA COMISSÃO DE LONDRINA	
	CARGO			
Professores sem habilitação	M – 1	NCr\$ 282,00	Professores não titulados	De NCr\$ 235,00
	M – 2	NCr\$ 288,00		a
	M – 3	NCr\$ 291,00		NCr\$ 294,00
Professores normalistas regionalistas	M – 4	NCr\$ 350,00	Professores com Curso Normal Regional	De NCr\$ 294,00
	M – 5	NCr\$ 368,00		a
	M – 6	NCr\$ 386,00		NCr\$ 411,00
	M – 7	NCr\$ 414,00		
Professores normalistas	M – 8	NCr\$ 372,00	Professores normalistas do Ensino Primário	De NCr\$ 411,00
	M – 9	NCr\$ 408,00		a
	M – 10	NCr\$ 422,00		NCr\$ 585,00
	M – 11	NCr\$ 455,00		
Professores não licenciados	M – 12	NCr\$ 474,00	Professores do Ensino Médio não licenciados	De NCr\$ 585,00
	M – 13	NCr\$ 516,00		a
	M – 14	NCr\$ 558,00		NCr\$ 702,00
	M – 15	NCr\$ 600,00		
Professores com curso de formação pedagógica licenciados	M – 16	NCr\$ 642,00	Professores do Ensino Médio licenciados	De NCr\$ 702,00
	M – 17	NCr\$ 684,00		a
	M – 18	NCr\$ 726,00		NCr\$ 818,00
	M – 19	NCr\$ 768,00		
Professores do Ensino Superior	M – 20	NCr\$ 818,00	Professores universitários	De NCr\$ 818,00
	M – 21	NCr\$ 852,00		a
	M – 22	NCr\$ 894,00		NCr\$ 935,00
	M – 23	NCr\$ 936,00		

QUADRO DE PROPOSTAS DE AUMENTOS E NÍVEIS SALARIAIS. (COLBERT, 2013. p. 123)

ANEXO II

Tabela
Percentual de inflação e reajuste salarial

Ano	Valor do Salário	Percentual de Inflação	Salário com percentual de inflação	Percentual de Reajuste Salarial	Salário com percentual de reajuste	Diferença salarial reajuste / menos inflação
68/69	Cr\$ 316,80	23,93%	316,80 x 23,93% = 75,81 316,80 + 75,81 = 392,61 Cr\$ 392,61	64,26%	316,80 x 64,26% = 203,57 316,80 + 203,57 = 520,37 Cr\$ 520,37	520,3 – 392,61 = 127,76 Cr\$ 127,76
69/70	Cr\$ 520,37	17,12%	520,37 x 17,12% = 89,08 520,37 + 89,08 = 609,45 Cr\$ 609,45	–	Cr\$ 520,37	520,37 – 609,45 = 89,08 Cr\$ 89,08
70/71	Cr\$ 520,37	26,50%	520,37 x 26,50% = 137,89 520,37 + 137,89 = 658,26 Cr\$ 658,26	30%	520,37 x 30,00% = 156,11 520,37 + 156,11 = 676,48 Cr\$ 676,48	676,48 – 658,26 = 18,22 Cr\$ 18,22
71/72	Cr\$ 676,48	19,46%	676,48 x 19,46% = 131,64 676,48 + 131,64 = 808,12 Cr\$ 808,12	20%	676,48 x 20% = 135,29 676,48 + 135,29 = 811,77 Cr\$ 811,77	811,77 – 808,12 = 3,65 Cr\$ 3,65
73/74	Cr\$ 933,53	33,02%	933,53 x 33,02% = 308,25 933,53 + 308,25 = 1.241,78 Cr\$ 1.241,78	20%	933,53 x 20% = 186,70 933,53 + 186,70 = 1.120,23 Cr\$ 1.120,23	1.120,23 – 1.241,78 = 121,55 Cr\$ 121,55
74/75	Cr\$ 1.120,23	40,00%	1.120,23 x 40% = 448,09 1.120,23 + 448,09 = 1.568,32 Cr\$ 1.568,32	18,18%	1.120,23 x 18,18% = 203,68 1.120,23 + 203,68 = 1.323,91 Cr\$ 1.323,91	1.323,91 – 1.568,32 = 244,41 Cr\$ 244,41
75/76	Cr\$ 1.323,91	55,50%	1.323,91 x 55,5% = 734,77 1.323,91 + 734,77 = 2.058,68 Cr\$ 2.058,68	30%	1.323,91 x 30% = 397,17 1.323,91 + 397,17 = 1.721,08 Cr\$ 1.721,08	1.721,08 – 2.058,68 = 337,59 Cr\$ 337,59
76/77	Cr\$ 1.721,08	50,00%	1.721,08 x 50% = 860,54 1.721,08 + 860,54 = 2.581,62 Cr\$ 2.581,62	33,40%	1.721,08 x 33,4% = 574,84 1.721,08 + 574,84 = 2.295,92 Cr\$ 2.295,92	2.295,92 – 2.581,62 = 285,70 Cr\$ 285,70
Soma						149,63 – 1.172,50 Cr\$ 1.022,87

Verde valor positivo maior aumento do reajuste

Vermelho valor negativo maior aumento da inflação

Fonte: O autor, com base no Jornal "O Atalho", março de 1977.